



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Ciências Humanas – IH

Departamento de Serviço Social – SER

Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS

GUIZELA ELEONORA LIMA MOLLHOFF

**AMÉRICA LATINA EM PERSPECTIVA: TENDÊNCIAS DA
ATIVÇÃO PARA O TRABALHO NO CAPITALISMO PERIFÉRICO**

Brasília – DF

2019

GUIZELA ELEONORA LIMA MOLLHOFF

**AMÉRICA LATINA EM PERSPECTIVA: TENDÊNCIAS DA
ATIVÇÃO PARA O TRABALHO NO CAPITALISMO PERIFÉRICO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Política Social da Universidade de
Brasília – UnB como requisito parcial para a
obtenção do título de Mestre em Política Social.

Área de concentração: Estado, Políticas Sociais e
Cidadania.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Sandra Oliveira Teixeira

Brasília – DF

2019

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

MM726a Möllhoff , Guizela Eleonora Lima
América Latina em perspectiva: tendências da ativação
para o trabalho no capitalismo periférico / Guizela
Eleonora Lima Möllhoff ; orientador Sandra Oliveira Teixeira
. -- Brasília, 2019.
308 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Política Social) --
Universidade de Brasília, 2019.

1. América Latina. 2. Centro-periferia. 3.
Neoliberalismo-Neoconservadorismo. 4. Políticas de ativação
para o trabalho. I. Teixeira , Sandra Oliveira, orient. II.
Título.

GUIZELA ELEONORA LIMA MOLLHOFF

**AMÉRICA LATINA EM PERSPECTIVA: TENDÊNCIAS DA
ATIVÇÃO PARA O TRABALHO NO CAPITALISMO PERIFÉRICO**

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Sandra Oliveira Teixeira
Orientadora PPGPS/SER/UnB

Prof.^a Dr.^a Camila Potyara Pereira
Membro PPGPS/SER/UnB

Prof.^a Dr.^a Rosa Helena Stein
Membro Externo

Brasília – DF

2019

América Latina

Aqui...

É a região das “veias abertas”,

É o “continente do labor”,

É aqui onde o café tem mais sabor,

O sabor amargo do trabalho escravo sempre ressignificado,

Aqui ...

As mazelas são maiores, os encantos também são.

Abaixo da linha do Equador tem mais pobreza, desigualdade e exploração.

Onde quer que você vá é de latino que vão lhe chamar,

Você pode pensar que nada nos une, mas é a diversidade que nos faz uno.

Nessa terra que pulsa em riqueza há muitas histórias interrompidas, há muita vida perdida e há muito o que fazer.

Nessa terra...

Trabalha-se se sempre, trabalha-se muito, trabalho informal, trabalho precário,

trabalho escravo, trabalho na mina, trabalho na terra, trabalho na rua,

trabalho doméstico, trabalho incerto, trabalho não pago, trabalho mal pago...

Da venda da marmita, do pequeno bico, quem nos viola é o sistema

Sistema que ainda é muito mais pesado do lado de cá, no Sul do mundo

- Segue Prometeu o teu fardo! Fala uma voz interna.

Insistem na atualidade que os problemas se solucionam na inclusão pelo trabalho

pela via da moralizante política ativadora, falam no autoemprego, no

empreendedorismo, em colaborador, em proatividade, em motivação, em

empregabilidade, capacidades e competências

Veem-nos como tolos,

Tolos não! Cansados.

A vida cotidiana e as ideologias perversas nos absorvem, nos consomem e nos

devoram.

O instinto de sobreviver nos superficializa da mesma forma que cria uma dura casca.

É no medo da incerteza que esse sistema nos prende

Afinal, é melhor ter pouco do que não ter nada

É sempre tempo de lutar, é preciso resistir.

Ser latino ainda é um grito dos “excluídos”.

Mas é preciso lembrar que os latinos também exploram os seus,

Então...

Para onde iremos nesse mundo “de meu Deus”?

Guizela Lima Mollhoff

Aos meus pais Regina e Wolfgang por tudo e por mais um pouco.

Ao CNPQ pelo apoio à pesquisa em tempos tão árduos.

RESUMO

Esta dissertação trata-se de um estudo sobre as políticas de ativação para o trabalho que estão em vigor atualmente nos países latino-americanos e que têm sido implantadas como parte das orientações dos organismos internacionais em resposta aos problemas sociais agravados com a crise estrutural do capital, iniciada em 1968. O objetivo geral foi caracterizar as tendências contemporâneas das políticas de ativação para o trabalho na região latino-americana. Para lograr esse objetivo a pesquisa focou nas políticas e programas que estavam em vigor no período entre 2017 e 2018. Para tanto, partindo da relação de um contínuo desenvolvimento desigual e combinado entre as distintas formações sociais do globo investigou-se a consolidação da região latino-americana como uma região periférica e dependente. Percorrendo desde o período colonial até a fase capitalista do “novo”- imperialismo se estruturaram os aspectos mais perversos de uma ininterrupta subordinação aos centros da economia mundial que condiciona a região a conviver com a cronificação da pobreza, da desigualdade social e do desemprego. Ao analisar 15 países latino-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai) foram mapeados 53 programas de ativação para o trabalho e as seguintes tendências: a) os programas de ativação para o trabalho estão direcionados principalmente a população em situação de pobreza e/ou vulnerabilidade, que compõe a extensa força de trabalho que não é absorvida no mercado formal de trabalho; b) a principal estratégia utilizada para “ativar” é a Capacitação dos indivíduos; c) os programas em vigor possuem como principal motivação ou intencionalidade política evitar a dependência das populações pobres das prestações do Estado ao mesmo tempo em que visa combater o desestímulo ao trabalho que supostamente essas prestações geram; d) possuem baixa cobertura da população e forte responsabilização individual; e) e são programas implantados pelo Estado neoliberal e neoconservador como uma estratégia de gestão da força de trabalho supérflua que está em permanente condição de não inserção no mercado de trabalho formal.

PALAVRAS-CHAVE: América Latina. Centro-Periferia. Crise. Neoliberalismo-Neoconservadorismo. Políticas de ativação para o trabalho.

ABSTRACT

This dissertation is a research about activation policies to work that are currently in force in Latin American countries and that also have been implemented as part of international organizations' guidelines in response to social problems intensified by the capital structural crisis initiated in 1968. The main goal of this job was to characterize the contemporary patterns of activation policies to work in Latin America. To attain this goal, the research focused on policies and programs that were in force between 2017 and 2018. Therefore, starting from the idea of a relation of an unequal and combined ongoing development among the different social formations of the globe, it was investigated the consolidation of Latin America region as peripheral and dependent region. Covering from the colonial period to the capitalist phase of "new imperialism", it is observed that the cruelest aspects of a continuous subordination to the global economy centers, what determines the region to live with the chronification of poverty, social inequality and unemployment. In analyzing fifteen Latin American countries, which are: Argentina, Bolivia, Brazil, Chile, Colombia, Costa Rica, El Salvador, Ecuador, Guatemala, Honduras, Mexico, Panama, Paraguay, Peru and Uruguay. It were mapped fifty-three activation to work programs and the following patterns: a) the activation programs to work are mainly directed to the population in situation of poverty and/or vulnerability, and that composes extensive work force which it is not absorbed by the formal labor market; b) the main strategy used to "activate" it is the capacitation of individuals; c) the programs currently in force have as their main political motivation or intentionality to avoid the poor population dependency of the State's installments, at the same time that aims to fight the discouragement to work that these installments supposedly generate; d) these programs have a low covering of the population and also have a strong accountability of the individual; e) the programs are implemented by the neoliberal and neoconservative State as a strategy to manage the superfluous work force, which are in a permanent condition of non-insertion in the formal labor market.

KEY WORDS: Latin America. Center-Periphery. Crisis. Neoliberalism-Neoconservatism. Activation to work policies.

LISTA DE SIGLAS

ARS	Peso argentino
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRF	Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento
BM	Banco Mundial
BS	Boliviano
₡	Colón ou colones
CE	Comissão Europeia
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CGR	Contraloría General de la República
CLP\$	Peso chileno
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COSUDE	Agencia Suiza para el Desarrollo y la Cooperación
Fed	Reserva Federal dos Estados Unidos (Federal Reserve System)
HNL	Lempira hondurenha
LATINDEX	Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PATM	Políticas Ativas do Mercado de Trabalho
PIBIC	Programas de Iniciação Científica
PYG	Gurani

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PTCR	Programa de Transferência Condicionada de Renda
Q	Quetzal
Scielo	Scientific Electronic Library Online
SENCE	Servicio Nacional de Capacitación y Empleo
SENAEH	Servicio Nacional de Empleo de Honduras
SISBÉN	Sistema de Identificación de Potenciales Beneficiarios de Programas Sociales
EU	União Europeia
UNICEF	Fundo Internacional de Emergência para a Infância das Nações Unidas
USD	Dólar dos Estados Unidos
UYU	Peso uruguaio

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Datas da Independência e da Abolição da escravidão na América Latina	53
Quadro-Resumo 1 – Institucionalidade das políticas/programas de ativação para o trabalho	159
Quadro-Resumo 2 – Perfil dos beneficiários das políticas/programas de ativação para o trabalho	241
Quadro-Resumo 3 – Propósito e materialização das políticas/programas de ativação para o trabalho	264
Quadro-Resumo 4 – Intencionalidade das políticas/programas de ativação para o trabalho	291

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 - A “SEMPRE” DESIGUAL E COMBINADA RELAÇÃO ENTRE O CENTRO E A PERIFERIA	20
1.1. O papel da região latino-americana no nascimento e na consolidação do modo de produção capitalista	21
1.2. O capitalismo latino-americano e as origens da relação de dependência.....	48
1.3. Desemprego, desigualdade social e pobreza: questões histórico-estruturais do capitalismo e seus desdobramentos sob o signo da dependência.....	73
CAPÍTULO 2 - O CENTRO-IMPERIALISTA E A PERIFERIA-DEPENDENTE NA FASE NEOLIBERAL-NEOCONSERVADORA DO CAPITAL	96
2.1 A crise estrutural do capital e a ascensão do “novo” imperialismo: ofensiva capitalista às dimensões do trabalho e dos direitos sociais	97
2.2 A crise da dívida latino-americana e a ofensiva capitalista as incipientes conquistas sociais	117
CAPÍTULO 3 – A POLÍTICA SOCIAL CONTEMPORÂNEA E A UTOPIA CAPITALISTA DA INCLUSÃO SOCIAL PELA VIA DO TRABALHO.....	138
3.1. Novas configurações da política social: a política de ativação para o trabalho como uma das prioridades do Estado neoliberal e neoconservador	139
3.2. Tendências contemporâneas da ativação para o trabalho na região latino-americana: uma aproximação inicial.....	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	210
REFERÊNCIAS	215
APÊNDICE A	242
APÊNDICE B.....	265
APÊNDICE C.....	292

INTRODUÇÃO

1. Contextualização, Justificativa e Motivação

A presente pesquisa tem como eixo de análise as políticas sociais de ativação para o trabalho que estão em vigor atualmente nos países latino-americanos. A crise estrutural do capital que se iniciou no final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970 e a subsequente passagem do capitalismo para uma nova fase de acumulação produziram no cenário mundial transformações políticas, culturais, econômicas e sociais. Das inúmeras transformações sofridas vale a pena destacar que a partir dessa nova fase de acumulação do capital entendida aqui como “novo” imperialismo passa a vigorar uma ideologia política neoliberal e neoconservadora que impõe o mercado como instância por excelência de regulação da vida social e que tem no Estado um importante “ator” para assegurar o aumento da presença do mercado nesta regulação.

Essa forte presença do mercado levou a uma desestruturação das conquistas históricas da classe trabalhadora, sobretudo os direitos sociais. Essa desestruturação surge da necessidade do capital em ampliar a acumulação. Com isso os direitos sociais são fragilizados e colocados à disposição da lógica mercadológica, o que implica em novos ou ressignificados espaços de valorização para o capital. Nos países onde se pôde falar na existência de um Estado de “bem-estar social”, esferas que tinham ganhado relevância política e pareciam intocáveis se viram destruídas em pouco tempo. Já no âmbito dos países que correspondem à chamada periferia do capital, onde não houve uma generalização do chamado Estado de “bem-estar”, os poucos ganhos em matéria de direitos sociais foram, e continuam sendo, duramente atacados.

A desestruturação das instâncias protetoras e dos ganhos histórico-sociais da classe trabalhadora, bem como a centralidade do mercado não isenta o Estado de dar respostas à “questão social”. Apesar de todas as formas de cooptação e destruição da consciência de classe que vem sendo gestada no “novo” imperialismo, a ação política das classes frente às mazelas por elas vivenciadas sob o signo do capital, continua representando um risco a continuidade desse modo de produção. Para manter a hegemonia do capital o Estado em sua versão neoliberal-neoconservadora passa a se valer prioritariamente de discursos e ações que reconhecem os problemas sociais apenas como fenômenos conjunturais passíveis de intervenções pontuais, imediatistas e fragmentadas.

Dentro dessa nova lógica uma das principais estratégias de intervenção do Estado neoliberal-neoconservador nas expressões da “questão social” corresponde à ativação para o

trabalho das políticas sociais. A ativação deve ser entendida como a crescente vinculação entre a proteção social e as políticas de trabalho e emprego (ERANSUS, 2005). Essa estratégia se origina de um resgate/renovação da ideia de que a única forma de inclusão social e de promoção do bem estar é pela via do trabalho.

As ações do Estado em matéria de proteção social têm sido inundadas pela perspectiva ativadora. Em função disso pode-se falar em políticas de ativação para o trabalho, que, são políticas sociais que visam prioritariamente “ativar” os indivíduos para o mercado de trabalho, seja através de capacitação ou até mesmo de incentivo financeiro para promoção de negócios próprios. A ativação das políticas sociais tornou-se uma tendência de escala mundial que vem sendo estimulada precipuamente pelos organismos internacionais, tanto no centro capitalista, quanto na periferia do capital, como uma das principais estratégias de resposta do Estado capitalista às demandas sociais que se intensificaram de forma alarmante a partir da crise estrutural do capitalismo e a entrada deste em uma nova fase de acumulação.

A ativação surge como uma resposta principalmente ao desemprego e as transformações no mercado de trabalho. A grande questão é que o caminho da ativação da política social passa por uma responsabilização dos indivíduos, onde esses se tornam os responsáveis por seu sucesso ou fracasso em se inserir no mercado de trabalho. As políticas de ativação acionam um rol de conceitos como o desenvolvimento de capacidades e competências, a qualificação profissional, a cultura do autoemprego e tantos outros que transferem os problemas estruturais do modo de produção capitalista para a esfera individual.

Tendo em vista a relevância que essas políticas ocupam na conjuntura atual, a pesquisa aqui realizada torna-se justificável porque contribui com o campo das políticas sociais na medida em que permite captar as determinações essenciais de um processo social que é crescente e que traz consigo uma ideologia poderosa a serviço do capital, que impregna a sociedade de discursos falaciosos como os da empregabilidade, do empreendedorismo, da não acomodação e tantos outros, que visam preparar a classe trabalhadora para um mercado de trabalho cada vez mais precário e ao mesmo tempo minar a política social de sua dimensão de luta.

Outro ponto a ser destacado que justifica a necessidade dessa dissertação refere-se à insuficiência de estudos e pesquisas sobre as políticas de ativação na América Latina. Algumas poucas produções vêm sendo realizadas a nível apenas de teorização sobre a temática da ativação. Já no que diz respeito à análise de políticas e programas sociais dentro dessa lógica o que se observou foram estudos sob a perspectiva particular de uma política, programa social ou país específico. Em uma busca realizada na Biblioteca Digital Brasileira de

Teses e Dissertações – BDTD e da *Scientific Electronic Library Online – Scielo* utilizando palavras-chave como (políticas ativas de emprego, políticas ativas do mercado de trabalho, políticas de ativação, ativação da proteção social e Workfare) encontrou-se um número reduzido de produções. No caso do BDTD foram encontradas quatro produções sendo uma tese e três dissertações. A tese faz uma discussão mais teórica ao passo que as dissertações realizam uma análise de programas de ativação para o trabalho implantados no Brasil.

No âmbito da plataforma digital *Scielo* em pesquisa realizada em todos os periódicos cadastrados foram identificados sete artigos, sendo dois deles de discussões teóricas sobre a temática da ativação e os outros cinco são análises de políticas e programas sociais de ativação para o trabalho (em um deles a pesquisa é no âmbito dos países do Mercosul, em três deles se analisam programas específicos da Argentina e em um deles se analisa os programas de ativação de uma região na Colômbia). Já em outra busca realizada no *Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal – Latindex* que reúne um número maior de periódicos, não foram gerados resultados ao se pesquisar pelas palavras-chave citadas anteriormente.

Em busca realizada também nas publicações da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL foram encontrados seis documentos sobre a temática. Um deles é sobre as políticas ativas na América Latina, três estão voltados às políticas ativas para mulheres e jovens na Bolívia, Guatemala e Nicarágua respectivamente, um sobre as políticas ativas no Chile e o outro sobre as políticas ativas para o mercado de trabalho na Colômbia, México e Peru. Essas publicações são todas do ano de 2009. O estudo mais recente sobre ativação e também mais abrangente que abarca a América Latina como região foi a análise realizada pela Organização Internacional do Trabalho - OIT no ano de 2016 intitulada *Soluciones eficaces: Políticas activas del mercado de trabajo en América Latina y el Caribe*.

O estudo feito pela OIT parte de uma análise do ponto de vista apenas da eficácia dessas políticas na região, portanto se aproxima muito mais de uma perspectiva tecnicista do que de uma perspectiva crítica. Em função disso esse estudo acaba por deixar de lado determinações essenciais que conformam as políticas de ativação latino-americanas como, por exemplo, as questões regionais que os países compartilham entre si ou até mesmo as motivações políticas que levam a adesão da ativação nos países da região. Assim, tendo em vista a carência de análises sobre tais políticas no contexto regional, e visando contribuir para a produção de conhecimento sobre a região em que se insere o país da pesquisadora, optou-se por empreender uma análise das políticas de ativação no contexto da América Latina.

Além disso, haja vista a ausência de análises críticas sobre as políticas de ativação latino-americanas, essa pesquisa ao basear-se no método dialético de análise do real, visa colaborar criticamente em torno do que vem se configurando como uma das principais estratégias do Estado neoliberal-neoconservador em matéria de política social. Por fim, visa contribuir também de forma profícua ao Serviço Social latino-americano, tanto no âmbito da formação (propagando a temática da ativação como importante área de estudo e discussão), quanto na esfera da atuação profissional (na qual os profissionais passam a lidar diretamente em seus espaços sócio ocupacionais com políticas sociais de caráter ativador).

Além da importância que o tema adquire é relevante mencionar que o contato com a temática da ativação para o trabalho e das questões comuns que envolvem a compreensão da América Latina como região se iniciou já na graduação em Serviço Social pela Universidade de Brasília – UnB. As disciplinas de Prática de Pesquisa e Sociologia Brasileira realizadas durante a graduação foram instrumentos essenciais nesse longo percurso que desemboca na construção desse trabalho. Durante a graduação deu-se um maior direcionamento ao estudo e análise das políticas de ativação implantadas no Brasil em função da experiência de pesquisa no PIBIC, em que foram analisadas as características ativadoras do Plano Brasil Sem Miséria. A opção por dar continuidade ao estudo da ativação na Pós-Graduação e ampliá-lo para o conjunto da região latino-americana vem de um especial interesse pela temática da região e também pela observação aparente do crescimento nos últimos anos das estratégias ativadoras.

2. Percurso Metodológico e Estrutura da Dissertação

Em primeiro lugar é importante destacar que essa pesquisa parte de um esforço em realizar uma grande narrativa em um mundo que cedeu espaço aos pequenos relatos e aos estudos minimalistas. Pensar em um contexto amplo como é o caso da região latino-americana exige cuidado e parcimônia na medida em que “a América Latina é, ao mesmo tempo, una e diversa, por poder-se identificar características homogêneas e heterogêneas” (OZANIRA, 2016, p. 194).

O que constrói a América Latina como unidade não diz respeito apenas às questões territoriais e linguísticas que corriqueiramente são associadas ao se fazer referência à região. Em um processo de desconstrução das influências que partem das epistemologias do Norte é possível compreender que a unidade dessa região foi forjada historicamente. Primeiro a partir

de um processo de periferização (que não se findou) e posteriormente por uma dependência econômica dos centros da economia capitalista mundial.

Esse processo que faz da América Latina uma região periférica e dependente é o elo que faz com que países com distinções gritantes padeçam dos mesmos problemas sociais, ainda que em diferentes graus. Padecendo dos mesmos problemas e sob a influência tácita ou explícita de um centro que “imperá”, o conjunto de países que formam a região tendem a dar respostas semelhantes para tais problemas. Uma dessas respostas são as políticas e programas sociais.

Dado o crescimento das políticas de ativação para o trabalho em todo o globo como resposta aos problemas do modo de produção capitalista e as demandas da classe trabalhadora na fase do “novo” imperialismo em que impera uma crise de caráter estrutural essa dissertação possui os seguintes objetivos:

Geral

Caracterizar as tendências contemporâneas das políticas de ativação para o trabalho na região latino-americana.

Específicos

- a) Identificar a presença/adoção de políticas de ativação nos países que compõem a região latino-americana;
- b) Mapear os principais programas de ativação para o trabalho que se encontram em vigor no período estudado (2017-2018), a fim de precisar as particularidades nacionais;
- c) Elaborar uma síntese das tendências que caracterizam as políticas de ativação para o trabalho na região, identificando os dissensos e consonâncias entre os países, com a finalidade de apontar os rumos da ativação na região latino-americana.

Partindo desses objetivos supõe-se como hipótese de pesquisa o fato de que apesar das particularidades inerentes aos distintos países que compõem a América Latina, que vão desde diferenças culturais até diferenças na construção de seus Estados Sociais, estes apresentam tendências comuns no que diz respeito à configuração das políticas sociais de caráter ativador. Admite-se, desta forma, que as políticas de ativação apresentam mais similitudes do que dissensos permitindo, assim, traçar um panorama da ativação em âmbito regional. Adota-se

como hipóteses acessórias que: I) as tendências comuns na política de ativação latino-americana decorrem dos problemas sociais histórico-estruturais que esses países compartilham entre si e que tais políticas se dispõem a “resolver”; II) e que as políticas de ativação dos países latino-americanos convergem em três eixos principais: população-alvo, intencionalidade e tipo de ativação.

A pesquisa científica sempre coloca o pesquisador diante dos mais variados questionamentos. Para tentar responder a esses questionamentos, e principalmente, verificar as principais suposições a respeito de um determinado assunto, o pesquisador necessita de algo que o conduza, que lhe dê suporte nessa tarefa, um fio condutor. Esse fio condutor nada mais é do que o método científico. Ainda que incorra em limitações que podem ser as mais diversas, o método fornece ao pesquisador uma base comum sobre a qual ele constrói seu processo de investigação e descoberta e que o acompanha em todo o decurso da pesquisa. O método científico segundo Kosik “*é o meio graças ao qual se pode decifrar os fatos*” (1976, p.54, grifo do autor).

No que diz respeito à escolha do método, a aproximação do pesquisador com determinadas correntes e posicionamentos teóricos influi sobremaneira. Levando-se em consideração as afinidades teóricas, bem como o prévio conhecimento por parte do pesquisador dos distintos métodos científicos existentes, cabe a ele selecionar o método que possa conduzi-lo em sua jornada de descobertas. Nessa dissertação, o método que sustenta a análise das políticas e programas de ativação latino-americanos é o método materialista-histórico-dialético. A escolha desse método se deu primeiramente em razão das aproximações teóricas da pesquisadora e também por que ele toma a realidade como ponto de partida, não se limitando a pensá-la de modo fragmentado. Ainda que se escolha um dado fato como eixo de análise, o método dialético entende que esse fato é parte de um todo, é determinado pelo todo. Sendo assim a “realidade é totalidade concreta – que se transforma em estrutura significativa para cada fato ou conjunto de fatos” (KOSIK, 1976, p.44).

O método dialético é anterior a Marx, mas é com ele que esse método se torna materialista – histórico, diferentemente da dialética hegeliana, que entendia a realidade como produto do pensamento, Marx entende que a realidade já está posta e se altera na construção histórica dos sujeitos; ela existe antes mesmo do ato de pensar. Daí deriva o caráter materialista-histórico do método dialético. O processo de conhecer a realidade é então um processo de conhecer a totalidade concreta. Essa totalidade é sempre repleta de contradições e não se apresenta aos sujeitos de modo imediato; para sair da aparência e chegar à essência do todo, são necessárias mediações e aproximações sucessivas, é preciso conhecer e desvelar as

“muitas determinações” (MARX, 2008) que o compõem. Na medida em que se entende a ativação para o trabalho como um fato concreto, compositivo da realidade, faz-se mister descortinar suas “muitas determinações” (MARX, 2008) enquanto parte de um todo dialético.

A ativação se apresenta em aparência no mundo cotidiano como uma estratégia capaz de responder as mazelas sociais: o desemprego estrutural, a pobreza e a desigualdade social. Ela coloca o indivíduo no papel de protagonista de sua própria vida e o incentiva a melhorar suas habilidades e capacidades para que ele possa sozinho vencer tais problemas. Essas estratégias vêm sendo implantadas desde a década de 1990. Chegando perto de completar três décadas de materialização do que vem sendo denominadas de políticas de ativação para o trabalho elas não parecem estar com os dias contados. Organismos como a OIT seguem acreditando no poder de inclusão social e combate a pobreza e ao desemprego dessas políticas.

Utilizando o método materialista histórico dialético passa-se a questionar as determinações essenciais que conformam tais políticas. É preciso superar o véu que a aparência coloca em torno das políticas de ativação que as apresentam como políticas eficazes (OIT, 2016). É necessário concebê-las como parte de um todo: uma sociedade em que vigora a hegemonia do modo de produção capitalista que em sua própria forma de ser cria mais desemprego, mais pobreza e mais desigualdade social. E para além disso, é preciso compreender que esse mesmo modo de produção assume especificidades em cada formação social particular. E que cada formação dessa se articula no mundo por meio da divisão internacional do trabalho e de papéis definidores de sua atuação.

Analisar as políticas de ativação a partir desse método também supõe tentar entender que tipo de Estado as coloca em prática, quais os direcionamentos e as motivações políticas que levam à implantação dessas estratégias, a quem se dirige e por que, qual a relevância delas em cada contexto, se são paliativos ou realmente conseguem dar respostas duradouras, e tantas outras questões que permitem que se faça aproximações a essência dessas políticas. Visando o alcance desse propósito, lançou-se mão nessa dissertação de alguns procedimentos metodológicos, quais foram: a) revisão de literatura; b) pesquisa documental; c) pesquisa em base de dados; d) aplicação de quadros-resumo. Destarte temos que:

a) **Revisão de literatura:** esse procedimento metodológico visou à apreensão das principais temáticas que norteiam o objeto de estudo, a saber: centro-periferia, imperialismo-dependência, crise do capital, América Latina (determinantes particulares), trabalho e

emprego, direitos sociais, política social, ativação para o trabalho e neoliberalismo-neoconservadorismo.

b) **Pesquisa documental:** análise de documentos (desde relatórios até estatísticas) produzidos pelos organismos internacionais como: Banco Mundial, Organização Internacional do Trabalho – OIT e Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL. Complementar a isso, buscou-se analisar os documentos bem como sites oficiais dos governos de cada país latino-americano com foco nos sites dos órgãos executores da política/programa e órgãos oficiais de estatísticas governamentais.

c) **Pesquisa em bases de dados:** consulta a duas bases de dados/plataformas de organismos internacionais que compilam informações sobre políticas sociais e proteção social, são elas: - **Base de dados da Divisão de Desenvolvimento Social da CEPAL sobre Programas Sociais não contributivos da América Latina** (pesquisa com foco específico nos dados dos Programas de Inclusão Laboral e Produtiva) e **Compendio de Políticas del Mercado de Trabajo** (da Organização Internacional do Trabalho que reúne informações sobre programas implementados desde 1990 em sete países latino-americanos: Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, México, Peru e Uruguai);

d) **Aplicação de quadros-resumo:** a criação e aplicação desse instrumental metodológico visou subsidiar o mapeamento e a sintetização das informações coletadas, tendo em vista o grande número de países e programas de ativação para o trabalho e a quantidade de informações coletadas tornou-se necessário utilizar um meio objetivo e eficaz (o que não quer dizer fácil) de compilação de todas essas informações.

Tomando por base o método materialista histórico dialético e os procedimentos metodológicos elencados, essa dissertação foi estruturada em três capítulos. No Capítulo 1 intitulado “A “sempre” desigual e combinada relação entre o centro e a periferia” buscou-se realizar um resgate histórico da instituição da América Latina como periferia da Europa. Discute-se o papel da América Latina para a acumulação primitiva de capitais e a subsequente consolidação do modo de produção capitalista no continente europeu. A América Latina tendo contribuído para o desenvolvimento alheio conhece o seu oposto dialético, o subdesenvolvimento. Aqui, a acumulação primitiva e a passagem para o modo de produção capitalista se assentam em uma dependência econômica que condiciona a região a uma

contínua subordinação aos centros e que agrava cotidianamente os problemas sociais como a pobreza, a desigualdade social e o desemprego.

Já no Capítulo 2 intitulado **“Centro-imperialista e a periferia-dependente na fase neoliberal-neoconservadora do capital”** procurou-se reconstruir os caminhos que levaram à instituição de uma nova-fase de acumulação do modo de produção capitalista (no centro o ponto demarcador dessa mudança foi a crise internacional, já para a América Latina foi a sua expressão sob a forma de uma crise da dívida). À medida que o “novo” imperialismo surge como nova fase de acumulação do capital observa-se que há uma reconfiguração da situação de dependência vivenciada pelos países periféricos. Nesse capítulo, o principal destaque é dado para as transformações que essa nova fase traz para o mundo do trabalho bem como os desmontes sofridos pelos direitos sociais em todo o mundo que colocaram em xeque os ganhos da classe trabalhadora conquistados nas décadas anteriores.

Por último, no Capítulo 3, intitulado **“A política social contemporânea e a utopia capitalista da inclusão social pela via do trabalho”** expõe-se a relevância adquirida pela política de ativação para o trabalho na nova fase de acumulação do capital, com especial destaque para as iniciativas gestadas na Europa. Além disso, buscou-se compreender o que se entende por ativação para o trabalho, e porque dentro dessa nova lógica de acumulação resgata-se a centralidade do trabalho (subvertido em emprego ou auto emprego) como esfera por excelência da inclusão social e do bem estar. Outro ponto que ganha relevância nesse capítulo é a compreensão do conjunto de ideologias e conceitos que conformam a tendência ativadora da política social.

Em um segundo momento desse último capítulo sistematizam-se os dados referentes aos programas de ativação para o trabalho em vigor atualmente na América Latina. Essa sistematização se baseia em quatro quadros-resumo que compilam 15 países e 53 programas de ativação para o trabalho que foram mapeados por meio de uma busca ativa nos sites dos governos de cada país e com a ajuda da base de dados da CEPAL (2018). A partir desses quadros foi possível identificar tendências comuns no âmbito das políticas de ativação latino-americanas. Apesar da diversidade dos países e seus programas as hipóteses propostas se confirmaram. Assim, foi possível definir o direcionamento latino-americano dessa tendência global que é a instituição da ativação para o trabalho e de modo mais específico da implantação de políticas de ativação voltadas exclusivamente para “ativar” os indivíduos para um mercado de trabalho que é cada dia mais restrito e excludente.

CAPÍTULO 1 – A “SEMPRE” DESIGUAL E COMBINADA RELAÇÃO ENTRE O CENTRO E A PERIFERIA

“É a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros de poder (...). O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar têm sido sucessivamente determinados, de fora, por sua incorporação á engrenagem universal do capitalismo. A cada um dá-se uma função, sempre em benefício do desenvolvimento da metrópole estrangeira do momento, e a cadeia das dependências sucessivas torna-se infinita, tendo muito mais de dois elos, e por certo também incluindo dentro da América Latina a opressão dos países pequenos, por seus vizinhos maiores (...)” (GALEANO, 1979, p. 14).

1.1 O papel da região latino-americana no nascimento e na consolidação do modo de produção capitalista

Antes de adentrar no que se define aqui como, o papel da região latino-americana no nascimento e na consolidação do modo de produção capitalista, fazem-se necessárias algumas digressões. A primeira delas refere-se ao ato fundador da vida humana, o trabalho. Marx (1996), em sua célebre comparação entre as abelhas e os arquitetos¹, compreende o trabalho como algo exclusivamente humano. Para o autor só os seres humanos são capazes, em função de suas necessidades, de projetarem idealmente o fim a ser alcançado, ou seja, apenas os homens podem agir teleologicamente. Os animais, ao contrário, agem em relação as suas necessidades de modo instintivo/biológico.

O trabalho é o responsável por transformar, no processo de desenvolvimento dos seres, um determinado animal em “homem”. Essa transformação realiza-se sob um longo processo de afastamento das “barreiras naturais” que culmina em um momento de ruptura, a qual sob a perspectiva lukácsiana deve ser entendida como um salto ontológico que tem “início com a atividade humana de pôr” (LUKÁCS, 2013, p.53). O pôr nada mais é do que, a consciência que se dirige a uma finalidade, desta forma ele é, por essência, um pôr teleológico. A finalidade a que esta consciência se dirige, em um primeiro momento, é a da satisfação das necessidades mais básicas, mais naturais como, por exemplo, a fome.

Satisfazer a fome é uma necessidade presente tanto nos animais quanto nesse novo ser que se origina. Ela carrega em si uma obrigatoriedade biológica, que nem o avanço da ciência atual é capaz de eliminar. Se ela não for satisfeita esses seres fenecem. Para o ser humano a satisfação da fome é o fim a ser alcançado. Em função desse fim ele passa a projetar formas de dar respostas a essa finalidade, a partir de uma prévia-ideação (da projeção na consciência de uma resposta) o ser pode objetivá-la através do ato do trabalho. Para satisfazer a fome, o ser humano projeta em sua consciência que deve, por exemplo, colher frutas em uma árvore muito alta. Por não poder alcançá-la esse ser idealiza um instrumento capaz de fazê-lo. Na medida em que cria esse instrumento, o ser pode, enfim, satisfazer sua necessidade. Segundo Marx (2001, p.22) “uma vez satisfeita a primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento já adquirido com essa satisfação levam a novas necessidades”. O ser humano começa a partir daí a expandir o campo de alternativas que possam responder as novas

¹ “Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente.” (MARX, p. 298, 1996).

necessidades, na medida em que ele vai complexificando o ato do trabalho, ele alarga a sua capacidade de resposta, criando com isso, ao mesmo tempo necessidades que antes não existiam.

O ser que se origina do ato do trabalho, desse momento de “contínua realização de pores teleológicos” (LUKÁCS, 2013, p. 40) é o chamado ser social, e quanto mais afastado da natureza, das “barreiras naturais”, mais social ele se torna. O trabalho, ao mesmo tempo em que origina a sociabilidade, tem nela uma de suas principais mediações, a interação com o outro é indispensável a todo ato do trabalho, pois ele é necessariamente um ato coletivo. A sociabilidade é, por assim dizer, uma dimensão quase que imediata ao salto-ontológico. Esse novo ser é acima de tudo um ser social, que interage com seus pares não em função de uma disposição biológica e sim de uma constante busca por respostas conscientes as suas necessidades.

A sociabilidade é tão intrínseca e imediata como categoria desse novo ser que perpassa todas as outras dimensões nascentes. É justamente por isso que, na perspectiva lukacsiana o trabalho e não a sociabilidade adquire o papel de dimensão originária do ser social. Segundo essa perspectiva “todas as outras categorias dessa forma de ser têm já, em essência, um caráter puramente social; (...). Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza” (LUKÁCS, 2013, p. 35). Deste modo a sociabilidade não pode ser uma categoria de transição, já que, ela só surge após a formação desse novo ser, que é um ser humanizado e consequentemente socializado. Tudo o que surge após a constituição desse ser, adquire o caráter social, mas é o trabalho que ao implementar a mediação entre o ser e a natureza, possibilita o nascimento de uma sociabilidade que determina junto com ele todo o resto.

O trabalho, portanto, nada mais é do que a produção da vida material. É o ato que permite ao ser social a produção da sua própria vida, uma vez que, produz os meios para satisfação de suas necessidades. É justamente a produção da vida material que vai determinar todas as outras dimensões da vida desse ser, assim, tem se que, “o modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, político e intelectual” (MARX, 2008, p. 47). Ao produzirem materialmente a própria vida os seres humanos “entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade” (MARX, 2008, p. 47). Em função disso, a produção da vida material é também, fundamentalmente, produção social.

Na medida em que essas novas necessidades surgem, conforme dissertado anteriormente, os seres humanos inevitavelmente desenvolvem suas forças produtivas. A esse desenvolvimento, entendido aqui como mudança, correspondem relações de produção

específicas. Os seres humanos, ao se empenharem em responder às necessidades que vão surgindo, modificam e tendem a complexificar à forma de produzir a vida material. Ou seja, criam instrumentos cada vez mais melhorados, expandem os conhecimentos que os permitem alcançar o fim projetado e entram em novas relações de produção. Todo esse processo de mudança e complexificação da forma de produzir são determinados historicamente.

A forma de produzir a vida material, tanto na teoria marxiana quanto na marxista corresponde ao chamado **modo de produção**, este encerra em si as forças produtivas e suas relações de produção correspondentes. Compreender esses dois eixos articulatórios que compõem o chamado modo de produção representa uma segunda digressão necessária antes de adentrar no papel da América Latina na constituição do modo de produção capitalista. Como mencionado anteriormente o trabalho é um ato coletivo, por ser um ato coletivo ele implica que os sujeitos estabeleçam relações de produção entre si, nessas relações os sujeitos possuem papéis determinados em função da propriedade dos meios de produção. Essa propriedade como fala Netto (2006), pode ser coletiva ou privada. Na propriedade coletiva se estabelecem relações de cooperação, já na propriedade privada as relações entre os indivíduos são de antagonismo.

As forças produtivas, por sua vez, nada mais são do que a força de trabalho humana somada aos meios de produção, estes últimos por sua vez, correspondem aos objetos de trabalho e aos meios de trabalho. Segundo Marx (1968), o objeto de trabalho é “a matéria a que se aplica o trabalho” (MARX, 1968, p.202), e o meio de trabalho é “o instrumental de trabalho” (MARX, 1968, p.202). Tomando como exemplo a produção de uma lança, tem-se que, a madeira e o metal constituem os objetos de trabalho, pois, é neles que incidirá o trabalho humano. Já os meios de trabalho estariam representados pelas ferramentas (já existentes) das quais os sujeitos se valeriam para cerrar a madeira na confecção da haste e para fundir o metal e moldá-lo para a produção da ponta da lança.

A produção da lança, utilizada para exemplificar os meios de produção, deve ser entendida sob determinações históricas. As forças produtivas que permitem a produção de uma lança não são as mesmas no decurso da história, elas se alteram. Muito antes da presença do metal, os seres humanos já produziam lanças a partir de ossos de animais por exemplo. Por outro lado, passado séculos, o desenvolvimento das forças produtivas levou a obsolescência da lança (o que não significou a sua extinção), as necessidades que antes eram respondidas pela lança passam a ser respondidas por outro produto, às vezes por até mais de um. Esse desenvolvimento experienciado pelas forças produtivas implica em relações de produção correspondentes. Entretanto, “em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças

produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes” (MARX, 2008, p. 47), essa contradição acaba por criar as condições sob as quais pode surgir um novo modo de produção.

Nesse momento de transição de um modo de produção a outro que pode ser tencionado, mas não somente, por uma contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, convivem tanto elementos do modo de produção que está para surgir quanto do modo de produção antigo. Essa mescla, todavia, não é característica apenas dos momentos de transição. Mesmo quando um modo de produção se torna hegemônico em uma determinada formação econômico-social², este não exclui a presença de elementos dos modos de produção anteriores. Todavia, é a hegemonia de um modo de produção que determina os aspectos mais gerais sob os quais se funda uma formação econômico-social, assim tem-se que:

Em todas as formas de sociedade se encontra uma produção determinada, superior a todas as demais, e cuja situação aponta sua posição e sua influência sobre as outras. É uma iluminação universal em que atuam todas as cores, e às quais modifica em sua particularidade. É um éter especial, que determina o peso específico de todas as coisas as quais põe em relevo” (MARX, 2008, p. 266).

² Há em torno do conceito de formação econômico-social (que aparece muitas vezes apenas como formação social) um intenso debate, esse conceito que tem origem nos escritos de Marx ainda hoje carece de consenso e organicidade. Talvez um dos poucos pontos em comum dentro do debate seja a necessidade de diferenciação entre o conceito de formação econômico-social e o conceito de modo de produção, e ainda assim para alguns teóricos estes têm sido utilizados muitas vezes como sinônimos. No pensamento de Althusser (1967) essa diferenciação entende o modo de produção como um conceito teórico sem existência na realidade concreta, ao passo que a formação econômico-social (por ele denominada de formação social) é a efetivação desse conceito na realidade concreta. Segundo o autor “o conceito de *modo de produção* é um conceito teórico, e que se refere ao modo de produção em geral, que não é um objeto *existente no sentido estrito*, mas que é indispensável para o conhecimento de toda a formação social” (ALTHUSSER, 1967, p.68/69, grifo do autor). Seguindo na linha althusseriana, Poulantzas (1977) define que “O modo de produção constitui um objeto abstrato-formal que, no sentido rigoroso do termo, não existe na realidade (...). De fato, existe apenas uma formação social historicamente determinada, isto é, um todo social no sentido mais vasto - em um dado momento da sua existência histórica” (p. 14/15). O historiador italiano Emilio Sereni (2013), na tentativa de responder ao intenso debate sobre formação econômico-social faz uma análise da presença dessa categoria nas obras de Marx e Lênin. Já Oskar Lange em suas reflexões entende por “*formación social o sistema social* el modo de producción acompañado de la superestructura correspondiente, mientras que las relaciones de producción peculiares de una formación social dada constituyen lo que llamamos su *base económica*” (LANGE, 1966, p. 32, grifo do autor). O geógrafo brasileiro Milton Santos trouxe uma interessante contribuição ao sugerir que, se pense “uma nova dimensão” dentro do debate sobre formação econômico-social. Para ele não se trata de “engrossar ainda mais o debate semântico sobre F.E.S” (SANTOS, 1977, p.82) e sim de, pensar na dimensão do espaço como inerente a formação econômico-social, pois o espaço é reprodutor da totalidade social, bem como, de diversas outras estruturas componentes dessa totalidade, por isso segundo Santos (1977) deve-se falar sempre em formação sócio espacial. A lista de interlocutores desse debate sobre modo de produção e formação econômica-social conta com mais autores, aqui foram explicitados apenas alguns para que se evidenciasse a falta de consenso teórico.

Essa produção/modo de produção que emerge como superior e que funciona a partir de suas leis gerais próprias (que por serem tendenciais podem ou não alcançar sua máxima expressão) passa a determinar as características sob as quais a formação econômico-social se funda. No movimento dialético de análise do real, tanto o modo de produção quanto a formação econômico-social devem ser entendidos como componentes da realidade concreta, o modo de produção se evidencia como uma totalidade que se especifica em distintas formações econômico-sociais. O modo de produção determina as bases de qualquer formação econômica-social, porém, dados outros fatores inerentes a cada realidade, esse modo de produção se particulariza, se desdobra de formas diferentes. As formações sociais constituem assim, uma individualidade historicamente e espacialmente determinada.

Essa diferença entre modo de produção e formação econômica-social ou formação social é muito mais visível no modo de produção capitalista, em função de sua generalização e hegemonia na contemporaneidade. O modo de produção capitalista constitui-se de leis gerais próprias que o definem enquanto tal. Entretanto, as formas que esse modo de produção capitalista se desdobra são distintas para cada formação econômica-social. Inclusive como será exposto posteriormente, o capitalismo que se desdobra em formações econômico-sociais periférico-dependentes apesar de funcionar sob as leis mais gerais do modo de produção capitalista assume características muito distintas do capitalismo presente nas formações do centro.

Partindo desse entendimento que diferencia modo de produção e formação econômico-social pode-se analisar com maior rigor teórico os estudos de Marx acerca da sucessão dos modos de produção. Ao definir que, “podem ser os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno designados como outras tantas épocas progressivas da formação da sociedade econômica³” (MARX, 2008, p.48) Marx foi alvo de inúmeras interpretações, muitas delas inclusive viam em suas obras um caráter etapista, partiam da ideia de que a história era determinada por estágios produtivos fixados, em que um é a sucessão linear, imediata e determinada do outro, e que o caminho de sucessão desses estágios

³ Nessa citação escrita pelo próprio Marx, não aparecem o comunismo primitivo (comunidade primitiva), o escravismo e o socialismo, que também são interpretados por ele como modos de produção historicamente determinados. Nos escritos de juventude de Marx (e aqui dividem-se didaticamente as produções teóricas marxianas entre, o Marx jovem ainda muito afeito as questões filosóficas e a dialética hegeliana e o Marx maduro com sua dialética própria e aproximado das questões econômicas) suas principais elucubrações a respeito do desenvolvimento histórico através de distintos modos de produção giram quase que completamente em torno da Europa, o que custa a Marx no debate atual o título de eurocêntrico, que lhe cai muito bem se se analisa alguns trechos de suas obras de forma isolada. Já nos seus escritos de maturidade, a partir de 1850, Marx começa a reformular e a expandir suas análises para outras realidades, sobretudo em função do avanço dos estudos historiográficos e arqueológicos de sua época. É justamente nessa fase que ele chega ao conceito, ainda hoje polêmico, de modo de produção asiático.

produtivos/modos de produção deveria ser o mesmo nas mais diversas formações econômico-sociais.

Superar essa interpretação equivocada, que ganhou força principalmente com Stálin⁴, exige compreender a obra de Marx por um lado em sua totalidade e, por outro lado, em suas especificidades. Em sua totalidade porque é só uma visão geral das teorizações marxianas que permite que se chegue a uma compreensão do que vem a ser o desenvolvimento histórico para Marx, que nada mais é do que “a *processualidade* da história por distintos modos de produção, sempre dialética e historicamente determinados, e, talvez o mais importante, sem nenhuma teleologia e/ou determinismo histórico dado *a priori*” (CARCANHOLO, 2013, p. 193, grifo do autor).

E compreender a obra de Marx em suas especificidades, implica em, pensar que, suas análises a respeito dos distintos modos de produção correspondem a situações concretas específicas nas quais ele pôde encontrar categorias explicativas que não necessariamente serviriam para todas as outras realidades. O próprio Marx faz essa ressalva quando, na carta de resposta ao diretor do jornal russo Oteschestvennye Zapiski, diz que

Ele se sente obrigado a metamorfosear meu esboço histórico da gênese do capitalismo na Europa Ocidental numa teoria histórico-filosófica da *marche generale* [marcha geral] que o destino impõe a todos os povos, quaisquer que sejam as circunstâncias históricas em que eles se encontram, a fim de que possa chegar finalmente a essa formação econômica que assegura, junto ao maior desenvolvimento as capacidades produtivas do trabalho social, o mais completo desenvolvimento do homem. (MARX, 1877).

Nessa carta, Marx (1877) responde ao artigo publicado no citado jornal russo sob o título, Karl Marx diante do Tribunal de M. Shukovsky. Ainda que tenha sido direcionada a uma pessoa específica, essa carta desfaz pelas mãos do próprio Marx, as confusões interpretativas a respeito de sua teoria da história, que se seguiram, até mesmo, postumamente. Há três momentos essenciais nessa carta, o primeiro deles refere-se àquele em que Marx (1877) esclarece que, em seu livro O Capital, o capítulo sobre a acumulação primitiva que é objeto de crítica do autor do artigo “não pretende mais do que traçar o caminho pelo qual, na Europa Ocidental, a ordem econômica capitalista emergiu do seio da ordem econômica feudal” (MARX, 1877).

⁴ De acordo com o Dicionário do Pensamento Marxista “o esquema unilinear – comunismo primitivo, escravismo, feudalismo, capitalismo e socialismo – passou a predominar depois que a Conferência de Leningrado de 1931 rejeitou a relevância do Modo de Produção Asiático para a análise das sociedades asiáticas. A decisão foi confirmada pela adesão de Stálin a uma perspectiva mecanicista e unilinear” (2012, p. 516). O não reconhecimento do modo de produção asiático desenvolvido por Marx está no eixo central da confusão de ver a história através de etapas produtivas determinadas. Uma vez que foi introduzida como uma nova categoria deixou explícita a dinamicidade da realidade, não sendo possível mais falar em sucessão determinada dos modos de produção a ser reproduzida em todas as formações sociais.

O segundo momento, refere-se aquele em que Marx (1877) atribui ao autor do artigo a tentativa de transformar sua análise de uma realidade específica em uma “teoria histórico-filosófica da *marche generale* [marcha geral]” aplicável a todas as outras realidades, inclusive a realidade russa sobre a qual aquele autor se debruçava. Marx (1877) recuperando seus escritos do livro *O Capital*, relembra que fez ali uma análise de como na Inglaterra o fenecimento do feudalismo impulsionou a passagem para um modo de produção de caráter capitalista. Segundo Marx (1877) esse movimento de transição, melhor expressado pelo processo de acumulação primitiva do capital, só se completará radicalmente na Inglaterra, mas os outros países da Europa Ocidental também demonstravam estar “indo pelo mesmo movimento” (MARX, 1877). No entanto, o fato desses países seguirem o mesmo caminho não significa que outros países, outras realidades, obrigatoriamente o farão, e isso é facilmente compreensível na medida em que se toma a realidade em seu caráter dialético e dinâmico.

O terceiro momento a ser lembrado dessa carta e que completa o raciocínio anterior é aquele em que Marx (1877) utilizando-se do exemplo da Roma Antiga, já exposto em seu livro *O Capital*, mostra que não pode haver determinismo na análise da realidade. Ele fala que a Roma Antiga vivenciou um processo de acumulação primitiva semelhante ao observado na Inglaterra, entretanto, esses processos desembocaram no nascimento de modos de produção totalmente distintos. Enquanto na Inglaterra a acumulação primitiva de capitais impulsionou o nascimento do modo de produção capitalista, na Roma Antiga uma acumulação semelhante acabou por culminar em um modo de produção fundamentado na escravidão. Marx então finaliza sua carta concluindo que

Eventos notavelmente análogos, mas que têm lugar em meios históricos diferentes levam a resultados totalmente distintos. Estudando separadamente cada uma dessas formas de evolução e, logo depois, comparando-as poder-se-á encontrar facilmente a chave deste fenômeno, mas nunca se chegará a ela mediante o passaporte universal de uma teoria histórico-filosófica geral cuja suprema virtude consiste em ser supra-histórica. (MARX, 1877).

Uma vez superada a confusão de ver a história através de modos de produção determinados é que se pode compreender a lei histórica do desenvolvimento desigual e combinado, que representa aqui a terceira digressão necessária à compreensão do papel da América Latina no nascimento e na consolidação do modo de produção capitalista. A lei do desenvolvimento desigual e combinado foi conceituada por Trotsky (1977). Segundo ele:

As leis da História nada têm em comum com os sistemas pedantescos. A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos distintos países atrasados. Sob o chicote das

necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, (...), chamaremos de *lei do desenvolvimento combinado*, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas”. (TROSTKY, 1977, p. 25, grifo do autor).

Trotsky (1977) em seu livro *A História da Revolução Russa* diz ser impossível compreender a história da Rússia ou de qualquer outro país atrasado sem a compreensão dessa lei. Quando conceituou o desenvolvimento desigual (e o desenvolvimento combinado como seu decorrente), Trotsky (1977) apesar de dizer que se trata de uma lei geral do processo histórico direciona suas análises ao capitalismo. Assim, para ele, os países atrasados correspondem àqueles em que o capitalismo tardou a chegar, e que quando chegou não se construiu sob os mesmos processos que os países em que o capitalismo se instituiu primeiro. Ao mesmo tempo em que o capitalismo se desenvolve de forma desigual nas mais diversas realidades ele se expressa também de modo combinado onde se mesclam aspectos modernos e arcaicos.

Nesse primeiro momento, importa no âmbito da lei do desenvolvimento desigual e combinado a sua dimensão mais universal, e não apenas suas expressões no modo de produção capitalista, como fez Trotsky (1977) em suas análises. Para Novack (1988, p.15) “embora tenha se originado do estudo da história moderna, a lei do desenvolvimento desigual e combinado tem raízes em acontecimentos comuns a todos os processos de crescimento, tanto na natureza como na sociedade”. Na perspectiva do referido autor todos os processos de desenvolvimento sejam eles os biológicos como a evolução do corpo humano ou os sociais como a evolução das sociedades primitivas, se desdobram sob a lei do desenvolvimento desigual e combinado.

No âmbito biológico ou natural como denomina Novack (1988) a desigualdade no desenvolvimento é facilmente identificada. Tomando como exemplo o desenvolvimento das partes do corpo do que viria a se tornar o homem, Novack (1988) observa que estas se desenvolveram de forma totalmente desigual, enquanto o crânio já era bastante desenvolvido as mãos com polegar ainda não eram. Já no que diz respeito às sociedades primitivas, tal lei se explicita no fato de que “os diversos elementos da existência social apareceram em tempos diferentes, evoluíram em proporções enormemente distintas e se desenvolveram, sob distintas condições, em graus diferentes” (NOVACK,1988, p.19/20). Cada sociedade viu suas forças produtivas e relações de produção avançar de modo muito diverso de um local a outro, por exemplo, enquanto algumas sociedades já haviam descoberto os metais, outras ainda não o

tinham feito, enquanto sociedades viviam basicamente da coleta de alimentos outras já eram exímias agricultoras, e eram capazes até mesmo de domesticar animais.

Esses exemplos demonstram como a lei do desenvolvimento desigual se expressa de modo muito mais amplo, sendo observada até mesmo na natureza. Um dos momentos em que essa lei esteve mais visível no decorrer da história foi segundo Novack (1988) aquele que colocou frente a frente os povos americanos e os povos europeus. Segundo ele

Encontraram-se ali duas rotas de evolução social completamente separadas, produtos de dez a vinte mil anos de desenvolvimento independente nos dois hemisférios. Ambas se viram obrigadas a comparar suas proporções de crescimento e a medir seus respectivos resultados globais. Esta foi uma das mais marcantes confrontações de diferentes culturas em toda a História. Naquele momento a Idade da Pedra chocou-se com o final da Idade do Ferro e o começo da mecanização. Na caça e na guerra, o arco e a flecha tiveram que competir com o mosquete e o canhão; na agricultura, a enxada e o bastão, com o arado e os animais de tração; no transporte aquático, a canoa com o navio; na locomoção terrestre, as pernas humanas com o cavalo e os pés descalços com a roda. (NOVACK, 1988, p. 23).

Esse momento de confrontação entre povos desigualmente desenvolvidos foi resultado de um processo originado pela Europa, mais precisamente a Ocidental. A Europa do final do século XV, que é justamente o período que marca a chegada do europeu ao continente americano, passava por momentos de significativas mudanças que estavam em curso desde o século XIV. Durante esse período, o modo de produção feudal que vigorava como modo de vida na Europa Ocidental, dava claros sinais de esgotamento. Suas contradições tinham se tornado insustentáveis se expressando assim sob a forma de uma grave crise. Essa crise foi na realidade a junção de inúmeros fatores, muitos deles ainda desconhecidos.

No início do século XIV, a terra, principal meio de produção feudal, já não era mais capaz de suprir as necessidades produtivas, sua exploração havia sido feita de modo desenfreado durante séculos, culminando assim, na deterioração de quase todas elas. Com poucas terras e terras cada vez mais improdutivas, a produção de alimentos se tornava cada vez mais parca e não dava conta do amplo contingente populacional. Em função disso, aponta Anderson (1991), a fome se instalou na Europa no início do século XIV, e na medida em que a fome avançava a população que havia crescido começava a desaparecer, o que acabou por gerar uma baixa na demanda dos itens de subsistência. O contingente populacional da Europa Ocidental caiu ainda mais quando ocorreu o surto da Peste Bubônica (Peste Negra).

Outro fenômeno que compôs a crise do sistema feudal foi a escassez de metais, principalmente da prata, essa escassez “levou a repetidas adulterações na cunhagem em vários países sucessivamente, e daí a uma inflação em espiral” (ANDERSON, 1991, p.193). Esses acontecimentos vão desencadear lutas de classes no interior da ordem feudal. A nobreza que

via suas riquezas diminuïrem e já não podia mais contar com os excedentes da produção e nem com ampla mão-de-obra tornou-se saqueadora e cada vez mais repressora. Com a pilhagem em outras regiões a nobreza pôde manter suas riquezas. Já em relação à carência de mão de obra, a saída encontrada pela nobreza passou pela repressão dos servos e a transferência do ônus da crise para eles. Isso, no entanto, como aponta Anderson (1991) acabou por inflar ainda mais os levantes camponeses contra a nobreza feudal.

É em meio a essa crise do modo de produção feudal, marcada por uma escassez de produtos, que os europeus começaram a buscar territórios cada vez mais longínquos, a procura principalmente de metais. A busca por mercadorias somada aos avanços técnicos na navegação, sobretudo a partir do século XV, criaram na Europa, um movimento de expansão marítima. Essa expansão marítima teve nos ibéricos seus atores principais. O pioneiro⁵ a lançar-se no mar em busca de territórios e mercadorias foi Portugal, seguido depois pela Espanha. Segundo Fourquin (1981), quando Portugal tomou a frente das navegações, além de estar passando por “serias dificuldades de abastecimento alimentar” também tinha “um desejo profundo de cruzada que continuava vivo nesta região da *Reconquista*”⁶ (FOURQUIN, p. 305, grifo do autor).

Apesar de ter tomado a frente das navegações, não será Portugal a “descobrir”⁷ o que hoje se denomina de América. Foram os espanhóis que em 1492, comandados por Cristóvão Colombo, desembarcaram em Guanahani, onde hoje é o território das Bahamas. Assim como Portugal, a Espanha também mantinha o “desejo da cruzada” quando empreendeu a expansão marítima. Todorov (1988) ao analisar as cartas e os relatos de viagem deixados por Colombo aponta que “a expansão do cristianismo é muito mais importante para Colombo do que o ouro” (TODOROV, 1988, p.7), porém, o autor alerta para o fato de que para Colombo “a necessidade de dinheiro e o desejo de impor o verdadeiro Deus não se excluem. Os dois estão até unidos por uma relação de subordinação: um é meio, e o outro, fim” (TODOROV, 1988, p.7). Apesar de não ser espanhol Colombo era um reflexo da Espanha medieval cristã, que patrocinava as navegações. Esse caráter “religioso”, que juntamente com a escassez de

⁵ É interessante apontar que anteriormente aos europeus, os vikings chegaram à região da chamada América muitos anos antes.

⁶ A Reconquista foi um longo processo empenhado pelos ibéricos para a tomada de territórios que estavam sob o poder mulçumano, o domínio dos territórios marcava o domínio cristão. Era uma guerra de retomada de territórios e do poder religioso.

⁷ As palavras descobrir e descobrimento são utilizadas entre aspas no decorrer de todo o texto tendo em vista que, a chegada do europeu a região já existente do que se convencionou chamar de América não poderia ser um descobrimento. Optou-se por utilizá-las tendo em vista os usos recorrentes dentro da literatura e também para expressar a dinâmica eurocêntrica de captar e compreender a região e o outro existente nela como sua periferia e o ser dominado, respectivamente.

produtos impulsiona a expansão marítima vai perpassar não só o período da “descoberta”, mas também o da conquista e o da colonização dos povos nativos/originários da chamada América.

Segundo a tese dusseliana, o ano de 1492 representa para a Europa Ocidental o nascimento da Modernidade e a sua elevação como “centro”. Até a data em que os espanhóis pisam pela primeira vez em um território ainda desconhecido por eles, a Europa Ocidental era a periferia dos mulçumanos, estes tinham sob seu domínio a maioria dos territórios e das rotas do comércio no Mediterrâneo. A “descoberta” da América é justamente o ponto de inflexão para a Europa, esta deixa de ser periferia para tornar-se “o “centro” de uma História Mundial que inaugura” (DUSSEL, 1993, p.7).

Quando desembarcam na América, os europeus não chegam a um território vazio, muito pelo contrário, chegam a um território habitado por um número variado de povos vivendo sob distintas formações sociais. A maioria desses povos, como explicita Vitale (1998), viviam sob as bases de um modo de produção comunal - onde o trabalho se exercia coletivamente – que assumia características próprias em cada formação social. Além de se organizarem socialmente de modo diverso aos europeus, esses povos também eram fisicamente diferentes. Assim, o europeu ao chegar a América fica cara a cara com o diferente, com o outro, e é justamente no confronto com esse outro, com a alteridade que se “origina a “experiência” do ego europeu de constituir os Outros sujeitos e povos como objetos, instrumentos, que podem ser usados e controlados para seus próprios fins” (DUSSEL, 1993, p. 113, grifo do autor). O outro, aquele que é notadamente diferente e fora do padrão de referência, qual seja, o europeu e a sociedade europeia, deve ser: “encoberto”⁸, dominado, civilizado e até mesmo violentado.

Entre o ato europeu de “descobrir” e as ações de conquistar e colonizar a América e seus povos originários (a alteridade) não se passaram longos períodos, como bem mostra Galeano (1979, p. 24) “três anos depois do descobrimento, (...) Colombo dirigiu pessoalmente a campanha contra os indígenas da Ilha Dominicana. Um punhado de cavaleiros, duzentos infantes e alguns cães (...) dizimaram os índios”. No ano de 1503 a *ecomineda* já estava sendo instituída nas Antilhas e condicionava indígenas ao trabalho forçado na agricultura e na extração de metais, em 1507 inventa-se o nome América, em 1521 Hernán Cortes conquistava

⁸ Para Dussel (1993, p.8) “o Outro não foi “descoberto” como Outro, mas foi “en-coberto” como o “si-mesmo” que a Europa já era desde sempre”. Quando o europeu se depara com o não-europeu ele o encobre de sua alteridade, de suas diferenças, de suas particularidades e o faz semelhante conferindo-lhe civilidade que na sua perspectiva é pertencente única e exclusivamente ao europeu. Para fazê-lo semelhante, objeto a ser moldado ele deve ser negado em sua particularidade, naquilo que o torna o outro.

o Império Asteca. O reino de Portugal sob a figura de Pedro Alvares Cabral chegou às terras do Brasil em 1500 e já em 1532 dava início à colonização que obrigava indígenas a trabalharem nas plantações da cana-de-açúcar. Em 1533 na região onde hoje está localizado o Peru, Francisco Pizarro deixava em ruínas o grandioso Império Inca.

Todo esse processo de conquista e colonização praticado pelos europeus não se efetivou sem resistências, muito pelo contrário, os povos originários, que segundo estudos arqueológicos estavam em maior número, resistiram de forma aguerrida às invasões. Segundo Vitale (1998, p.144) “entre los tantos mitos fabricados por los historiografía tradicional se destaca el que dice que los indígenas, luego de recibir espejuelos y baratijas, rápidamente se sometieron a los colonizadores”. Ao contrário da ideia de passividade e ingenuidade que esse mito atribuiu aos indígenas, inúmeras foram as formas de resistência e luta desses povos contra as ações de conquista e colonização. Todavia, infelizmente os indígenas não conseguiram impedir que os europeus conquistassem tudo que viram pela frente.

Se esses povos resistiram ao avanço europeu, o que de fato fez com que os europeus saíssem vencedores? Para a maior parte dos estudiosos desse período, um fator externo foi o principal responsável pela vitória europeia, qual seja, as epidemias trazidas a América pelos europeus. Para o historiador britânico Elliott (1997, p.170) “a conquista da América foi uma conquista feita tanto por micróbios quanto por homens”. Os povos originários não conheciam e nem estavam biologicamente preparados para a infinidade de doenças que os europeus traziam, ao primeiro contanto adoeciam e eram dizimados facilmente pela varíola, gripe, sarampo, tuberculose, entre outras epidemias.

Para além das epidemias, outro fator que parece ter levado a conquista da América é o do desenvolvimento desigual em que se encontravam os povos originários em relação aos europeus. Como explicita Galeano (1979, p. 28):

(...) nenhuma das culturas nativas conhecia o ferro nem o arado, nem o vidro e a pólvora, nem empregava a roda, a não ser em pequenos carrinhos (...). O desnível do desenvolvimento de ambos os mundos explica a relativa facilidade com que sucumbiram as civilizações nativas.

O desenvolvimento dos europeus, principalmente no que diz respeito às armas de guerra, lhes permitiram dominar facilmente aldeias inteiras e em muitos casos dizimá-las. Esse desenvolvimento desigual entre esses povos também foi fundamental para reforçar aquilo que Dussel (1993) denomina de “ego-europeu”. Assim, os europeus, por se encontrarem em uma situação mais avançada do desenvolvimento, tomaram os povos originários como sendo inferiores e carentes de civilização.

Os europeus tendo contando principalmente com esses dois fatores (as epidemias e o desenvolvimento desigual) puderam assim dar seguimento aos seus reais anseios no território da América. Como mencionado anteriormente, os europeus ansiavam principalmente por produtos que suprissem as necessidades europeias em meio à crise feudal, ao mesmo tempo em que tinham a intenção da propagação do cristianismo (no caso dos ibéricos). Para os objetivos desse trabalho interessa apenas o primeiro motivo, tendo em vista que é a partir dele que a Europa Ocidental, primeiramente a Inglaterra, presenciará a transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. Assim a “descoberta”, a conquista e a colonização da América são fatores centrais para pensar o nascimento e a consolidação do modo de produção capitalista. E de modo inverso, é também sob as bases dessa “descoberta”, conquista e colonização que a região, da chamada América Latina, nasce e se estrutura sob um colonialismo que figura como uma herança perversa que determina o papel ocupado por essa região na História Mundial, na dinâmica mundial. Marx em seu livro *O Capital* aponta que

A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. (MARX, 1996, p. 370, grifo nosso).

Para Marx (1996) a “descoberta” da América constitui um dos fatores essenciais para o nascimento do modo de produção capitalista. E no que essa “descoberta” contribui de fato? Na visão marxiana a “descoberta” da América e sua posterior colonização constituem-se como momentos da acumulação primitiva de capital. A acumulação primitiva é “o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (MARX, 1996, p. 340). Para que esse processo se realizasse, um conjunto de fatores internos e externos coadjuvou. No âmbito interno, Marx (1996) tomando a Inglaterra como modelo clássico dessa acumulação primitiva cita fatores como: a expropriação do povo de sua base fundiária, a dívida pública, o sistema tributário e o protecionismo entre os países⁹.

A expropriação do povo da base fundiária, na Inglaterra e no restante da Europa Ocidental é a condição *sine qua non* da acumulação primitiva, pois é ela que explica diretamente a mudança das relações sociais de produção. Sob o modo de produção feudal a terra é o ponto central das relações de produção e isso vai se deslocando à medida que uma grande massa é desapropriada da terra, do campo. Uma vez desfeita essa relação é que pode

⁹ Para o aprofundamento desses fatores que levaram a acumulação primitiva de capital ver Marx (1996).

nascer outra, que será justamente a relação capital-trabalho. Nessa nova relação aquele que antes detinha a propriedade dos meios de produção passa a ser possuidor apenas de sua força de trabalho, em contrapartida, forma-se uma classe de proprietários que é detentora da propriedade privada dos meios de produção. A expropriação do povo de sua base fundiária acabou levando uma ampla massa populacional em busca de trabalho, todavia, o mercado de trabalho foi incapaz de absorver esse enorme contingente, segundo Marx (1996) a consequência mais imediata foi o aumento da pobreza.

No que diz respeito aos fatores externos à Europa Ocidental, que levaram à acumulação primitiva¹⁰, interessa aqui o da “descoberta” e colonização da América. Ainda que Marx (1996) aponte dialeticamente o papel das Índias Orientais e da África, as discussões desse trabalho procuram se centrar no território americano, e de modo mais específico, na parte latino-americana (incluindo o território caribenho)¹¹. Entretanto, é importante ressaltar que a centralidade conferida nesse trabalho ao papel da América no surgimento e consolidação do modo de produção não descarta, e nem poderia o papel da África nesse mesmo processo, como bem relembra o historiador cubano Saco (1879) “es imposible tratar de América prescindiendo de África” (p.5/6)¹².

A América Latina tornada colônia vai fornecer para Europa os produtos que ela tanto buscava: metais e matérias-primas, esses produtos permitiram o enriquecimento das chamadas

¹⁰ A historiadora italiana Silvia Federici em seu livro *O Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*, traz uma instigante reflexão para o debate da acumulação primitiva de capital na Europa, a autora sustenta que “a perseguição às bruxas, tanto na Europa quanto no Novo Mundo, foi tão importante para o desenvolvimento do capitalismo quanto a colonização e a expropriação do campesinato europeu de suas terras” (FEDERICI, 2017, p.26). Para a autora A caça às bruxas ou a guerra contra as mulheres foi crucial para o desenvolvimento do capitalismo e do proletariado europeu, sobretudo porque “debilitou a capacidade de resistência do campesinato europeu frente ao ataque lançado pela aristocracia latifundiária e o Estado” (FEDERICI, 2017, p.294), além disso, “aprofundou a divisão entre mulheres e homens, inculcou nos homens o medo do poder das mulheres e destruiu um universo de práticas, crenças e sujeitos sociais cuja existência era incompatível com a disciplina do trabalho capitalista” (FEDERICI, 2017, p.298). Essa mesma caça às bruxas que foi marcada pela perseguição da mulher na Europa, na América foi uma perseguição também dos povos indígenas e dos africanos escravizados, segundo a autora “os destinos das mulheres na Europa e dos ameríndios e africanos nas colônias estavam tão conectados que suas influências foram recíprocas. A caça às bruxas e as acusações de adoração ao demônio foram levadas à América para romper a resistência das populações locais, justificando assim a colonização e o tráfico de escravos ante os olhos do mundo” (FEDERICI, 2017, p. 362), ao romperem essa resistência os colonizadores forçavam essas populações a trabalharem para enriquecer a Europa. Essa caça às bruxas de que fala Federici (2017) também pode ser pensada como um dos motivos que levaram ao rápido processo de conquista europeia (processo esse em que jogaram a desigualdade no desenvolvimento e as epidemias).

¹¹ A colonização do território latino-americano foi notadamente diversa daquela vivenciada pela chamada América anglo-saxônica, o que não descarta a presença de similitudes. Porém a América Latina foi colonizada muito tempo antes e em função da riqueza em metais foi imediatamente utilizada a serviço da acumulação primitiva de capital na Europa.

¹² Saco (1879), apesar de escrever em uma época em que a colonização ainda era uma realidade para muitos países na América e ver a “descoberta” da América como algo grandioso para a humanidade, tinha uma posição crítica em relação à utilização da população africana como escrava. Saco (1879) teve como historiador uma importante percepção no que diz respeito à determinação mútua entre América e África.

metrópoles e da classe de proprietários que começava a se formar na Europa. O acúmulo de riquezas durante o século XVI, período em que a América Espanhola enviou quantias exorbitantes de metais preciosos, sobretudo ouro e prata, foi um fator imprescindível para colocar fim à sociedade feudal e permitir o nascimento do modo de produção capitalista.

Para Marx (1996) o século XVI marca “a era capitalista” (p. 341). Esse capitalismo que para os marxistas deve ser qualificado como de tipo comercial, perdurou até a metade do século XVIII (concomitantemente o processo de acumulação primitiva do capital segue por todo esse período). No século XVI as bases da estrutura feudal europeia já haviam se dissolvido no Ocidente¹³, e agora, davam lugar à formação das bases do modo de produção capitalista, nesse momento, o trabalho livre passa a ocupar o lugar que havia sido da servidão por vários séculos. Como recorda Ianni (1978, p.3, grifo do autor) “na mesma época em que na Europa implantava-se o *trabalho livre*, no Novo Mundo criavam-se distintas formas de *trabalho compulsório*”.

O próprio Marx já havia percebido à sua época esse movimento interdependente e contraditório do nascimento do modo de produção capitalista. Segundo ele “de maneira geral, a escravidão encoberta dos trabalhadores assalariados na Europa precisava, como pedestal da escravidão *sans phrase*, do Novo Mundo” (MARX, 1996, p.378). As formas de “trabalho compulsório” que são implantadas na América sob forte violência vão contribuir para o nascimento do trabalho livre, bem como, para o enriquecimento da Europa. Todavia, esse enriquecimento concentrou-se nas mãos de poucos, a grande massa europeia, ao mesmo tempo em que se tornava livre, empobrecia de modo assustador.

Mandel (1971) ao analisar e somar os dados mensurados por alguns estudiosos dos valores transferidos das colônias para a Europa durante os séculos XV e XVI chega à compreensão de que:

La suma de todas estas cantidades supera los mil millones de libras-oro ingleses, es decir ¡más que el valor total del capital invertido en todas las empresas industriales europeas hacia 1800! La afluencia de estas enormes masas de capitales hacia las naciones comerciales europeas entre el siglo XVI y finales del XVIII, no solamente creó una atmósfera favorable a la inversión de capitales y a la expansión del “espíritu empresarial”. También se puede demostrar que, en numerosos casos, financió directamente la fundación de manufacturas y fábricas, dando de ese modo un impulso decisivo a la revolución industrial. (MANDEL, 1971)

¹³ Esse processo varia de país para país, entretanto, de um modo geral já no século XVI, o modo de produção feudal não era mais o modo de produção dominante na Europa Ocidental.

Durante os séculos XVI e XVII a chamada América Espanhola¹⁴ enviava para Europa principalmente ouro e prata. Nesse período, as principais formas de trabalho tinham uma aproximação maior com a servidão feudal vivida na Europa. As duas mais comuns eram: a mita e a *encomienda*. Na *encomienda* o indígena trabalhava nas minas ou na produção de matérias-primas e tinha de pagar tributos para a Espanha. Já na mita as tribos indígenas tinham de oferecer certa quantidade de indígenas para o trabalho forçado. Segundo Vitale (1998) depois que a mita e a *encomienda* entram em crise na América Espanhola a partir do século XVIII surgem outras formas de trabalho para substituí-las como, por exemplo, o *acasillamiento* e a peonagem por dívidas. Além das relações de trabalho servis a América Espanhola também passou a implantar de modo crescente a escravidão africana.

Nos séculos XVI e XVII uma das regiões mais importantes de extração de minérios se dava na região denominada de Peru¹⁵, a prata brotava na mina de Potosí. Segundo Vilar (1980, p. 136) “o grande destino do Peru será o das minas de prata de Potosí, depois de 1545, e principalmente, 1570. Mas o êxito inicial foi o do descobrimento e saque dos tesouros incas, uma fase do ouro”. Analisando a produção de ouro nos anos de 1531 a 1535, Vilar (1980) aponta uma produção considerável de 11.736 quilos de ouro. Para o autor “antes do grande episódio da prata, o Peru, numa primeira fase, vomitou o ouro entesourado” (VILAR, 1980, p.136). Nesse período o ouro extraído no Peru foi o mais significativo em termos quantitativos para o enriquecimento da Europa.

Apesar de fornecer ouro, foi com a extração da prata que a região contribuiu significativamente para a acumulação primitiva de capitais na Europa. A mina de Potosí que segundo Galeano (1979, p.43) “nos séculos XVI e XVII (...) foi o centro da vida colonial americana” fornecia prata em abundância para a Espanha e conseqüentemente para a Europa. Apesar da importância de Potosí, Bethel (2004) destaca também as minas de prata de Zacatecas, Guanajuato, Sombrerete e Santa Bárbara na região mexicana. Diferentemente de Potosí as minas de prata mexicana só atingem seu auge no século XVIII e serão as principais responsáveis por manter as grandes remessas de prata em direção a Europa num período em que o ouro e a prata tornavam-se cada vez mais escassos nas minas latino-americanas.

¹⁴ A colonização da Espanha sob o território latino-americano se deu sob distintas divisões, como os territórios eram extensos para que a Espanha pudesse controlá-los era preciso reparti-los. Em um primeiro momento estava sob o domínio da Espanha a chamada região de Hispaniola, os vice-reinos de Nova Granada, Nova Espanha, Peru e Prata, e as capitânias gerais da Venezuela, do Chile e da Guatemala. Para as especificidades de cada colônia ver Vitale (1998).

¹⁵ Peru não corresponde aqui ao nome do país que atualmente compõe a região da América Latina, utiliza-se nesse momento a perspectiva de Vilar (1980, p. 147) que entende que “no século XVI, “Perú”, é a designação de toda a América do Sul, e não apenas do território que hoje tem este nome”. A região onde se encontrava a mina de Potosí corresponde hoje à região da Bolívia.

Hamilton (1970) em estudo sobre as importações do ouro e da prata americana pela Europa aponta que, no período de 1503 a 1660 os valores destas chegaram a quase 450 milhões de pesos. Sendo que, o auge se deu entre os anos de 1591 e 1595 em que se atingiu o valor de 35 milhões de pesos em importações.

Apesar da extração de ouro e principalmente da prata terem sido o ponto central da colonização Espanhola, a produção de itens agrícolas e pecuários também foi bastante significativa. Em função de essa produção ter sido secundária a mineira por boa parte do período colonial, os teóricos não têm a associado como fator que possibilitou a acumulação primitiva europeia. Desconhece-se até o momento alguma bibliografia que faça uma reflexão em termos de mensuração do significado da produção agrícola e pecuária da América Espanhola para a acumulação europeia. O centro das reflexões teóricas se dá em torno da produção mineira.

Diferentemente da quase totalidade do continente latino-americano, o território do Brasil estava sob os domínios de Portugal, no caso dessa região foi justamente um produto agrícola que jogou inicialmente papel central na acumulação de capitais na Europa. O Brasil tinha o açúcar com principal produto fornecido para a Europa durante o século XVI e parte do século XVII. Através da introdução no ano de 1530 das chamadas *plantations*, conformadas pelo trabalho escravo e pela monocultura da cana-de-açúcar, o açúcar brasileiro produzido nos engenhos do nordeste teve importante papel no incremento do comércio europeu. Ainda nesse período em que o açúcar brasileiro dominava no comércio mundial, este seguia sendo um artigo de luxo, consumido apenas pelas classes abastadas. Depois da metade do século XVII, a produção de açúcar de maior importância passa a ser a do território antilhano colonizado principalmente pela França e pela Inglaterra, nesse momento, o açúcar torna-se um dos principais produtos do consumo da população europeia, passava de artigo de luxo a item básico da vida diária.

A concorrência estrangeira, após a metade do século XVII, gerou um forte impacto na participação brasileira no comércio internacional do açúcar. Essa concorrência que levou à perda de centralidade do Brasil no comércio do açúcar não significou o fim da produção, todavia essa enfrentou momentos de crise. Nesse mesmo período em que o Brasil lidava com tais dificuldades é que nasce uma nova fase produtiva importante, a partir da descoberta do ouro nas terras do sudeste brasileiro, inicia-se o que ficou conhecido na história do país como ‘ciclo do ouro’ ou ‘corrida do ouro’. Com a descoberta do ouro em abundância, as exportações brasileiras foram incrementadas com esse importante e desejado item do comércio internacional. Porém, Schwartz (1988) alerta que mesmo nessa fase da corrida do

ouro, que abasteceu os cofres europeus, o valor das exportações do açúcar brasileiro superava o de qualquer outro artigo exportado pelo território.

O ouro brasileiro foi de suma importância para Europa, sobretudo para a Inglaterra. No ano de 1703, Portugal e Inglaterra assinaram o Tratado de Methuen, esse tratado estava baseado, principalmente, no estabelecimento de relações comerciais entre os dois países. Portugal retirou a taxa de impostos sobre os produtos ingleses, principalmente os tecidos, em troca, a Inglaterra liberou o comércio em seu território aos produtos portugueses, basicamente o vinho. A grande questão desse tratado é que ele era mais vantajoso para a Inglaterra em termos de ganhos econômicos. Essa vantagem se dava em função da demanda e da importância que os tecidos (a produção têxtil) haviam adquirido no século XVIII. Segundo Furtado (2007, p.66) “esse acordo significou para Portugal renunciar a todo desenvolvimento manufatureiro e implicou transferir para a Inglaterra o impulso dinâmico criado pela produção aurífera no Brasil”.

Como Portugal passava a consumir as manufaturas vindas da Inglaterra sua produção manufatureira nascente se viu estagnada, e todo o eixo produtivo voltava-se para os produtos agrícolas, principalmente o vinho. Os produtos ingleses ganhavam uma importância cada vez maior no consumo de Portugal, por conseguinte, o ouro que saía do Brasil em direção à Portugal em sua grande maioria ia parar nas mãos inglesas como forma de pagamento. Em função disso, o ‘ciclo do ouro’ no Brasil representou para a Inglaterra “um forte estímulo ao desenvolvimento manufatureiro, uma grande flexibilidade à sua capacidade para importar, e permitiu uma concentração de reservas que fizeram do sistema bancário inglês o principal centro financeiro da Europa” (FURTADO, 2007, p.67).

Furtado (2007) explica que, como as exportações inglesas de produtos manufaturados que iam em direção à Portugal e Brasil eram pagas em ouro, a economia inglesa obtinha maior flexibilidade para operar no mercado europeu inclusive saldando suas próprias dívidas. Essa flexibilidade permitiu que a Inglaterra investisse a riqueza que entrava no país no setor produtivo, que segundo o autor é o indicado a se fazer para um rápido desenvolvimento tecnológico. Como a Inglaterra ficava com boa parte do ouro, os bancos ingleses ganharam posição de destaque, e, em função disso, Londres e não mais Amsterdã passava a ser o centro financeiro da Europa.

O ‘ciclo do ouro’ no Brasil foi assim de vital importância para o desenvolvimento da Inglaterra e do capitalismo. Segundo Vilar (1980) esse ciclo “explica muito bem como a Inglaterra, - que entre 1558 e 1694, em 136 anos, calcula-se que ela cunhou aproximadamente quinze milhões de libras esterlinas em ouro – pode cunhar aproximadamente a mesma coisa

uns quatorze milhões em apenas 33 anos, de 1694 a 1727” (VILAR, 1980, p.284). Nas estimativas feitas por Vilar (1980) que vão até o ano de 1727, já se observa uma quantia significativa de ouro armazenado pela Inglaterra, no entanto, esse valor seria ainda maior se o autor tivesse contabilizado o período que corresponde ao auge do “ciclo do ouro” brasileiro. Segundo as estimativas feitas por Furtado (2007), o auge da exportação do ouro brasileiro compreende os anos de 1750 a 1760, quando os valores da exportação do ouro alcançavam 2 milhões de libras. No final de 1750 as exportações atingiram sua melhor fase, chegando a 2,5 milhões de libras.

Outra região latino-americana a figurar com importância central na acumulação primitiva do capital foi a região das Antilhas ou Índias Ocidentais. Atualmente a região é denominada de Caribe, pois compreende o território do continente americano formado pelas ilhas banhadas pelo mar do Caribe. Foi nessa região que Colombo desembarcou pela primeira vez, a partir daí, as ilhas do Caribe viraram alvo da cobiça de vários países e acabaram tornando-se domínio colonial de vários deles. Espanhóis, ingleses, franceses, holandeses e até mesmo dinamarqueses e suecos mantiveram colônias nessa região. As colônias que atingiram maior relevância para a Europa e para o desenvolvimento do modo de produção capitalista foram aquelas sob o domínio das grandes potências da época: França, Inglaterra e Holanda.

Os territórios que atualmente correspondem a Cuba, Jamaica, Haiti, República Dominicana e Porto Rico e que formavam as Grandes Antilhas, estiveram desde o “descobrimento” sob o domínio da Espanha, como os espanhóis não encontraram metais preciosos nessa região, a agricultura tornou-se o foco da colonização, os frutos tropicais eram bastante demandados para o consumo dos europeus. As ilhas menores que compõem o Caribe, conhecidas por Pequenas Antilhas¹⁶, não foram alvo de colonização até o século XVII. Em muitas dessas ilhas os espanhóis já tinham dizimado as populações originárias, e havia certo desinteresse por fixar colônias nessas terras.

De um modo geral, desde o século XV até o século XVII, os poucos produtos produzidos nas ilhas do Caribe sob o domínio colonial espanhol não formaram um comércio de muitos impactos para a economia europeia, no entanto, isso muda quando os ingleses, franceses e holandeses dominam alguns dos territórios caribenhos a partir do século XVII e iniciam o plantio da cana-de-açúcar. O açúcar proveniente da cana tornou-se o eixo da

¹⁶ Em termos geográficos as Pequenas Antilhas correspondem atualmente a: Anguilla, Antígua e Barbuda, Aruba, Bahamas, Barbados, Bonaire, Curaçao, Dominica, Ilhas Cayman, Ilhas Turcas e Caicos, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Virgens dos Estados Unidos, Granada, Guadalupe, Martinica, Montserrat, Saba, São Bartolomeu, São Cristóvão e Nevis, Santo Eustáquio, Santa Lúcia, São Martín (metade francesa – metade holandesa), São Vicente e Granadinas, Trindade e Tobago.

produção nessas ilhas, o que as levaram a ficarem conhecidas como *Sugar Lands* (Terras do Açúcar - Ilhas do Açúcar). Barbados “foi a primeira ilha do Caribe onde se cultivou o açúcar para a exportação em grandes quantidades, desde 1641” (GALEANO, 1979, p. 77). Sob o domínio dos ingleses e com tecnologias de plantio dos holandeses, Barbados deu início a um período de intensa produção de açúcar no Caribe que foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo e, sobretudo, para que ocorresse a chamada Revolução Industrial na Inglaterra. Durante o século XVIII diversas outras ilhas tornaram-se importantes produtoras do açúcar para a exportação, o ápice de produção foi no final do século quando “as colônias do Caribe britânico e francês forneciam 70% de todo o açúcar que entrava no mercado Atlântico Norte em 1740, chegando a 80% em 1787” (BLACKBURN, 2003, p. 489).

A produção em larga escala, do açúcar no Brasil e no Caribe e da extração do ouro no Brasil, só foi possível em função da mão de obra escrava africana. Para suprir as exigências de um mercado voraz e a carência de mão de obra nas colônias, os europeus viram na escravidão dos povos africanos a solução. Os primeiros escravos africanos chegaram à América ainda no início do século XVI, mas foi só depois da metade desse século que começaram a chegar em maior número, principalmente em função da produção de cana-de-açúcar. Os africanos tornaram-se uma valiosa mercadoria para os europeus, o tráfico de africanos em direção à América para trabalharem como escravos alimentou o desenvolvimento do capitalismo.

Apesar de ter seguido o caminho inverso ao do ouro, da prata e do açúcar (para dentro e não para fora da América), os africanos tidos como produtos pela Europa, eram fruto do processo de colonização da América. Assim, quando se fala em como a América impulsionou o desenvolvimento do capitalismo fornecendo produtos essenciais, não se pode deixar de lado que grande parte de tudo o que deixou a América para enriquecer a Europa foi fruto também do trabalho escravo africano somado ao das populações originárias. Aqui se constrói uma relação de determinação mútua entre África e América, de um lado tráfico de africanos, do outro a escravidão desses povos, expressões de uma mesma intenção: dar asas ao capital nascente.

Williams (2011), em seu estudo intitulado *Capitalismo y Esclavitud*, aponta os principais fatores que coadjuvaram para o desenvolvimento do capitalismo e da chamada Revolução Industrial na Inglaterra. Para o autor, o principal fator foi a constituição de um comércio triangular-tráfico triangular, em que participavam África, Inglaterra e a América. Cada um dos lados desse triângulo fornecia algo essencial para que se formasse um lucrativo comércio para apenas um dos lados. Os ingleses levavam suas manufaturas até a África, ali as

trocavam por escravos africanos, os escravos a sua vez eram transportados até a América, aqui eram escravizados nas minas e na agricultura, a maior utilização desses povos se dava nas plantações de cana-de-açúcar. O açúcar e as outras matérias-primas produzidas por mãos africanas na América seguiam em direção à Inglaterra, ao chegarem lá eram comercializadas para o restante da Europa e também internamente. Segundo Williams (2011), esse comércio triangular “produjo, de este modo, um triple estímulo en la industria británica” (WILLIAMS, 2011, p. 92).

O comércio e o tráfico triangular vão dessa forma impulsionar o desenvolvimento de diversos ramos da indústria britânica, Williams (2011) cita os da fabricação da lã, as manufaturas de algodão, a indústria de refinaria do açúcar e a da destilação do rum. Para o autor

El procesado de las materias primas de las colonias dio origen a nuevas industrias en Inglaterra, suministró más empleos para los barcos y contribuyó a una mayor extensión del mercado mundial y del comercio. Entre esas materias primas el azúcar fue prominente; su manufactura produjo el nacimiento de la industria del refinado de azúcar. El proceso de refinado transformó el tosco azúcar marrón manufacturado en las plantaciones, en azúcar blanca, que podía durar y ser susceptible de preservación, y que también podía ser fácilmente manipulada y distribuida por todo el mundo. (WILLIAMS, 2011, p. 119/120).

Na perspectiva de Williams (2011) um passo importante dentro do desenvolvimento industrial vai ser o estímulo a indústria pesada, segundo ele “algunos de los capitales que financiaron el crecimiento de las industrias metalúrgicas fueron suministrados directamente por el tráfico triangular” (WILLIAMS, 2011, p.158). Com o desenvolvimento da indústria pesada, a produção manufatureira pôde ser paulatinamente substituída pela produção industrial, que teve no desenvolvimento das máquinas sua principal expressão. Outro papel importante do comércio e do tráfico triangular foi impulsionar o desenvolvimento dos bancos, das companhias de seguro, do transporte naval e das cidades portuárias inglesas. Pode-se dizer que o comércio e o tráfico triangular foram fundamentais para preparar todo esse aparato constitutivo do capital industrial, as forças produtivas características desse tipo de capitalismo. Apesar de todo esse protagonismo “no debe inferirse que el tráfico triangular fue única y enteramente responsable del desarrollo económico” (WILLIAMS, 2011, p.162). Outros fatores também foram responsáveis, são eles “el crecimiento del mercado interno en Inglaterra, las inversiones de las ganancias de la industria para generar nuevos capitales y lograr aún mayor expansión” (WILLIAMS, 2011, p.162).

Esses fatores foram essenciais para preparar o terreno que culminaria na Revolução Industrial inglesa em finais do século XVIII e início do século XIX. Essa revolução que se

iniciou na Inglaterra não demorou a se propagar pela Europa, trouxe consigo tantas transformações que é difícil enumerá-las. A principal delas é claro foi a consolidação do modo de produção capitalista, o capital industrial agora dominante separava de uma vez por todas o trabalhador de seus meios de produção. A industrialização avassaladora que significava a evolução europeia em muitos sentidos representou também a instituição total de um sistema que barbariza a vida humana a cada nova fase. A colonização da América, portanto foi imprescindível para o nascimento e a consolidação do modo de produção capitalista, consolidação essa que teve sua máxima expressão na Revolução Industrial. Todavia, como será mostrado no próximo tópico desse capítulo, essa mesma colonização que impulsionou a passagem do capital comercial para o industrial, passará a ser um entrave aos anseios expansionistas do capital industrial. Antes disso, no entanto, é preciso compreender o que a colonização representou internamente para a região latino-americana.

A colonização da América Latina foi sem dúvida um processo muito mais complexo do que essa breve explanação. Compreendida como um momento da acumulação originária do capitalismo e na mesma medida responsável direta pela expansão do capital comercial e a subsequente transição ao capital industrial, a colonização significou para as populações originárias a interrupção e a mudança de sua própria história. Estes povos que viviam em sua maioria sob as bases de um modo de produção comunal tiveram seu desenvolvimento interrompido pelos europeus, estes últimos impuseram aos nativos da região o seu modo de vida. Essa imposição não foi total, em virtude da resistência dos nativos, e muito do que pertencia à realidade desses povos perdurou. Não há como projetar ou refletir como seria a realidade atual nessa região se não tivesse acontecido tudo o que aconteceu desde a chegada do europeu, mas há como dizer o que esse percurso histórico ocasionou e ainda ocasiona na realidade dessa região.

Se para a Europa a América Latina transformada em colônia coadjuvou para o processo de acumulação primitiva e para a consolidação do modo de produção capitalista, que é hoje o modo de produção hegemônico na sociedade, o que representou o sistema colonial para a América Latina? Seria este apenas uma extensão desse modo de produção capitalista nascente na Europa, teria a América Latina desenvolvido seu modo de produção próprio? Ou estaria ela em uma fase de transição entre modos de produção? Aqui, sem dúvida nenhuma, adentra-se em uma polêmica, que como se costuma dizer, está longe do fim. De um modo geral, essa polêmica teve maior expressão dentro do campo teórico marxista e segue viva dentro das ciências sociais. É importante ressaltar que qualquer posicionamento dentro dessa polêmica tem gerado em contrapartida mais polêmica, todavia, é importante para os fins dessa

dissertação, que segue tomando o trabalho como categoria central da vida humana, que essa temática seja abordada e desnudada, pois a história da América Latina perpassa pela compreensão do que representou e representa a colonização na região. É preciso, portanto, entender os “sentidos da colonização”.

De um modo geral essa polêmica sobre a América Latina tem três direcionamentos mais comuns¹⁷. De um lado, estão aqueles teóricos da chamada tese feudal, que entendem que a América Latina vivenciou um modo de produção feudal antes de passar para o capitalismo. Do outro lado, estão aqueles que entendem que a América Latina foi uma extensão do nascente modo de produção capitalista europeu e que a região estava constituída por formações sociais que tinham o capitalismo como modo de produção superior aos demais. Outro direcionamento que também tem sido observado em relação a esses dois é o de que a fase da colonização da América Latina marcou a ascensão de um modo de produção próprio da região, que funcionava sobre leis próprias, e que, portanto, era distinto ao modo de produção que nascia no centro do mundo, a Europa Ocidental.

As produções teóricas que entendem que houve a transferência de um modo de produção feudal da Europa para a América tomam por influência a concepção marxista etapista dos modos de produção. Para os que acreditavam na sucessão de modos de produção seguindo uma sequência única, a América Latina tinha necessariamente, antes de viver o capitalismo, ter passado pelo modo de produção feudal. Além dessa visão etapista, para esses teóricos as bases da sociedade latino-americana possuíam características típicas do feudalismo, que seriam principalmente a centralidade da terra e o uso de formas de trabalho servil. Dentro dessa vertente teórica estão autores como: os brasileiros Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães, o peruano José Carlos Mariátegui, o boliviano Arturo Urquidí e tantos outros.

Em contrapartida a tese de uma América Latina feudal, tese essa que atualmente perdeu espaço no debate, se encontra a tese de que a colonização da região teve um caráter puramente capitalista e que, conseqüentemente, o modo de produção capitalista assumiu em cada formação social latino-americana características específicas. São partidários dessa concepção inúmeros autores, como por exemplo, André Gunder Frank e Sergio Bagú. Como exposto a seguir ainda que tenham suas divergências, esses autores compartilham da ideia de

¹⁷ Essa divisão em três direcionamentos principais possui unicamente um caráter didático que visa explicitar alguns dos caminhos teóricos. Toda e qualquer divisão ou tentativa de categorização do pensamento pode incorrer em determinismos. Inúmeras são as produções que se dispõem a pensar os “sentidos da colonização” e muitas delas dificilmente poderiam ser enquadradas em uma dessas vertentes aqui apontadas.

que já no período colonial as formações sociais da América Latina se centralizavam sob as bases do modo de produção capitalista. Assim, tem-se que:

El régimen económico luso-hispano del período colonial no es feudalismo. Es capitalismo colonial. (...). Lejos de revivir el ciclo feudal, América ingresó con sorprendente celeridad dentro del ciclo del capitalismo comercial, ya inaugurado en Europa. Más aún: América contribuyó a dar a ese ciclo un vigor colosal, haciendo posible la iniciación del período del capitalismo industrial, siglos más tarde. (BAGÚ, 1949, p.87).

Las tres contradicciones del capitalismo, la expropiación-apropiación del excedente, la estructura centro metropolitano satélite-periférico y la continuidad en el cambio, hicieron su aparición en América Latina en el siglo XVI y desde entonces han caracterizado a este continente. (FRANK, 1965, p.32).

Diferentemente das teses de uma colonização de caráter feudal ou das de caráter capitalista, se encontra aquela tese de que a colonização inaugurou um modo de produção ou modos de produção próprios na região latino-americana. São expoentes dessa vertente, autores como Jacob Gorender, Ciro Flamarion Cardoso e Héctor Brignoli. Para Cardoso e Brignoli (1984, p.73, grifo dos autores) “(...) a economia dos Tempos Modernos (da metade do século XV até a metade do século XVIII) é fundamentalmente *pré-capitalista*, o que se aplica à Europa, ao mundo colonial a ele submetido, e ao incipiente mercado mundial”. Para esses autores se nem mesmo a Europa vivia sob as bases de um modo de produção capitalista seria impossível que a América Latina já vivesse. O que se observa na realidade da América Latina colonial era um modo de produção específico, o escravismo colonial. Cardoso e Brignoli (1984) admitem que se trata de um modo de produção dependente, mas que isso não implica em pensá-lo como feudal ou capitalista em função dessa dependência. Os autores apontam que quem melhor explica as especificidades do escravismo colonial é Jacob Gorender.

Jacob Gorender define o conceito de escravismo colonial como sendo um “modo de produção historicamente novo” que “existiu em todos os países escravistas do continente” (GORENDER, 1980, p.59). Apesar de compreender que o escravismo colonial se construiu como modo de produção na América colonial, Gorender (1980) se detém a fazer uma análise do caso brasileiro. Para ele foi, no Brasil que “o escravismo colonial teve duração e riqueza de determinações maiores do que em qualquer outra parte” (GORENDER, 1980, p.59). Para o autor, o modo de produção escravista colonial brasileiro é novo porque difere daquele que foi observado por Marx na sociedade greco-romana. O escravismo greco-romano tinha caráter patriarcal, a exploração de escravos voltava-se para produção de bens de uso, já o escravismo

colonial possuía caráter mercantil, a produção destinava-se a bens de troca, que seriam comercializados externamente.

Na perspectiva de Gorender (1980), o escravismo colonial possui uma vinculação com mercado mundial, porém, isso não quer dizer que este possa ser visto como extensão do modo de produção capitalista. Para o autor

A vinculação do escravismo colonial ao mercado mundial fez nascer as chamadas teorias circulacionistas, cuja análise se concentra no modo de circulação e por meio deste pretende explicar o modo de produção (quando simplesmente não o omite). O aprofundamento sucessivo do nosso estudo deverá desfazer, segundo espero, a ilusão renovada do “escravismo capitalista” gerada por semelhante erro metodológico. (GORENDER, 1980, p. 171).

Gorender (1980) considera a ideia de um “escravismo capitalista” como sendo uma ilusão, todavia a própria ideia de um modo de produção historicamente novo que ele traz é criticada por outras abordagens. Ainda que a seguir seja perceptível uma aproximação com a tese dos modos de produção próprios na América Latina, esse trabalho não pretende se enquadrar em nenhum desses três direcionamentos apontados anteriormente. Isso se deve ao fato de que a dinâmica da realidade exige ultrapassar essas categorizações para realmente compreendê-la, o que não significa que elas não sejam necessárias, porém, nesse caso elas mais atrapalham do que ajudam. A partir disso compreende-se aqui que a colonização da América Latina teve objetivos capitalistas, o que não quer dizer que a colonização inaugura o capitalismo, enquanto modo de produção, na América. Dada às necessidades externas de um capitalismo nascente e também a dinâmica interna do desenvolvimento desigual dos povos originários em relação aos povos europeus (no âmbito das forças produtivas e das relações de produção) a região latino-americana experienciou a combinação entre características do modo de produção capitalista nascente e dos modos de produção pré-capitalista. Destarte, tem-se que:

A colonização espanhola, portuguesa, inglesa, francesa e holandesa na América foi essencialmente capitalista. Seus objetivos foram capitalistas, e não feudais: organizar a produção e os descobrimentos para efetuar ganhos prodigiosos e colocar mercadorias no mercado mundial. Não inaugurou um sistema de produção capitalista porque não havia, na América, um exército de trabalhadores livres no mercado. É assim que os colonizadores, para poder explorar a América de forma capitalista, veem-se obrigados a recorrer a relações de produção não capitalistas: a escravidão ou uma semiescravidão dos indígenas (MORENO, 1975, p.102).

Moreno (1975) acerta ao definir que o capitalismo não surge como sistema de produção na América, porém incorre em um determinismo ao afirmar que as relações de trabalho não capitalistas advém da ausência direta de trabalhadores livres na América quando nem mesmo a Europa havia consolidado por completo essa forma de trabalho. Novack (1975),

em uma visão mais aprofundada da exposta por Moreno (1975), admite que, o capitalismo não se forma enquanto modo de produção na América, porque tanto em Portugal quanto na Espanha, que foram os primeiros colonizadores da América, ele ainda estava em processo de formação. Portanto, não podiam instituir um modo de produção que nem eles mesmos haviam instituído. Portugal e Espanha ainda estavam em processo de transição, o que eles fazem na realidade é criar “formas económicas que tenían un carácter combinado. Unían las relaciones pre capitalistas a las relaciones de intercambio subordinándolas por lo tanto a las exigencias y a los movimientos del capital mercantil” (NOVACK, 1975, p.94).

Entende-se a partir disso que as formações sociais do período colonial foram instituídas como uma extensão do processo de transição do feudalismo para o capitalismo e da eminente necessidade de acumulação primitiva que desembocaria no nascimento e consolidação do capitalismo nascente europeu. A sua instituição implicou na coexistência de elementos pré-capitalistas com elementos de um capitalismo ainda em gérmen na Europa. A acumulação no centro e a insurreição do capitalismo só foram possíveis em função da exploração da periferia latino-americana que se cimentou em relações pré-capitalistas de produção. Assim, a América Latina colonial não é puramente capitalista como querem muitos autores, a coexistência e a importância conferida aos elementos pré-capitalistas não pode ser esquecida.

A América Latina enquanto colônia contribuiu para a acumulação primitiva de capital, essa mesma dinâmica que, no entanto, faz o centro acumular cria para a região um processo que Semo (1980) nomeou de “desacumulación originária”, para ele “el período de acumulación originária en Europa corresponde en América Latina a um período de expropiación de riquezas y “desacumulación originária” (SEMO, 1980, p.232). Essa desacumulação se explica no fato de que as mercadorias aqui produzidas só se tornariam capital na Europa, e lá ficariam acumulados, impulsionando a expansão do capitalismo. Aqui, no entanto, pouco ou quase nenhum capital era gerado. Como não acumulava não criava as bases para a expansão interna da região.

Autores como Jacob Gorender e André Gunder Frank também compreendem a existência de um processo de desacumulação originado pela colonização. Estes autores compartilham da compreensão de que o atraso no desenvolvimento da região é consequência desse processo de desacumulação. Frank (1980) não utiliza a palavra desacumulação, porém afirma que “os modos de produção e a estrutura de classes tanto nas principais regiões de mineração como nas de *plantation* não encorajavam a acumulação de capital e a diversificação da produção nas principais regiões” (FRANK, 1980, p.44), como consequência,

originaram na região latino-americana o “desenvolvimento capitalista do subdesenvolvimento” (FRANK, 1980, p.44). Frank (1980) ao afirmar que não se encorajava a acumulação de capitais no sistema colonial entra em contradição com sua própria tese do modo de produção puramente capitalista na América Latina, o qual, por sua vez, só se exerce quando conta com a acumulação de capitais. Porém, contribui para pensar como essa desacumulação afeta a América. Para o autor, enquanto na Europa sobrava capital para se desenvolver, estes eram ínfimos para proporcionar o desenvolvimento da América Latina. Essa região, portanto, ficava condicionada ao desenvolvimento da Europa, criando o que para Frank (1980) trata-se de subdesenvolvimento.

Gorender (1980) à sua vez utiliza o conceito de desacumulação para tratar das especificidades brasileiras. Quando analisou o escravismo o autor concluiu que:

(...) a importação de escravos constituía uma desacumulação, um corte nas possibilidades de acumulação de fundos produtivos, uma redução sempre substancial dos recursos poupados para investimento. Nem é preciso mais do que isto a fim de demonstrar o caráter, não somente pré-capitalista, mas também anticapitalista do regime escravista colonial. É certo que a economia escravista brasileira se expandiu e contou com recursos próprios para fazê-lo, mas o fez com redução substancial de sua poupança, ou seja, do produto líquido não consumido. Se ajuntarmos este efeito desacumulativo aos demais efeitos da conservação da estrutura escravista e à continuação da espoliação colonialista, implícita no escravismo, teremos explicado o retardo do desenvolvimento econômico do Brasil na mesma época em que a economia capitalista avançava impetuosamente na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. (GORENDER, 1980, p.211).

Gorender (1980) como visto anteriormente, diferentemente de Frank (1980), não vê na América Latina, e mais especificamente no Brasil, a fundação de um modo de produção capitalista, para ele a desacumulação gestada no escravismo colonial impede qualquer consolidação deste modo de produção. Nisso Gorender (1980) está certo, pois:

(...) es evidente que el movimiento metropolitano de transición al capitalismo frenó, en lugar de impulsar, el desarrollo de este modo de producción en las áreas coloniales. Tal como lo percibió Marx, el excedente económico producido en estas áreas no llegaba a transformarse realmente en capital en el interior de ellas, donde se extorsionaba el productor directo por vías esclavistas y serviles, sino que fluía hacia el exterior para convertirse, allí sí, en capital. (CUEVA, 2004, p. 13).

Entretanto, não se pode presumir como fazem alguns autores, incluindo Gorender (1980) ao falar em anticapitalismo, que não existem elementos desse modo de produção coexistindo com elementos dos modos de produção pré-capitalistas. Alguns elementos do capitalismo já apareciam de forma embrionária na América Latina, o próprio trabalho assalariado era a realidade de alguns poucos indivíduos que habitavam a região. O processo reverso da acumulação primitiva no centro europeu foi a desacumulação na periferia latino-americana, e como bem destacam Gorender (1980) e Frank (1980), esse processo (não

somente ele) implicou para a América Latina em um atraso no seu desenvolvimento. A América Latina nasce como região subordinada às necessidades externas e suplanta-la segue sendo até os dias atuais um dos seus maiores desafios. Ainda que essa subordinação se metamorfoseie de uma subordinação colonial a uma subordinação dependente, os problemas trazidos por impulsionar o crescimento alheio à custa do seu próprio continuam se desdobrando - muitas vezes sob novas roupagens - na cotidianidade da região.

1.2. O capitalismo latino-americano e as origens da relação de dependência

A colonização como processo de dominação, subordinação e periferização da América Latina perdurou na região enquanto duraram as necessidades dos centros dominantes. Entretanto, a entrada do capitalismo na fase industrial passou a exigir um novo tipo de subordinação da América Latina. Como bem enfatiza Williams (2011, p. 208), “el sistema colonial era la espina dorsal del capitalismo comercial de la época mercantil. En la era del libre comercio, los capitalistas industriales no querían ninguna clase de colonia (...)”. Aqui, faz-se necessário refletir por que o sistema colonial¹⁸ que havia sido tão importante para o modo de produção capitalista passou a ser um entrave em sua fase industrial?

Antes de entender como a colonização se tornou um entrave ao capitalismo é necessário lembrar que os fatores que levaram ao fim da colonização, ou a uma crise do sistema colonial na América como falam muitos autores, constituíram um processo complexo. Esse entrave que a colonização representava para a expansão do capital industrial foi apenas um dos fatores. A região da América nesses longos períodos em que esteve sob a subordinação europeia já vinha construindo uma identidade interna que tencionava movimentos de emancipação política na região, com isso o sistema colonial perdia paulatinamente a capacidade de manter a sua hegemonia. A chamada Revolução Norte-americana foi o primeiro movimento anticolonial a se consolidar de fato, várias metrópoles já haviam sido alvo de movimentos anticoloniais, porém como ressalta Aptheker (1965, p.21) “los norteamericanos vencieron, y este hecho en sí mismo, (...) tuvo una enorme influencia revolucionária sobre los pueblos del mundo”.

A região das Treze Colônias que é atualmente a região dos Estados Unidos, após um período de intensa instabilidade que se iniciou em 1763, assinou no dia 4 de julho de 1776 sua

¹⁸ Aqui o que entra em crise são as bases do sistema colonial e não o colonialismo enquanto categoria que explicita a dominação e o exercício do poder de uma região sobre outra. A crise é do sistema colonial espacial e historicamente determinado no período de 1500 a 1850 na América Latina.

Declaração de Independência, e a partir desse dia os britânicos não tinham mais o poder colonial sobre a região. A colonização na chamada América Anglo Saxônica era muito distinta da colonização efetuada na América Latina, nesta última a subjugação por parte da metrópole se dava de maneira muito mais dura, o que impedia certa autonomia por parte da colônia, autonomia essa que a América Anglo Saxônica possuía. Inclusive quando as Treze Colônias adentraram em um processo revolucionário para se desfazer da subjugação britânica, estas colônias já possuíam um amplo desenvolvimento econômico interno. O comércio já estava bastante desenvolvido e as colônias (na figura dos produtores e comerciantes) se sentiam prejudicadas pelas restrições impostas pela metrópole.

Segundo o historiador marxista Aptheker (1965) com o crescimento cada vez maior das colônias, inclusive em termos populacionais, a metrópole britânica passou a implantar uma política de centralização, consolidação e exploração intensificada das Treze Colônias. Isso, no entanto, não agradou às colônias que acabaram se unindo contra essa política, essa união se deu principalmente porque “no hubo ningún aspecto de la vida colonial que no se viera afectado por la política e los intereses británicos” (APTHEKER, 1965, p.26). E quais eram os principais objetivos em que se assentava essa política imposta às colônias que causavam tanto descontentamento? Esses objetivos eram:

Monopolizar el mercado para los productos de fabricación británica, y por lo tanto, restringir la producción local; favorecer a los traficantes en pieles, especuladores de tierras, pescadores y madereros ingleses; canalizar el transporte marítimo dentro de la órbita de la dominación británica y monopolizar los beneficios económicos del comercio; dominar lo más posible la colocación en el mercado de los productos coloniales; controlar el crédito y las finanzas de la economía colonial, impedir que la población se extendiera hacia el oeste; centralizar la maquinaria política; aumentar los impuestos necesarios para gobernar las colonias desde dentro de ellas mismas, y lo que es más importante, proteger el capital británico allí invertido. (APTHEKER, 1965, p. 26/27).

O monopólio era a principal estrutura da colonização, para os britânicos a região das Treze Colônias não tinha de exportar produtos para outras regiões, assim como também não devia importar produtos que não os de sua metrópole. Com o crescente desenvolvimento das Treze Colônias, a ideia dos monopólios ia perdendo força, a Independência foi então o golpe da misericórdia para essa estrutura, as ex-colônias (com exceção de uma) que agora eram formalmente os Estados Unidos da América estavam livres para comerciar com outras nações, nascia assim à era do livre comércio. Como bem aponta Williams (2011, p.180), “la independencia norteamericana destruyó el sistema mercantil y desacreditó al viejo régimen. Coincidiendo con las primeras etapas de la Revolución Industrial, estimuló ese sentimiento

creciente de desgosto por el sistema colonial”. E é justamente esse desgosto pelo sistema colonial que alimentará cada vez mais os movimentos anticoloniais no restante da América.

O desgosto pelo sistema colonial não se dava apenas no plano econômico, plano esse que parece ter sido o motivador central da Revolução Norte Americana. A Revolução que levou a antiga ilha caribenha de São Domingos, hoje Haiti, a declarar sua independência da França, foi, sobretudo, uma revolução contra a escravidão instituída pela Europa. Cansados da exploração e de certa forma inspirados pelos ideais da Revolução Francesa, os escravos começaram a se mobilizar já no ano de 1789. Essa mobilização e insurreição seguiram por um longo e intenso período que culminou em 1804 na instituição do “único Estado independente constituído por africanos fora da África (...)” (SEITENFUS, 1994, p. 33). A partir da declaração de independência haitiana a maior parte da região da América Latina passaria a qualidade de independente, ainda que isso não tenha em muitos casos passado de mera formalidade já que as metrópoles continuaram exercendo significativa influência na região.

Essas duas Revoluções que se consolidaram na América começavam a demonstrar que as bases em que se assentavam o sistema colonial já não eram tão sólidas, se a Revolução Norte Americana colocou em jogo a continuidade do monopólio colonial, a Revolução de São Domingos a sua vez, colocava em dúvida para o restante do mundo a validade da escravidão. Tanto o monopólio comercial que as colônias detinham, quanto à escravidão e o tráfico de africanos como mostrado anteriormente haviam sido essenciais para a fase de acumulação primitiva de capitais, bem como para a instituição do capitalismo comercial. Essa mesma estrutura, no entanto, torna-se um empecilho na fase do capitalismo industrial. Esse obstáculo se localiza principalmente no fato de que a produção em larga escala não encontrava consumidores já que uma maioria da população do continente vivia sob a condição de escravo, e também não permitia a consolidação de um mercado internacional, já que a manutenção do monopólio criava restrições às relações comerciais.

A Inglaterra que vivia o furor da Revolução Industrial já vinha percebendo que o tráfico e a escravidão eram um entrave à continuidade do desenvolvimento do capitalismo, o que a Revolução de São Domingos fez foi permitir que se acelerasse a formação de um pensamento abolicionista inglês que passaria a implementar medidas para por fim a tais práticas. Quanto à estrutura do monopólio, foi sem dúvida nenhuma a Revolução Norte Americana que colocou à prova a sua continuidade, a Inglaterra teve resistência em se desfazer dessa estrutura, principalmente porque lhe era benéfica. O teórico da ideologia liberal Adam Smith em sua famosa obra *A Riqueza das Nações* fala justamente sobre como o monopólio colonial da Inglaterra trazia empecilhos à nação, ele próprio rechaçava as políticas

cada vez mais centralizadoras que a Inglaterra vinha impondo às suas colônias por acreditar que a Inglaterra tinha muitas perdas com o monopólio. Na perspectiva dele:

(...) o monopólio do comércio colonial, como todos os demais expedientes medíocres e malignos do sistema mercantil, desalenta a atividade de todos os demais países, sobretudo a das colônias sem, em contrapartida, aumentar - pelo contrário, diminuindo - toda a atividade manufatureira do país a favor do qual o monopólio é criado. (SMITH, 1996, p. 104).

Smith (1996) afirma que Espanha e Portugal estavam desenvolvendo sua produção manufatureira antes de passarem para o sistema colonial, essa passagem, no entanto, significou para essas nações a interrupção dessa produção. A Inglaterra foi um caso particular de combinação do sistema colonial com a expansão manufatureira porque os lucros que essa nação tinha com o comércio colonial suplantavam os prejuízos do monopólio. Todavia, para Smith (1996), o monopólio já não trazia mais os lucros necessários para manter esse desenvolvimento, era preciso que nações como a Inglaterra passassem para o sistema de livre-comércio, pois esse sim traria mais benefícios para o desenvolvimento e enriquecimento das nações. O autor, entretanto, pressupunha que essa passagem do monopólio do comércio colonial para o livre comércio não poderia se dar de maneira abrupta, e sim lentamente.

O livro de Adam Smith foi publicado no mesmo ano em que os Estados Unidos declararam sua independência. Segundo Williams (2011, p.164) “ambos fueron productos gemelos de la misma causa, el freno aplicado por el sistema mercantil al desarrollo del poder productivo de Inglaterra y sus colônias”. A manutenção do monopólio comercial da Inglaterra não era mais compatível com o avanço do capital industrial inglês e nem com os anseios de liberdade comercial e modernização das suas colônias, essa incompatibilidade foi provocando assim a dissolução dessa estrutura. Quando o livre comércio se instituiu, tanto as economias da Inglaterra quanto a dos Estados Unidos da América foram catapultadas a um grau de desenvolvimento significativo. Para a Inglaterra essa passagem significou a instituição de um capitalismo industrial altamente desenvolvido que transformaria para sempre a Europa e o restante do mundo. Já para os Estados Unidos essa passagem significou a instituição das bases de uma sociedade que alçaria décadas depois a posição de centro do mundo.

Depois que os capitalistas ingleses começaram a enxergar no fim do monopólio do comércio colonial a possibilidade de um amplo desenvolvimento, começaram então a buscar estratégias para dissolvê-lo. Uma dessas estratégias foi o apoio às lutas por independência na América Latina, o apoio a essas lutas não veio só da Inglaterra, grandes potências como a França também apoiaram os movimentos anticoloniais na região. Segundo Vitale (1998, p.79):

Al capitalismo inglés y francés no le interesaba tanto la independencia política formal de América Latina, sino fundamentalmente la quiebra del monopolio comercial español. Una forma de autonomía comercial latinoamericana,- regida por formas monárquicas constitucionales dependientes de la corona española y portuguesa, era la apuesta que jugaban las potencias europeas.

A América Latina por sua riqueza, extensão e diversidade não podia ser exclusividade de uma ou duas nações, as outras nações queriam ter suas vantagens com esse território, assim na medida em que se gestasse a quebra do monopólio da Espanha e também de Portugal, as potências podiam comerciar livremente com elas. O apoio mais significativo às lutas anticoloniais veio da Inglaterra, esse se deu, sobretudo, na forma de empréstimos. Marichal (2014) ao analisar os empréstimos concedidos à América Latina para apoiar os processos de independência explica que:

Para Gran-Bretaña, tanto como para los Estados emergentes en Latinoamérica, los empréstimos constituían instrumentos para alcanzar una serie de objetivos estratégicos. Los banqueros, comerciantes y políticos británicos creían que los préstamos podían ayudar a abrir las puertas al comercio con América Latina, a facilitar el acceso a valiosas minas de oro y plata y a garantizar el predominio naval británico tanto en Atlántico como en el Pacífico. Los políticos latinoamericanos, por su parte, deseaban obtener préstamos para financiar sus ejércitos - comprometidos en las últimas etapas de la lucha por independencia - , así como para consolidar las nuevas naciones-estados que habían empezado a surgir de las ruinas de los imperios español y portugués. (MARICHAL, 2014, p.14/15).

A contribuição de Marichal (2014) reforça que as pretensões em torno do apoio às lutas por independência tinham caráter basicamente econômico. Foi justamente a partir do momento em que a Inglaterra concedeu o primeiro empréstimo à região que se instituiu uma relação que dura até os dias atuais, a dominação que os centros exercem através do sucessivo e interminável endividamento das periferias. Na perspectiva de Marichal (2014) os riscos de adquirir empréstimos era um fator conhecido pela região, os anos de domínio colonial haviam deixado uma impressão duradoura, porém, as nações ainda eram muito frágeis e poderiam sucumbir ao poderio de outras nações interessadas em áreas de dominação. Além disso, o autor aponta para o fato de que a única nação com reservas para bancar a independência na América Latina era a inglesa. Assim, a independência da América Latina começava a deixar para trás um passado de subordinação colonial para encarar um presente de subordinação dependente, subordinação essa, que inicialmente foi inglesa.

Como mostrado anteriormente, não era só o monopólio do comércio colonial que se esgotara, o tráfico e a escravidão também. A Inglaterra além de apoiar as lutas anticoloniais, também passou a fomentar o fim do tráfico e da escravidão nas colônias da América Latina. Após a independência do Haiti em 1804, a Inglaterra instituiu no ano de 1807 a proibição do tráfico de africanos, já a abolição da escravidão em suas colônias demorou um pouco mais, só

no ano de 1833. A Inglaterra, ao ser a primeira metrópole a instituir medidas legislativas contra o tráfico de escravos, passou com isso a exercer uma pressão sobre as outras metrópoles para que estas seguissem o seu caminho. Os movimentos abolicionistas ingleses foram bastante significativos para que a abolição se realizasse na América.

Entretanto, é bom lembrar que “os sentimentos antiescravidão não passavam, no melhor dos casos, de puramente marginais e, no pior, de calculada hipocrisia” (RODNEY, 1975, p.19). Havia por trás das ações e legislações abolicionistas ambições que não eram as humanistas. De um modo geral, pode-se dizer que os interesses da Inglaterra concentravam-se em colocar fim às estruturas que impediam o desenvolvimento do capitalismo industrial, o trabalho escravo era uma dessas estruturas. As manufaturas que começaram a ser produzidas em grande quantidade pela Inglaterra acabavam por se acumular tendo em vista que faltava um amplo mercado consumidor. Foi a partir de então que a Inglaterra começou a tensionar a passagem da escravidão para o trabalho livre/assalariado, no entanto, isso não agradou nem um pouco as outras metrópoles que ainda viam lucratividade nessa forma de trabalho. Assim, Portugal e Espanha que ainda detinham a maior parte dos territórios da América Latina no início do século XIX, vão inicialmente se opor a esses movimentos.

A estrutura escravista que havia se formado nas colônias se enraizou de tal forma no âmago da sociedade latino-americana que mesmo depois dos processos de independência que deram origem à nações formalmente independentes na região, essa estrutura demorou a se desfazer, e mesmo tendo se desfeito, impacta ainda hoje, fortemente, na realidade de países como Brasil e Cuba que convivem diariamente com as heranças deixadas por essa estrutura, e que são cotidianamente reforçadas e reproduzidas. No quadro a seguir é possível ver as datas de quando cada região se tornou independente, bem como de quando foi decretada a abolição da escravidão.

Quadro 1- Datas da Independência e da Abolição da escravidão na América Latina

Nome Atual	Independência	Abolição da escravidão
Argentina	1816	1853
Belize	1981	1833
Bolívia	1825	1851
Brasil	1822	1888
Chile	1818	1823
Colômbia	1810	1851
Costa Rica	1821	1824
Cuba	1898	1886
Equador	1809-1830	1851-1852
El Salvador	1821	1824

Guatemala	1821	1824
Guiana	1966	1834
Guiana Francesa	Ainda é território francês	1848
Haiti	1804	1794
Honduras	1821	1824
México	1810	1829
Nicarágua	1821	1824
Panamá	1821	1851
Paraguai	1811	1869
Peru	1821	1854
Suriname	1975	1863
Uruguai	1825	1842
Venezuela	1811	1854

Fonte: Elaboração própria.

Anteriormente mencionou-se que o fim da colonização representou para a América Latina a passagem de uma subordinação colonial para uma subordinação dependente. Marini (2017) em suas interpretações sobre a América Latina faz uma diferenciação entre a situação colonial e a situação de dependência. Para ele, a dependência tem um caráter de originalidade (o que não significa descontinuidade, mas mudança de qualidade) em comparação àquela relação estabelecida no período colonial. Essa originalidade está historicamente determinada pela consolidação do modo de produção capitalista como modo de produção hegemônico que institui plenamente uma divisão internacional do trabalho onde cada país assume uma função produtiva. Para Marini (2017, p.327, grifo nosso):

A revolução industrial, (...), corresponde na América Latina à independência política que, conquistada nas primeiras décadas do século 19, fará surgir, com base na estrutura demográfica e administrativa construída durante a Colônia, um conjunto de países que passam a girar em torno da Inglaterra. (...). É a partir desse momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas europeus se inserem em uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho, que determinará o sentido do desenvolvimento posterior da região. **Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.**

Na situação colonial, a América se subordinava inteiramente às metrópoles, tudo era destinado a prover a acumulação europeia, gerando inclusive, como mostrado anteriormente, um processo de desacumulação na região latino-americana. Com o surgimento da indústria e a consequente Revolução Industrial, essa região é tensionada a se transformar em provedora de matérias-primas por excelência. A Inglaterra que naquele momento tornava-se o centro da produção industrial carecia mais do que nunca de matéria-prima, assim a Inglaterra e depois o restante da Europa se especializaram na produção industrial ao passo que a especialização da

produção de matérias-primas ficava a cargo das regiões periféricas como a América Latina, a África e a Ásia.

Na perspectiva de Marini (2017) é mais especificamente depois da década de 1840 que a América Latina se relaciona de modo pleno com a economia mundial. E vai ser justamente em função das delimitações impostas pelo mercado capitalista mundial que a América Latina desenvolve no seio da sua sociedade um modo de produção capitalista de tipo dependente, que gira em torno de características gerais que assumem maior ou menor intensidade nas distintas formações latino-americanas. Na primeira seção que compõem este capítulo, o desenvolvimento histórico foi tomado como sendo “a *processualidade* da história por distintos modos de produção” (CARCANHOLO, 2013, p. 193, grifo do autor). Após a Revolução Industrial, o modo de produção capitalista alçou uma escala global, que o transformou contemporaneamente, no modo de produção hegemônico. Assim, pode-se dizer que a fase do desenvolvimento histórico que o mundo vive é regida pelo capital.

Essa regência do capital significa por um lado, que existem leis gerais a que a quase totalidade das formações sociais são submetidas no plano mundial, porém, por outro lado, o modo como essas leis se desenvolvem é diferente para cada realidade. Para Carcanholo (2013, p. 193) “a noção de desenvolvimento” dentro do modo de produção capitalista “significa o desenrolar contraditório, dialético, das leis de tendência do modo de produção capitalista”. Quando se fala em capitalismo dependente para nomear a forma como esse modo de produção se desenvolve na América Latina, entende-se por dependência:

uma situação na qual a economia de certos países é condicionada pelo desenvolvimento e pela expansão de outra economia à qual está subordinada. A relação e interdependência entre duas ou mais economias, e entre estas e o comércio internacional, assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem se expandir e ser autossustentáveis enquanto outros (os dependentes) só podem fazê-lo como um reflexo daquela expansão (DOS SANTOS, 2011, p.5).

O desenvolvimento do modo de produção capitalista nas regiões periféricas é, portanto, condicionado pelo desenvolvimento dos centros. Primeiro essas regiões contribuem para que a acumulação e expansão do capitalismo se operem nos centros, e só então, pode expandir e acumular também. O capitalismo europeu para continuar expandindo e acumulando passou a tensionar nas outras regiões do globo a passagem para o modo de produção capitalista. Assim em cada região essa passagem teve de se efetuar como menciona Trotsky (1977) “aos saltos”, ou seja, pulando muito dos caminhos que haviam levado ao modelo clássico observado na Europa. Ao mesmo tempo em que “avançava aos saltos”, o desenvolvimento do capitalismo nas periferias se exercia de modo combinado, os aspectos

arcaicos que marcavam essas sociedades se mesclaram aos mais modernos que já haviam sido desenvolvidos na Europa Ocidental. Segundo Trotsky (1977, p. 25, grifo do autor) “o desenvolvimento de uma nação historicamente atrasada conduz, necessariamente, a uma combinação original de diversas fases do *processus* histórico”.

Na perspectiva de Trotsky (1977) esse atraso no desenvolvimento de determinados países possui um privilégio, que é justamente o fato de poder assimilar o que já foi criado por outras realidades, podendo com isso, evitar uma série de fases que seriam necessárias. Ele dá até o exemplo de que foi utilizando esse privilégio que os Estados Unidos pôde então passar a Inglaterra que era a potência hegemônica do capitalismo. Porém, o autor ressalta que “a possibilidade de superar os degraus intermediários não é, está claro, absoluta” (TROTSKY, 1977, p.25), o processo de assimilação daquilo que já está dado é um processo contraditório e que será feito levando-se em conta as especificidades de uma dada realidade. Na América Latina, a sua vez, diferentemente dos Estados Unidos, essa assimilação do que já estava dado não levou a constituição de um capitalismo avançado e sim de um capitalismo dependente. Isso se dá, sobretudo, porque as estruturas dessas duas regiões se assentavam em aspectos distintos que foram criados desde a época colonial e que se articularam aos aspectos mais modernos de maneiras distintas.

O capitalismo latino-americano só começa a se desenvolver tempos depois de já estar consolidado na Europa, para Marini (2017, p.328) “a inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigências da passagem para a produção de mais-valia relativa nos países industriais”. Quando Marx definiu a dinâmica do modo de produção capitalista, ele apontou que a força de trabalho nesse modo de produção é uma mercadoria, que possui o seu valor definido “(...) pela quantidade de trabalho necessário para produzi-la. A força de trabalho de um homem consiste, pura e simplesmente, na sua individualidade viva. Para poder crescer e manter-se, um homem precisa consumir uma determinada quantidade de meios de subsistência” (MARX, 1996, p.99). Sem os meios de subsistência o trabalhador é incapaz de se reproduzir enquanto trabalhador e, portanto, não haverá venda da força de trabalho. A alteração do valor dos meios de subsistência determina o valor da força de trabalho.

Entretanto, a dinâmica do modo de produção capitalista, que acumula via exploração da força de trabalho, leva os trabalhadores a trabalharem além desse trabalho necessário a sua reprodução, é o chamado trabalho excedente, esse pode ser interpretado como “o período do processo de trabalho, em que o trabalhador labuta além dos limites do trabalho necessário, embora lhe custe trabalho, dispêndio de força de trabalho, não cria para ele nenhum valor” (MARX, 1996, p.331). Todo o valor (sobrevvalor) nesse momento do processo de trabalho é

apropriado pelo capitalista, a esse valor dá-se o nome de mais-valia. A criação da mais-valia dentro do processo de trabalho pode se efetivar em sua forma absoluta ou relativa. Define-se como mais-valia absoluta aquela que é “produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho” (MARX, 1996, p.431), a mais-valia relativa à sua vez é aquela que “decorre da redução do tempo de trabalho e da correspondente mudança da proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho” (MARX, 1996, p.431/432).

Gorender (1996, p. 41) cita em sua Apresentação a obra marxiana *O Capital* que “a característica mais essencial do modo de produção capitalista não é a criação de mais-valia absoluta, porém de mais-valia relativa”. O autor aponta para o fato de que quando o modo de produção capitalista estava em seus primórdios só havia aumento de mais-valia através do prolongamento da jornada de trabalho ou da intensificação do trabalho, ou seja, mais-valia absoluta. Quando, no entanto, os avanços tecnológicos se efetivaram de modo crescente estes passaram a permitir a criação de uma mais valia relativa através da elevação da produtividade do trabalho e a consequente redução do tempo de trabalho¹⁹.

O aumento da força produtiva nos países industriais, que permitia criar mais mercadorias em menos tempo, levou diretamente a um aumento da demanda por matéria-prima. A América Latina conseguiu responder a essa demanda com uma ampla oferta de matérias-primas no cenário internacional, e os gêneros alimentícios tiveram principal importância. Os produtos fornecidos pela América Latina foram diretamente responsáveis por determinar o valor da força de trabalho, são os chamados bens-salários, meios de subsistência, eles impactam no valor da força de trabalho porque são determinantes à reprodução do trabalhador. Com a oferta mundial aumentada pela presença dos produtos latino-americanos os meios de subsistência baratearam no cenário internacional, e consequentemente permitiram o barateamento da força de trabalho dos operários.

Uma vez que o valor real da força de trabalho do operariado se reduziu, o aumento da força produtiva dentro de uma mesma jornada pode manifestar-se como aumento de mais-valia relativa. Resumindo tem-se que “mediante a incorporação ao mercado mundial de bens-salário, a América Latina desempenha um papel significativo no aumento da mais-valia

¹⁹ Os componentes da jornada de trabalho são: o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente (ou mais trabalho), para que a mais-valia relativa de fato se realize é preciso que a proporção entre esses elementos seja favorável ao capitalista, ou seja, é preciso que o tempo de mais-trabalho seja maior que aquele tempo que corresponde ao salário. Segundo Marini (2017) não se deve confundir mais-valia relativa e produtividade, essa última “constitui a condição por excelência da mais-valia relativa” (MARINI, 2017, p.329), porém “uma maior capacidade produtiva do trabalho não assegura por si só um aumento da mais-valia relativa” (MARINI, 2017, p.329). Para que a produtividade encerre mais-valia ela precisa implicar em um menor valor da força de trabalho, em uma redução daquilo que se paga em termos de trabalho necessário, ou seja, o salário.

relativa nos países industriais” (MARINI, 2017, p. 329). Além de permitir que o valor da força de trabalho fosse reduzido, a América Latina também “permitiu ‘liberar’, por sua vez, uma faixa da força de trabalho nas economias industriais dos trabalhos agrícolas, para se dedicar à produção manufatureira” (OSÓRIO, 2013, p.64). Com isso, se consolidava a especialização produtiva entre centro e periferia, enquanto o primeiro tornava-se grande produtor de manufaturas, o último tornava-se produtor de matéria-prima.

Uma vez que a América Latina começa a participar na divisão internacional do trabalho através dessa oferta de matérias-primas que contribuirá para o aumento da mais-valia relativa no centro, começa-se a se estabelecer a primeira face da relação de dependência, é a chamada troca desigual ou intercâmbio desigual. Quando os países realizam entre si a troca de mercadorias no cenário internacional, ocorre, devido a mecanismos de transferência de valor, uma troca desigual. Na perspectiva de Marini (2017) esses mecanismos podem se efetivar em uma mesma esfera da produção ou em esferas distintas.

Quando ocorre em uma mesma esfera de produção, esse mecanismo se baseia na produtividade. Produzindo a mesma classe de mercadorias, pode ser que um dos produtores consiga, devido ao aumento da produtividade, reduzir o preço da sua produção, no entanto, isso não necessariamente abaixará o preço de mercado, no momento da troca, isso implicará no que Marini (2017) define como um lucro extraordinário. Dessa forma, um dos países pode trocar sua mercadoria por um determinado valor tendo-a produzido por um valor bem abaixo do praticado pelos países concorrentes e suas mercadorias, se apropriando assim de um maior valor.

O outro mecanismo de transferência de valor que aponta Marini (2017) é aquele que acontece entre distintas esferas da produção. Nesse caso ocorre o que autor denomina como sendo uma ilusão da lei do valor realizada pelos países detentores de monopólios de produção de um determinado bem. Na medida em que detêm esse monopólio, os países vendem suas mercadorias a um valor maior do que elas realmente valem, ou seja, iludem o valor. Nessa troca de mercadorias os países que não detêm o monopólio da produção “devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem” (MARINI, 2017, p.332). Essa transferência de mais-valia acaba por desequilibrar a acumulação interna desses países, que têm, portanto, de encontrar formas de compensar essa transferência.

É justamente no intuito de compensar a transferência de valor provocada no universo da troca desigual que reside a outra face da relação de dependência, qual seja: a

superexploração da força de trabalho nas economias periféricas²⁰. Marini (2017) define como superexploração a “maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força de trabalho se remunera abaixo de seu valor real” (MARINI, 2017, p.350). Para compensar as perdas de mais-valia em direção aos países centrais, os países dependentes se valem da exploração da força de trabalho na esfera da produção interna. Essa exploração levada a cabo por um maior dispêndio de força por parte da classe trabalhadora permite a ampliação das taxas de mais-valia e de lucro, e com esse aumento, parte desse valor produzido pode então ser apropriado e acumulado pela burguesia nacional, além da burguesia internacional.

Marini (2017) alerta para a existência de três mecanismos de superexploração da força de trabalho são eles: a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a redução do consumo do trabalhador. Quando se fala em intensificação do trabalho, deve-se ter em mente que esta se dá em uma mesma jornada de trabalho em que o tempo de trabalho para produzir não se altera, o que realmente se altera é a intensidade com que o trabalhador produz. Dal Rosso (2008) define a intensificação como “os processos de quaisquer natureza que resultem em um maior dispêndio de capacidades físicas, cognitivas e emotivas do trabalhador com o objetivo de elevar quantitativamente ou melhorar qualitativamente os resultados. Em síntese mais-trabalho” (DAL ROSSO, 2008, p. 23). Essa intensificação não significa incremento ocasionado pelo desenvolvimento das forças produtivas, e sim, das formas de exploração durante uma determinada jornada de trabalho.

No caso da superexploração via prolongamento da jornada de trabalho, tem-se um aumento em termos de duração da jornada na parte que corresponde ao tempo de trabalho excedente, o que gera para o capitalista uma mais-valia absoluta. Já no caso da redução do consumo do trabalhador a superexploração reside no fato de que os capitalistas pagam ao trabalhador um salário abaixo do valor real da força de trabalho, esse valor que é retirado do trabalhador e que serviria para sua reprodução é por sua vez apropriado pelo capitalista. Alguns autores têm acrescentado a partir de uma leitura de trabalhos subsequentes de Marini (2017) um quarto mecanismo de superexploração que se somaria aos três anteriores, esse mecanismo seria “a elevação do valor da força de trabalho que não fosse acompanhada de um

²⁰ Marini (2017) em seus textos utiliza a expressão superexploração do trabalho, Carcanholo (2013) a sua vez defende que se fale sempre em superexploração da força de trabalho, segundo ele “o rigor teórico e metodológico exige utilizar o termo superexploração da força de trabalho, uma vez que explorar – no sentido de usar, utilizar, consumir, realizar – aquilo que já é o resultado desta exploração (utilização), o trabalho, não parece fazer muito sentido” (CARCANHOLO, 2013, p.75). O que se deve levar em conta é que a mercadoria é à força de trabalho, e não o trabalho, portanto é ela que é apropriada/consumida pelo capitalista.

crescimento dos salários; ao menos, não na mesma proporção” (CARCANHOLO, 2013, p.84). Ao explicar esse mecanismo Amaral (2012, p.56) entende que ele:

está relacionado a ideia de que a determinação do valor da força de trabalho é histórico-social, de modo que, com o avanço das forças produtivas e, portanto, das necessidades humanas, esse valor pode subir e, se ele não for pago integralmente, temos uma nova forma de superexploração do trabalho.

A superexploração da força de trabalho, que se exerce através desses quatro mecanismos, permite que a região da América Latina possa então se desenvolver de modo capitalista, porém, o capitalismo que aqui se desenvolve é dependente. Essa dependência implica para as economias latino-americanas em uma subordinação às economias centrais, subordinação essa que está evidenciada principalmente no fato de que há uma transferência de valor dessas economias para o centro. Para compensar a transferência de valor e então poder se desenvolver de modo capitalista a América Latina passa a superexplorar a força de trabalho na região.

É justamente a necessidade de superexplorar para acumular somada a crise do sistema colonial que levará a passagem das formas de trabalho compulsório para o trabalho livre/assalariado na América Latina. Essa superexploração teve mais facilidade de se impor nas regiões voltadas a produção para exportação. Isso acontece porque as atividades de agricultura e extrativismo dependem muito mais da ação humana (da força de trabalho) para aumentar a riqueza do que de investimento em capital constante. Conseqüentemente “isso permite baixar a composição-valor do capital, o que, aliado à intensificação do grau de exploração do trabalho, faz com que se elevem simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro” (MARINI, 2017, p. 334).

Foi, segundo Marini (2017, p.334), “precisamente nas zonas dedicadas à produção para exportação em que o regime de trabalho assalariado foi imposto primeiro, iniciando o processo de transformação das relações de produção na América Latina”. Para que a superexploração se efetivasse era preciso que a força de trabalho e não o trabalhador virasse mercadoria. Uma vez que a força de trabalho se torna mercadoria ela possui valor, e o rebaixamento desse valor implica para o comprador em maior lucro. No trabalho compulsório em que a pessoa que trabalha é a mercadoria, todo o tempo de existência do trabalhador é tempo de trabalho, em grande medida isso leva a um esgotamento muito mais rápido do trabalhador.

Marini (2017), ao falar em escravidão explica que a superexploração nessa forma de trabalho só poderia acontecer se a reposição da mão de obra desgastada fosse imediata. Essa

reposição, entretanto, encontrou limites nas proibições do tráfico de escravos e nos processos abolicionistas. Era preciso utilizar uma nova forma de trabalho. A passagem para o trabalho assalariado na América Latina não se efetivou rapidamente, a mescla com formas de trabalho anteriores foi muito marcante nos anos iniciais do desenvolvimento capitalista dependente.

Os anos iniciais do capitalismo dependente, que datam para a grande maioria dos países latino-americanos da metade do século XIX, podem ser evidenciados pela centralidade das exportações (construção de uma economia de base exportadora) e pela mescla de formas de trabalho anteriores com as formas assalariadas. Essa economia voltada para exportação figura na perspectiva de Marini (2017) como um momento de transição para uma “autêntica economia capitalista nacional” (MARINI, 2017, p. 346). Essa autenticidade só vem quando se institui na região o setor industrial. É justamente nesse momento que o capitalismo dependente se apresenta plenamente em suas características. Segundo o autor:

Somente na medida em que a economia dependente se vá convertendo de fato num verdadeiro centro produtor de capital, que traz incorporada sua fase de circulação — o que alcança sua maturidade ao se constituir ali um setor industrial — é que se manifestam plenamente nela suas leis de desenvolvimento, as quais representam sempre uma expressão particular das leis gerais que regem o sistema em seu conjunto. (MARINI, 2017, p.347).

Antes de adentrar no momento em que a América Latina alcança essa fase de desenvolvimento industrial é preciso refletir sobre alguns elementos importantes da fase exportadora. O primeiro deles diz respeito ao fato de que, a passagem das formas de trabalho compulsório (sobretudo o escravo) para o trabalho assalariado na América Latina se fundamentou em muitas regiões em um forte caráter excludente das populações escravas. Essa exclusão se difere daquela vivenciada pelos camponeses na Europa na fase de transição do feudalismo para o capitalismo, do trabalho servil para o assalariado, tendo em vista que foi uma exclusão de caráter racial. Essa exclusão que colocou à margem do sistema produtivo milhares de ex-escravos, teve nos Estados ainda recentes o seu principal apoiador. A principal ação empenhada pelos Estados latino-americanos que levou à exclusão produtiva de milhares de ex-escravos foi a instituição de políticas de imigração que estimulavam a vinda de europeus para a América.

O Estado e as elites latino-americanas acionavam na época da recém-independência um discurso de construção de identidade nacional que, de um lado, negava o indígena e o negro como parte dessa sociedade, e, por outro lado, elevava o branco europeu como sujeito capaz de fazer essa sociedade progredir. Sob o ideal do branqueamento poderia se criar um autêntico cidadão nacional, um autêntico brasileiro, uruguaio, argentino, colombiano etc. Para

as elites, só o branqueamento populacional traria o desenvolvimento que almejavam. Ao falar do caso argentino, Schwarz (2012, p.51) aponta que:

la élite argentina pretendió influir en la composición de la población argentina de dos formas: marginalizando la población actual indígena (por desplazamiento y/o exterminio) y aumentando la población percibida como blanca a través de la inmigración masiva de Europa.

Com o apoio dos Estados e das elites latino-americanas e somados aquilo que Marini (2017) apontou como sendo uma necessidade do desenvolvimento capitalista dependente de implantar a superexploração para compensar as perdas em direção aos países centrais, as políticas de imigração generalizaram-se por toda a região da América Latina. Essas políticas de imigração são importantes de serem mencionadas nessa dissertação, principalmente porque contribuíram para determinar as bases em que o mercado de trabalho capitalista se conformou em algumas das nações, e de como elas impactam até hoje na realidade dos países latino-americanos. E, para além disso, de como a pobreza e a exclusão social na América Latina foram estruturadas em uma base etnocêntrica e racista (que impactou em maior medida as mulheres) para a qual coadjuvaram as políticas de imigração. O caso do Brasil é talvez o mais significativo para pensar o impacto de tais políticas na construção do mercado de trabalho capitalista, já a Argentina é o caso que melhor explica o impacto destas políticas na constituição étnico-racial de sua população, que foi “embranqueando” através da entrada de imigrantes.

Em maior ou menor medida os países latino-americanos, principalmente no ínterim entre a Independência, a Abolição da escravidão e a constituição de uma economia de base exportadora, passaram de um lado, a estimular a entrada de europeus e, por outro lado, a proibir a entrada de pessoas de outras nacionalidades, principalmente os povos africanos. Muitas legislações implantadas pelos países ao longo desse período comprovam esse processo. Schwarz (2012) em um estudo sobre as políticas de imigração na América Latina aponta que:

En Venezuela, pocos meses después del establecimiento político de un Estado independiente, el Congreso encargaba al gobierno venezolano a “promover la inmigración de canarios” en 1831 y, pocos años después en la primera ley sobre la materia, se abre la promoción de inmigración “á todos los europeos que quieran venir á la República para dedicarse á la agricultura ó á otras empresas útiles (SCHWARZ, 2012, p.62).

No caso da Argentina a conhecida Lei de Avellaneda implantada em 1876 determinava os elegíveis para imigrar ao país. Essa lei veio complementar a Constituição argentina de 1853 que já vinha estimulando a imigração para o país com o objetivo de

augmentar a densidade populacional, sem, no entanto, delimitar o imigrante “desejável”. De modo semelhante a lei argentina de 1876 o Uruguai com sua “Ley de Inmigración del año 1890” passava a proibir “la inmigración asiática y africana y la de los individuos conocidos con el nombre de húngaros o bohemios” (SCHWARZ, 2012, p.58). Como se pode ver a lei uruguaia proibia a entrada de asiáticos no país, todavia, em alguns países latino-americanos a entrada desses povos (através de imigração ou pelo chamado tráfico de *coolies*²¹) no século XIX foi bastante significativa. Esses povos foram “chamados” para compor o mercado de trabalho de muitos países como Brasil, Bolívia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, México, Peru. Em muitos casos, a imigração desses povos superava a dos europeus, segundo Bonfiglio (1986, p.95) “desde 1849 a 1875 llegaron al Perú cerca de 100,000 trabajadores chinos (culies), mientras que en el mismo período llegaron tan sólo entre 15 á 20 mil europeos”.

Muitos desses países após a extensa utilização dos asiáticos como mão-de-obra passaram posteriormente a restringir ou até mesmo proibir a entrada desses povos com base nos ideias de hierarquização das raças e de branqueamento do país, que cresciam na passagem do século XIX para o XX. Os chineses eram os alvos principais de tais proibições, segundo Herrera (2016, p. 171) “en 1890, el gobierno decreto prohibir el ingreso de chinos a Costa Rica especificando que sólo se tolerarían los que se hallaban en el país”. Atitude semelhante tomou o Equador. Granados (2010) tendo acessado o “Registro Oficial n. 953 de 22 de Septiembre de 1899”, aponta que o então presidente equatoriano Antonio Flores sob a alegação de que “habiendo tomado caracteres alarmantes, en estos últimos tiempos, la inmigración de chinos, y siendo perniciosísimo el influjo que éstos ejercen en las costumbres de la sociedad, y en las industrias y transacciones mercantiles del país” (GRANADOS, 2010, p.42) passaria a partir daquela data a impedir a entrada de chineses no Equador.

Na Colômbia, as legislações imigratórias começaram bem cedo em relação ao restante da América Latina. A primeira lei no ano de 1823 “dispuso que se promoviera ‘eficazmente la inmigración de extranjeros (sic) europeos y norte-americanos’, considerando que poblaciones numerosas constituían la base para la prosperidad y grandeza de los países” (OCHOA, 2012, p.186). Para tentar atrair os estrangeiros essa lei prometia uma porção de terra para que estes pudessem plantar e iniciar suas vidas. Não foi só a Colômbia que se utilizou da doação de terras como incentivo para atrair os imigrantes, outros países também se utilizaram dessa

²¹ Segundo Yang (1977, p.419) “a denominação de coolie aparece como coles nos escritos portugueses quinhentistas. A palavra origina-se do hindu kuli. Evoluindo a seguir para coly — koully e finalmente ao francês coulie. Em inglês passou a ser coolie, massa móvel de trabalhadores assalariados, quer indianos, quer chineses, que se irradiaram pelo Ocidente servindo a várias sociedades”.

estratégia. Além das terras, muitos outros benefícios eram oferecidos aos estrangeiros, inclusive dinheiro.

As ondas migratórias em direção a América Latina, principalmente entre o século XIX e XX, tiveram um impacto distinto em cada país da região. O próprio ideal do branqueamento só pode se “efetivar” onde a entrada de imigrantes europeus foi muito grande. De acordo com Hernández (2017, p.43):

A Argentina, o Chile, o Uruguai e o sul do Brasil foram as poucas regiões que conseguiram usar o afluxo de imigrantes europeus para “embranquecer” a aparência das suas populações significativamente e diminuir a proporção de pessoas de visível ascendência africana. Em contraste, outras nações da América Hispânica com maiores proporções de negros e indígenas invocaram com mais veemência o discurso da mestiçagem para manter o privilégio branco.

Para a referida autora, “os efeitos demográficos do projeto de branqueamento pela imigração europeia foram mitigados por vários fatores” (HERNÁNDEZ, 2017, p.41). Um deles residia no fato de que os próprios imigrantes “não preferiam países da América Hispânica que eram menos desenvolvidos e mais pobres do que países maiores como Argentina e Brasil” (HERNÁNDEZ, 2017, p.41). Esses países menos desenvolvidos a sua vez, também não podiam ofertar muitos benefícios que atraíssem os imigrantes, por isso não obtiveram “êxito” em seu ideal de branqueamento, pois em muitos casos a entrada de europeus não foi tão significativa a ponto de modificar a aparência de suas populações. E foi justamente por isso que emergiu nesses países a ideologia da mestiçagem, na tentativa de ocultação da cor e de manutenção de um privilégio branco por outras vias.

O discurso, a ideologia da mestiçagem, sob a alegação de que a sociedade é mestiça (miscigenada), tenta ocultar o negro ou o indígena (ou ambos) homogeneizando-os ao restante da sociedade. Esse discurso constrói a falsa ideia de que todos são iguais e de que todos estão incluídos socialmente, quando na realidade o que ele faz é excluir racialmente o negro e o indígena através do não reconhecimento de suas identidades, culturas e cores. Isso provocou em muitos países a negação da existência do racismo como estrutural à conformação dessas sociedades e o impacto deste na exclusão social desses povos. Em muitos países latinos a mestiçagem visava à valorização da miscigenação tanto do negro quanto do indígena na composição da sociedade. Em outros, no entanto, só se valorizava o indígena miscigenado com o europeu, desconsiderando a presença do negro no processo de “mestiçagem” e formação da sociedade. Segundo Hernández (2017) países como Equador, Guatemala e Honduras utilizaram o discurso da mestiçagem para inclusão do indígena e rebaixamento da negritude. Em análise sobre o México, Gates Jr (2014, p. 68) afirma que “os mexicanos

estavam muito mais dispostos a abraçar o indigenismo, a ideia de que descendem dos astecas, e a valorização desta civilização como de primeira linha, do que a abraçar a história africana (...).”.

Como mencionado anteriormente, o caso da Argentina mostra como a entrada de imigrantes levou a uma mudança radical na composição étnico-racial desse país. Segundo Flórez N. et al. (2003) a:

Argentina se blanqueó muy rápido. En 1869 los pueblos indígenas representaban el 5% de la población y para 1895 fueron sólo el 0,7% de un total de 3.955.000. Los negros, concentrados en Buenos Aires, representaban en 1835 el 25% de la población de la capital, y para 1887 sólo el 2%. Entre 1880 y 1930 se sumaron a la población Argentina cerca de 3.225,000 inmigrantes (43% Italianos, 34% Españoles).

Os dados de Flórez N. et al. (2003) mostram como a população indígena e negra da Argentina se reduziu drasticamente em algumas décadas, principalmente a população negra, que se encontrava em maior quantidade em relação a indígena. Esses dados, no entanto, não podem ser tomados de modo absoluto em virtude de uma prática muito comum a época que era a de esconder ou diminuir a presença das populações negras e indígenas nos censos populacionais feitos pelo governo. Os negros foram recebendo nesses censos definições que visavam o ocultamento de sua cor, a principal denominação dada a eles era a de pardos. Já no que diz respeito aos indígenas tem-se que:

En el Censo de 1869 la población indígena se calculó en base a datos brindados por los jefes de los fortines y se los consignó fuera de la categoría “argentinos”. Más de un cuarto de siglo después, en el Censo de 1895, se omitió censar a la población indígena y simplemente se la estimó (INDEC, 2015, p.8).

Dada à forma como os censos populacionais foram feitos na Argentina, os dados são bastante imprecisos, pode-se pressupor que as populações negras e indígenas não tenham se reduzido tanto quanto aponta Flórez N. et al. (2003). Esses dados apesar de imprecisos não excluem o fato de que houve sim uma rápida redução dessas populações na Argentina, principalmente em virtude das políticas imigratórias assentadas no ideal de branqueamento. Claro que outros fatores além da imigração contribuíram para reduzir tais populações, caso, por exemplo, das guerras por territórios que demandavam principalmente os negros, para reforçarem os exércitos. Muitos acabaram morrendo nas batalhas, o que implicou em uma redução do contingente de negros na Argentina. Apesar da existência de outros fatores o papel da imigração foi o que teve maior peso no processo de branqueamento da Argentina.

Os imigrantes que chegavam à Argentina rapidamente passaram a ocupar postos no mercado de trabalho. Segundo Hernández (2017, p. 36), “os imigrantes europeus foram bem

recebidos no mercado de trabalho e, simultaneamente, os afro-argentinos foram excluídos do mesmo. Em 1914, os estrangeiros na Argentina dominavam quase todas as categorias de trabalhadores qualificados (...)"'. Em função disso, os negros acabaram tendo de permanecer em trabalhos menos qualificados e de maior degradação física, muitos se quer encontravam alguma ocupação. Assim os imigrantes brancos tornaram-se os assalariados do mercado capitalista nascente na Argentina.

Em grande medida a Argentina conseguiu embranquecer a aparência de seu país, no último censo realizado pela o governo argentino, no ano de 2010, de uma população total de 40.117.096, os que se declaravam indígenas somavam 955.032, já os que se declaravam afrodescendentes somaram 149.493²². Se somadas, as populações que se declararam indígenas e negras, não chegam a representar nem 3% da população total da Argentina. Apesar de terem realmente se reduzido, essas populações existem e não podem continuar invisibilizadas pela sociedade argentina. A superação desse ideal de branqueamento, que em grande medida vigora na Argentina até os dias atuais sob o discurso de negação das outras raças, constitui-se como um grande desafio para o país, principalmente porque a superação das mazelas sociais em toda a América Latina passa fundamentalmente pela questão racial.

O efeito das imigrações na exclusão da população negra vivenciado pela sociedade argentina também aconteceu no Brasil. Ao contrário da Argentina, no entanto, os negros continuaram e continuam compondo a maior parte do contingente populacional do país. Aqui busca-se dar atenção ao Brasil, porque a formação do mercado de trabalho capitalista passou necessariamente a conformar toda uma estrutura de marginalidade para o povo negro que se perpetua cotidianamente no país. No caso do Brasil as políticas de imigração tiveram papel significativo na formação do mercado de trabalho capitalista. O negro que ocupava, enquanto escravo, papel produtivo central no sistema colonial vai com a substituição pela mão-de-obra imigrante perdendo paulatinamente esse papel, principalmente nas regiões em que a economia exportadora se desenvolvia de maneira mais acelerada. O Brasil foi o último país da América Latina a abolir a escravidão. No auge da economia cafeeira, a mão-de-obra escrava ainda era utilizada em larga escala, todavia, era cada vez mais difícil repor essa mão-de-obra tendo em vista que o fim do tráfico de escravos já havia sido decretado a um bom tempo. A imigração passava a partir daí a ser o carro chefe da economia exportadora brasileira.

Além das políticas de imigração outros fatores já vinham contribuindo para colocar a população negra a margem da sociedade. Theodoro (2008) aponta como um desses fatores a

²² INDEC- Censo 2010. Datos sobre la población.

promulgação no Brasil da chamada Lei de Terras no ano de 1850. Essa lei que determinava em seu artigo primeiro que “ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja a compra” (Lei nº 605 de 18 de setembro de 1850)²³, dificultava ainda mais o acesso a terra por aqueles que não tivessem condições de comprá-la, caso dos escravos. Mesmo na condição de libertos, muitos ex-escravos não tendo propriedades e nem podendo recebê-las do Estado, permaneceram trabalhando. Já aqueles que conseguiram posto de trabalho, ficaram a própria sorte, sem auxílio de qualquer natureza.

Essa mesma Lei de Terras que dificultava a inclusão dos ex-escravos na sociedade ou forçava-os a permanecer presos as suas antigas ocupações, era a mesma que promovia que “Art. 17. Os estrangeiros que comprarem terras, e nellas se estabelecerem, ou vierem á sua custa exercer qualquer industria no paiz, serão naturalizados querendo, depois de dous annos de residência (...)” (Lei nº 605 de 18 de setembro de 1850). O Brasil assim como o restante da América Latina, utilizou-se de estratégias para atrair mão-de-obra imigrante. O amplo contingente de imigrantes que adentrou o Brasil e que era beneficiada em parte por determinadas políticas e legislações acabou sendo utilizado como mão-de-obra nas regiões brasileiras mais dinâmicas, como São Paulo, configurando assim a primeira expressão da passagem do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil. Isso significou, no entanto, para as populações negras a sua marginalidade produtiva, na medida em que passavam a ter ocupações precárias, informais, vivendo dos chamados biscates. Segundo Theodoro (2008, p.39):

O mercado de trabalho nacional nasceu, assim, dentro de um ambiente de exclusão para com uma parte significativa da força de trabalho. Criando dessa forma o trabalho livre, criaram-se também no país condições para que se consolidasse a existência de um excedente estrutural de trabalhadores, aqueles que serão o germe do que se chama hoje “setor informal”.

A passagem para o trabalho livre que marca a emergência do modo de produção capitalista no Brasil se efetivou dessa forma através da exclusão do povo negro. Kowarick (1987) em análise sobre a dinâmica da cidade de São Paulo aponta que só quando a industrialização começa a demandar um maior contingente de mão-de-obra é que estes podem retornar ao mundo do trabalho. Segundo Kowarick (1987, p.128), “a absorção dos nacionais – inclusive dos negros e mulatos – iria se efetuar quando novos e mais dinâmicos setores da economia urbana, a partir de 1930, necessitassem também desse contingente de trabalhadores”.

²³ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm.

Esse retorno dos negros ao mundo do trabalho, no entanto, foi incapaz de superar as estruturas de um mercado de trabalho que se assentou na exclusão pela cor. Como consequência dessa exclusão produtiva e de uma herança de exclusão social advinda do período colonial, o Brasil possui atualmente um mercado de trabalho que é racialmente desigual e que em momentos de crise econômica joga rapidamente as populações negras para a informalidade e a desocupação. Dados da PNAD Contínua referentes ao terceiro trimestre de 2017 revelaram que 63,7% da população desocupada era formada por pessoas negras. Ao analisar os dados da PNAD, Marli (2017) aponta que:

No terceiro trimestre de 2017, pretos ou pardos representavam 54,9% da população brasileira de 14 anos ou mais e eram 53% dos trabalhadores ocupados do país. Mas, apesar de serem a maioria, a proporção de pretos ou pardos ocupados (52,3%) era inferior à da população branca (56,5%). Além disso, o rendimento dos trabalhadores pretos e pardos foi de R\$ 1.531, enquanto o dos brancos era de R\$ 2.757.

Os processos que levaram a instituição do trabalho livre na América Latina são muito diversos, porém em maior ou menor medida, é impossível pensar esses processos sem que se pense nas questões étnico-raciais, até mesmo para aqueles países aonde a mão-de-obra utilizada continuou sendo a indígena e a negra.

A passagem para o trabalho livre na América Latina a partir da metade do século XIX e a constituição de uma economia exportadora na região são elementos de um mesmo processo que culminou no fim do sistema colonial e marcou o início do desenvolvimento do capitalismo dependente. O período da economia exportadora na América Latina vai de 1850 até 1914, quando o desenvolvimento interno será guiado pelas exportações de produtos primários em direção aos centros capitalistas. Os Estados recém-independentes que se instituíram na região nesse período se assentavam sob as bases de um setor oligárquico-exportador, segundo Wasserman (1992, p.19):

O Estado oligárquico foi a expressão político-administrativa de um modelo econômico de acumulação capitalista via setor primário-exportador, cujas principais características políticas eram a hipertrofia do aparato repressivo do Estado, a exclusão da maioria da população dos órgãos de decisão, a eliminação dos elementos democrático-burgueses que se levantassem como alternativa progressista ao desenvolvimento do capitalismo e, muitas vezes, a intervenção política direta ou indireta do capital monopólico.

Furtado (1970), ao falar da fase de economia exportadora latino-americana, desenvolveu uma tipologia que subdivide os países da região de acordo com o binômio produto-clima. A primeira tipologia abarcaria os países exportadores de produtos agrícolas de clima temperado, são eles: Argentina e Uruguai. De outro lado estariam os países

exportadores de produtos agrícolas de clima tropical, representado por: América Central, Brasil, Caribe, Equador, e partes do México e da Venezuela. E por último estariam àqueles países exportadores de produtos minerais, composto por Bolívia, Chile, México e Peru.

No primeiro grupo de países, Furtado (1970, p.62) aponta para o fato de que estes “estiveram desde o início integrados em um setor produtivo da economia mundial que se caracterizava por um permanente avanço tecnológico”. Esses países, na perspectiva do autor, produzem produtos que competem com a produção interna de países já desenvolvidos, por consequência passam a buscar também, um rápido desenvolvimento. Já no segundo grupo de países Furtado (1970, p.63) afirma que “os produtos tropicais (...) tiveram de uma maneira geral significação reduzida como fator de desenvolvimento”. Para o autor tais produtos não demandavam a modernização das economias nem o investimento em tecnologias ou infraestrutura. Furtado (1970) aponta que havia exceções em que as exportações de produtos tropicais funcionava como um fator de desenvolvimento para os países, era o caso por exemplo, da produção cafeeira da cidade de São Paulo.

Já no último grupo de países, em que o foco era a produção de minérios para exportação, Furtado (1970, p.64) aponta que a “produção de tipo artesanal ou semi-artesanal foi progressivamente substituída pela produção em grandes unidades controladas por capitais estrangeiros e administradas do estrangeiro”. Esse controle estrangeiro sobre a produção dos minérios significou para esse grupo de países a impossibilidade de qualquer desenvolvimento interno, pois todo o valor produzido ficava em mãos estrangeiras. Essa tipologia apresentada por Furtado (1970), como a maioria das tipologias, acaba por engessar a complexa e dinâmica realidade. Até o ponto em que essa tipologia apenas divide os países quanto ao produto exportado ela é perfeitamente viável e verídica, todavia quando Furtado (1970) aponta o impacto das exportações como fator impulsionador do desenvolvimento e em certa medida da modernização, ele acaba separando países que possuem características semelhantes, que vão seguir esses países até os dias atuais.

Furtado (1970) dá a entender que apenas Argentina e Uruguai vão ter de forma ampla a exportação como um impulsionador do desenvolvimento interno. Em paralelo, em outros momentos do seu livro ele estende a quantidade de países que terão sua industrialização impulsionada pelo crescimento das exportações. Fazendo uma leitura a partir de Celso Furtado, Bambirra (1987) constrói também uma tipologia para pensar o desenvolvimento do capitalismo dependente na América Latina. Sua perspectiva, no entanto, se dá em um momento histórico distinto e parece funcionar melhor. Furtado (1970) tenta definir as características da fase da economia exportadora, e reflete como a exportação influenciou

diferentemente em cada realidade para o desenvolvimento de um modo de produção “completamente” capitalista. Bambirra (1987) a sua vez não busca estudar a economia exportadora em suas características, mas parte dela para pensar em uma das interfaces de sua tipologia. Ela busca entender como os distintos países da América Latina se industrializaram, de um lado, como uma extensão da economia exportadora, e de outro, como uma extensão da integração monopólica mundial. O fenômeno que a autora busca compreender é o da fase da industrialização latino-americana, ao passo que o fenômeno que Furtado (1970) busca analisar e tipologizar é o da fase exportadora.

Partindo da compreensão de Bambirra (1987) tem-se que na fase exportadora, em alguns países latino-americanos (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Uruguai), a economia cresceu de tal forma que começou a acelerar um processo de desenvolvimento e modernização interna. O crescimento das exportações aumentava a demanda por infraestrutura que pudesse intensificar a produção e que fornecesse transportes para as cargas que se tornavam cada vez maiores. Conseqüentemente, a introdução de novas tecnologias, principalmente na esfera da produção e dos transportes, permitiu que se intensificasse o processo de urbanização localizada nas grandes capitais bem como a introdução de pequenas fábricas. Isso vai acontecer na passagem do século XIX para o XX. Na perspectiva de Bambirra (1987), esses países denominados de tipo A, possuem como característica o fato de que neles o processo de industrialização foi produto da expansão e transformação do setor primário-exportador, e que por isso surgem antes da deflagração da Primeira Guerra Mundial. Por outro lado, os países de tipo B são aqueles em que a industrialização só começou a partir de uma integração monopólica mundial.

Bambirra (1987), no período em que escreve, aponta que poderia tentar enquadrar Haiti, Paraguai e Panamá em uma terceira tipologia que seria a dos países de tipo C, formados por uma estrutura agrário-exportadora sem diversificação industrial. Entretanto, admite que “la ubicación dentro de un mismo tipo no conduciría a una comprensión mayor del carácter de sus estructuras dependientes y sería preferible proceder directamente al estudio de cada uno de ellos por separado” (BAMBIRRA, 1987, p.28). Para a referida autora a construção de uma tipologia que se centralize na industrialização deve-se ao fato de que é só com a industrialização que o capitalismo se apresenta completamente como modo de produção dominante na sociedade. Assim, segundo a autora, para que a dependência enquanto forma de se desenvolver do capitalismo latino-americano se apresente plenamente é preciso que a industrialização tenha se efetivado de fato. Como mencionando anteriormente, essa é a mesma perspectiva assumida por Marini (2017), que compreendia que é só quando a América

Latina se industrializa que o capitalismo dependente passa a se expressar em suas leis mais gerais.

O uso das tipologias para determinar a realidade é sempre passível de muitos erros e questionamentos, todavia, a forma como Bambirra (1987) conduz essa categorização dos países contribui fundamentalmente para entender que os processos de desenvolvimento do capitalismo dependente se exercem de forma desigual e combinada, e que os fatores internos particulares e ao mesmo tempo gerais a cada formação social latino-americana jogaram papel fundamental na forma como esse desenvolvimento se deu.

Nos países de tipo A, como mencionado anteriormente, Bambirra (1987) entende que a própria expansão do capitalismo mundial e a sua crescente demanda por matérias-primas fizeram emergir nesses países um mercado interno capaz de absorver as manufaturas advindas dos países centrais. Para poder absorver essas manufaturas (sobretudo maquinários) os setores primário-exportadores eram tensionados a uma maior modernização. É justamente a formação e articulação de um mercado interno aos países centrais somado as “transformações modernizadoras” no setor primário-exportador que permite aos países de tipo A se industrializarem tempos antes dos países de tipo B.

Para a autora as “transformações modernizadoras” se manifestam de um lado, na organização social da produção, e do outro, no nível das forças produtivas e das mudanças tecnológicas. No âmbito da organização social da produção o que acontece é uma generalização das “relaciones capitalistas de producción en los sectores claves de las economías. Pasan ellas, así, a ser predominantes a través de la compra de la fuerza de trabajo mediante el pago de salario y, consecuentemente por la formación de un mercado libre de trabajo” (BAMBIRRA, 1987, p.35). Já no âmbito das forças produtivas e mudanças tecnológicas o que acontece é a introdução de novos instrumentos, transportes, etc. que permitirão aumentar a capacidade produtiva do setor exportador. Segundo a autora:

La industria surge impulsada originalmente por las propias leyes de movimiento que rigen el desarrollo del sector exportador, pero luego genera su propia dinámica y se independiza de éste. Empero, su independencia es relativa, pues aunque ella tienda a la larga a subordinarlo, necesita de él como condición de su supervivencia y expansión. Sus límites están dados, por lo tanto, por la dependencia del funcionamiento del sector exportador que es, en último término, la dependencia del funcionamiento del sistema capitalista mundial en su conjunto. (BAMBIRRA, 1987, p.44).

Apesar de a industrialização nesses países serem fruto da expansão do setor exportador chega um determinado momento em que a conjuntura mundial impõe restrições às importações e exportações, esses períodos foram: a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a

Crise mundial de 1929. As importações de produtos manufatureiros produzidos pelos países centrais tornava-se cada vez mais difícil, isso tencionava os países da América Latina a produzirem nacionalmente os produtos em falta. Esse processo de substituição de importações foi, segundo Bambirra (1987, p. 31), “la forma a través de la cual” os países de tipo A “lograron impulsar el montaje de su parque industrial”.

Se na economia de base exportadora esses países estavam regidos por um Estado oligárquico centrado nos grupos latifundiários o mesmo não acontece quando irrompe o processo de industrialização. Os setores oligárquicos têm de se articular com a burguesia industrial nascente, Bambirra (1987) denomina o Estado nesse período de burguês-oligárquico, ainda que as oligarquias fossem um setor importante não exerciam mais o poder sobre a sociedade, este agora ficava a cargo da burguesia industrial que se antagonizava a um crescente proletariado industrial. A hegemonia que essa burguesia industrial exerce nesses países se define como uma “hegemonia comprometida” em que há “amalgama de poder”. Essa amalgama “se funda em la hegemonia de una clase, que aunque sea limitada por los compromisos que acuerda, impone sus metas al conjunto de la sociedad” (BAMBIRRA, 1987, p. 59). Para a referida autora o único país de tipo A em que as oligarquias não poderão se articular a burguesia industrial nascente é o México, pois este havia realizado a reforma agrária o que enfraqueceu de modo mais intenso o poder das oligarquias.

No que diz respeito aos países de tipo B, Bambirra (1987) aponta que inicialmente o setor primário-exportador vai impulsionar uma modernização nesses países, foi o caso, por exemplo, da América Central através da economia cafeeira. No entanto, a diferença nesses países é que determinados fatores impedirão que esse movimento de modernização chegasse até as últimas consequências e constituísse um mercado interno. Nesses países, os setores mais importantes da produção estavam sob o poder de empresários estrangeiros. Segundo a autora:

Así es que el proceso de modernización que se empieza a llevar a cabo, e algunos países con más dinamismo que en otros (en Centroamérica, por ejemplo, es más agudo en Guatemala, El Salvador y Costa Rica que en Honduras y Nicaragua; como lo es más acentuado en Perú que en Ecuador y Venezuela), de todas las maneras encuentra sus límites, en todos los países del tipo B, en la codicia desenfadada del imperialismo por sus materias primas y productos agrícolas y en la imposibilidad de las clases dominantes nacionales de llevar hasta sus últimas consecuencias las transformaciones de la estructura económico-social (BAMBIRRA, 1987, p. 74).

A presença estrangeira e o seu controle sobre o setor primário-exportador forma segundo Bambirra (1987) uma economia de enclaves. Nessa economia o setor primário-exportador está impedido de se articular com a economia nacional, o que ocasiona assim um baixo estímulo à dinamização dos outros setores produtivos e conseqüentemente estanca o

processo de industrialização. Essa mesma presença estrangeira também impede que se forme nesses países uma classe dominante capaz de exercer um verdadeiro controle interno, tais classes se subordinavam as necessidades e imposições externas. Durante esse período, que para os países de tipo A corresponde a passagem do Estado oligárquico para o burguês, os países de tipo B seguem sob as bases de um Estado oligárquico, em que o poder seguia atrelado a propriedade da terra.

Tem-se, portanto, que a industrialização não emerge nos países de tipo B até o fim da Segunda Guerra Mundial, a presença estrangeira que impede a efetivação desse processo no início do século XX é a mesma que irá tencioná-la no pós-guerra. Quando a industrialização de fato se efetiva nesses países “en vez de promover, en las economías nacionales, el funcionamiento del capitalismo dependiente de manera más equilibrada y coherente, tiende a acentuar sus componentes anárquicos y disgregadores, y a profundizar progresivamente su crisis estructural latente” (BAMBIRRA, 1987, p. 132).

O modo como o capitalismo se desenvolve na América Latina, sob a forma de um desenvolvimento dependente, e a divisão desse desenvolvimento em dois (tipo A e tipo B), realizado por Bamberger (1987), são imprescindíveis para pensar contemporaneamente a região, bem como as particularidades das distintas formações sociais que a compõem. A dependência de modo mais amplo é a forma que o capitalismo assume na América Latina em função da sua subordinação ao capitalismo avançado. Como explicitado anteriormente essa dependência têm na troca desigual e na superexploração da força de trabalho seus aspectos centrais. Porém, esse capitalismo dependente se desenvolveu de modo desigual nos distintos países da região, implicando para cada um deles em consequências diferentes. Os países que se desenvolveram com uma dominação estrangeira muito mais acentuada, por exemplo, tiveram de lidar com índices muito maiores de desemprego, desigualdade social e pobreza.

1.3. Desemprego, desigualdade social e pobreza: questões histórico-estruturais do capitalismo e seus desdobramentos sob o signo da dependência

O modo de produção e reprodução social capitalista no seu processo de expansão e acumulação que lhe é próprio, cria ao mesmo tempo um movimento de constante barbarização da vida humana e social, alguns dos seus aspectos mais perversos são a pobreza, a desigualdade social e o desemprego. Apesar de serem aspectos intrínsecos ao capitalismo, a pobreza e a desigualdade social não se originaram nesse modo de produção. O que este modo de produção traz de novo é “o fato de que (...) estão dadas as condições e as possibilidades de

suprimir as carências materiais da massa da população” (NETTO, 2013, p. 93). O desemprego a sua vez é uma categoria historicamente determinada pela emergência do capitalismo, isso não significa dizer, entretanto, que não existissem pessoas sem trabalho nos modos de produção anteriores, porém é importante ressaltar que isso se dava de maneira reduzida e não como condição funcional ao próprio sistema. Destarte, o desemprego, é uma categoria que assume validade no modo de produção capitalista.

Antes de aprofundar no que de fato caracteriza esses três fenômenos dentro do capitalismo é preciso compreender as características mais gerais desse regime/ modo de produção. Marx (1988) admite que, existem duas características que vão diferenciar “desde o primeiro instante, o regime capitalista de produção” (MARX, 1988, p. 76) em relação aos regimes anteriores. A primeira delas diz respeito ao fato de que esse “regime cria seus produtos com o caráter de mercadorias” (MARX, 1988, p. 76). A segunda delas diz respeito ao fato de que a produção da mais-valia é a “finalidade direta e móvel determinante da produção” (MARX, 1988, p. 78).

A produção de mercadorias não é própria do regime de produção capitalista, mas é nesse regime que a produção de mercadorias assume centralidade, tudo tende a se transformar em mercadoria, tudo gira em função do valor conferido a uma determinada mercadoria. O fato mais eminente é o de que a força de trabalho nesse sistema torna-se mercadoria, destarte o “trabalhador aparece como vendedor de mercadorias e, portanto, como trabalhador livre e assalariado” (MARX, 1988, p.77). Na medida em que possuiu apenas sua força de trabalho resta ao trabalhador, para seguir vivendo, vendê-la aos capitalistas que são os donos dos meios de produção/da propriedade privada. Como bem relembram Netto e Braz (2006), a força de trabalho é uma mercadoria de qualidade única, essa qualidade reside no fato de que diferentemente das outras ela cria valor. A força de trabalho “*ao ser utilizada, ela produz mais valor que o necessário para reproduzi-la, ela gera um valor superior ao que custa*” (NETTO;BRAZ, 2006, p.100, grifos do autor). Para os capitalistas o verdadeiro interesse na mercadoria força de trabalho - que é mascarado na realidade - reside justamente na apropriação desse valor superior produzido pela força de trabalho, ou seja, da mais-valia.

Portanto, a mais-valia é o fim último da produção capitalista, a acumulação e a reprodução desse regime de produção carecem da apropriação desse trabalho excedente e da sua consequente transformação em lucro²⁴. Para que o capitalista lucre é preciso que ele venda a

²⁴ Segundo verbete - MAIS-VALIA E LUCRO do Dicionário do pensamento marxista (2012, p.365) é importante ressaltar que “Marx usa normalmente a palavra “lucro” para indicar a mais-valia total, já que faz

mercadoria pelo seu valor, esse valor que como foi mencionado anteriormente se traduz na quantidade de trabalho necessário a sua produção. Marx (1996) divide essa quantidade de trabalho em: remunerado e não remunerado. O trabalho remunerado é pago pelo capitalista na forma de salário, o que lhe representa um custo. Já a parte do trabalho que não é remunerado não representa custo ao capitalista, como a mercadoria engloba esse trabalho excedente quando ela é vendida ao seu valor, ou seja, pela quantidade de trabalho que ela encerra, implica em um lucro para o capitalista, porque ele se apropria daquele trabalho excedente, que foi valorizado na venda. Dessa forma, o capitalista quando vende a mercadoria como aponta o próprio Marx (1996, p.104) “vende não só o que lhe custou um equivalente, como também o que não lhe custou nada, embora haja custado o trabalho do seu operário”.

Além dessas duas características que constituem o modo de produção capitalista é preciso lembrar que este encerra relações sociais de produção específicas. Como citado anteriormente (item 1.1 desse capítulo), todo e qualquer modo de produção encerra uma determinada relação social de produção, as relações de produção têm origem em uma prévia divisão do trabalho e conseqüentemente, na instituição de uma determinada propriedade privada. Quando Marx (2001) analisa as origens do processo de divisão do trabalho aponta para o fato de que esta:

repousa por sua vez sobre a divisão natural do trabalho na família e sobre a divisão da sociedade em famílias isoladas e opostas, implica simultaneamente a repartição do trabalho e dos seus produtos, distribuição *desigual*, na verdade, tanto em quantidade quanto em qualidade; Encerra portanto a propriedade, cuja primeira forma, o seu germe, reside na família onde a mulher e os filhos são escravos do homem. (MARX, 2001, p.27)

Para Marx (2001) a primeira divisão do trabalho se expressa como um derivação da divisão natural dentro do âmbito familiar. Em função do crescimento populacional e do aumento das necessidades as famílias passam a ter de especializar cada membro em uma determinada função, essa primeira divisão dá origem ao que na perspectiva marxiana seria a primeira propriedade qual seja, a escravidão, a força de trabalho estaria nesse primeiro momento a “livre disposição” do homem de um determinada família.

A divisão do trabalho vai se moldando às necessidades produtivas do desenvolvimento de cada sociedade, e cada uma dessas sociedades passa a vigorar em classes sociais que têm o seu papel determinado dentro da divisão social do trabalho e em função da posse da propriedade privada dos meios de produção. Assim que essa divisão institui-se em classes

abstração, em grande parte de sua análise, da renda da terra e da diferenciação entre lucro e juros, lucro comercial e assim por diante”.

antagônicas, conseqüentemente provoca uma apropriação ou distribuição desigual dos frutos do trabalho.

No modo de produção capitalista a divisão social do trabalho implica pensar na especialização das atividades entre a classe burguesa e a classe proletária ou classe trabalhadora. A burguesia é a detentora da propriedade privada dos meios de produção, é, portanto, uma classe de proprietários. Os proletários a sua vez por não possuírem a posse dos meios de produção passam a ter sua força de trabalho explorada pela burguesia. Assim tem-se que os produtos frutos do trabalho do proletário não são apropriados por ele, mas sim pela burguesia. Em termos marxianos é justamente aí que reside a desigualdade no capitalismo, na sociedade marcada por classes antagônicas se estabelece uma relação social desigual em que apenas uma classe pode acumular e concentrar riqueza, embora a produção seja coletiva.

A desigualdade social deve ser entendida dessa forma como estrutural ao capitalismo. No seu processo de desenvolvimento, o modo de produção capitalista assenta-se sobre a desigualdade social e carece dela para continuar se reproduzindo, no entanto, essa desigualdade pode aumentar ou diminuir em função de algumas variáveis, da qual a mais expressiva é a própria luta de classes. A eliminação da desigualdade social não é possível em uma sociedade regida pelo capitalismo, todavia é possível através de determinadas ações diminuir a distância em que uma classe está em relação a outra.

Para Marx (1996), a concentração de riqueza em um dos pólos do modo de produção capitalista implica para o outro pólo em um empobrecimento sempre crescente, essa é a lei geral da acumulação capitalista. Segundo o autor:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. *Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista.* (MARX, 1996, p. 274, grifo do autor).

Pode-se inferir a partir dessa lei, que no processo produtivo, a classe trabalhadora produz uma riqueza sempre crescente, que é apropriada pelo capitalista, na medida em que é ele o detentor dos meios de produção (da propriedade privada). O capital no seu processo de expansão e acumulação necessita cada vez menos de trabalho vivo, na medida em que a força produtiva da classe trabalhadora torna-se cada vez maior. Em contrapartida, aumenta também

a camada do exército de trabalhadores que fica à margem do processo produtivo, jogada à própria sorte.

Assim, a lei geral da acumulação capitalista impõe-se como uma lei absoluta do capital, quanto maior a riqueza acumulada pela classe detentora dos meios de produção, maior também a miséria da classe que vive da venda da sua força de trabalho, esteja ela ativa ou não. Infere-se, portanto, que as relações estabelecidas sob a égide da ordem burguesa são relações essencialmente e estruturalmente desiguais. Sob o signo da desigualdade social e de suas expressões é que a classe trabalhadora se impõe como classe politizada, que passa a pressionar o sistema no atendimento de suas necessidades (melhores condições de vida, de trabalho etc.). É essa politização que dá origem a “questão social”.

Para Iamamoto (2000, p.27, grifo da autora) a “questão social” deve ser “apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura” e que por ser desigualdade “é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem” (IAMAMOTO, 2000 p.28). A expressão mais perversa dessa desigualdade do capitalismo e que levou a classe trabalhadora, primeiramente a europeia, a exigir “seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p.77) é o pauperismo (a pobreza).

Em termos mais gerais, o pauperismo significa para a classe trabalhadora a negação das condições de reprodução da sua própria vida, no entanto, essa negação está mais associada ao conceito de pobreza absoluta, que segundo Netto e Braz (2006, p.135) “registra-se quando as condições de vida e trabalho dos proletários experimentam uma degradação geral: queda do salário real, aviltamento dos padrões de alimentação e moradia, intensificação do ritmo de trabalho, aumento do desemprego”. Por outro lado, a pobreza entendida como relativa “pode ocorrer mesmo quando as condições de vida dos trabalhadores melhoram, com padrões de alimentação e moradia mais elevados; ela se caracteriza pela redução da parte que lhes cabe do total dos valores criados, enquanto cresce a parte apropriada pelos capitalistas” (NETTO; BRAZ, 2006, p.135).

O que Marx (1996) chamou de “exército industrial de reserva ou superpopulação relativa” refere-se à classe trabalhadora que se encontra desempregada, os desempregados são o principal contingente a vivenciar a pobreza na sua forma absoluta, mais conhecida como pobreza extrema/miséria. A lei geral da acumulação capitalista, explicitada anteriormente, implica em pensar também que o modo de produção capitalista em seu processo de acumulação e expansão cria uma população supérflua as suas necessidades produtivas. Ainda

que essa força de trabalho “não possa” ser absorvida diretamente no universo produtivo ela é extremamente necessária para o capitalismo na medida em que lhe é funcional.

A composição orgânica do capital é na perspectiva marxiana a proporção entre o seu componente variável e seu componente constante, esses dois eixos dizem respeito ao processo de valorização. O capital variável corresponde à parte do capital que se converte em força de trabalho, expressa em termos de salário, já o capital constante está representado pela “parte do capital, (...), que se converte em meios de produção, isto é, em matéria-prima, matérias auxiliares e meios de trabalho” (MARX 1996, Livro I, p.325).

No seu processo de desenvolvimento o capitalismo tende a aumentar essa composição orgânica na sua dimensão constante, sobretudo através da introdução de tecnologias. Esse crescimento em termos de capital constante impacta o processo de trabalho na medida em que permite níveis maiores de produtividade. Porém, isso gera uma redução do componente variável, uma vez que determinada mercadoria pode ser produzida com menor contingente de trabalhadores. Quando essa composição orgânica do capital em sua parte constante cresce, decresce a sua parte variável, o que implica em pensar em uma massa de trabalhadores que se torna obsoleta ao processo produtivo. Para Marx (1996) essa massa de trabalhadores forma uma superpopulação relativa que pode ser de três tipos: flutuante, latente e estagnada.

A superpopulação flutuante está representada por aqueles trabalhadores que são “ora repelidos, ora atraídos” (MARX, 1996, Livro II, p. 271) para o mercado de trabalho. Já a superpopulação latente compõe-se do contingente da população rural que “encontra-se, por isso, continuamente na iminência de transferir-se para o proletariado urbano ou manufatureiro, e à espreita de circunstâncias favoráveis a essa transferência” (MARX, 1996, Livro II, p. 272). E por último, tem-se a superpopulação estagnada que “constitui parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular” (MARX, 1996, Livro II, p. 272).

Marx (1996) apesar de não subdividir inicialmente a superpopulação relativa com o que se considera como uma quarta divisão, no decorrer do seu texto aponta que “o mais profundo sedimento da superpopulação relativa habita a esfera do pauperismo” (MARX, 1996, Livro II, p.273). O pauperismo a sua vez abarcaria primeiro aqueles indivíduos aptos ao trabalho, segundo os órfãos e as crianças indigentes e por último os incapacitados para o trabalho, bem como os maltrapilhos e os degradados. No texto de Marx (1996) o pauperismo aparece como uma quarta manifestação da superpopulação relativa, mas isso não elimina o fato de que, sob o jugo da lei geral de acumulação capitalista a classe trabalhadora vivencia

um processo de pauperização que se opõe dialeticamente ao crescente enriquecimento da classe burguesa.

É importante ressaltar que desde a época de Marx o desemprego e suas diferentes manifestações têm se alterado de acordo com a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo e em função das necessidades desse sistema. Mais a frente esse debate será retomado no sentido de demonstrar como as mudanças engendradas pelo capitalismo em sua fase do “novo” imperialismo coloca em marcha um aumento da superpopulação relativa na sua forma estagnada. Em uma sociedade regida pelas formas flexíveis de trabalho, a ocupação irregular e precária torna-se a normalidade para a classe trabalhadora.

O modo de produção capitalista na sua própria dinâmica cria a superpopulação relativa ou massa de desempregados, porém mais do que criar ele carece dela para seguir se reproduzindo. Essa classe trabalhadora que fica na “reserva” como força de trabalho, exerce uma pressão sob aquela parcela que está ativa no mercado de trabalho. Isso permite que os capitalistas rebaixem os salários pagos, além é claro de impactarem a subjetividade dos indivíduos através da dinâmica do medo. Essa dinâmica do medo implica para os trabalhadores que se estes não compactuarem com a lógica que lhes é imposta pelo patrão ou pelo sistema serão facilmente substituídos em função da existência de um imenso contingente a espera para entrar no mercado de trabalho. Além dessa pressão essa “reserva” de trabalhadores serve ao capital nos momentos em que a acumulação demanda mais braços ao sistema produtivo. Nas palavras de Marx (1996, Livro II, p.263/263)

(...) se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional.

Conclui-se a partir desse breve explicitação que a desigualdade social, a pobreza e o desemprego por serem questões inerentes/estruturais ao modo de produção capitalista, e por ser este o modo de produção hegemônico no mundo, podem ser encontradas em qualquer região do globo. Mais adiante se discutirá a atual fase do capitalismo entendida aqui como a fase do “novo” imperialismo. Nessa fase, a maximização dessas questões e de tantas outras inerentes ao modo de produção capitalista é tão extrema que passa a colocar em dúvida a validade de categorias de análise que separam o centro da periferia. O que durante algumas

décadas figurou sobre a alcunha de “problemas do Terceiro Mundo”, hoje, são problemas de todos.

Todavia, é importante compreender que apesar da amplitude e da tendência à “globalidade” que os fenômenos assumem nessa nova fase do capitalismo, anulando muitas vezes as características específicas que diferenciam o centro da periferia, ainda não se pode falar no fim dessa polarização. Portanto, ainda têm validade pensar nas particularidades que os fenômenos da desigualdade social, da pobreza e do desemprego assumem nas regiões onde se efetua uma acumulação de tipo dependente, como é o caso das regiões periféricas. A América Latina, como vem sendo explicitado no decorrer da dissertação, figura como uma dessas regiões, aqui tais fenômenos devem ser pensados não só como aspectos do modo de produção capitalista, mas também como fenômenos que por se desdobrarem em um capitalismo de tipo dependente se reproduzem de forma muito mais intensa e arraigada as estruturas sociais.

Que características então os fenômenos da desigualdade social, da pobreza e do desemprego assumem sob o signo da dependência? Inicialmente é importante ressaltar que as análises feitas aqui possuem um caráter muito primário e colocam a exigência de um estudo mais profundo em outra ocasião. O primeiro fundamento que leva a refletir sobre tais fenômenos no capitalismo de tipo dependente e ao qual se deve dar atenção reside na categoria da propriedade privada. No que diz respeito à América Latina, joga papel central a questão da propriedade privada da terra. Em uma região fundada na exploração dos recursos naturais é a apropriação da terra de forma capitalista e o seu monopólio em poucas mãos que explica em boa parte os fenômenos da desigualdade social e da pobreza. Segundo Ianni (1988, p.14)

A história da formação da sociedade nacional latino-americana é a história de uma longa luta pela terra. No primeiro dia, todos ouviram o grito: Terra à vista! No depois, sempre, há a colonização, bandeirismo, pioneirismo, busca do ouro, coleta de especiarias, escambo com os nativos, donatárias, sesmarias, escravização do índio e do negro, economia primária exportadora, enclave, industrialização substitutiva de importações, associações de capitais, latifúndio, fazenda, plantação, engenho, estrada, rodovia, barragem, agroindústria, fábrica, cidade. Sempre se repete o grito: Terra à vista! Desde o primeiro dia, está em andamento a luta pela terra. Desenvolve-se um longo processo de monopolização da propriedade e exploração da terra.

No item 1.2 demonstrou-se como a emergência do capitalismo na América prescindiu da passagem de formas de trabalho compulsório para o trabalho livre. Em contrapartida, essa passagem que marca os processos de acumulação primitiva na América só poderia significar abundante oferta de mão de obra se viesse acompanhada da posse dos meios de produção por uma minoria. Uma vez que os trabalhadores não possuíssem acesso a nada (ainda que isso

fosse relativo no caso da América), além de sua própria força de trabalho restava a estes a venda desta para os possuidores da propriedade privada.

Na América Latina desde a colonização, a terra que era o principal meio de produção foi tomada como propriedade pertencente à metrópole, aquilo que inicialmente pertencia aos povos originários passou na época da conquista espanhola e portuguesa para mãos europeias. Os africanos a sua vez que eram trazidos para a América sob a condição de escravos estavam inviabilizados de qualquer acesso à terra. Quando a América Latina adentra naquele processo anteriormente explicitado de Independência e abolição da escravidão nada ou muito pouco foi feito em termos de acesso à terra em prol dessa população que compunha a mão-de-obra na época colonial. Na realidade se criaram mecanismos que obstaculizavam o acesso por parte dessas populações. Nesse período, em função do “predomínio dos interesses oligárquicos associados à economia primária exportadora, ao enclave, realizaram-se vastas operações de deslinde e demarcação de terras devolutas, indígenas, comunais, ocupadas” (IANNI, 1988, p.15). Começava a se formar a partir desse interesse político-econômico da classe dominante oligárquica as bases sob as quais o capitalismo dependente surgiria.

O principal mecanismo de apropriação privada de terras observável na América Latina foi justamente a desapropriação de terras comunais, principalmente aquelas que estavam sob a posse de indígenas e de camponeses. Essa desapropriação de terras acabou incitando diversos conflitos. A América Latina, como lembrou Ianni (1988), se formou em torno da luta pela terra e nesse período não foi diferente. Os dois principais atores de resistência aos mecanismos de desapropriação nesse período foram a Igreja e os indígenas. Cardoso e Bringnoli (1984) apontam que a Igreja se articula em torno de uma resistência conservadora que apesar de sólida não conseguiu ser duradoura. Contrariamente à Igreja, as comunidades indígenas obtiveram uma resistência que se fez duradoura. Em muitos países essa resistência das comunidades indígenas permitiu que as terras comunais coexistissem e se articulassem com as grandes propriedades privadas ligadas a expansão do setor exportador. Isso aconteceu segundo Cardoso e Bringnoli (1984) na Bolívia, Equador, Peru e Guatemala.

No entanto, é importante ressaltar que essa articulação entre as terras comunais e as propriedades privadas só perdurou enquanto elas foram necessárias, em muitos casos o crescimento do setor primário-exportador gerou a escassez de mão-de-obra nas grandes propriedades. Para angariar mão-de-obra muitas terras comunais foram extintas para que, não possuindo meios de sobreviver, as comunidades passassem a vender sua força de trabalho. Segundo Wasserman (2003, p. 200/201):

os processos de extinção dos ejidos e das terras comunais começaram a delinear-se através dos presidentes Garcia Granados e Justo Rufino Barrios, em 1871, na Guatemala, no período de 1873-1885; Zaldivar, em El Salvador, em 1876, e com o general liberal Francisco Menendez, em 1885. Alguns foram entregues aos seus ocupantes ou usuários, desde que plantassem uma certa quantidade de café, outros, ou, melhor, a maioria, eram transformados em terras devolutas. Os bens eclesiásticos, principalmente as terras confiscadas, iam parar invariavelmente nas mãos da burguesia cafeeira. O acesso à terra se tornou quase impossível para os camponeses e índios e, adicionalmente, foram criadas leis de controle para incorporação dos camponeses e seu recrutamento no mercado de trabalho.

Wasserman (2003) aponta que na Guatemala, a partir de 1871 os ejidos²⁵ e terras comunais começaram a ser extintas. Para além dessa extinção, o Estado guatemalteco – que era pressionado pelas elites proprietárias – passou a implementar legislações que forçavam as comunidades ao trabalho nas propriedades voltadas a exportação. Uma dessas legislações foi o Regulamento dos Jornaleiros de 1877. Segundo Cardoso e Brignoli (1984, p.190), o Regulamento “era um instrumento legal que concedia aos fazendeiros importantes e às autoridades locais a faculdade de forçar os índios comuneiros ao trabalho na fazenda, submetendo-os – como também os peões residentes – a um rígido controle”. Já no caso da Bolívia em que perdurou por certo tempo a articulação das terras indígenas com a propriedade privada, a apropriação de terras passou a ser demandada e efetuada quando após um processo de crise as minas de prata voltam a produzir significativamente a partir de 1880, e passam a demandar mão-de-obra.

As medidas que visavam forçar as populações ao trabalho não foram observáveis apenas nas regiões onde perdurou por um tempo a articulação entre as terras comunais e a propriedade privada. Em um estudo sobre a economia de exportação da região da Nicarágua, Dore (1994) aponta que a partir de 1840 em função do aumento das exportações de café e da obsessão das oligarquias por mão de obra, o governo nicaraguense emitiu sucessivas leis a fim de obrigar as pessoas a trabalharem nas fazendas. A autora cita que no ano de 1843 “el Director Supremo (Presidente) de Nicaragua decretó la ley de vagancia, con el propósito de obligar a los “vagabundos” a trabajar” (DORE, 1994, p. 384).

Além de todo esse processo de apropriação de terras que culminou em uma ampla massa populacional sem meios de produção, nas diversas regiões latino-americanas umas mais que outras, a instituição da propriedade privada da terra também se efetuou a partir da apropriação de áreas vazias, caso, por exemplo, do Uruguai, da Argentina e da Costa Rica. No caso específico da Costa Rica “o caráter de região vazia permitiu que se constituísse com rapidez um mercado de terras sem que ocorressem significativas convulsões internas” (CARDOSO;

²⁵ Terra pública pertencente ao Estado ou a uma comunidade.

BRIGNOLI, 1984, p. 208). Para Cardoso e Brignoli (1984) a estrutura agrária gerada pela produção de café na Costa Rica não implicou em uma concentração da propriedade da terra, estas acabavam ficando nas mãos de camponeses parcelários.

Entretanto, na perspectiva de Salas Viquez (2002), a apropriação das chamadas “tierras baldías”, que eram as terras vazias levou sim a uma concentração da propriedade privada na região. O que aconteceu é que inicialmente, durante o século XIX, essas terras não foram destinadas à produção agrícola voltada para o comércio internacional o que “favoreció la presencia de campesinos usufructuando baldíos o propiedades privadas sin oposición de los dueños legales del fundo” (SALAS VÍQUEZ, 2002, p.109). Em função disso os conflitos pela terra só começam a ganhar intensidade na Costa Rica a partir do século XX, quando todas as terras passam a funcionar em torno da produção agrícola de grande escala.

Essa breve e superficial digressão sobre como se instituiu a propriedade privada da terra na América Latina é de suma importância para compreender a instituição do capitalismo dependente assentado na concentração da propriedade privada da terra em poucas mãos. O período que vai de 1840/1850 a 1930 marca de um modo geral a instituição, auge e declínio do Estado oligárquico e da economia primário-exportadora na América Latina, nessa fase se institui uma sociedade baseada na propriedade da terra. Da posse da terra derivam o poder econômico e político de uma elite que dominou a região latino-americana por um período significativo da história e que perpetuou aspectos culturais e políticos que ainda podem ser vistos nas sociedades latinas.

O período oligárquico representa a acumulação primitiva de capitais na América Latina. Uma vez que uma minoria da população detinha a posse dos meios de produção, nesse caso, a terra, a grande massa da população que havia estado em anos anteriores em relações de trabalho compulsório se vê com pouca ou nenhuma possibilidade de prover sua manutenção, muitas dessas pessoas sequer tiveram a oportunidade de sair do *lócus* de trabalho onde eram escravizadas. Na perspectiva de Ianni (1988, p.15):

A revolução agrária, provocada pela acumulação originária em curso no século XIX e entrando pelo XX, desalojou, expulsou, proletarizou e lumpenizou muitos trabalhadores rurais. Índios e mestiços aqui, negros e mulatos acolá, além de brancos nacionais e imigrantes em vários lugares, muitos foram e continuam a ser alcançados pelas marchas e contramarchas da revolução agrária que acompanha os desenvolvimentos do capitalismo no campo.

Essa massa de despossuídos passou a conformar as bases do mercado de trabalho latino-americano. Na perspectiva de Cardoso e Brignoli (1984), o mercado de trabalho que se

constitui nesse período é um mercado adaptado às necessidades da economia de exportação, e em função disso:

o assalariado típico, o proletariado completamente despossuído dos meios de produção não foi, porém na América Latina do século XIX a forma de trabalho predominante. Entre a peonagem próxima a servidão e o assalariado livre, sobrevive, e em muitos casos aparece, toda uma gama de situações intermediárias. (CARDOSO; BRIGNOLI, 1984, p.162).

O desafio em pensar a América Latina é justamente o de fazer com que as categorias interpretativas do modo de produção capitalista sejam pensadas a luz dos fenômenos que particularizam a região e suas formações sociais. Pensar o processo de acumulação originária e a instituição do modo de produção capitalista exige entender nos termos de Marini (2017) que aqui se institui um capitalismo *sui generis*. Assim, os momentos da acumulação primitiva de capital, marcados pela instituição da propriedade privada e do trabalho livre e assalariado se expressam de modo muito particular. Marini (2017), ao exemplificar por meio do caso brasileiro, aponta que “o sistema misto de servidão e de trabalho assalariado que se estabelece no Brasil, ao se desenvolver a economia de exportação para o mercado mundial, é uma das vias pelas quais a América Latina chega ao capitalismo” (MARINI, 2017, p.336).

Assim, nesse momento em que a economia primário-exportadora é a base conformadora da sociedade, é que vão se instituindo as condições para que o capitalismo latino-americano surja, o mercado de trabalho se funda em distintas formas de trabalho que só se generalizam para o livre assalariamento a partir do século XX, sobretudo naqueles países que Bamberger (1987) denominou de tipo A, que foram aqueles que se modernizaram mais rapidamente. Essa mescla de formas de trabalho marca uma das especificidades em que se assenta a formação do capitalismo na América Latina. É no interior dessas distintas formas que a superexploração da força de trabalho começa a ser colocada em curso.

Em análise do caso colombiano, Fals Borda (1975) aponta como se deu nessa região a passagem das formas de trabalho colonial para o trabalho em sua forma “tipicamente” capitalista. O autor aponta como o fim dos resguardos indígenas (instituições socioeconômicas de posse e controle indígena sobre as terras) bem como da escravidão levaram a novas formas de trabalho, que assumiam caráter de livre, ainda que em muitos casos fossem forçadas. No primeiro momento, tem-se que a dominação de terras de resguardo por parte da elite proprietária colombiana levou à instituição do que o autor chama de um “*nuevo concierto*”.

Os *conciertos* existiam na atual Colômbia desde o tempo da colônia e instituíam uma relação de trabalho em que ocorria o pagamento de um determinado trabalho por meio dos

chamados *jornales* (salários). Segundo Fals Borda (1975) além desse pagamento, nessa nova forma de *concierto* os proprietários de terras ofereciam pedaços de terra (que eles haviam apropriado) para que o trabalhador vivesse com sua família, sob a condição de trabalhar (recebendo um salário) por um determinado número de dias nas terras do proprietário.

No segundo momento apontado por Fals Borda (1975) tem-se que o trabalho escravo deu lugar também ao *concierto* como forma de trabalho, no entanto, nesse caso era um “*concierto forsozo*”. A abolição da escravidão só aconteceu de fato na região onde hoje é a Colômbia no ano de 1851, porém, antes disso, em 1821 se estabeleceu que os filhos de escravos nascidos a partir de então seriam considerados livres. Segundo Fals Borda (1975), essa liberdade só ocorria de fato quando estes completavam 18 anos. Entretanto, em 1845 se estabeleceu por meio de lei o “*concierto forsozo*” que mantinha os libertos entre 18 e 25 anos sob a tutela dos proprietários de terras. De acordo com o autor, os libertos:

(...) debían quedar en poder de los amos para “educarlos e instruirlos” en algún arte u ocupación. Para el efecto se pedía el consentimiento del liberto y se hacía un contrato o “matrícula” ante el alcalde. Los amos se comprometían a dar a sus concertados o matriculados los alimentos, el cuidado de enfermedades, varias mudas de vestidos por año y un jornal en efectivo, a cambio de su servicio en la tierra o en la casa. (FALS BORDA, 1975, p.104).

Fals Borda (1975) alerta para o fato de que essa lei foi revogada no ano seguinte, entretanto não impediu que o *concierto forsozo* se tornasse uma prática comum até o começo do século XX na região. Além do *concierto* outra forma de trabalho que o autor observa nesse momento de dissolução das formas anteriores foi a peonagem por dívida. Nessa forma de trabalho, os trabalhadores ficavam presos à relação de trabalho por diversos mecanismos. Os mais comuns eram “los ‘avances’, la ‘tienda de raya’ e los libros de cuentas fraudulentos” (FALS BORDA, 1975, p.112)²⁶. Todas as relações de trabalho que se instituíram na Colômbia foram sendo moldadas as necessidades de acumulação do capitalismo que nascia atrelado à terra. Esse capitalismo se valeu de inúmeros mecanismos que enredavam os trabalhadores e os forçava a permanecer trabalhando.

²⁶ Os “avances” representam o pagamento adiantado feito ao trabalhador para assegurar sua mão-de-obra por dois ou mais meses. Na medida em que recebia antes de realizar o trabalho muitos trabalhadores se viam facilmente sem recursos, ficando dessa forma condicionados ao trabalho por suas dívidas. Já a “tienda de raya” significava um “monoplio establecido por un hacendado en sus tierras para obligar a sus trabajadores a comprarle los elementos necesarios, que aquél trae de un mercado principal y revende a precios de usura” (FALS BORDA, 1975, p. 113). Os trabalhadores ao comprarem pelo preço estabelecido pelo proprietário nunca conseguiam quitar suas dívidas tendo em vista que o pagamento do trabalho não era proporcional ao preço, consequentemente, entravam em um processo de endividamento interminável. Por fim estão os “libros de cuentas fraudulentos” que eram utilizados de forma complementar as “tiendas de raya”. Nesses livros os proprietários de terras anotavam as dívidas e em muitos casos falseavam e dobravam os valores, essas fraudes impossibilitavam o fim de qualquer dívida dos trabalhadores, forçando-os a permanecer no mesmo trabalho.

Na perspectiva de Fals Borda (1975, p.114) “el impulso capitalista y usurario en el campo ha sido, en esta forma, incontrolable. El objetivo era — y lo es aún — sobreexplotar al trabajador, robarle el fruto de su trabajo, y apropiarse no sólo de la plusvalía sino del ‘salario normal’”. Não foi só na Colômbia que o impulso do capitalismo no campo foi incontrolável, mas sim em toda a América Latina. Ainda que os graus de intensidade desse impulso tenham sido distintos, foi a partir dele que a superexploração se estruturou como a base, o fundamento da acumulação capitalista e de sua conseqüente reprodução nessa região.

Foi principalmente por meio das distintas expressões do trabalho livre e por vezes assalariado da fase da economia primário-exportadora na América Latina que os proprietários de terra começaram a acumular riquezas. Nessa nova fase, as mercadorias produzidas pela mão-de-obra local não pertencem mais à Metrópole nenhuma, portanto, podem ser comercializadas livremente no mercado internacional. O trabalho que confere valor a essa mercadoria no mercado internacional se estruturou sob novas formas e é a partir da apropriação do trabalho excedente que os proprietários puderam acumular.

No “afã por lucros”, os proprietários colocam em curso formas de elevação da taxa de mais-valia que passam pela superexploração da força de trabalho, cujos mecanismos de superexploração foram explicitados anteriormente. Wasserman (2003) em sua análise sobre a América Latina aponta a presença de um desses mecanismos de superexploração que eram implementados dentro dos latifúndios. Segundo a autora:

(...) o latifúndio controlava sua população interna, menos mediante assalariamento e mais através de mecanismos servis, onde se conjugavam elementos repressivos e paternalistas. (...), as oligarquias exigiam um redobramento da jornada de trabalho em troca da mesma retribuição na forma de salários, espécies ou abatimento das dívidas, para aumentar as rendas obtidas com o comércio exportador. Nesses casos, a acumulação de capitais se realiza através do redobramento da exploração e a “evolução” ou “progresso” ocorrem através da extração de mais-valia absoluta, o que patentiza o caráter reacionário da apropriação de excedentes.(WASSERMAN, 1998, p. 59).

A superexploração da força de trabalho torna-se para a economia da América Latina a condição *sine qua non* de sua acumulação. Na perspectiva de Marini (2017) a produção latino-americana nasce para atender as exigências da circulação capitalista, essa circulação que está centrada no mercado mundial faz com que a produção da América Latina não dependa da instituição de um mercado interno, ou seja, da capacidade de consumo interno para se realizar. Na medida em que a produção não se volta para o mercado interno ocorre para essas economias a separação entre produção e circulação, que são importantes momentos do ciclo de capital.

Nas economias centrais e industrializadas a produção volta-se, primeiramente para o consumo interno da classe trabalhadora, dessa maneira o consumo é “um elemento decisivo na criação de demanda para mercadorias produzidas” (MARINI, 2017, p. 337). Já nas economias primário-exportadoras, e aqui de modo historicamente determinado, a circulação da mercadoria ao se separar da produção e se realizar de modo exógeno implica em pensar que o “consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia” (MARINI, 2017, p.337).

Dado que nessas economias essas esferas do ciclo de capital se separam “a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este se reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo” (MARINI, 2017, p.337/338). Na perspectiva de Marini (2017) essa tendência de fato se cumpriu porque a economia exportadora latino-americana pode contar com um significativo contingente de trabalhadores. Segundo o autor:

a existência de reservas de mão de obra indígena (como no México), ou os fluxos migratórios derivados do deslocamento de mão de obra europeia, provocado pelo progresso tecnológico (como na América do Sul), permitiram aumentar constantemente a massa trabalhadora, até o início do século 20. (MARINI, 2017, p.338).

Após a digressão sobre os papéis da propriedade privada da terra e das mudanças no universo do trabalho na América Latina, conclui-se que a acumulação primitiva de capitais na região funda-se nas dimensões da terra e do trabalho. Na perspectiva de Traspadini (2016, p.171)

Das entranhas da terra e do trabalho no campo nascem a superexploração da força de trabalho e o latifúndio produtor de valor que se valoriza, elementos constitutivos de novas chibatas – política, cultural – que recaem sob o dorso da força de trabalho primeiramente enraizada no campo e após o século XX projetada também na cidade.

Para Traspadini (2016), o latifúndio e a superexploração são elementos que constituem as novas chibatas política e cultural que recaem sob o dorso da força de trabalho. Essas chibatas, no entanto, não são só políticas e culturais, elas são também econômicas e sociais. Esses elementos passam a determinar as condições sociais e econômicas da classe trabalhadora no capitalismo dependente. Do ponto de vista da terra, da qual deriva o latifúndio, funda-se uma sociedade extremamente desigual, e essa desigualdade diferentemente da vivenciada pelos centros industrializados, possui uma herança colonial insuprimível. Assim tem-se que:

La tragedia de la herencia colonial fue una estructura social estratificada además por color e fisionomía, por lo que los antropólogos denominan fenotipo: una élite de blancos o casi blancos y una masa de gente de color – indios y negros, mulatos y mestizos, y la gama de mezclas de blanco, indio y negro (...). (STEIN, S; STEIN, B. 1974, p. 57).

Na perspectiva de S. Stein e B. Stein (1974) a estruturação da sociedade em torno da cor pôde ser observada até em relação à região dos Estados Unidos que teve uma colonização diferenciada, mas com extensiva utilização das populações africanas. Nessas sociedades as desigualdades sociais podem e acabam sendo perpetuadas com muito mais eficácia quando a má distribuição de renda se apoia sobre a questão fenotípica. Assim é imprescindível para pensar a desigualdade social e também a pobreza na América Latina que a questão étnico-racial em que a região se constrói seja considerada. Além disso, o enfrentamento dessas mazelas não pode avançar se ignora tal questão.

A estrutura herdada do período colonial funda uma sociedade em que uma minoria branca está no topo e representa a classe acumuladora de riquezas que inicialmente é a classe de proprietários de terras e depois é formada pela burguesia industrial ao passo que, do outro lado, está o restante da população composta em sua maioria por pessoas de distintas cores e origens e que de modo geral não possui nada além de sua força de trabalho. Essa massa é inicialmente composta principalmente pela classe trabalhadora do campo e depois pela classe trabalhadora da cidade. Essa última se forma uma vez que a população do campo em êxodo, buscando melhores condições de vida e trabalho, passa a se aglomerar nas cidades gerando um intenso processo de urbanização. Essa massa representa o polo do sistema que, apesar de produzir riqueza, não se apropria dela, muito pelo contrário, essa massa tende a vivenciar a pauperização tanto na sua forma relativa quanto absoluta.

Galeano (1979) considera que um dos gargalos da garrafa que estrangulam o desenvolvimento econômico latino-americano e que levam as massas da região à situação de pobreza é a grande propriedade da terra. Como se demonstrou, as estruturas do capitalismo dependente nascem na terra voltada à economia de exportação, ou seja, o latifúndio. A estrutura latifundiária que se criou e se perpetua até hoje na América Latina foi - mesmo naqueles países em que houve algum tipo de reforma agrária como foi o caso do México - o fator inicial da concentração de renda na região. A concentração de renda e a distribuição da mesma é a forma mais usual que as agências e instituições de pesquisa utilizam para mensurar a desigualdade social de uma determinada região ou país, porém o que está por detrás da concentração e da distribuição desigual das riquezas, sobretudo na América Latina é justamente a concentração da propriedade privada.

Como bem aponta Netto (2013, p.101) “(...) a concentração de renda não vai ser nunca eficientemente enfrentada se não se enfrentar o que neste continente está por trás dela, que é a concentração da propriedade”. Em uma região onde a acumulação e a produção de riqueza dependem da produção primário-exportadora e onde a maioria das terras se encontram concentradas em poucas mãos e mal distribuídas tem-se, por consequência, uma distribuição absurdamente desigual da produção social global em termos de renda nacional. Essa renda nacional está representada pelos salários e pela mais-valia, o primeiro diz respeito aos trabalhadores e o segundo aos capitalistas (NETTO, 2006). Essa divisão entre capital e trabalho figura como uma divisão primária da renda nacional, já a divisão secundária implica pensar nas camadas intermediárias da sociedade, a exemplo dos militares, “que participam do *quantum* que restou da divisão primária, através do pagamento que recebem pelos serviços que prestam” (NETTO, 2006, p.120, grifo do autor).

A parte que corresponde aos salários tende na América Latina a ser muita baixa em comparação a parte que corresponde à propriedade do que deriva de mais-valia (lucros, renda da terra). Segundo dados da OXFAM (2015, p.10) “la brecha entre los más ricos y los que menos tienen es escandalosa. El 10% más pobre tiene niveles tan bajos de ingreso que en 2013 apenas alcanzaba un pírrico 1.3% del total regional. Entre tanto, el 10% con ingresos más altos de América Latina se queda con el 37%”. E se para além da renda se analisa os dados relativos à riqueza e ao patrimônio, observa-se dados ainda mais preocupantes, “en 2014, el 10% más rico de la región acumulaba el 71% de la riqueza y del patrimonio. La concentración era tan radical que en ese mismo año, el 70% de la población más pobre apenas logró acumular el 10% de la riqueza” (OXFAM, 2015, p.10).

Na perspectiva de Netto (2013) outro grande problema da absurda concentração da propriedade na América Latina é que ela “está medularmente vinculada a uma brutal concentração do poder político” (NETTO, 2013, p.101). Esse poder político, que como mencionado nasce com as elites oligárquicas e se perpetua hoje principalmente através da representação dos interesses do capital e da classe dominante via legislativo, impede que as estruturas de concentração da propriedade sejam desfeitas. Aqueles que detêm o poder político agem em benefício de uma minoria afim de que sejam mantidos seus privilégios. Não é a toa que os conflitos ligados, por exemplo, à propriedade da terra sejam tantos e tão persistentes na América Latina.

Um exemplo contemporâneo do poder político que emana da grande concentração de terras é a chamada “bancada ruralista” do Congresso Nacional brasileiro. Em um relatório recente, a OXFAM (2016) aponta que essa bancada apesar de não ser composta

necessariamente de grandes proprietários de terras ou empresários agrícolas, tornou-se uma representante dos interesses desses grupos em detrimento dos interesses da massa da população brasileira que sofre com a falta de terras e o empobrecimento. A “bancada ruralista” tem:

influido sobre medidas de gran repercusión política y económica en Brasil que perjudican a la agricultura familiar y a las comunidades rurales y benefician a los sectores latifundistas y agroexportadores. Sistemáticamente han bloqueado cualquier acción gubernativa de expropiación de inmuebles rurales que no cumplan con la función social, tal y como establece la Constitución. También rechazan la demarcación de territorios indígenas y afrodescendientes. Y han presionado por la aprobación de fondos públicos para desarrollar infraestructura y crédito rural para la agricultura industrial. (OXFAM, 2016, p. 45).

A concentração do poder político vinculado a propriedade de que fala Netto (2013) é interpretada pela OXFAM (2015) por meio do conceito de democracia sequestrada. Esse conceito abarca o entendimento de que as elites sequestram/cooptam e conduzem a esfera democrática em favor de seus privilégios. Para OXFAM (2015) só democracias desse tipo podem permitir níveis tão alarmante de desigualdade e que são intensificados dia após dia na região.

Essa desigualdade social que se funda na América Latina na propriedade da terra implica pensar, como mencionou-se anteriormente, na instituição de um polo que enriquece as custas de um polo que empobrece. O processo de pauperização que emerge na América Latina no momento da acumulação primitiva de capitais foi um processo extremamente profundo e perverso que inicialmente atingiu a massa populacional do campo e posteriormente a da cidade. Burns (1990) em seu livro *La pobreza del progreso* faz uma discussão da América Latina do século XIX, ou seja do período de acumulação primitiva da região. Na perspectiva dele, o processo de construção do Estado-nação por meio das lutas por independência foi gestado por uma elite afeita aos ideais europeus que via a ocidentalização como o ponto alto para a construção dessa nova sociedade. Essa elite traz consigo uma perspectiva de modernização que vem sendo tratada pelos mais diversos estudiosos, só que o que ninguém estuda desse processo de modernização é que foi exclusivamente um processo que beneficiou apenas as elite latino-americanas. Burns (1990) faz o leitor refletir para quem foi direcionada essa modernização da sociedade latino-americana nascente? E a conclusão a que ele chega é de que para o conjunto da sociedade é que não foi.

Essa modernização que inicialmente se traveste de progresso se espelha nos ideias liberais e civilizatórios da Europa, que em grande medida já caminhava à passos largos com seu capitalismo. As elites passaram portanto a buscar essa mesma modernização europeia, em

exemplo sobre a região de Nova Granada, que hoje corresponde a Colômbia, Jurado (2010, p.57) aponta que “las élites cultas y poderosas de la Nueva Granada se creyeron portadoras de la “Civilización”, es decir, de unos valores de modernización social, política y económica importados de Europa ”. Essa inspiração estava na “Ilustración, en la burguesía capitalista y su ideología de ciencia, progreso, utilitarismo, uso riguroso del tiempo, lucro, productividad, trabajo disciplinado y eficiencia” (JURADO, 2010, p.57).

Para alcançar esses ideais as elites destruíram “las sociedades autoctónas, debilitando a sua cultura popular” (BURNS, 1990, p.172). Essas sociedades se viram aviltadas da possibilidade de construir seu próprio modo de vida e passaram a ter de se integrar à única dinâmica que importava: a da Europa e seu comércio mundial. Essa integração, entretanto, significou um agudizante processo de empobrecimento da população, a maioria trabalhava na economia voltada à exportação e as condições de sua reprodução enquanto força de trabalho eram baixíssimas. Aqueles que não encontravam no campo a possibilidade do trabalho se dirigiam para as cidades que começaram a se urbanizar e crescer rapidamente. As cidades, sobretudo no século XX, começavam a formar os primeros “bolsões de pobreza” em áreas específicas dentro da cidade criando as chamadas favelas no Brasil , as *callampas* no Chile, as *villas* na Argentina entre outras.

Na perspectiva de Burns (1990) a pobreza que essa modernização trouxe para a América Latina deve ser pensada não apenas em termos materiais, mas também em termos espirituais e culturais tendo em vista que, o povo se viu “forzado por las circunstancias a abandonar formas de vida antes satisfactorias así como a aceptar otras que le eran ajenas” (BURNS, 1990, p.180). Esse processo de destruição e imposição sobre o que se chamou anteriormente de alteridade já tinha dominado o período de conquista e colonização da América. Porém, ele se consolida de fato quando as elites, tendo a oportunidade de nascimento e construção do Estado-nação levando em consideração as características nacionais e regionais, passam a impor e sobrepor como constructo dessa nova sociedade os valores e culturas do Ocidente.

Na medida em que o aumento absurdo da pobreza foi um resultado da modernização com direção europeia, essa mesma pobreza quando teve de ser enfrentada na América Latina não poderia ter tido respostas tão diferentes daquelas que os europeus também utilizavam. Essas respostas foram inicialmente: o trabalho forçado, a criminalização da pobreza e o auxílio da Igreja. O Estado em toda América Latina do século XIX intervinha pouco ou quase nada nos problemas sociais que a modernização havia criado ou intensificado, a Igreja é que

ficava a cargo das ações sociais. Em análise do caso chileno Larrañaga (2010, p.9) aponta que:

La inacción del Estado en lo social respondía a una ideología liberal extrema, que consideraba que nadie más que el propio individuo podía decidir que le convenía más. Detrás de ella se escondía cierta aprensión por parte de las clases propietarias a que la intervención estatal indujera comportamientos asistencialistas reñidos con la moral de trabajo o que fuera vehículo de transmisión de ideas subversivas.

Esse ideal liberal de não intervenção do Estado não durou muito. Como a modernização gerou rapidamente um amplo contingente empobrecido, os conflitos sociais derivados das péssimas condições de vida em que a classe trabalhadora estava submetida não demoraram a aparecer e passaram a demandar uma intervenção do Estado. Porém, essa intervenção não enfrentou e ainda hoje não enfrenta as raízes estruturais da pobreza na América Latina.

A terra com fins capitalistas como vem sendo exposto é a base sobre a qual se estrutura historicamente a desigualdade social e a pobreza latino-americana, ela é também a base em que se estrutura o desemprego. Os primeiros contingentes/grandes massas de superpopulação relativa que se formam na região estão atreladas às necessidades produtivas da terra. E dialeticamente é a própria expansão capitalista no campo que em um determinado momento, em função de uma ampla modernização, passa a expulsar trabalhadores. A mecanização do campo cria um “exército” de trabalhadores que estando sem ocupação partem em êxodo para as cidades.

Esse amplo contingente de trabalhadores como mencionou Marini (2017) foi o fator condicionante para que a superexploração da força de trabalho, como estratégia de compensação das perdas de valores em direção as economias centrais, fosse levada à cabo. As amplas reservas de trabalhadores permitiram elevar ao limite as condições físicas e psíquicas dos trabalhadores sem se preocupar com sua reposição, na medida em que, podia acionar essa reserva na hora em que necessitasse. Nas economias dependentes, e isso acontece seja lá em qual fase do desenvolvimento em que tais economias se encontram, a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva atua de modo a “fortalecer a ocorrência da superexploração do trabalho e, sendo assim, provoca impactos simultâneos sobre os mecanismos de extensão da jornada de trabalho, de intensificação do trabalho e de queda salarial” (AMARAL; CARCANHOLO, 2009, p.222). Os trabalhadores estão sempre pressionados pelo fantasma da substituição, se não aceitam as condições que o sistema lhes impõe, podem, e neste caso são facilmente substituídos por outros. Sob essa pressão recorrente, a classe trabalhadora tende a aceitar a imposição de mecanismos perversos de superexploração.

E essa superexploração da força de trabalho também vem acompanhada de um empobrecimento sempre crescente da classe trabalhadora. Segundo Marini (2017) os mecanismos de superexploração da força de trabalho “significam que o trabalho é remunerado abaixo de seu valor” (MARINI, 2017, p.334). Para Osório (2013) esses mecanismos são uma violação do valor da força de trabalho e implicam pensar que “o salário recebido já não é equivalente ao valor da força de trabalho, não cobre seu valor diário ou seu valor total” (OSÓRIO, 2013, p.49). Isso conseqüentemente resulta em um empobrecimento, tendo em vista que o trabalhador tem cada vez mais dificuldades de se manter, de manter sua força de trabalho, ou seja, aquele degaste de força não pode nunca ser totalmente recuperado porque não lhe são dadas as condições para isso.

Como se expôs anteriormente, a pobreza absoluta implica justamente na degradação geral das condições de vida do trabalhador, não por coincidência, a pobreza que se desenvolveu na América Latina em maior extensão foi e continua sendo a pobreza absoluta, e isso tem a ver com essa forma própria que o capitalismo na região encontrou para se desenvolver. É a classe trabalhadora que compensa com sua força de trabalho as perdas por transferência de valor. Ao contrário das periferias, os países do centro apresentam em maior grau a pobreza relativa, apesar de a sua acumulação se fundar na exploração da força de trabalho, o aumento de produtividade nessas economias desenvolvidas permite que o trabalhador tenha melhores condições de vida, o que não significa que este também não enfrente o empobrecimento tendo em vista que a distribuição dos produtos do trabalho são extremamente desiguais.

A região da América Latina é atualmente, segundo dados de diversas entidades, a região mais desigual do mundo, além de apresentar altos índices de pobreza (30,7% - representando 186 milhões de pessoas)²⁷ e desemprego (8,8% - representando quase 26 milhões de pessoas)²⁸. Esses problemas sociais que a América Latina enfrenta são fruto em grande medida da condição periférico-dependente em que essas economias se inserem. Porém é importante compreender que essa condição se dá em diferentes níveis/graus, alguns países da América Latina, sobretudo aqueles que alcançaram uma industrialização tardia e estiveram atados a uma forte presença estrangeira apresentaram um grau de dependência muito maior, o que impactou e em muitos casos segue impactando em maiores índices de desigualdade social, pobreza e desemprego.

²⁷ Dados correspondentes CEPAL – Panorama Laboral de América Latina 2017.

²⁸ Folha de São Paulo – (2018).

É importante alertar que nesses países, o grau de dependência é, e continua sendo muito mais forte que nos países que anteciparam o seu processo de industrialização. Deve-se sempre considerar que a América Latina possui muitos países e os níveis de dependência devem também ser pensados de modo particular, porém as questões histórico-estruturais (industrialização tardia e intensa presença/dominação estrangeira) permitem alocar um grupo de países que construíram o seu capitalismo em cima de tais questões, reforçando a tipologia de Bambirra (1987) para os países de tipo B. Um exemplo dessa situação são os países da América Central.

Os países que compõem a América Central (Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá) sofrem desde o seu processo de independência com uma dominação estrangeira acentuada, que inicialmente se constrói como uma disputa entre estadunidenses e ingleses e que posteriormente se consolida na figura dos Estados Unidos. Essa dependência em relação aos Estados Unidos “se gesta en las tres décadas del siglo XIX, se vuelve progresivamente más exclusiva luego de la Primera Guerra Mundial y se mantiene sin modificaciones hasta la segunda posguerra o en realidad hasta nuestros días (...)” (PASTOR, 2011, p.267). Os capitais estadunidenses desde o início se apropriavam do lucro auferido com a produção nacional nesses países, além de exercer um forte domínio político sobre as elites de proprietários de terras da região.

Dessa forma, os países da América Central se estruturaram como nação e desenvolveram o seu capitalismo assentados em uma forte dependência econômica e também política que gerou uma exacerbação dos problemas como a desigualdade social, pobreza e até mesmo a violência. Nesses países a industrialização só toma forma após a Segunda Guerra Mundial e isso só se fez possível a partir das inversões estrangeiras. Essa industrialização, no entanto, teve pouca capacidade de gerar emprego, agravou a desigualdade social e gerou um processo de produção de pobreza na região (VILAS, 1994, p.84). Em análise sobre o que distinguiu essa sub-região Vilas (1994, p.82) aponta que “las desigualdades en la percepción del ingresos se acumulaban, más notoriamente que en restos del continente, con desigualdades en el acceso a recursos básicos, generando condiciones de vida mucho más precarias”.

Como exemplo disso Vilas (1994) utiliza a comparação de dados de expectativa de vida, alfabetização e acesso a educação secundária entre o restante da América Latina e a América Central. A expectativa de vida na América Central era na década de 1970 de 59 anos, já para a América Latina era de 65 anos. Na alfabetização, os valores eram de 50 % para 80% e na educação secundária o comparativo era de 18% para 42%. (VILAS, 1994, p.82). Em função dos problemas sociais, políticos e econômicos que solapam a América Central e

consequentemente precarizam a vida da sua população esta se configura como uma sub-região de intensos processos migratórios tanto a nível interno quanto externo. E por maior que seja a ironia, os maiores contingentes de migrantes centro-americanos procuram nos Estados Unidos melhores condições sociais e econômicas para viverem.

O processo de consolidação do capitalismo na região latino-americana se deu de modo desigual e combinado, e para alguns países o ritmo mais lento do desenvolvimento e o grau exacerbado de dependência política e econômica levou a estruturas mais complexas em suas realidades sociais, e isso ainda faz, por exemplo, com que 66% dos hondurenhos ²⁹, 50% dos guatemaltecos e 37% dos nicaraguenses ³⁰ vivam em condições de pobreza. Esses valores são muito preocupantes e altos em relação a média da região que em 2016 era de 21%.

A conclusão a que se chega após todo esse movimento de “idas e vindas” a respeito da historicidade da América Latina nesses três subcapítulos é de que: é nas terras voltadas a economia de exportação na América Latina que se gesta o *capitalismo sui generis*, um capitalismo de tipo dependente em que, os países da periferia vivenciam a “maldição das commodities” e onde os mecanismos de superexploração condicionam a sua acumulação. Nesse capitalismo *sui generis* se concentram terras em poucas mãos e ter terras nunca é suficiente, sempre se quer mais. Nesse capitalismo se produz toneladas de alimentos, mas se passa fome, as máquinas expulsam gentes que se aglomeram nas cidades, compondo a grande massa da reserva que nunca é chamada, nunca é acionada. Essa grande massa que (sobre)vive em condições inumanas e que “sempre” tem que ouvir que é preciso esforço para viver melhor.

E mesmo para aqueles que conseguem se inserir no mercado de trabalho, não podem viver a certeza da continuidade, tudo que sabem é que os anos trabalhados e os correspondentes pagamentos de salários não compram o necessário para uma vida adequada, e na busca da existência há sempre um trabalhador endividado e tantos outros empobrecidos. Essa dependência que aprisiona a periferia ainda lhe é particularmente perversa, e não é difícil imaginar quem paga o pato de uma burguesia nacional ávida por lucros e de uma burguesia internacional que abocanha tanto valor alheio. Atualmente essa dependência, ao contrário do que pensam, segue firme, ainda que sob novas roupagens como será mostrado a seguir. E por último é preciso reafirmar que essa região como se vem mostrando não se livrou até hoje de uma perversa herança colonial que se ressignifica nas formas contemporâneas de

29 FOSDEH - Foro Social de la Deuda Externa y Desarrollo de Honduras, 2017. Esse valor segundo o dado corresponde a 5 milhões e 700 mil pessoas.

30 Vakis et al. Los Olvidados: pobreza crónica en América Latina y el Caribe, 2015.

neocolonialismo. Afinal de contas, o capitalismo nasce e tem se perpetuado na dominação, sempre há alguém, algo ou uma nação para chamar de “seu/sua”.

CAPÍTULO 2 - O CENTRO-IMPERIALISTA E A PERIFERIA- DEPENDENTE NA FASE NEOLIBERAL-NEOCONSERVADORA DO CAPITAL

“Segundo a voz de quem manda, os países do sul do mundo devem acreditar na liberdade de comércio (embora não exista), em honrar a dívida (embora seja desonrosa), em atrair investimentos (embora sejam indignos) e em entrar no mundo (embora pela porta de serviço). Entrar no mundo: o mundo é o mercado. O mercado mundial, onde se compram países. Nada de novo. (...). Nós nos negamos a escutar as vozes que nos advertem: os sonhos do mercado mundial são os pesadelos dos países que se submetem aos seus caprichos.” (GALEANO, 2010, p. 5/6).

2.1 A crise estrutural do capital e a ascensão do “novo” imperialismo: ofensiva capitalista às dimensões do trabalho e dos direitos sociais

Já ficou claro até aqui que a forma como o capitalismo se desenvolve nas diferentes formações sociais do globo não pode ser pensada de modo homogêneo, porém, a sua versão “clássica”, nascida na Inglaterra e propagada na maior parte da Europa, permite aos estudiosos falar em distintos estágios desse regime de produção, são eles: capitalismo comercial (que corresponde ao momento da acumulação primitiva e o avanço da produção mercantil), capitalismo concorrencial (onde ocorre a instituição e consolidação da indústria) e o estágio do capitalismo imperialista³¹ (onde vigora os monopólios e o “capital financeiro”).

Para muitos estudiosos do capitalismo, ainda hoje se vive sob as bases do estágio imperialista, entretanto, este estágio já estaria vivendo a sua terceira fase. Essa terceira fase, que é posterior a fase “clássica” e aos “anos dourados” do capital, denomina-se aqui a partir das teorizações de Harvey (2005) de “novo” imperialismo. Na perspectiva de Lênin (1977) o imperialismo surge no final do século XIX quando “os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica” (LÊNIN, 1977, p.8). Mandel (1985) a sua vez delimita precisamente o nascimento do imperialismo no ano de 1890. Este estágio deve ser entendido como:

o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes. (LÊNIN, 1977, p.43).

É em função da centralidade dos monopólios nesse estágio do capitalismo (apontada com maior rigor por Lênin) que muitos autores preferem utilizar o conceito de capitalismo monopolista. O monopólio, diz Lênin (1977, p.26), “uma vez que foi constituído e controla milhares de milhões, penetra de maneira absolutamente inevitável em todos os aspectos da vida social, independentemente do regime político e de qualquer outra ‘particularidade’”. A expressão mais central dessa fase dos monopólios é concentrar e centralizar capital nas mãos de poucas empresas. E é no interesse dessas poucas empresas (e conseqüentemente de poucos países) que gira o mercado e a economia mundial. Para que essas capitais sigam lucrando uma

³¹ A América Latina vai se relacionar com esse movimento de forma desigual e combinada, quando o capitalismo cêntrico já se encontrava em sua fase concorrencial e expressava de modo mais amplo a tendência mundial desse modo de produção a região latino-americana ainda vivenciava um incipiente processo de acumulação primitiva de capitais que a colocava dentro da divisão internacional do trabalho como produtora de matérias-primas. Para Mandel (1985) essa acumulação primitiva da América Latina será uma acumulação monetária tendo em vista que a acumulação industrial será barrada em função da integração ao mercado mundial e aos interesses dos países desenvolvidos.

necessidade se torna imperiosa, qual seja: a partilha do mundo. Lênin (1977) relembra que essa partilha não nasce como poderia se pressupor de uma perversidade dos capitalistas, mas do próprio movimento do capitalismo que ao gerar ampla concentração de capitais vê como única saída para continuar obtendo lucros, a partilha do mundo. É por isso que

A posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário, mesmo quando este procura defender-se mediante uma lei que implante o monopólio do Estado. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias. (LÊNIN, 1977, p.35).

Na perspectiva de Lênin (1977), a política colonial não nasce com o capitalismo nessa fase monopólica, e de modo mais profundo nem mesmo no capitalismo, porque a busca por territórios e matérias-primas para se apropriar é um processo recorrente na história. Porém, o que particulariza a política colonial dessa “etapa superior do capitalismo” é que o sucesso do monopólio depende da posse de colônias, e para o capital financeiro “não são apenas as fontes de matérias-primas já descobertas que têm importância, mas também as possíveis, pois a técnica avança, nos nossos dias, com uma rapidez incrível, e as terras hoje não aproveitáveis podem *tornar-se amanhã terras úteis*” (LÊNIN, 1977, p.40, grifo nosso). É justamente em função desse interesse futuro que o chamado capital financeiro está sempre em busca de “ampliar o seu território econômico e até o seu território em geral” (LÊNIN, 1977, p.40).

Lênin (1977) traz em sua análise sobre o imperialismo, influenciado pelas interpretações de Rudolf Hilferding, a ideia de que predomina nesse estágio do capitalismo o capital financeiro, que nasce da fusão do capital bancário com o capital industrial e que marca “o domínio do rentier e da oligarquia financeira” (LÊNIN, 1977, p.26). A utilização do conceito de capital financeiro, entretanto não é um consenso entre os teóricos marxistas, pois segundo Harvey (1990, p.287) “Marx no uso el término”. Nakatani e R.Carcanholo (1999) ao analisarem as interpretações de Harvey (1990) sobre o uso do conceito feito por Lênin e Hilferding aponta que estes “utilizam a expressão como um conceito mais concreto e institucional, no sentido de descrever o fato histórico” (NAKATANI; R,CARCANHOLO, 1999, p. 299) que foi a fusão entre os capitais. Esse fato histórico demarca o chamado período “clássico” do imperialismo que vai de 1890 a 1940.

Ainda que haja dissonância no que diz respeito às interpretações sobre o capital financeiro, não se pode ignorar as contribuições de Lênin (1997) para pensar o imperialismo como o estágio atual do desenvolvimento do capitalismo. No que diz respeito aos objetivos

desse capítulo interessa apenas se aprofundar em duas fases do período imperialista: a primeira que corresponde aos chamados “anos dourados” do capital e a segunda que é a fase que se denomina aqui de “novo” imperialismo. Os “anos dourados” do capital são imprescindíveis para pensar como se instituiu uma ampla gama de direitos sociais e políticas sociais através de uma fase expansiva de acumulação do capital nos países do centro. Direitos e políticas essas que serão duramente atacadas com a entrada do capital em uma fase de agudizante recessão que resultou em uma ampla transformação da sociedade, originando a fase do “novo” imperialismo. Daí a importância de analisar essas duas fases.

Marshall (1967) em sua famosa historicização a respeito da constituição da cidadania por meio da instituição de direitos civis, políticos e sociais, aponta que foi no século XX que os direitos sociais se formaram de fato e “atingiram um plano de igualdade com os outros dois elementos da cidadania” (MARSHALL, 1967, p.75). Na perspectiva de Couto (2006) os direitos sociais compreendidos como direitos de segunda geração “vêm se constituindo desde o século XIX, mas ganharam evidência no século XX” (COUTO, 2006, p.35). É importante ressaltar que durante o século XIX na Europa se formaram amplos movimentos sociais em que a classe trabalhadora era o ator principal e reivindicava melhores condições de vida.

O Estado que vigorava principalmente desde o período revolucionário burguês era o chamado Estado liberal e o que se pregava nesse período era a defesa e a garantia das liberdades individuais através dos direitos civis e políticos. Porém, tanto os direitos civis quanto os políticos não eram capazes de responder a satisfação de necessidades básicas da vida humana como, por exemplo, alimentação, saúde e moradia. A classe trabalhadora europeia vivenciava condições de total pauperização e não contava com garantias sociais para se reproduzir-viver. Isso começa a criar uma pressão por intervenção estatal na promoção dessas garantias. Garantias essas que os fundamentos da liberdade individual eram incapazes de promover. Na perspectiva de Couto (2006, p.47/48) “esses movimentos, associados ao questionamento da insuficiência dos argumentos dos direitos individuais para enfrentar a crise social, foram se configurando como espaço privilegiado para a emergência dos direitos sociais”.

Ainda dentro do período em que vigorava o Estado liberal, essa necessidade de reconhecimento de garantias sociais e universais começa a tomar forma através de legislações, as primeiras foram as Constituições: do México de 1917, da Rússia de 1918 e da Alemanha de 1919. Um importante paralelo a ser feito aqui diz respeito à Constituição mexicana. Em um contexto de grande efervescência social marcado pelo período pós-revolução mexicana, alguns direitos sociais apareceram documentados na região latino-americana antes mesmo da

própria Europa, inclusive a Constituição mexicana teve influência para que os direitos sociais fossem introduzidos nas constituições europeias. Segundo Freitas (2017, p.230):

La Constitución mexicana de Querétaro de 1917 ejerció una enorme influencia en el Derecho Constitucional de la primera postguerra mundial, tanto en América Latina como en Europa. Fue así como, por ejemplo, las Constituciones rusa de 1918, alemana de Weimar de 1919, la austríaca de 1920 y la española de 1931 consagraron disposiciones sobre los derechos económicos y sociales.

É importante citar esse fenômeno de aparecimento dos direitos sociais na região latino-americana justamente como parte da dinâmica do desenvolvimento desigual, mesmo a Europa sendo a região de onde partiu os primeiros avanços em matéria de direitos, e sendo a América a região dos não direitos desde os anos de conquista e de colonização, foi justamente nessa região, mas especificamente no México, marcado por inúmeras contradições, que se instituiu em uma Constituição pela primeira vez os direitos sociais, principalmente os direitos vinculados à esfera do trabalho.

Os direitos sociais como o próprio nome já diz são direitos relativos à sociedade, portanto, são coletivos, e por serem coletivos demandam a direta intervenção do Estado e “ancoram-se na ideia de igualdade, que se constitui numa meta a ser alcançada, buscando enfrentar as desigualdades sociais” (COUTO, 2006, p.35). A principal forma de dar materialidade aos direitos sociais é por meio da implantação de políticas públicas. Na perspectiva de Pereira-Pereira (2008, p.95) “(...) os direitos sociais declarados e garantidos nas leis são, de regra, conquistas da sociedade e só têm aplicabilidade por meio de políticas públicas, as quais, por sua vez, operacionalizam-se por meio de programas, projetos e serviços”.

Ainda que o Estado liberal tenha dado início à instituição legal de direitos sociais e em determinados momentos tenha efetuado a materialização desses direitos por algumas políticas públicas, eles só vão ganhar relevância e profunda materialidade quando ocorre a passagem para uma nova fase do imperialismo, em que o modelo de Estado não se baseia mais, de forma hegemônica, nas ideias liberais e se instituiu uma face social do Estado, designado pela literatura como um Estado social. E foi justamente a essa nova fase que se deu o nome de “anos dourados” do capital. São aspectos importantes do período que precede os “anos dourados” como nova fase do imperialismo: as duas grandes guerras mundiais e a crise de 1929. Após anos de instabilidade política e econômica gestava-se nos centros hegemônicos capitalistas a necessidade de construir um modelo de desenvolvimento capitalista capaz de

gerar estabilidade tanto política quanto econômica e restaurar os anos de queda na acumulação do capital que vinham desde a crise de 1929.

Os anos expansionistas do capital - “anos dourados” - estão representados pelo período que vai do pós-Segunda Guerra Mundial em 1945 ao final dos anos de 1960. Um dos pontos centrais desse período é a instituição de um novo centro hegemônico mundial. Como ficou claro até aqui, a Europa, na figura da Inglaterra, vinha exercendo sua influência sobre a economia mundial desde o nascimento do capitalismo. Porém, após as guerras mundiais, os Estados Unidos que eram o único país capaz de ajudar economicamente a Europa alçaram a posição de centro hegemônico do mundo. O arremate final para a consolidação dessa hegemonia galgada ao longo do século XX veio antes mesmo do fim da Segunda Guerra Mundial, no ano de 1944 com o chamado acordo de Bretton Woods. Foi a partir desse acordo e tendo em vista o poder econômico conquistado pelos Estados Unidos, que a moeda americana, o dólar, foi instituída como o padrão monetário internacional. E foi a partir de Bretton Woods que se criaram importantes instituições internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) que passaram a guiar a dinâmica da economia mundial.

A política econômica mundial, além dessa mudança em relação ao eixo hegemônico, terá uma reorientação em direção a outras concepções teóricas. A política econômica do liberalismo, que até então direcionava o capitalismo, dá lugar, a política keynesiana. Além da mudança teórica de regência da economia capitalista, era preciso retomar as taxas de acumulação do sistema, a saída residia também em um novo direcionamento, só que nesse caso na esfera da produção: a produção por demanda deu lugar a produção fordista em grande escala. Assim, em função dessas alterações pode-se dizer que o modo de produção capitalista nos países centrais teve como eixo hegemônico norteador em sua fase dos “anos dourados” o modelo fordista-keynesiano.

Esse modelo expressava de um lado, as bases da produção e acumulação fundadas na produção em massa para o consumo de massas (fordismo), e do outro, a efetivação dos ideais de pleno emprego dos fatores de produção (postos de emprego, indústria, matéria-prima), da consolidação de políticas sociais como caminho para a promoção dos direitos sociais, de intervenção estatal na esfera do mercado³², dentre outras estratégias (keynesianismo). As ideias de intervenção estatal introduzidas por Keynes foram imprescindíveis para que a

³² Como ressalta Pereira-Pereira (2009) Keynes não acreditava na defesa liberal da capacidade autorreguladora do mercado em manter equilibradas a oferta e a demanda. Para ele “tal equilíbrio somente seria assegurado se um agente externo ao mercado regulasse variáveis-chaves do processo econômico. Esse *agente* seria o Estado”. (PEREIRA-PEREIRA, 2009, p.91).

hegemonia do Estado liberal desse lugar a do Estado Social. Nos termos de Boschetti (2016, p.28), entende-se por Estado Social:

(...) o Estado que no capitalismo tardio, assume importante papel na regulação das relações econômicas e sociais, tendo por base a constituição de um sistema de proteção social de natureza capitalista, assentado em políticas sociais destinadas a assegurar trabalho, educação, previdência, habitação, transporte e assistência social.

Entretanto, é importante compreender que esse Estado Social ganhará especificidades em cada formação econômico-social capitalista. Nos centros capitalistas, sobretudo na Europa ocidental, a retomada da acumulação capitalista proporcionada pelo modelo fordista-keynesiano gerou a instituição de uma situação de quase pleno emprego dos fatores de produção, sendo os postos de emprego praticamente para brancos e homens, bem como a ampliação e universalização dos direitos sociais. Para Boschetti (2012) isso possibilitou “a melhoria das condições de vida, certa redução das desigualdades sociais e certa socialização do fundo público” (BOSCHETTI, 2012, p.758).

Uma das grandes estratégias promovidas nos países de capitalismo central no período fordista-keynesiano foi a instituição de uma política salarial que mantinha os trabalhadores com amplo poder de compra. Dessa forma, aumentou-se a produção de modo proporcional ao consumo, essa estratégia fundava-se na suposição de que o consumo conteria a ocorrência de uma superprodução no âmbito do regime de produção capitalista. Entretanto, como é inerente ao movimento cíclico do capitalismo, chega um determinado momento que o modelo fordista-keynesiano entra em derrocada e já não consegue manter os níveis de acumulação necessários à expansão do capital. Passando assim, a vivenciar uma queda na taxa de lucro e uma superprodução de mercadorias, que figuraram no cenário mundial, a partir do final dos anos de 1960, como uma crise de proporções avassaladoras que, deixou exposta as manifestações mais perversas do modo de produção capitalista. Antes de se explicitar o que de fato foi essa crise e quais as transformações sociais que ela desencadeou, é preciso compreender o que nos termos marxianos se entende por crise.

Primeiramente é preciso compreender o movimento cíclico do modo de produção capitalista. Segundo Carcanholo (2010, p.1), “é da natureza do capitalismo funcionar em ciclos” e isso significa compreender que no processo de acumulação do capital, momentos de crescimento dão lugar a momentos de recessão, e esses a sua vez dão lugar novamente a momentos de crescimento. Para Carcanholo (2010) os ciclos acontecem no capitalismo porque:

Os processos de acumulação de capital desenvolvem as contradições do capitalismo a um ponto tal que as crises são a forma que esse mesmo modo de produção encontra para, ao mesmo tempo, manifestar o momento de irrupção dessas contradições e o restabelecimento da unidade entre a produção e a apropriação do valor. (CARCANHOLO, 2010, p. 1).

As crises são, dessa maneira, a expressão das contradições do capitalismo e a possibilidade de retomada da reprodução desse sistema. Tendo em vista o fato de que o capitalismo se reproduz em ciclos e que a crise corresponde a um dos momentos desse ciclo, parte-se agora para as suas manifestações e impactos na sociedade. Como foi mostrado anteriormente, é em função da mais-valia que o capitalista retira o lucro necessário à expansão do capital. Nos termos de Marx (1986, p.165) “o lucro (...) é apenas outro nome para a própria mais-valia”. Na visão do autor, o lucro em uma de suas manifestações corresponde à quantidade de mais-valia extorquida no processo produtivo que se realiza através da venda da mercadoria. A taxa de lucro, por sua vez, está representada pela proporção entre a quantidade de mais-valia extorquida e o investimento total de capital (capital adiantado para determinada produção). O capital adiantado se subdivide em: capital variável (o que foi despendido em termos de salários) e capital constante (gasto com matéria-prima, maquinário). A taxa de lucro corresponde ao grau de valorização do capital.

No processo de expansão do capitalismo, os avanços tecnológicos garantem, conseqüentemente, um aumento de produtividade. Esse aumento na produtividade acaba por levar a uma queda da taxa de lucro no processo produtivo porque impele, de um lado, o crescimento em termos de capital constante, e do outro, a queda do chamado capital variável bem como da mais-valia extorquida, o que significa dizer que se encerra menos trabalho vivo no processo produtivo. Para Marx (1986):

A lei da taxa decrescente de lucro, em que se expressa uma taxa igual ou até mesmo ascendente de mais-valia, significa, (...) uma parte alíquota cada vez menor do capital global despendido se converte em trabalho vivo, e esse capital global absorve, portanto, em proporção à sua grandeza, sempre menos mais-valia (...). (MARX, 1986, p. 166).

Em função dessa lei própria do modo de produção capitalista tem-se que a tendência no capitalismo é (em função da produtividade aumentada) ver sua taxa de lucro cair, todavia, isso não necessariamente acontece daí é que se fala em uma queda tendencial. Entende-se, portanto, que a taxa de lucro no capitalismo está predisposta a cair, mas que dado alguns mecanismos impostos pelo capital como, por exemplo, a maior exploração da classe

trabalhadora ou o encolhimento dos salários pode-se evitar que essa queda ocorra, o que mantém assim, a acumulação do capital.

Em determinados momentos o capital pode evitar que a taxa de lucro caia. Contudo, quando sua queda ocorre, o capital se vê ameaçado. Segundo Marx (1986):

(...) a taxa de lucro, é o aguilhão da produção capitalista (assim como a valorização do capital é sua única finalidade), sua queda retarda a formação de novos capitais autônomos, e assim aparece como ameaça para o desenvolvimento do processo de produção capitalista; ela promove superprodução, especulação, crises, capital supérfluo, ao lado de população supérflua (MARX, 1986, p.183).

As manifestações ocasionadas pela queda da taxa de lucro, como explicitadas na reflexão de Marx (1986), são as mais diversas e se relacionam de forma dialética. A superprodução de capitais como uma dessas manifestações se estabelece, por exemplo, na medida em que, o aumento do capital constante em detrimento do capital variável tende a gerar a produção de um número cada vez maior de mercadorias em um mesmo espaço de tempo. Em função disso, fica à disposição no mercado um maior número de mercadorias que, para gerarem lucro ao capitalista, têm de ser vendidas, pois a venda permite que o mais-valor contido naquela mercadoria seja efetivado.

Todavia, esse enorme quantitativo de valores de troca nem sempre consegue encontrar escoamento, ou seja, ser consumida. Isso gera, por consequência, crises no modo de produção e, sobretudo, um enorme contingente de população supérflua que não pode ser absorvida pela esfera produtiva na medida em que o trabalho vivo se torna cada vez mais dispensável. Para Marx (1996) a população supérflua é intrínseca ao modo de produção capitalista, portanto crônica, mas nos momentos de crise ela se manifesta de forma aguda. E a crise que enfraqueceu a hegemonia do modelo fordista-keynesiano será uma crise de agudas manifestações da queda da taxa de lucro, da superprodução, e do chamado exército industrial de reserva ou população supérflua.

Mèszàros (2011) acredita que essa crise figurou como uma crise de caráter estrutural, que impôs ao próprio capitalismo uma das ameaças mais graves à sua continuidade. Segundo ele no atual momento histórico a crise torna-se estrutural porque coloca em risco “a sobrevivência contínua da estrutura global” (MÈSZÀROS, 2011, p. 797). Para o autor o caráter estrutural advém prioritariamente do fato de que com essa crise o ciclo de reprodução do capital se desloca “da *produção genuinamente orientada para o consumo destrutivo*” (MÈSZÀROS, 2011, p. 678, grifo do autor). Portanto, prevalece a produção destrutiva do capital em que o valor de uso das mercadorias é cada vez menos relevante e onde criam-se produtos para o

consumo imediato, que tenham baixa durabilidade e que solapam cada vez mais os recursos naturais.

Como consequência impõe-se a “humanidade o mais perverso tipo de existência imediatista” (MÈSZÀROS, 1996, p.35). Para Mészáros (2011), a ideia comungada pelo próprio Marx de que o avanço das forças produtivas tinha seu lado positivo ao permitir ganhos à humanidade em termos de satisfação das necessidades é subvertida na fase da produção destrutiva. Os avanços das forças produtivas são totalmente direcionados à produção e ao consumo destrutivo, onde se priorizam produtos que nada têm de necessários. Como consequência, observa-se um esgotamento da capacidade civilizatória do capital, ou seja, ele já não é mais capaz de responder às necessidades humanas. Aquilo que seria imprescindível para o bem estar de cada indivíduo é substituído pelos interesses do capital que cria novas necessidades que nada mais são do que luxos.

Assim, a crise estrutural e sua produção destrutiva geram uma “ativação dos limites absolutos do capital”³³ o que significa que “à medida que os sintomas de crise se multiplicam e sua severidade é agravada, parece muito mais plausível que o conjunto do sistema esteja se aproximando de certos *limites estruturais* do capital” (MÈSZÀROS, 2011, p. 1089, grifo do autor). Segundo o autor, esses limites colocam em questão a sobrevivência da humanidade e do próprio capitalismo (não de forma imediata) enquanto modo de produção da vida social. Isso acontece na medida em que criam “um impedimento atuante para a acumulação tranquila do capital e o funcionamento futuro do sistema global do capital” (MÈSZÀROS, 2011, p.227). Um exemplo desse limite seria o desemprego crônico que “traz à baila as contradições e os antagonismos do sistema global do capital na forma potencialmente mais explosiva. Todas as medidas criadas para tratar do profundo defeito estrutural do crescente desemprego tendem a agravar a situação, em vez de aliviarem o problema.” (MÈSZÀROS, 2011, p.224/225).

Deixando de lado a reflexão ou suposição se o capital se aproxima dos limites de sua continuidade, entende-se aqui, tendo em vista o caráter cíclico da acumulação do capital, que a crise estrutural figurou no cenário global como um risco ao capital, na medida em que coibia sua expansão e induzia a um movimento da classe trabalhadora. O risco de um levante da classe trabalhadora teve como determinante principal o fato de que a crise estrutural representou uma crise de hegemonia do bloco histórico vigente. Todavia, nos momentos posteriores à emergência da crise, o capital com sua capacidade de inovação, bem como de

³³ Ver apontamentos de Mészáros (2011) - Capítulo 5 sobre: o desemprego, a destruição do meio ambiente, a liberação das mulheres, etc.

dominação, reverteu o que parecia ser o indicativo do seu fenecimento em uma oportunidade para a sua continuação como modo de produção da vida social, o que reafirmou também o seu caráter cíclico.

A “reversão” promovida pelo capital do que emergiu como a crise estrutural, colocou em marcha o que os teóricos de forma unânime interpretam contemporaneamente como a ascensão de uma nova fase do modo de produção capitalista. A unanimidade entre os teóricos se restringe ao entendimento de que as mudanças que despontaram a partir da década de 1970 em todo o globo, configuraram a passagem para uma nova fase do capitalismo. Entretanto, os teóricos divergem quanto à caracterização dessa nova fase e, sobretudo, apontam a reconfiguração da sociedade em torno de outros eixos centralizadores. Inclusive é em função dessa leitura que alguns teóricos passaram a falar na perda da centralidade do trabalho³⁴. As interpretações a respeito dessa nova fase são as mais diversas, fala-se em: sociedade pós-industrial, sociedade da informação, sociedade do conhecimento, “novo” imperialismo, mundialização do capital, sociedade do consumo e tantas outras. Nessa dissertação partindo de uma análise dialética das mudanças experienciadas pelo capitalismo hodiernamente, opta-se por utilizar a perspectiva do “novo” imperialismo. Antes de adentrar no que qualificaria essa nova fase do capital, torna-se necessário retomar os meandros que a tornaram possível.

A grave crise estrutural dos anos 1960 trouxe riscos à estabilidade do capitalismo, para tanto precisava ser urgentemente enfrentada. Os riscos à continuidade desse modo de produção se expressavam em sua forma mais aguda: recessão, desemprego estrutural (em massa e de longa duração, sobretudo nos países de capitalismo central), aumento da desigualdade e da pobreza e crise de hegemonia do bloco fordista-keynesiano. Segundo Carcanholo (2010, p.3) “a saída da crise para o capitalismo tem que passar, necessariamente, pela criação/ampliação de espaços de valorização para o capital sobrando, ao mesmo tempo em que são elevadas as taxas de mais-valia”. A partir disso tem-se que, o capital para superar essa crise colocou em curso uma série de mudanças que tinham por base, necessariamente,

³⁴ Dentro desse entendimento se destaca as interpretações feitas por Offe (1989) e Gorz (1982). Para esses autores, as mudanças no mundo do trabalho que são desencadeadas a partir da crise estrutural de final dos anos de 1960 indicam uma forte redução da composição variável do capital, o que indicaria que o trabalho não seria mais a categoria central de análise da sociedade capitalista. A perspectiva a que essa dissertação se interliga não crê na perda da centralidade do trabalho, muito pelo contrário, ela continua. Como se demonstrou no item 1.1 do Capítulo 1, o trabalho é entendido aqui como o ato fundador da vida humana. Mesmo com as transformações geradas no mundo do trabalho, é justamente ele o responsável por dar respostas às necessidades humanas e, na forma como ele se desdobra na sociedade capitalista como sendo item ineliminável ao funcionamento desse sistema, não se pode falar na perda de sua centralidade. O trabalho, portanto, continua sendo categoria central para pensar a sociedade.

esses dois pressupostos. Para tal tarefa o maior desafio imposto ao capital estava em restaurar sua hegemonia.

A ideologia de que se serviu o capital para tal intuito foi a neoliberal, tal ideologia parte do pressuposto de que é o mercado, e não o Estado, o regulador social. Diferentemente do keynesianismo em que o Estado é o principal promotor do “bem-estar social”, o neoliberalismo “sustenta que o bem social é maximizado se se maximizam o alcance e a frequência das transações do mercado” (HARVEY, 2011, p 13). Ainda que se observe uma participação substancial do mercado o Estado não deixa de atuar junto às demandas sociais, o que se observa é a reorientação dessas ações para uma esfera cada vez mais focalizada e que tende a utilizar a política social como esfera de controle, vigilância e punição.

As ações principais que levaram à consolidação da ideologia neoliberal foram: a liberalização econômica, as privatizações de instituições estatais, a desregulação financeira e amplos cortes orçamentários na área dos chamados gastos sociais. Foi através dessas ações que o neoliberalismo pode restaurar a “elite econômica” (HARVEY, 2011, p.27), bem como se instituir como ideologia hegemônica do capitalismo em sua nova fase. Sob o projeto neoliberal, a partir de seus princípios norteadores, foi colocada em curso uma reconfiguração da esfera produtiva, ou seja, uma reestruturação produtiva.

O principal objetivo da reestruturação produtiva empenhada pelo capital após a crise era modificar as bases produtivas do capitalismo para voltar a acumular. Nos “anos dourados” a produção se centrava no modelo de produção em massa do fordismo e do taylorismo. Quando esse modelo enfraqueceu e já não podia responder aos anseios de valorização do capital instituiu-se um novo modelo de produção, agora baseado na produção por demanda e na flexibilidade dos processos de trabalho, o chamado toyotismo. Esse novo modelo passa a exigir mudanças radicais em relação ao tipo de força de trabalho necessária à sua efetivação.

No período correspondente aos “anos dourados” do capital, o mundo do trabalho estava marcado por uma forte organização de classe, uma situação de pleno emprego (branco e masculino) e pela promoção estatal do “bem-estar” através de garantias sociais. Quando o capitalismo entra nessa crise ao final dos anos de 1960, a saída do capital passou necessariamente por uma desestruturação do mundo do trabalho, que será promovida com base em reformas de cariz neoliberal. É importante compreender que “as reformas neoliberais contra o trabalho representam, em última instância, a elevação necessária (para o capital) da taxa de mais-valia” (CARCANHOLO, 2010, p. 4) e conseqüentemente da taxa de lucro que estava em queda.

Para a ideologia neoliberal, como já foi mencionado, a produção fordista já não era mais capaz de responder às necessidades de acumulação do capital. O pacto entre as classes que havia conferido a instituição e a ampliação de direitos para a classe trabalhadora já não permitiam o crescimento e a expansão do capital, pelo contrário, havia se tornando um entrave, na medida em que dificultava, principalmente em função de legislações, a instituição de mecanismos de intensificação da extração de mais-valia. No centro capitalista onde se observou na maioria dos países a construção de um Estado de “bem-estar social” (com particularidades próprias a cada um), as mudanças no mundo do trabalho impactaram diretamente a luta de classes.

A introdução dos processos flexíveis (que significam alterações produtivas de acordo com a demanda do mercado) passou a exigir trabalhadores polivalentes/multifuncionais que se adequam às necessidades produtivas, passando a cumprir qualquer “missão” que lhe seja requisitada. Isso trouxe para a classe trabalhadora uma intensificação do trabalho que impôs a total absorção da objetividade e subjetividade desses sujeitos. Em contrapartida, a intensificação permitiu que o capital, mesmo com um número menor de trabalhadores, pudesse elevar a taxa de mais-valia. A captura da subjetividade, por sua vez, levou a um enfraquecimento da consciência de classe, os sujeitos vão perdendo a noção de coletividade que vai sendo substituída pelo individualismo exacerbado, o trabalhador torna-se cada vez mais individualizado, e tudo que ele pode fazer é tentar garantir a sua permanência no mercado de trabalho.

A flexibilidade trouxe também a substituição, em grande escala, do trabalho contratual por formas de trabalho precárias, onde não existem vínculos trabalhistas que garantam a proteção do trabalhador, é o caso, por exemplo, do trabalho temporário. O elevado nível de desemprego que a crise estrutural traz - e que permanece como uma característica da nova fase de acumulação do capital - gera também na classe trabalhadora o “medo” de ser substituída tendo em vista que, existe um exército industrial de reserva pronto para substituí-la a qualquer hora no processo produtivo. Ao mesmo tempo em que o desemprego mina a organização dos trabalhadores, permite também ao capitalista repor a mais-valia, tendo em vista que “a pressão dos desocupados força os ocupados a porem mais trabalho em ação” (MARX, 1996, p. 270). Complementando o pensamento marxiano, Alves (2007) ressalta que “através do *medo do desemprego* o trabalhador assalariado *consente* maior nível de exploração da sua força de trabalho e renuncia a direitos sociais e trabalhistas” (ALVES, 2007, p.197, grifo do autor).

Anteriormente mencionou-se que uma das formas de dirimir a lei da queda tendencial da taxa de lucro é a maior exploração do trabalhador. Segundo Marx (1986, p.179)

A elevação da taxa de mais-valia (...) é um fator por meio do qual a massa de mais-valia, e portanto também a taxa de lucro, é co-determinada. Essa elevação não suprime a lei geral. Mas faz com que ela atue mais como tendência, isto é, como uma lei cuja realização absoluta passa a ser impedida, retardada, enfraquecida por circunstâncias contrariantes.

Para Marx (1986) o aumento da exploração permite evitar ou compensar a queda da taxa de lucro. Na fase do “novo” imperialismo, regida pela ideologia neoliberal, vê-se que um dos recursos do capital se dá justamente no aumento da exploração, onde se impõem vários mecanismos para extração de mais-valor. Essa tem sido uma estratégia tanto dos centros quanto das periferias, o que tem levado ao questionamento teórico da validade da categoria superexploração da força de trabalho para pensar as particularidades das regiões dependentes. O grau de exploração que as necessidades do capital têm imposto à força de trabalho em todas as formações sociais do globo, faz com que os teóricos passem a considerar tudo como uma superexploração/sobreexploração. Para Carcanholo (2013, p.83) deve-se entender que:

i) a superexploração é uma categoria que não pode ser confundida com as distintas formas existentes no capitalismo para elevar a taxa de mais-valia (taxa de exploração), ainda que só possa se materializar por meio destas formas; e ii) a superexploração é uma categoria específica da economia dependente – portanto, em um menor nível de abstração do que as leis gerais do modo de produção capitalista, mesmo que, evidentemente, enquanto forma de elevação da taxa de mais-valia, opere em qualquer economia capitalista.

Para Carcanholo (2013) é preciso entender que a superexploração é uma categoria que nasce da necessidade da especificação de um processo próprio das economias dependentes. Esse mecanismo funciona como uma compensação para a troca desigual. As economias centrais não vivenciam essa necessidade, portanto, a superexploração não aparece para elas como estrutural. Dada essa estruturalidade e necessidade intrínseca da superexploração da força de trabalho pelas economias dependentes, essa categoria só funciona para determinar a particularidade de tais economias. Agora é importante entender que a elevação das taxas de mais-valia é um processo que se efetiva em todas as economias, por que é inerente ao movimento de expansão do capital. Se a superexploração for simplificada à necessidade de elevar as taxas de mais-valia, ela passa a existir em todas as economias. Para Osório (2013, p.67) “se existem regiões e economias onde a superexploração constitui o fundamento da

reprodução do capital, isso não significa que a superexploração não se faça presente em todo o sistema mundial capitalista”.

O que diferencia na perspectiva de Osório (2013) a superexploração das economias dependentes da vivenciada pelas economias centrais é a sua estruturalidade, sem ela essas economias não se reproduzem de modo capitalista, já para as economias centrais ela é utilizada como necessidade de uma determinada conjuntura, provavelmente de crise. Compreender a categoria da forma como faz Osório (2013) faz com que ela se torne redundante e perca a razão de ser (AMARAL;DUARTE, 2013). Para evitar que se generalize a superexploração e ela deixe de funcionar para o propósito ao qual foi criada, entende-se aqui que ela acontece apenas nas economias dependentes. As transformações que o “novo” imperialismo impôs as economias centrais fez com que o grau de exploração aumentasse para que se pudesse recuperar o crescimento e a acumulação, porém, em nenhum momento, essas economias carecem de uma maior exploração em função de uma estrutural e recorrente troca desigual, como nas economias dependentes. Assim (AMARAL; DUARTE, 2013, p.14) “ainda que esteja ocorrendo violação do valor da força de trabalho nos países do centro (...) isto não é o mesmo que superexploração da força de trabalho”.

Como exposto anteriormente, o capital no enfrentamento da crise estrutural vê na dimensão do trabalho um dos obstáculos à sua expansão. O mesmo vai acontecer com a dimensão dos direitos sociais, que também estão vinculados à organização social do trabalho e de lutas da classe trabalhadora. Para a ideologia neoliberal as demandas sociais e o seu consequente atendimento através de políticas sociais é um dos responsáveis pela crise estrutural. Para os neoliberais, os gastos sociais oneram o Estado, tornando-o ineficiente. Como consequência desse pensamento é que o chamado Estado Social passou a ser duramente atacado e já não representava para o capitalismo um recurso conveniente aos seus anseios expansionistas.

Durante os “anos dourados” a consolidação dos sistemas de proteção social nos países capitalistas centrais permitiu ao capital conciliar seus interesses com os da classe trabalhadora, o mesmo já não é verdade a partir da crise estrutural. Para extrair mais trabalho e recuperar seu crescimento, o capital, passou a atacar as conquistas dessa classe. Até mesmo nos países em que não houve a generalização do Estado Social como na Europa, as parcas e ainda muito recentes conquistas se viram sob a mira do capital. Dessa forma, em todos os cantos do globo as políticas sociais, que se constituem como a principal via de materialização dos direitos sociais, foram reconfiguradas sob o que Behring e Boschetti (2009) denominam

de trinômio articulado do neoliberalismo que vem a ser composto por: privatização, focalização e descentralização.

A desestruturação dos direitos sociais, além de assentir uma maior exploração da classe trabalhadora, permitiu, e continua a permitir, que o capital amplie e crie espaços de valorização, na medida em que, transforma direitos em nichos de mercado ávidos por consumidores. É o que acontece, por exemplo, com o direito a saúde que se vê amplamente dominado por empresas privadas que vendem planos e seguros pagos; o direito à educação, por sua vez, torna-se alvo dos organismos internacionais, que passam a propagar a privatização das instituições de ensino através da ideia da maior qualidade e eficiência. A mercantilização e a privatização tornaram-se as palavras de ordem da nova fase de acumulação do capital, segundo Saforcada (2009, p. 363):

Áreas que hasta hace no mucho tiempo eran consideradas centrales para el interés y el bien común sufren acelerados procesos de privatización. Numerosos servicios que eran brindados exclusiva o mayoritariamente por empresas estatales por ser cuestiones de interés social — como los servicios de comunicaciones, transporte, correos, etc.— se han privatizado.

Na atualidade uma das maiores ameaças dessa busca desmedida por valorização do capital à custa dos direitos sociais reside no domínio dos recursos naturais pelas grandes empresas capitalistas, situação que vivencia, por exemplo, a região de Chiapas no México³⁵ que vê seus recursos hídricos desaparecerem nas mãos de grandes empresas produtoras de refrigerantes. Os direitos sociais são, como exposto anteriormente, materializados na sociedade via políticas públicas, e de modo mais específico, via políticas sociais. Essas políticas sociais também vão sofrer uma reconfiguração em função das necessidades do capital. Para Pereira-Pereira (2012), as tendências globais têm apontado para a direitização e a laborização das políticas sociais.

Para a autora a direitização representa a “submissão da política social ao crescente poder do capital sobre o trabalho e da capacidade daquele de impor as definições das necessidades pessoais e sociais” (PEREIRA-PEREIRA, 2013a, p.19). Essa submissão se dá de modo cada vez mais global, portanto “(...) não é exagerado afirmar que em todo mundo, inclusive no Brasil, vive-se sob o império de políticas sociais de (ultra) direita” (PEREIRA-PEREIRA, 2012, p.748). As políticas sociais de (ultra) direita³⁶ são consequência, sobretudo, da

³⁵ Disponível em: <<https://regeneracion.mx/coca-cola-acaba-con-agua-de-comunidad-enchiapaspersonas-reemplazan-agua-por-refresco/>>.

³⁶ Esta tendência da direitização tem sido também impressa por partidos social-democratas nos países do capitalismo central.

articulação entre as ideias neoliberais e as ideias neoconservadoras, que formaram juntas a chamada Nova Direita.

O neoconservadorismo ganhou relevância teórica como ideologia a partir de 1960 nos Estados Unidos. Pereira (2013) baseada nos apontamentos de Ehrman (2011) sobre as quatro características gerais³⁷ da ideologia neoconservadora aponta que uma dessas características explicita-se no fato de que os neoconservadores não fazem oposição à proteção social pública e estatal, todavia, a proteção que estes pregam “deve ser focalizada nos mais necessitados, temporária e comprometida com o mínimo, permitindo, segundo eles, que os beneficiários possam reerguer-se com suas próprias forças” (PEREIRA, 2012, p.111/112). Para além dessa concepção de proteção social é importante ressaltar que “é com o neoconservadorismo que o papel de instituições privadas tradicionais, como a família - patriarcal - e a Igreja, ampliam sua autoridade e ingerência, voltando a influenciar, de maneira significativa, as esferas públicas coletivas” (PEREIRA, 2017, p.24). Essas instituições acabam tendo um significativo papel de promotoras de direitos sociais que seriam de função do Estado.

A ideologia neoconservadora articulada à ideologia neoliberal ao pregar que os indivíduos/os beneficiários da proteção social reergam-se com suas próprias forças, coloca em marcha outra tendência para as políticas sociais, qual seja: a da laborização. Essa tendência, por sua vez, deve ser entendida como a ativação dos usuários das políticas sociais para o mercado de trabalho. Para Pereira-Pereira (2012) trata-se de uma laborização precária da política social tendo em vista que “os governos têm apelado para ações empreendedoristas, de baixo custo e nível, para que até mesmo a singela responsabilidade pública de transferir renda básica aos pobres, de forma compensatória, seja substituída pelo labor impositivo dos mesmos” (PEREIRA-PEREIRA, 2012, p.749). A direitização e a laborização da política social mostram como a lógica do Estado Social têm dado lugar a perversa lógica do Estado neoliberal e neoconservador. Segundo Pereira (2013, p.101/102), esse Estado “é socialmente limitado, não garantidor de direitos sociais, provedor de políticas de proteção social residuais, contingenciais e estigmatizantes, por um lado, embora forte, centralizador e controlador, por outro”.

As “saídas/respostas” que o capital encontra para retomar seu crescimento, diante da crise caracterizam uma ofensiva do capital sobre as dimensões da vida social, trata-se de uma ofensiva tendo em vista que todas as ações postas em movimento pelo capital possuem como

³⁷ Ehrman (2011) aponta quatro características gerais da ideologia neoconservadora: 1) os neoconservadores permaneceram atrelados à abordagem das Ciências Sociais; 2) aceitação da desigualdade social e econômica; 3) apoio ao chamado Welfare State – a proteção social; 4) defesa da democracia ocidental na política externa;

fim último a manutenção do sistema, pondo de lado qualquer valor humano. A nova fase do capitalismo que nasce e vigora em torno de uma ofensiva continuamente anti-civilizatória, perversa e desafiadora é o chamado “novo” imperialismo. Nessa nova fase vigoram: o crescimento substancial do capital fictício, a hegemonia estadunidense, a lógica mercadológica imposta pelo neoliberalismo e as absurdas políticas do neoconservadorismo. Nessa nova fase a acumulação do capital se dá por espoliação³⁸ onde os processos da acumulação primitiva descritos por Marx, continuam a acontecer e se unem a novos processos com vistas a encontrar novos espaços sobre os quais o capital acumulado pode se realizar. Segundo Harvey (2005a, p.120/121):

Uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação “primitiva” ou original no âmbito da longa geografia histórica da acumulação de capital é, por conseguinte muito necessária, como observam recentemente vários comentadores. Como me parece estranho qualificar de “primitivo” ou “original” um processo em andamento, substituirei a seguir esse termo pelo conceito de “acumulação por espoliação”.

Para Harvey (2005a), os processos de acumulação primitiva continuam acontecendo no processo de expansão do capital, todavia ele prefere nominar de outra forma tendo em vista que, identifica a continuidade desses processos. Os adjetivos: “primitiva” e “originária” carregam consigo a ideia de que esses processos estavam presentes apenas no início da instituição do modo de produção capitalista, como pensou Marx, o que não é verdade. Para Harvey (2005a) o capital na sua busca por responder a sobreacumulação, denominada aqui de superprodução, coloca em marcha processos como os descritos por Marx, a privatização das terras, a pilhagem, além é claro de criar novos processos a depender das suas necessidades. Assim, pode-se inferir que, esses processos de acumulação são contínuos e necessários para a reprodução do capital.

Um exemplo claro da acumulação por espoliação na América Latina se efetiva no retorno acentuado das disputas por terras destinadas aos povos originários da região. Para a lógica capitalista às terras em que esses povos se encontram, terras em sua maioria de ampla diversificação natural, são áreas potencialmente lucrativas. Por serem lucrativas se tornam objeto de disputa e desejo por parte do capital. Segundo estudo da Oxfam (2016) “una de cada tres hectáreas que se entregan en concesión para la explotación minera, petrolera, agroindustrial y forestal en América Latina – así como en otras regiones del mundo – pertenece a pueblos indígenas”.

³⁸ Para um debate crítico em relação ao conceito de espoliação teorizado por Harvey (2005a) ver: Fontes (2010).

O capitalismo periférico-dependente latino-americano que volta seu desenvolvimento econômico para a produção de matérias-primas, além de impor violentos processos de espoliação, conta com a ajuda e o interesse dos capitais estrangeiros que também se apropriam de terras na região. O interesse do capital estrangeiro sobre as terras latino-americanas, além de fazer parte da dinâmica própria do capitalismo fundado na exploração de regiões, pode ser interpretado à luz do que Harvey (2005b) entende por ajustes espaço-temporais em momentos de crise. Para o referido autor, o capital pode absorver o excedente produzido por três maneiras: via reorientação temporal ou espacial, ou pela combinação dos dois. Na reorientação espacial o capital excedente em um determinado lugar passa a ser absorvido pela “abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos e mão-de-obra em outro lugar” (HARVEY, 2005b, p.11). Segundo Harvey (2005b, p.12)

O “ajuste” espaço-temporal, (...) é uma metáfora para soluções das crises capitalistas mediante adiamento temporal e expansão geográfica. A produção do espaço, a organização de novas divisões territoriais de trabalho, a abertura de novos e mais baratos complexos de recursos, de novos espaços dinâmicos de acumulação de capital, e a penetração em formações sociais pré-existentes pelas relações sociais capitalistas e acordos institucionais (tais como regras contratuais e acordos de propriedade privada) são formas de absorver excedentes de capital e mão de-obra.

Na fase do “novo” imperialismo onde vigora a acumulação por espoliação, pode-se falar também na hegemonia do capital fictício. Para muitos autores, inclusive para Harvey (2005a), ocorre nessa fase um processo de financeirização da economia, marcado pelo predomínio do que comumente tem se denominado capital financeiro. Como mencionado anteriormente, a categoria capital financeiro não é a mais precisa para determinar a fase imperialista do capital. Carcanholo (2010, p.4) aponta que “a categoria capital fictício é muito mais profícua para entender a atualidade do que as noções, mais densas ou não, de capital financeiro/financeirização/finanças”. Para o autor citado, deve-se entender capital fictício como “um desenvolvimento/complexificação da lógica do mero apropriar-se de um valor excedente, mas nunca ser confundido com a totalidade dos capitais que meramente se apropriam de um valor que não produziram” (CARCANHOLO, 2010, p.5). Já na perspectiva de Durand (2017), o capital fictício é um “acúmulo de direitos sobre a riqueza a ser produzida” (DURAND, 2017, p.128, tradução nossa).

Trindade (2006) aponta dois movimentos responsáveis por dar origem ao capital fictício. Esse capital é por sua natureza derivado do capital de empréstimos ou como denominam outros autores, do capital a juros. O primeiro movimento que o origina “representa uma

transferência convencional de capital de empréstimo do prestamista ao prestatário”. Esse capital que foi emprestado “desaparecerá ao ser adiantado (despendido) como capital pela empresa ou gasto pelo Estado, na medida em que seu valor de uso foi destruído e com ele seu valor” (TRINDADE, 2006, p.108). O segundo movimento, por sua vez:

responde pela emissão de títulos de propriedade de valor de face nominal especificado como uma fração do capital de empréstimo pretérito, representação simbólica da dívida que dá direito jurídico sobre valores futuros, sendo esses títulos uma contraprestação ao capital emprestado (TRINDADE, 2006, p.108).

Dado o seu movimento de origem, tem-se que algumas das formas de manifestação do capital fictício são: a dívida pública, as ações, os derivativos financeiros e os bônus corporativos (CARCANHOLO; PASCHOA, 2009). Dessas formas de capital fictício mencionadas a mais conhecida e presente no cotidiano é a dívida pública, essa a sua vez:

(...) diz respeito a títulos que representam um volume de dinheiro emprestado originalmente ao Estado, em função de gastos realizados no passado. Como o próprio Estado não financiou esses gastos naquele momento, foi obrigado a lançar títulos de dívida pública. Trata-se de capital fictício, pois representam capital (gasto) passado; (CARCANHOLO; PASCHOA, 2009, p.7).

O fato de o capital ser gasto é o que cria sua ficção, pois a sua base real desaparece. Assim tem-se que a categoria capital fictício representa a “gigantesca massa de riqueza social ilusória representada nos diversos títulos de propriedade cuja base real foi de alguma forma destruída ou consumida no processo reprodutivo da acumulação capitalista” (TRINDADE, 2006, p.107).

Uma importante característica do predomínio do capital fictício na atualidade é o fato de que esse tipo de capital tende a ampliar aquilo que se definiu como tendência cíclica do modo de produção capitalista. Uma vez que essa tendência se manifesta com mais intensidade o capital acaba por ficar suscetível a momentos de crise. Segundo Carcanholo (2010)

(...) a funcionalidade do capital fictício permite o prolongamento da fase ascendente do ciclo, possibilitando a redução do tempo de rotação do capital global e elevação da taxa de lucro. Por outro lado, quando sua lógica individual de apropriação se expande, a fase descendente (crise) do ciclo também é aprofundada. A disfuncionalidade do capital fictício amplia as potencialidades da crise.

O capital fictício, assim, é tanto funcional como disfuncional à acumulação capitalista. A sua funcionalidade é o que faz com que esse tipo de capital se torne central na atual fase do capitalismo, na medida em que, ele traz importantes ganhos em acumulação. A funcionalidade do capital fictício reside no fato de esse capital colocar em marcha uma redução do ciclo do

capital que “permite o funcionamento de atividades produtivas que, de outra forma, teriam que esperar muito tempo para serem implementadas” (CARCANHOLO, 2010, p.6). Por sua vez, a disfuncionalidade desse capital e que, portanto, dialeticamente implica em mais perigos de crises, se explica no fato de que esse capital na sua forma individual não é capaz de produzir valor excedente. A sua lógica é de apropriação dos valores excedentes que foram produzidos em outras esferas. Se essa lógica de apropriação começa a ser maior que a de produção de excedentes ocorre uma queda na taxa de lucro e o aumento na ocorrência de crises cíclicas (CARCANHOLO, 2010).

Além da ampliação da tendência cíclica, outra característica do capital fictício que não se pode deixar de mencionar reside justamente no fato de que esse tipo de capital não produz nada. Na medida em que não produz, ele precisa constantemente de outros lugares para retirar o chamado lucro financeiro, lucro esse que é na perspectiva de Durand (2017) a matéria-prima desse tipo de capital. É aí que entra a lógica da espoliação definida por Harvey (2005): o capital busca constantemente a sua valorização e isso implica em destruição, mercantilização e privatização de distintas esferas da sociedade para que essa tarefa seja cumprida.

Além dessa própria lógica que o capital na sua forma fictícia demanda é importante destacar que o Estado tem um papel relevante na manutenção do sistema regido por esse tipo de capital. Durand (2017) aponta a existência de um “paradoxo da intervenção pública” que se assenta de um lado, no papel dos Bancos Centrais como emprestadores ao setor financeiro visando manter a estabilidade dos mercados desse setor, e do outro lado, em função da tendência a queda da taxa de lucros (queda de investimentos e consumo) em momentos de instabilidade econômica. O Estado na busca por compensar essa tendência acaba por aumentar a demanda e os déficits públicos (DURAND, 2017). O Estado dessa forma socorre e sustenta o sistema financeiro ao mesmo tempo em que cria para si uma situação de endividamento que será socializada com a classe trabalhadora. Dessa maneira, pode-se concluir que a dinâmica imposta pela lógica hegemônica do capital fictício é extremamente perversa para a sociedade. As crises, a busca desmedida por valorização e o socorro do Estado a esse capital colocam os interesses do sistema financeiro em detrimento da classe trabalhadora.

Como explicitado anteriormente, as transformações que se gestaram no modo de produção capitalista levaram ao consenso teórico de que esse sistema entrou em uma nova fase, entretanto, já não é consenso a caracterização dessa nova fase. Nesse trabalho utiliza-se a caracterização de Harvey (2005a) de “novo” imperialismo por entender que mesmo com tantas transformações, o capitalismo vive ainda sob o estágio do imperialismo, o que não

significa uma mesma fase do imperialismo. Para Amaral (2012, p. 107) “o imperialismo atual já não é mais conduzido pelas mesmas características pontuadas por Lênin (pelo menos, não por todas elas)”. O que o caracteriza é que ele “é hoje muito mais vigoroso do que foi no passado, em especial por apresentar-se sob a camuflagem do discurso globalizante” (AMARAL, 2012, p.107).

Esse “novo” imperialismo como dissertado, se reproduz sob a hegemonia do capital fictício e sua acumulação se dá por espoliação. Nessa nova fase a esfera da produção se reconfigura e o Estado que vigora é o Estado neoliberal e neoconservador. Os avanços dessa dita globalização colocam em polos cada vez mais distantes as classes sociais e um dos maiores desafios desse momento parece ser a distância entre os seres humanos e a sua dimensão natural. Por maiores que possam ser os avanços em termos produtivos e tecnológicos, a satisfação das necessidades humanas passam, necessariamente, pela natureza, e essa, dia após dia é objeto de ameaça constante em função de um sistema que não funciona para todos. E na medida em que esse imperialismo se reconfigura o mesmo vai acontecer com o capitalismo das regiões dependentes. Na perspectiva de Amaral (2012), como imperialismo e dependência são produtos dialéticos do desenvolvimento do capital, quando se fala em “novo” imperialismo ou uma nova fase do imperialismo, também, conseqüentemente, pode-se falar em uma nova fase da dependência. É justamente essa “nova” fase que se pretende caracterizar no item a seguir.

2.2 A crise da dívida latino-americana e a ofensiva capitalista as incipientes conquistas sociais

Segundo Martins (2016, p.315) a “América Latina, em função da dependência, se articula com certo atraso aos movimentos cíclicos que partem do centro hegemônico”. É justamente em função desse atraso que os efeitos da crise internacional e estrutural que se inicia no final da década de 1960 só serão sentidos de forma plena na América Latina na década de 1980 quando emerge, no cenário da região, a chamada crise da dívida. Essa crise constituiu-se como a quarta crise da dívida latino-americana e pertence a uma lógica imposta às periferias, em que as dívidas são utilizadas como “uma arma de dominação política e um meio de acumulação de riquezas em benefício das classes dominantes” (TOUSSAINT, 2016).

Os empréstimos são, como mostrado no item 1.1 dessa dissertação, uma realidade na América Latina desde que a região adquiriu independência política. Após a independência

política da América Latina, financiada com o endividamento dos países se iniciou na região uma história de crises de dívida. Toussaint (2016) historiciza essas crises da seguinte forma:

A primeira crise ocorreu em 1826, produzida pela primeira grande crise capitalista internacional, que começou em Londres em Dezembro de 1825. Esta crise da dívida durou até os anos 1840-1850. A segunda começou em 1876 e terminou nos primeiros anos do século XX. A terceira começou em 1931 como desdobramento da crise que havia surgido em 1929 nos Estados Unidos. Seu término ocorre no final dos anos 1940. A quarta explodiu em 1982, ligada com a elevação da taxa de juros praticada pela Reserva Federal dos Estados Unidos (Fed) e a queda dos preços das matérias primas. Esta quarta crise terminou em 2003-2004, quando ocorreu um aumento dos preços das matérias-primas e uma queda na taxa de juros. (TOUSSAINT, 2016).

A crise que interessa para os fins desse trabalho é aquela que Toussaint (2016) denomina de quarta crise da dívida. Essa crise atingiu de modo tão perverso a América Latina que a década correspondente ao estopim da crise - 1980 - ficou conhecida como a “década perdida”. Uma crise da dívida pode ser definida como a “imposibilidad de pagar las obligaciones de deuda” (TRECE, 2015, p.2). Essa impossibilidade de pagamento da dívida teve início no México e depois se alastrou por toda a América Latina. Para Trece (2015) pode-se destacar três fatores que levaram a essa crise da dívida.

O primeiro deles foi o endividamento excessivo dos governos da região que resultou em “una combinación de déficit fiscales (el dinero proveniente del exterior se usó para mantener y/o aumentar el gasto público) y déficit en las balanzas comerciales, pues las importaciones crecieron más que las exportaciones dado el tipo de cambio bajo o ‘dólar barato’” (TRECE, 2015, p.8). O segundo fator foi que o sistema bancário internacional concedeu para a região um excesso de empréstimos em função de uma confiança de que essas economias não iriam quebrar, quando na realidade quebraram. O terceiro e último fator foi justamente a situação de forte recessão que vivia a economia mundial e que rebateu na América Latina (TRECE, 2015). Foi justamente nessa conjuntura mundial que o Fed aumentou as taxas de juros impactando assim drasticamente no aumento da dívida da América Latina.

Uma vez que a crise estava instalada em toda a região e os governos não puderam refinanciar essa dívida dada à desconfiança do sistema bancário internacional, teve-se que buscar outras saídas para o pagamento dessa dívida que havia se tornado, naquele momento, impagável (moratória). Trece (2015) divide a busca por uma solução dessa crise em três períodos. O primeiro período vai de 1982 a 1985, o segundo período de 1986 a 1988 e o último vai de 1989 a 1990. No primeiro período buscou-se um ajuste dessas economias guiado pelos organismos internacionais: Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Mundial. Como o sistema bancário internacional não tinha mais confiabilidade na América

Latina, coube ao FMI renegociar a dívida com a região. A questão é que em troca desse refinanciamento existia a condicionalidade de que esses países realizassem um ajuste, o “ajuste significó gastar menos para poder pagar” (TRECE, 2015, p.35).

O segundo período de busca por uma solução para essa crise é marcado pelo chamado Plano Baker, esse plano:

(...) consistía en aumentar los préstamos bancarios y oficiales (organismos internacionales) por un total de US\$ 29,000 millones de dólares a 17 países de ingresos medios altamente endeudados, de manera que puedan reprogramar sus deudas y así cumplir con sus pagos en un nuevo calendario. A cambio de ello, los gobiernos se comprometerían a tomar medidas que se podrían resumir en “ajustes orientados al crecimiento”. (TRECE, 2015, p.35).

O Plano Baker acabou não rendendo os resultados que se esperava. Para Rosales (1986) o que vem sendo chamado de plano não passou de uma proposta, uma tentativa se resolver o problema da dívida. Em função dessa incapacidade que o Plano Baker teve é que se colocou em prática outro plano, o Plano Brady, que marca o terceiro período de busca por uma solução a crise da dívida. O foco desse novo plano instituído a partir de março de 1989 “consistía en una **reducción voluntaria, caso por caso, de la deuda con la banca privada internacional**, sin dejar de lado los programas de ajuste estructural a favor del libre mercado y la apertura hacia el exterior” (TRECE, 2015, p.37, grifo do autor).

Nesse momento histórico específico a condicionalidade de ajustamento para a América Latina em troca da renegociação de suas dívidas via Plano Brady assumiu grandes proporções. Nesse mesmo ano de 1989 se instituiu o que veio a ser denominado Consenso de Washington. Esse “Consenso” estipulou medidas as quais a América Latina deveria se adequar para recuperar seu crescimento econômico e sair da situação de crise. Essas medidas eram: 1) disciplina orçamentária; 2) mudança nas prioridades dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) liberalização do setor financeiro; 5) taxa de câmbio competitiva; 6) liberalização comercial; 7) abertura a inversão estrangeira direta; 8) privatizações; 9) política de desregulamentação e 10) resguardo aos direitos de propriedade. (WILLIAMSON, 1990).

Essas medidas marcam enquanto condicionalidade da renegociação da dívida, a generalização da ideologia neoliberal na região. Foram as amarras do endividamento latino-americano que levaram os países da América Latina a reorientarem a economia e a política em torno do ideário neoliberal. Ainda que esse ideário já tivesse se estabelecido no Chile em 1973, como primeira experiência neoliberal do globo, e na Argentina também na década de 1970, é só a partir do Consenso de Washington que se verifica o alastramento do neoliberalismo para toda a região. Uma importante constatação feita por autores como Harvey

(2011) e Anderson (1995) diz respeito aos êxitos que o neoliberalismo teve em países onde se instauraram regimes autoritários. Harvey (2011) aponta que a neoliberalização em países como Chile e Argentina se deram de forma “simples (...) rápida, brutal e segura” via “golpe militar apoiado pelas classes altas tradicionais” (HARVEY, 2011, p. 49). Anderson (1995) por sua vez, mostra como as políticas neoliberais obtiveram êxito, em um curto prazo, nos países regidos pelo autoritarismo (México, Argentina e Peru).

Apesar de ter alcançado com mais rapidez os países marcados por regimes autoritários as políticas neoliberais disseminaram-se pela região latino-americana condicionadas à crise da dívida e representaram segundo Carcanholo (2008, p.262), o aprofundamento da “condição de dependência ao longo dos anos de 1990”. As políticas neoliberais aprofundam a dependência das economias periféricas principalmente por:

reduzirem a competitividade dos produtos exportados pelos países periféricos, em relação aos produtos importados, o que amplia a deterioração dos termos de troca, por elevarem a dependência das economias em relação ao fluxo internacional de capitais (elevação da fragilidade financeira das contas externas) e por diminuírem a capacidade de resistência dessas economias a choques externos, dentro de um sistema financeiro internacional instável (aumento do grau de vulnerabilidade externa). (CARCANHOLO, 2008, p. 263).

Orientado pelas proposições do Consenso de Washington os países da América Latina realizaram, em maior ou menor grau, o que para os neoliberais e para a sociedade figurou como reformas em amplos setores da sociedade. Para os teóricos mais críticos, no entanto, o que se propagou sob a alcunha de reforma(s) na realidade se desdobraram como contrarreforma(s). Segundo Borón (2003) a palavra “reforma” significa na tradição da filosofia política, as mudanças graduais em direção a uma maior igualdade, liberdade e bem estar da população. O que na verdade acontece a partir da introdução do ideário neoliberal é justamente o contrário, corte de direitos, políticas sociais focalizadas e o aumento da desigualdade social.

Há, assim, um esvaziamento do verdadeiro sentido das propostas “reformistas”, portanto, Borón (2003) chama atenção para o fato de que a expressão contrarreforma é a mais adequada para se referir a esse processo de “involução social” colocado em curso pelo ideário neoliberal no contexto latino-americano. Os países latino-americanos, diferentemente dos centros capitalistas, se viram fortemente impactados pelas propostas neoliberais enquanto ainda logravam avanços na consolidação de seus direitos e de suas políticas sociais. A ideia propagada pelo Consenso de Washington era a de que a América Latina ao realizar tais

“reformas”, sustentadas nas dez diretrizes propostas, lograria sua tão esperada recuperação. Segundo Martins (2016, p.319):

O Consenso de Washington prometia a retomada do desenvolvimento, a elevação da competitividade e a redução da pobreza das economias latino-americanas. As taxas de crescimento econômico voltariam a se elevar, os ingressos de capital estrangeiro se restabeleceriam, o aumento da competição impulsionaria a produtividade das economias nacionais, que se especializariam em suas vantagens comparativas descartando os setores de maiores custos de produção relativos. No entanto, os resultados alcançados foram profundamente medíocres.

A adoção do ideário neoliberal via Consenso de Washington apesar de não ter logrado o que prometia marca a entrada da América Latina em uma nova fase da dependência, caracterizada justamente pelo aprofundamento dessa relação de dependência³⁹. Essa nova fase da dependência “se estabelece mediante um intenso aprofundamento da vulnerabilidade externa dos países periféricos frente aos centrais, exatamente em função da predominância do capital fictício em suas estruturas” (AMARAL, 2007, p.3). Uma característica importante dessa nova fase é o papel que o endividamento possui na transferência de valor em direção aos países centrais, essa transferência que se dá por pagamentos de juros e amortizações das dívidas é uma das fontes de vulnerabilidade desses países.

Na análise sobre essa nova fase, Amaral (2007) utiliza para sustentar sua análise as interpretações recentes de dois autores da teoria marxista da dependência, são eles: Osório (2004), que introduz o conceito de “novo padrão de reprodução do capital”, e Valencia (2004) que introduz o conceito de “patrón capitalista neoliberal dependiente”. Na perspectiva de Osório (2012) esse novo padrão de reprodução resulta para a América Latina em um novo padrão exportador. Para o referido autor, há uma distinção entre esse novo padrão exportador e aquele que a região viveu no final do século XIX e início do século XX.

Na medida em que a região já havia passado pelo que ficou conhecido como período de substituição de importações, quando ocorre à implantação do ideário neoliberal na região

³⁹ O capitalismo na sua dinâmica de desenvolvimento implica em uma composição dialética entre regiões centrais e regiões periféricas. A dinâmica que beneficia a acumulação de riquezas e poder nos centros só é viável em função da manutenção cada vez mais profunda das economias dependentes. Isso traz a reflexão de como essa dependência é mútua. Trazendo o conceito de dependência para o senso comum e ultrapassando o seu papel histórico-estrutural como definidor de regiões como a América Latina, vê-se que os centros são dependentes da existência dessas economias. As economias capitalistas centrais não vivem as amarguras do que a dinâmica histórica do desenvolvimento dependente traz, mas se tornam com o passar do tempo cada vez mais dependentes da existência dessas regiões como espaços onde poder e acumulação são constantemente renovados para garantir a continuidade do sistema capitalista. A dependência adjetiva/qualifica as economias periféricas, já para as economias centrais a dependência funciona na forma de verbo: depender. Já na perspectiva de Carcanholo (2008, p.254) a dependência que caracteriza a periferia “não é o equivalente à constatação óbvia, e quase tautológica, da interdependência entre as diversas economias no cenário mundial”.

abandona-se em parte o processo de desenvolvimento de uma economia assentada em produtos industriais. Esse abandono se dá em parte, porque aqueles produtos industriais em que existe vantagem competitiva continuam sendo produzidos. O foco desse novo padrão passa a ser o retorno à produção de matérias-primas com foco na exportação para os mercados externos e no consumo de um mercado interno restrito. Para Osório (2012) as economias passam a investir na produção daquilo em que possuem vantagens naturais, como minérios, petróleo, gás, produtos agrícolas. Existe a retomada das características produtivas que fundaram a América Latina, porém, se distingue através do tempo-histórico totalmente distinto e de uma conjuntura global em que a lógica fictícia predomina.

Por sua vez, Valencia (2004), em sua análise sobre o “patrón capitalista neoliberal dependiente”, destaca cinco características dessa “nueva formación económica social neoliberal capitalista dependiente” (VALENCIA, 2004, p.97). A primeira delas diz respeito ao fato de que existe “un deterioro en la capacidad de negociación de los gobiernos y países con las grandes empresas transnacionales y los organismos financieros y monetarios internacionales” (VALENCIA, 2004, p.97). Essa negociação segundo o autor é imprescindível para reduzir minimamente a dependência que essas economias possuem em relação às importações. Uma segunda característica está no fato de que o abandono do desenvolvimento pela via da industrialização modificou a inserção internacional da região latino-americana, que passa a ser centrada no provimento de recursos naturais, alimentos e divisas. Essas divisas, segundo Valencia (2004), são recursos enviados pelos latino-americanos aos seus países de origem.

Uma dinâmica crescente ocasionada pelo “patrón capitalista neoliberal dependiente” é a ida de latino-americanos para trabalharem nos países centrais, lá vendem sua força de trabalho a valores baixíssimos e enviam remessas a seus países de origem. Valencia (2004) aponta como exemplo o fato de que “México y El Salvador comparten el “privilegio” de exportar fuerza de trabajo barata como segunda y primera fuente de divisas” (VALENCIA, 2004, p.47, grifo do autor). É justamente essa crescente exportação de força de trabalho utilizada como estratégia de crescimento da região latino-americana que configura a terceira característica dessa “nueva formación social económica”.

A quarta característica diz respeito à existência de “una reforzada dependencia en todos los órdenes - comercial, financiero, tecnológico, científico, militar y cultural - que implica la cesión de soberanía en favor del capital y los inversionistas privados nacionales y extranjeros” (VALENCIA, 2004, p.98/99). A quinta e última característica refere-se ao fato de que a lógica imposta pelo padrão neoliberal (voltada para o mercado exterior) bem como por seus

sujeitos sociais implica em uma “incapacidad estructural y política (...) para generar “políticas de desarrollo” y de “bienestar social” (VALENCIA, 2004, p.99, grifo do autor).

Dentro de toda essa lógica que a nova fase da dependência traz como expressão da dinâmica do “novo” imperialismo, interessa para os fins desse trabalho justamente o que Valencia (2004) define como a incapacidade de gerar políticas de bem-estar. Segundo Galeano (1979, p.291), “na América Latina, o abismo que se abre entre o bem-estar de poucos e a desgraça de muitos, é infinitamente maior que nos Estados Unidos ou na Europa”. Como demonstrado anteriormente, a perversa herança colonial e a constituição periférico-dependente da América Latina em relação às regiões centrais como Estados Unidos e Europa implicaram para a região em problemas distintos daqueles vivenciados pelos centros.

Mesmo quando compartilham de problemas inerentes ao modo de produção capitalista como desigualdade, pobreza e desemprego vê-se que esses problemas se manifestam de forma muito mais aguda na América Latina. Galeano (1979) evidencia isso ao fazer alusão à desigualdade social vivenciada pelas diferentes regiões. Esse abismo entre os que têm muito e os que nada têm é realmente muito maior na América Latina, e o que esse novo padrão de acumulação assentado no neoliberalismo traz é a extensão – se é que isso é possível – desse abismo.

Como mostrado no item 2.1, os países de capitalismo central que em sua maioria instituíram e materializaram direitos sociais e sistemas de proteção social sob uma ótica universal ao longo do século XX, não ver esses direitos e sistemas de proteção serem fortemente atacados quando da entrada do capitalismo em uma nova fase de acumulação. O caminho da América Latina, entretanto, é particularmente distinto e tortuoso no que diz respeito à consolidação desses direitos e sistemas de proteção. Quando a região adentra na nova fase do capitalismo os avanços em matéria de garantias sociais ainda estavam em curso, o que para os países centrais significou um desmonte, para a América Latina foi a impossibilidade de realização efetiva das garantias sociais.

Ainda que a Constituição Mexicana tenha sido a primeira grande legislação a abarcar os chamados direitos sociais, não foi o México, muito menos a América Latina a região que universalizou e conferiu profunda materialidade a tais direitos. E por que isso? Boa parte da resposta a essa questão já foi exposta nesse trabalho, poder-se-ia resumir em três pontos: colonização, desenvolvimento dependente e instituição de uma classe dominante e de um Estado atrelado aos interesses externos e avessos à possibilidade de concessões à classe trabalhadora. Cada país, ou formação social latino-americana possui, é claro, suas particularidades, mas grosso modo, esses três fatores se estendem a toda a América Latina.

Rouquié (2011) ao falar sobre o processo de independência da América Espanhola aponta que a ruptura com a metrópole e a consolidação da nação foi levada a cabo não pelos colonizados e sim por uma elite branca que defendia exclusivamente seus interesses. Como consequência se promulgou “Constituciones democráticas para fundar jurídicamente y legitimar la dominación de las elites. Algunos criollos conservadores proclaman la igualdad para gozar solos de todas las libertades” (ROUQUIÉ, 2011, p.20). O século XIX que marca o processo de lutas por independência é também um momento de construção das democracias latino-americanas assentadas em valores universais, que apesar de universais, só serviam para as elites. A grande massa da população se via apartada dessas democracias nascentes, na medida em que, não eram de fato detentoras de direitos.

No século XX, as mudanças sociais e econômicas somadas ao crescimento das demandas e lutas da população levaram a necessidade de modificação das Constituições anteriores. A Constituição Mexicana será a primeira a fazer tais mudanças. Um importante aspecto que trouxe a essa Constituição um caráter de novidade foi justamente a inclusão dos direitos sociais. Foi após a Constituição Mexicana que os outros países latino-americanos passaram também a contemplar os direitos sociais em suas novas Constituições. Gargarella et al. (2016, p.35) citam que “o Brasil modificou sua constituição em 1937; a Bolívia em 1938; Cuba em 1940; Uruguai em 1942; Equador e Guatemala em 1945; e Argentina e Costa Rica em 1949”. Em países como Brasil, Uruguai, Argentina e Cuba as demandas da classe trabalhadora já vinham sendo atendidas pelo Estado em maior ou menor grau dependendo de cada país, entretanto, o reconhecimento dessas demandas como direitos sociais só veio com a normatização destes nas referidas Constituições de cada país.

Mesa-Lago (1986) interpreta que os quatro países citados (Argentina, Brasil, Cuba e Uruguai) mais o Chile foram pioneiros na instituição da seguridade social na América Latina. Para esse autor, como a maioria desses países já apresentava um processo de industrialização em relação ao restante dos países da região latino-americana, havia se instituído um forte proletariado urbano que passou a demandar o atendimento de suas necessidades bem como melhores condições de vida e trabalho. Os sistemas pioneiros, segundo Mesa-Lago (1986, p.133), se instituíram “de manera gradual y fragmentada, dando lugar a una multiplicidad de instituciones gestoras que protegían a diferentes grupos ocupacionales aplicando subsistemas independientes com su propia legislación, administración, financiamiento”. Um exemplo comum a esse tipo de sistema foram as chamadas Caixas de Aposentadorias e Pensões/Cajas de Jubilaciones y Pensiones.

Mesa-Lago (1986) considera para além do grupo de países ditos pioneiros a existência de outros dois grupos de países por período de instituição da seguridade social na América Latina. O segundo grupo são os países denominados de intermédios que abarcam: Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, México, Paraguai, Panamá, Peru e Venezuela. Esse grupo bastante diversificado entre si passou a instituir sistemas de seguridade social a partir da década de 1940. Segundo o referido autor, esses países apresentam sistemas relativamente unificados que foram fortemente influenciados pelo Relatório Beveridge e pelas proposições que emanavam da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

O terceiro grupo de países começou a implantar sistemas de seguridade social a partir do final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, daí o seu caráter tardio na perspectiva de Mesa-Lago (1986). Esse grupo compõe-se de Belize, El Salvador, Guatemala, Honduras, República Dominicana, Nicarágua e os países do Caribe. Nesse tipo de sistema a cobertura da população é baixa, restrita às cidades mais populosas e o grande desafio é estender a cobertura. (MESA-LAGO, 1986).

A tipologia criada por Mesa-Lago (1986) para pensar a instituição da seguridade social na América Latina deve ser utilizada com cuidado tendo em vista que a sua concepção de seguridade social está atrelada apenas a lógica previdenciária. Em tentativa semelhante à de Mesa-Lago (1986) está a tipologia construída por Filgueira (1997). Para esse último trata-se de pensar os tipos de Estados Sociais instituídos na América Latina no período de 1930 a 1970. O primeiro tipo que o autor define refere-se aos países que instituíram regimes de universalismo estratificado, o segundo países de regimes duais e o terceiro países de regimes excludentes. Os países que compõem o primeiro grupo são: Argentina, Chile e Uruguai. A primeira característica dos Estados Sociais nesses países é de que, de uma forma ou de outra, a maior parte da população tem acesso a algum nível de proteção seja via seguro social, saúde ou educação. A segunda característica reside no fato de que há uma “fuerte estratificación de beneficios, condiciones de acceso, y rango de protección en materia de seguro social y en similar medida en salud” (FILGUEIRA, 1997, p.11).

Para Filgueira (1997) o que explica a peculiaridade desse primeiro grupo não é o seu desenvolvimento inicial ou pioneirismo como aponta Mesa-Lago (1986) e sim o modelo de desenvolvimento ou a economia política do desenvolvimento implantada por esses países. Para o autor o modelo econômico de substituição de importações levou a um intenso fluxo de pessoas em direção às cidades, essa população foi sendo incorporada em distintos espaços ocupacionais e, conseqüentemente, passou a demandar algum tipo de proteção. O segundo tipo de Estado Social, caracterizado como dual por Filgueira (1997), abarca Brasil e México.

Esse grupo é o que mais distancia a interpretação de Filgueira (1997) da de Mesa-Lago (1986). Para Filgueira (1997) nesse grupo de países as diferenças entre regiões são muito visíveis, naquelas de baixo desenvolvimento econômico a maior parte da população não está incorporada ao mercado de trabalho e nem está protegida de alguma forma. Já nas regiões de amplo desenvolvimento observa-se uma ampliação do mercado formal de trabalho, do Estado e da proteção social.

Um exemplo clássico quando se pensa no Brasil e suas distinções regionais é fazer uma comparação entre Sudeste e Nordeste. Reflexionando dentro do tempo demarcado pelo autor (1930-1970), a região Sudeste, como mencionado anteriormente, principalmente na figura do estado de São Paulo, foi o *locus* do desenvolvimento econômico brasileiro iniciado com o café. Esse desenvolvimento que veio acompanhado de um amplo crescimento demográfico impulsionou dentro dessa região uma estrutura de proteção mais completa do que a levada a cabo na região Nordeste. Essa região que havia sido espaço econômico de grande valia nos tempos da colonização se tornou no século XIX e início do século XX espaço privilegiado das oligarquias latifundiárias e seus valores conservadores o que impactou diretamente no tipo de atenção dada as populações dessa região. Segundo Filgueira (1997, p.14) “políticamente, el control e incorporación de los sectores populares ha descansado en una combinación de formas clientelares y patrimonialistas en las zonas de menor desarrollo económico y social”. É justamente isso que aconteceu com a região Nordeste.

O último Estado Social a qual Filgueira (1997) se refere é o de tipo excludente. Os países que se localizam dentro dessa tipologia são: Bolívia, Equador e todos os países da América Central (com exceção da Costa Rica). Na perspectiva de Filgueira (1997) existe uma forte condução elitista nesse tipo de Estado. Em uma economia assentada na produção de matérias-primas dentro dos chamados enclaves as elites se apropriam das rendas produzidas e não a utilizam em benefício da sociedade. A consequência é um sistema de proteção fundamentado em políticas sociais “que agregan a población en situaciones privilegiadas, privilegios adicionales” (FILGUEIRAS, 1997, p.15).

Tanto a tipologia de Mesa-Lago (1986) quanto à de Filgueira (1977) apresentam, como toda tipologia, suas inconsistências, a principal delas reside no fato de que na tentativa de criar um grupo formado por características e ideias comuns, o universo infinito de particularidades acaba por ser absurdamente amplificado, é como se ao jogar luz sobre um determinado ponto, surgissem ao redor tantos outros. Aqui, no entanto, não é o espaço para criticar a tipologia construída por esses autores, e sim tomá-las como norte na compreensão de uma região tão densa quanto a América Latina. O modelo proposto por Filgueira (1997),

como ele próprio aponta, é válido para pensar a região até o período de 1970 e alargando um pouco mais até 1980. É justamente na década de 1980 que os efeitos da crise internacional desembocam na chamada crise da dívida latino-americana. Como forma de “saída” dessa crise os países da região passam a se articular ao ideário neoliberal e implantar medidas de ajustes de alto impacto social.

Um importante paralelo a ser feito aqui é o fato, já mencionado, de como a neoliberalização se efetivou rápido em países governados por ditaduras e regimes autoritários na América Latina. Os governos autoritários e as ditaduras são uma realidade muito presente na América Latina. A experiência da democracia formal na região foi e continua sendo suscetível aos mais diversos ataques. A América Central é a região com mais experiências nesse sentido. A ditadura somozista na Nicarágua, por exemplo, durou 42 anos. Iniciada em 1937, com o apoio dos Estados Unidos, a família Somoza só foi derrubada em 1979 com a Revolução Sandinista. Na República Dominicana Trujillo governou (direta e indiretamente através de outros líderes) por 31 anos no período que vai de 1939 a 1961.

Na Guatemala, desde o governo ditatorial de Jorge Ubico que se iniciou em 1931 e terminou em 1944 com uma revolução popular, a forma de governo que prevaleceu no país durante o século XX foi o autoritarismo em suas distintas manifestações. O mesmo aconteceu com El Salvador depois do golpe que levou o general Maximiliano Hernández Martínez a governar o país do final de 1931 até 1945. Até o final da década de 1970 os salvadorenos só conheceram a “governança” militar. Na perspectiva de Cueva (2004), o único país centro americano a destoar dessa dinâmica é a Costa Rica, enquanto o restante dos países convivia com amplos conflitos internos e assentados em governos autoritários ou ditatoriais, “a Costa Rica aparece como um oásis de ‘paz’ e ‘democracia’” (CUEVA, 2004, p. 206, grifo do autor).

É importante destacar que grande parte desses governos autoritários, como constitutivos da realidade política latino-americana, se assentaram sob bases militares. Rouquié (1984) aponta que a militarização dos sistemas políticos é uma realidade recorrente na América Latina. Segundo o autor:

En 1954, trece de los veinte Estados latinoamericanos se hallaban bajo gobierno militar. En 1980, las dos terceras partes de la población de América llamada Latina vivía en Estados gobernados por regímenes militares o dominados por militares. Más o menos por la misma época – es decir, antes del retorno de los civiles al gobierno en Ecuador y Perú – ocho naciones sudamericana, que abarcaban más de las cuatro quintas partes del territorio continental, se encontraban gobernados por oficiales apoyados en el poder de sus pares de golpes de Estado más o menos lejanos. (ROUQUIÉ, 1984, p.11/12).

Apesar dessa longa história das ditaduras na América Latina, não se pode homogeneizar as distintas experiências. As ditaduras que se iniciam na década de 1960/1970 na América do Sul são denominadas por Borón (2003) de “dictaduras de nuevo cuño”. Segundo o raciocínio do autor o caráter de novidade reside no fato de que essas ditaduras surgem como parte da dinâmica do novo padrão de acumulação do capital, e como consequência, são os países com maior desenvolvimento regional que as vivenciarão. Já na perspectiva de Cueva (2013), a ditadura vivida pelos países da América do Sul na segunda metade do século XX “(...) no es más que una modalidad específica de la dictadura terrorista que el capital monopólico implanta en determinadas circunstancias históricas” (CUEVA, 2013, p.33).

O foco dessas ditaduras era permitir a extração de excedente dos países dependentes. Para Cueva (2013) é em prol dessa extração que se cria uma “política económica del fascismo” que se assenta em algumas determinações gerais, que seriam: 1) Desnacionalización de la economía; 2) Desmantelamiento del capitalismo (no monopólico) de Estado; 3) Pauperización absoluta de la clase obrera; 4) Cancelación del Estado “Benefactor”; 5) Centralización de capital; 6) Transformación promonopólica del agro⁴⁰.

Ainda que essas características da “política económica del fascismo” se inter-relacionem, para esse trabalho interessa apenas duas delas, quais sejam: a “pauperización absoluta de la clase obrera” e a “cancelación del Estado “Benefactor”. Como visto anteriormente, em momentos de crise do capitalismo, o capital busca formas e espaços onde possa se valorizar, extrair lucro. As regiões periférico-dependentes, dada à dinâmica de seu desenvolvimento, acabam sendo os primeiros alvos na busca dessa valorização que beneficiará os centros-imperialistas. Isso implica, conseqüentemente, em uma exacerbação da dependência tendo em vista que as transferências de valor em direção ao centro se intensificam. Para compensar as transferências passa-se a superexplorar ainda mais a classe trabalhadora latino-americana.

Cueva (2013) demonstra que durante tais ditaduras o valor real da força de trabalho caiu a níveis alarmantes o que gerou um empobrecimento absoluto da classe trabalhadora. Esse rebaixamento do valor da força de trabalho e o empobrecimento “solo puede llevarse a cabo con apoyo de brutales formas de coacción extraeconómica, que el fascismo precisamente se encarga de aplicar” (CUEVA, 2013, p.40). Esse empobrecimento absoluto da população indica que as condições de vida do trabalhador pioraram em suas distintas dimensões. Essa piora é intensificada ainda mais quando é negado ao trabalhador o acesso a determinados serviços.

⁴⁰ Para aprofundamento de tais características ver Cueva (2013).

Uma das estratégias do capital após a crise de final dos anos de 1960 foi justamente o corte dos chamados “gastos sociais”, isso implicou em todo o globo em um processo de desestruturação do Estado Social, inclusive naquilo que havia sido construído no âmbito latino-americano. Cueva (2004) em análise sobre essa desestruturação na América Latina, aponta que acontece na região uma “cancelación del estado ‘benefactor’”. E esse cancelamento por sua vez será “mucho más brutal en las áreas fascistizadas, donde servicios públicos como los de educación, atención a la salud o construcción de vivienda popular han sido reducidos a su mínima expresión” (CUEVA, 2004, p.230).

Uma vez que existe menos investimento nos serviços públicos, a classe trabalhadora se vê diretamente impactada, a degradação ocorre tanto nas condições de trabalho quanto de vida do trabalhador, pois lhe é negado o atendimento de suas necessidades básicas. O que é importante mencionar desse processo global de desestruturação do Estado Social é que os países latino-americanos que viveram sob essa “política económica del fascismo” (Argentina, Chile e Uruguai) eram até então os que viviam as experiências mais avançadas em matéria de proteção social na região. Inclusive na tipologia de Filgueira (1977) eram caracterizados como regimes universais estratificados, que constituíam o mais próximo que se poderia ter do Estado Social europeu. Filgueira (2007) em análise posterior a sua tipologização, aponta que há uma desestruturação da “arquitectura de bienestar” que está associada principalmente ao fato de que esses países (sobretudo Argentina e Uruguai), tendo vivido o mais próximo da situação de pleno emprego foram os que mais sofreram com a precarização, a informalidade e o desemprego.

No caso da Argentina, por exemplo, o que se observou por parte do governo militar (iniciado em 1976 e findado em 1983) foi um expressivo ataque aos salários e aos sindicatos de trabalhadores. No âmbito das políticas sociais, houve uma forte desestruturação das políticas construídas no período peronista. Alguns marcos dessa desestruturação foram: a expansão privada da saúde, a transferência da educação básica da esfera nacional para a provincial a fim de reduzir o financiamento com essa política (LO VUOLO; BARBEITO, 1998) e a eliminação das contribuições patronais para a seguridade social e sua substituição por impostos de caráter regressivo que visavam onerar a classe trabalhadora (GOLBERT; ROCA, 2010).

No Chile as perversidades de Pinochet contra a população chilena ganharam o nome de *Las siete moderizaciones*, pois para implantar os preceitos neoliberais o regime previa mudanças em sete áreas importantes, a saber: “política laboral, la seguridad social, la educación, la salud, la descentralización regional, la agricultura y el aparato judicial”

(FOXLEY, 1982, p.83). A mais importante dessas mudanças se deu na esfera do trabalho, tendo em vista que, sob uma perspectiva neoliberal, a desregulação do trabalho é fundamental para a retomada dos lucros e do crescimento econômico do país. No ano de 1979 o então Ministro do Trabalho José Piñera, irmão do atual presidente chileno Sebastián Piñera, instituiu o *Plan Laboral* fundamentado em duas leis, a n.º 2.756 sobre sindicatos e a n.º 2.758 que versava sobre negociação coletiva.

Esse plano, segundo Narbona (p.17), “definió el marco de acción de las organizaciones sindicales y fue el pivote de la flexibilización laboral del país”. Já no ano de 1987 se instituiu no país um novo *Código de Trabajo* alterando o anterior de 1931. Além do trabalho, os outros direitos sociais da população chilena também foram duramente atacados. Em grande parte, o que se pode observar foi a passagem dos serviços públicos para a esfera privada, demarcando o afastamento do Estado da provisão de serviços públicos essenciais. Ao fazer uma análise enquanto Pinochet ainda comandava o Chile, Arellano (1985, p.47) refletia que “en todas estas areas, educación, salud, vivienda y previsión, se han realizado reformas que apuntan hacia una mayor injerencia del sector privado y del mercado”.

Cueva (2013, p.40/41) ao lembrar a situação dos países do chamado Cone Sul, antes de viverem suas respectivas ditaduras, aponta que:

Países como Uruguay, Chile y Argentina podían ufanarse hasta hace poco de registrar los niveles educativos más elevados de América Latina y poseer un sistema de prestaciones sociales que en muchos aspectos no parecía pedir favor al de los países más avanzados del mundo capitalista. El propio estado aparecía allí como una instancia de dominación atenuada, que de alguna manera había incorporado a su ser la necesidad de legitimarse gestando ciertos niveles de bienestar a través de la ampliación de la educación, la atención a la salud, la construcción de vivienda popular, etc. (...) El fascismo se ha encargado de cancelar totalmente este esquema, levantando sobre sus ruinas la estructura de un estado típicamente gendarme.

Pode-se concluir assim que o que a “política económica del fascismo” fez nos países do Cone Sul em nome de maiores excedentes e da manutenção da acumulação do capital foi aumentar a superexploração da força de trabalho e colocar as conquistas sociais como moeda de troca, como resultados: o empobrecimento da classe trabalhadora e a desestruturação das experiências mais avançadas do Estado Social na região. Galeano (1979) resume os objetivos e as consequências da instituição das ditaduras na América do Sul da seguinte forma:

Nos países do sul da América Latina, os centuriões ocuparam o poder em função de uma necessidade do sistema e o terrorismo de Estado se põe a funcionar quando as classes dominantes já não podem realizar seus negócios por outros meios (...). Em termos difíceis, a democracia transforma-se em crime contra a segurança nacional, ou melhor, contra a segurança dos privilégios internos e os investimentos

estrangeiros (...). A sociedade inteira se militariza, o estado de exceção passa a ser permanente e o aparelho de repressão torna-se hegemônico a partir de um apertar de parafusos lá nos centros do sistema imperialista. Quando a sombra da crise espreita, faz-se necessário o saque aos países pobres para garantir o pleno emprego, as liberdades públicas e as altas taxas de desenvolvimento dos países ricos. *Relações de vítima e carrasco: dialética sinistra: há uma estrutura de humilhações sucessivas que começa nos mercados internacionais e nos centros financeiros e termina na casa de cada cidadão*” (GALEANO, 1979, p. 295, grifo do autor).

O cidadão de que fala Galeano (1979) é justamente a classe trabalhadora dos países periférico-dependentes. São primeiramente eles que, nos momentos de crise têm direitos cortados, são superexplorados e têm as condições de vida degradadas. Quando são necessários ajustes para seguir crescendo e para sair de momentos de crise do capital a primeira esfera de ajustamento é a do chamado gasto social: os direitos sociais e as políticas públicas em sua dimensão social são deixadas em último plano. É justamente por isso que ao analisar a conjuntura latino-americana Sposati (2011) conclui que:

O último quartil do século 20 teve associações perversas para a política social latino-americana, pois combinou dois grandes ingredientes contrários à extensão da agenda dos direitos sociais providos pelo Estado: as ditaduras militares e a subordinação ao neoliberalismo do Consenso de Washington. (SPOSATI, 2011, p.107).

O neoliberalismo adentrou a região latino-americana por meio das ditaduras militares, porém, mesmo na América Latina já democratizada “el único modelo económico que vá quedando de pie es el neoliberalismo”(CUEVA, 2004, p.271). Durante a década de 1990 os países da região aderiram de uma vez por todas ao neoliberalismo como condição imposta pelo FMI em função das exorbitantes dívidas latino-americanas. O neoliberalismo prometia que mesmo com o ajustamento essas economias voltariam a crescer e conseqüentemente as condições de vida da população/da classe trabalhadora iriam melhorar. Na América Latina as questões mais eminentes e emergenciais eram e continuam sendo a pobreza, a desigualdade social e o desemprego.

Após a introdução dos preceitos neoliberais a situação nesses países não apresentou a tão proclamada melhora social e econômica, estes continuavam padecendo das mesmas mazelas, só que agravadas. O neoliberalismo não conseguiu impingir na sociedade nem mesmo a impressão de que as coisas caminhavam bem para esses países. Em função disso é que a América Latina vivenciará na virada para o século XXI o que Castelo (2013) entende como uma crise orgânica do neoliberalismo, a crise orgânica representa uma crise da hegemonia política do bloco histórico vigente. Os anos de neoliberalismo não vinham conseguindo dar respostas aos inúmeros e crescentes problemas sociais, gerando assim uma desconfiança por parte da sociedade.

Nos momentos históricos de crise de hegemonia “os trabalhadores deixam de acreditar na capacidade dirigente dos governantes, que se mostram incapazes de solucionar os aspectos mais deletérios da crise” (CASTELO, 2013a, p.113). Em resposta a essa crise orgânica apareceram no cenário latino-americano quatro projetos políticos que nos termos de Castelo (2013b) passaram a disputar a “direção intelectual-moral das nossas sociedades dependentes e periféricas” (CASTELO, 2013b, p.121). E quais seriam essas quatro projetos: o social-liberalismo, o socialismo do século XXI, a contrarrevolução e o novo-desenvolvimentismo.

Como consequência dessas disputas e das fortes mobilizações sociais, a passagem do século XX para o XXI ficou marcada pela ascensão dos governos progressistas e de seus projetos políticos: Os Kirchner na Argentina (2000-2015), Evo Morales na Bolívia (2006-2018), Lula e Dilma no Brasil (2002-2016), Ricardo Lagos e Michelle Bachelet no Chile (2000-2018), Rafael Correa no Equador (2007-2017), Mauricio Funes e Salvador Sánchez Cerén em El Salvador (2009-2018), Alfonso Antonio Portillo Cabrera na Guatemala (2000-2004), Manuel Zelaya em Honduras (2006-2009), Daniel Ortega na Nicarágua (2006-2018), Fernando Lugo no Paraguai (2008-2012), Tabaré Vázquez e Pepe Mujica no Uruguai (2005-2018) e Hugo Chávez na Venezuela (1999-2013).

Os discursos que levaram os partidos progressistas ao poder na América Latina tinham como ponto comum a objeção às ideologias do neoliberalismo. Na prática, no entanto, poucos se mantiveram nessa linha. Aqueles que minimamente o fizeram passaram a representar uma ameaça ao imperialismo e foram duramente atacados como será mostrado à frente. Com base nas reflexões promovidas, principalmente, pelo alemão Heinz Dietrich, criou-se um novo projeto político que passou a representar uma ameaça às forças imperialistas, o chamado socialismo do século XXI. Esse projeto segundo Castelo (2009, p. 5/6):

busca consolidar o rompimento dos elos de dominação imperialista que ligam a periferia ao centro; busca também combater as relações capitalistas, coloniais e racistas internas a cada um dos países da região andina. Colocando o Estado sob controle parcial das forças populares, as rendas derivadas da nacionalização e estatização de recursos naturais são destinadas a políticas universais de direitos sociais.

Castelo (2009) faz referência à região andina, pois foram basicamente os países dessa região da América Latina que se autoproclamavam promotores do projeto do socialismo do século XXI, a saber: Venezuela, Bolívia, Equador. E outros países não andinos foram Honduras e Paraguai. Esse socialismo do século XXI, historicamente determinado pela primeira década dos anos 2000, era um projeto de construção de um novo socialismo que dizia superar o socialismo do século XX e que tinha como bases de sustentação o anti-

imperialismo e o anti-capitalismo. Esse projeto teve inúmeras contradições, além disso, não se materializou de fato. Ainda que os governos definissem uma agenda socialista, não foi isso que se construiu nesses países, principalmente porque as estruturas da sociedade permaneceram assentadas no capitalismo (suas estruturas e seus valores). Pode-se dizer que o que foi denominado de socialismo do século XXI ficou mais na esfera do imaginário. Para Elaine Santos (2017) “é um conceito um pouco perdido nas brumas”. Ainda que esse socialismo do século XXI não tenha se efetivado, e tenha sido utilizado muito mais como discurso dos governantes, não se pode diminuir o efeito que, minimamente, os projetos políticos materializados nesses países - progressismo, bolivarianismo ou outro – causaram a lógica centro-periferia/imperialismo-dependência.

No início do século XXI a ascensão de governo com projetos políticos assentados em ideais anti-neoliberais e anti-imperialistas, por maiores que tenham sido as desvirtuações, ou até mesmo de governos com um direcionamento mais social fez com que o projeto de contrarrevolução, localizada na extrema direita e defensora ferrenha do imperialismo passasse a atacar tais governos. A contrarrevolução é segundo Castelo (2009, p.2) “operada por meio de golpes militares, midiáticos e candidaturas presidenciais da alta burguesia”. Os golpes, no entanto, não necessariamente são militares, o que a história tem mostrado é que eles podem partir de distintas esferas, a depender, prioritariamente, da dinâmica de cada país e dos objetivos que se quer alcançar.

Na perspectiva de Castelo (2009), o primeiro *round* da contrarrevolução começa com o golpe sofrido pelo governo de Hugo Chávez em 2002. Depois, ocorreram tentativas de golpe na Bolívia (Evo Morales) e no Equador (Rafael Correa). Em 2009 em Honduras o golpe se concretizou contra o então presidente Manuel Zelaya, que “havia começado a implantar uma agenda política reformista de rompimento com as principais oligarquias locais e estrangeiras” (CASTELO, 2009, p.8). Essas oligarquias, por sua vez, “rapidamente se movimentaram para a destituição do governo legalmente constituído, com o apoio velado dos Estados Unidos” (CASTELO, 2009, p.8). Em 2012 o golpe da burguesia latino-americana foi ao presidente do Paraguai Fernando Lugo destituído da presidência por um impeachment. O mesmo se repetiu no Brasil em 2016 com o golpe a presidenta Dilma Rousseff.

O outro projeto político que se apresentou na América Latina e principalmente no Brasil de onde se origina, é o do novo-desenvolvimentismo ou neodesenvolvimentismo. Na verdade podemos considerar que este por sua vez não existiu como uma vertente prática, exceto o que para Katz (2015) se efetivou na forma de um ensaio neodesenvolvimentista em países como Brasil e Argentina. O projeto neodesenvolvimentista propunha um rompimento com os

preceitos do neoliberalismo, entretanto não passava de uma “falsa alternativa” ao neoliberalismo. Apesar de apresentar uma gama diversa de concepções, o neodesenvolvimentismo pode ter seu nascimento precisado, como diz Castelo (2013b), no “ninho dos tucanos”. Para o autor, o primeiro passo para esse nascimento é o artigo publicado por Luiz Carlos Bresser-Pereira em 2004 intitulado *Novo-desenvolvimentismo*, mas é precisamente a partir de 2008 que o projeto do novo-desenvolvimentismo infiltra-se no âmbito estatal, colocando-se como uma saída, uma “falsa alternativa” para as dificuldades que eclodiram com a crise dos *subprimes* estadunidense.

O projeto de novo-desenvolvimentismo parte da ideia de um resgate do desenvolvimentismo vivenciado em décadas anteriores que estava embasado nas chamadas teorias do desenvolvimento. Para os teóricos desse projeto tratava-se de recuperar alguns princípios e formular outros. Katz (2015) nos mostra quais são as principais teses do novo-desenvolvimentismo, são elas: 1) a necessidade de intensificar a intervenção do Estado para por fim ao subdesenvolvimento; 2) a política econômica não deve apenas atuar na conjuntura, mas também como um instrumento central do crescimento 3) a retomada da industrialização para que cresçam os empregos; 4) à redução da brecha tecnológica e 5) procuram imitar o avanço exportador do Sudeste Asiático. Para Castelo (2013b) o novo-desenvolvimentismo é um canto da sereia que tenta trazer à tona a ilusão do desenvolvimentismo, mas que de fato não conseguiu empreender respostas para a crise. A política econômica propalada por essa corrente esteve a serviço, assim como os outros projetos políticos, “da economia política do capital financeiro internacional e nacional em todas as suas frações” (CASTELO, 2013b, p. 134).

O outro projeto que se apresentou na conjuntura latino-americana além do socialismo do século XXI, da contrarrevolução e do neodesenvolvimentismo foi o social-liberalismo. Olhando atualmente para a história da primeira década do século XXI pode-se dizer que a grande maioria dos países latino-americanos se aproximaram e materializaram esse projeto. O discurso como os outros também era de anti-neoliberalismo, mas o que se observou na prática foi a continuidade do ideário neoliberal. É em função disso que, o social-liberalismo deve ser entendido como uma vertente do neoliberalismo. O foco desse projeto era recuperar a hegemonia da burguesia e dar respostas às demandas sociais, ele nasceu “nos centros imperialistas em resposta à crise conjuntural vivenciada pelo capitalismo em meados dos anos 1990” (CASTELO, 2013b, p.121), e tinha por intuito incrementar o neoliberalismo com uma perspectiva social.

Essa perspectiva social enfatiza a necessária presença do Estado nas situações sociais mais agudas como, por exemplo, a pobreza nos países dependentes. O social-liberalismo mantém o núcleo duro das proposições neoliberais e ainda vê o mercado como instância reguladora da sociedade, o que ele faz de diferente é tentar buscar saídas para as fortes e crescentes demandas sociais. Para Castelo (2013a) o neoliberalismo passa da fase do “receituário-ideal” para a do “social-liberalismo” e isso se deu porque “a politização da “questão social” forçou as classes dominantes a se articularem em torno de uma nova tática de sua estratégia de supremacia para garantir o consenso e a legitimidade do neoliberalismo” (CASTELO, 2013a, p. 277).

Esse incremento de uma perspectiva social ao neoliberalismo vai se desdobrar na região latino-americana em torno do discurso de alívio da pobreza promovido pelos organismos internacionais e praticado pelos governos locais. Por meio desse discurso buscava-se não o enfrentamento das questões estruturais que culminam no empobrecimento populacional, e sim o fornecimento de paliativos que atuassem de forma emergencial, superficial e focalizada. O carro-chefe do alívio da pobreza na região latino-americana foram os Programas de Transferência Condicionada de Renda – PTCR. Esses programas estão em vigor atualmente na maioria dos países da região e fundamentam-se basicamente na concessão de um benefício monetário para as famílias em situação de pobreza. Esse benefício, no entanto, exige contrapartidas dos beneficiários geralmente nas áreas de educação e saúde.

Além de aliviar a pobreza através de programas de transferência condicionada de renda, despontaram no cenário latino-americano, os programas de ativação para o trabalho. O Banco Mundial configurou-se como um dos principais interlocutores do alívio da pobreza via ativação. Em um de seus informes sobre o desenvolvimento mundial, publicado ainda no início da década de 1990, “alertava para a necessidade de promover o uso produtivo do recurso mais abundante dos pobres: o trabalho” (EVANGELISTA; SHIROMA; 2004, p.5). A ativação passou, assim, a ser implementada na região. Em muitos casos ela se liga aos PTCR. A contrapartida relacionada à educação, como exposto anteriormente, é um modo de ativar para o trabalho, ainda que no longo prazo. Atualmente figuram no cenário latino-americano uma série de estratégias ativadoras que se desdobram em políticas e programas sociais. Todavia, essas estratégias não ganharam tanta atenção dos estudiosos. Ainda que tenham um alto poder ideológico, funcional ao capital, essas estratégias têm passado despercebidas.

Sempre que as demandas sociais ameaçam a continuidade da dependência, como aconteceu na década de 1990, colocando em risco a continuidade do modo de produção capitalista, o capital se vê forçado a agir. O social-liberalismo nasce justamente nesse

momento e traz consigo as políticas de ativação para o trabalho. Para os neoliberais o trabalho é a via de excelência da inserção social, não importa qual seja o trabalho, quais as condições, o que importa para o capital é que um maior número de pessoas tenha sua própria renda, por menor que seja, para que a dependência do Estado seja mínima. O papel que caberá ao Estado é o de dar suporte: incentivos, capacitações e intermediando a busca por trabalho. O esforço e o fracasso da não inserção deve pesar apenas sobre os sujeitos, pois, a responsabilidade agora é deles.

O social-liberalismo levado a cabo pelos governos progressistas na América Latina se manteve com esforço na maioria dos países da região até o início da segunda década do século XXI e contaram com um momento econômico muito significativo que foi o chamado *boom das commodities*. A balança de pagamentos latino-americana foi sustentada na primeira década do século XXI pelas exportações das *commodities* em direção à China. O crescimento e foco no desenvolvimento por meio da industrialização fez com que a China passasse a demandar matérias-primas que foram fornecidas pela América Latina. Para Martins (2016, p.315) “o período que se abre em 2003 restabelece o crescimento econômico para a região em equivalência à economia mundial, estancando o movimento de periferização”. Esse crescimento experimentado pela América Latina entre 2003 e 2008/2010 gerou certo “alívio” nos problemas sociais da região, uma vez que houve investimento em políticas e programas sociais, que ainda que tenham se estruturado sob a dinâmica da focalização e da responsabilização dos sujeitos puderam minorar as precárias condições de vida da população latino-americana.

Após esse período de crescimento, a América Latina entrou em uma fase de crise econômica e também política. Ao longo da segunda década do século XXI outro projeto político entrou em disputa e marcou a derrocada dos governos progressistas e seu neoliberalismo de cariz social (social-liberalismo). Segundo Gudynas (2017):

El progresismo sigue por ahora en el poder en Bolivia, Ecuador y Uruguay, con cierta estabilidad. Pero está agotado en el sentido que ya no genera novedades políticas, se ha alejado de las ideas iniciales de izquierda al volverse cada vez más obsesionado con el desarrollismo basado en extractivismos y en mantenerse en el palacio de Gobierno a toda costa.

O esgotamento do progressismo fez com que os governos de direita ultra-conservadora ganhassem espaço na região. Esses governos colocam cada vez mais os direitos sociais de lado, mantêm os preceitos econômicos do neoliberalismo e resgatam valores conservadores. É justamente nesse cenário que emerge na contemporaneidade da região latino-americana que

se busca pensar as tendências da política de ativação. Se nos anos finais de 1990 e na primeira década do século XXI a direção política das sociedades se deu sob as mãos dos partidos progressistas, agora, caminhando para o final da segunda década do século XXI, a direção política está nas mãos dos partidos de direita ultra-conservadores, que vêm impondo novas contrarreformas aos países latino-americanos, principalmente na dimensão do trabalho, trazendo como consequência um crescimento das estratégias ativadoras e a exacerbação da ideia de que os sujeitos são os únicos responsáveis por seu “bem-estar”.

CAPÍTULO 3 – A POLÍTICA SOCIAL CONTEMPORÂNEA E A UTOPIA CAPITALISTA DA INCLUSÃO SOCIAL PELA VIA DO TRABALHO

“I believe the best social program is a job”.

“Eu acredito que o melhor programa social é um emprego”.

Frase atribuída a Ronald Reagan.

“É grande nas economias ricas da América do Norte, da Europa e do Japão a quantidade de pessoas que querem trabalho, mas não o encontram” (SENNET, 2006, p.81).

Será normal, então, ou mesmo lógico, impor justamente aquilo que está faltando? Será que é legal exigir o que não existe como condição necessária de sobrevivência?

(FORRESTER, 1997, p.13).

3.1. Novas configurações da política social: a política de ativação para o trabalho como uma das prioridades do Estado neoliberal e neoconservador

Quando a crise estrutural de final dos anos de 1968 e início dos anos de 1970 foi sentida nos países centrais do globo, a principal e talvez a mais alarmante de suas expressões tenha sido o aumento do desemprego estrutural nas mais distintas formações sociais. Como já foi mencionado, o capital no seu processo de acumulação, tendo em vista o avanço tecnológico, pode através de ganhos de produtividade reduzir a quantidade de trabalho vivo necessário em determinado processo produtivo. A introdução de uma máquina, por exemplo, pode fazer com que apenas um trabalhador exerça a função que, anteriormente, cinco trabalhadores exerciam. Isso faz com que os gastos do capitalista em termos de capital variável sejam menores. Ao mesmo tempo isso permite que esse capitalista extraia mais-valia em sua forma relativa em função da produtividade aumentada daquele único trabalhador, que passa a produzir o mesmo tanto ou até mais do que quando eram seis trabalhadores em um mesmo processo.

Nesse movimento de avanço tecnológico crescente, que é consequência do processo de expansão e desenvolvimento do capitalismo, o que se observa é que, cada vez mais, uma grande massa de trabalhadores se torna supérflua ao processo produtivo. Esse avanço tecnológico crescente nasce, sobretudo, da necessidade do capital de criar mecanismos que reduzam seus custos e ampliem seus lucros. O que ocorre é que, contraditoriamente, esse avanço permite que se expresse uma das tendências do capital que é a da redução do trabalho vivo. A redução do trabalho vivo no processo produtivo implica em uma massa sempre crescente de população supérflua ao capital, mas que é também, extremamente necessária e funcional ao capital na pressão que exerce sobre aqueles que estão inseridos no mercado de trabalho formal.

A partir dessa crise estrutural, o que se observa é uma dinâmica de destruição da esfera do trabalho que vem da necessidade do capital de recuperar a sua valorização. O desemprego que daí deriva é justamente o estrutural, em que a população possui quase ou nenhuma chance de retornar ao mercado de trabalho tendo em vista que a sua exclusão é em parte profundamente benéfica para os objetivos do capital. Segundo Alves (2007, p.104), “devido as mutações estruturais do capitalismo global decorrentes da crise estrutural do capital (...) altera-se a morfologia social da superpopulação relativa”. Essa alteração coloca a superpopulação relativa ou em outros termos a população supérflua sob a condição de excluída. Aquele contingente que outrora Marx (1996, Livro II) denominou de flutuante que

ora era repellido ora atraído pelo mercado, agora “encontra-se no limiar da *estagnação* ou mesmo da *exclusão social*, submersos no precário mundo do trabalho, incapazes de serem explorados pelo capital e de pertencerem à ordem do “mundo produtivo” de valor” (ALVES, 2007, p.104, grifos do autor).

Esses imensos contingentes populacionais que se tornam supérfluos ao capital criam dentro das estruturas do sistema capitalista o que Mészáros (2011) chama de “dinamite social”, que se traduz com maior nitidez nas pressões e reivindicações das massas populacionais. Para o autor “o desemprego sempre crescente mina a estabilidade social” (MÈSZÀROS, 2011, p. 342). No caso dos países centrais que haviam experimentado significativas taxas de crescimento econômico nos “anos dourados”, esse desemprego apareceu em um primeiro momento como uma grande ameaça à continuidade do sistema capitalista. A realidade que figurou durante algumas décadas como um problema distante e próprio do chamado “Terceiro Mundo” impõe-se dramaticamente aos países centrais. Segundo Mészáros (2011, p.341) “quando a mesma devastação começa a ser a regra também nas partes idealmente “avançadas” do universo social, ninguém mais pode fingir que tudo está bem neste melhor de todos os mundos possíveis”.

Assim, o desemprego estrutural passou a ser uma ameaça ao sistema capitalista impondo a necessidade de ser minimamente enfrentado. Se por muitos anos o capital pode negá-lo em seu caráter destrutivo, já não podia fazê-lo. A crise estrutural do capital deixou exposta uma das faces mais perversas do modo de produção capitalista e de sua lei geral de acumulação, qual seja: uma massa sempre crescente de população trabalhadora supérflua que se vê excluída do processo produtivo, e de maneira mais aguda excluída socialmente (em termos de acesso a bens e serviços) em função das precárias condições em que é condenada a viver quando não possui acesso a principal fonte de renda do modo de produção capitalista, que é o trabalho. A grande questão quanto ao problema do desemprego, bem como de outros tantos problemas sociais que se agudizaram com a crise estrutural, residia no fato de que, era necessário, para a continuidade do sistema, “descobrir estratégias que nem resgatassem proteções sociais públicas, já execradas, e nem deixassem grandes contingentes populacionais fora do controle institucional e das regras do mercado” (PEREIRA-PEREIRA, 2015, p.466).

A saída, no entanto, não vinha de algo novo, residia no reavivamento, agora sob os moldes neoliberais das primeiras políticas de ativação experienciadas no contexto nórdico Europeu. Optou-se assim por “requestrar uma providência adotada no passado e adaptá-la aos desafios sociais contemporâneos de raízes estruturais e, portanto, seculares” (PEREIRA-PEREIRA, 2015, p.466). Essas políticas se apresentaram pela primeira vez na Suécia, nos

anos de 1950. Sob a alcunha de políticas ativas do mercado de trabalho, tais políticas voltavam-se para à criação de postos de trabalho, e, segundo Eransus (2005), fundamentavam-se em três características principais: eram políticas de índole macroeconômica, implicavam em uma responsabilidade da sociedade com seus cidadãos e voltavam-se a toda população e não apenas aos mais desfavorecidos.

Quando tais políticas são resgatadas e conclamadas pelo capital, e por seu Estado neoliberal e neoconservador, como estratégia de resposta às consequências da crise estrutural, principalmente ao desemprego, estas passam a assumir uma perspectiva que se afasta da perspectiva das políticas originárias. Os principais responsáveis pela adoção e reconfiguração das políticas ativas para o contexto da crise foram os organismos internacionais, principalmente a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE que, sobre forte influência neoliberal, passou a fragmentar as políticas de trabalho com base nas terminologias: passiva e ativa. Essas terminologias já vinham sendo utilizadas pela OCDE desde a década de 1960, porém é só por meio da ideologia neoliberal que elas ganham força e se consolidam.

As políticas que passam a ser nomeadas de passivas representam as políticas sociais refletidas principalmente no pagamento de prestações como o seguro-desemprego, estas pressupõem uma passividade do sujeito beneficiário da política. Já as políticas ativas são aquelas onde se estimula o retorno dos contingentes de desempregados ao mercado de trabalho. O trabalhador tem acesso à estratégias que visam melhorar sua formação para conseguir um emprego melhor. Tais políticas partem do pressuposto de que os sujeitos são responsáveis por sua inserção ou melhora de posição no mercado de trabalho. Com base nessa nova divisão, a OCDE passou a propagar a passagem das políticas passivas para as políticas ativas, visando à substituição do apoio representado pelas prestações pagas aos desempregados, por uma forte estratégia responsabilizadora, que é própria do neoliberalismo, que impõe aos trabalhadores que com o mínimo de empenho pessoal estes poderão se inserir no mercado de trabalho, quando na realidade o modo de produção capitalista é incapaz de incluir todos.

A substituição das políticas passivas pelas ativas proposta pela OCDE, começou a ser delineada a partir da publicação de dois de seus principais periódicos, o “Employment Outlook de 1993”⁴¹ e “Job Study de 1994”⁴². Foi sob a forte influência das proposições da

⁴¹OECD. Employment Outlook, 1993. Disponível em: <http://www.oecd.org/els/employmentoutlook-previouseditions.htm>.

⁴² OECD. Job Study, 1994. Disponível em: <https://www.oecd.org/els/emp/1941679.pdf>.

OCDE que a Europa (principalmente a partir da década de 1990) começou a colocar em prática mudanças em suas políticas sociais que envolveram, principalmente, a intensa vinculação dessas com o mercado de trabalho. O pontapé inicial se dá em 1993 com a publicação do Livro Verde sobre a Política Social Europeia, que passa a promover a ativação das políticas sociais, seguido, posteriormente, pelo Livro Branco sobre crescimento, competitividade e emprego que situa a questão do emprego como a prioridade da União Europeia para os anos seguintes.

Já em 1997, com a realização do chamado processo de Luxemburgo, nasceu a Estratégia Europeia de Emprego – EEE, que colocou como prioridade para os estados-membros, a efetivação de estratégias comuns visando o combate ao desemprego. Essas estratégias giravam em torno de cinco pilares: empregabilidade, espírito empresarial, adaptabilidade e igualdade de oportunidades. Posteriormente na primeira década dos anos 2000, dois processos se fizeram importantes no contexto europeu, os Tratados de Nice - 2003 e Lisboa - 2009, que passaram a promover a interdependência entre as políticas de emprego e as políticas sociais em prol da coesão social e do projeto europeu de se tornar a economia mais competitiva e dinâmica do mundo.

A iniciativa mais recente se deu a partir de 2010. É a chamada Estratégia Europa 2020 que propõe a execução, por parte dos Estados-membros, de cinco objetivos até 2020. Dois desses objetivos abarcam políticas de ativação para o mercado de trabalho, quais sejam: a agenda de novas qualificações e empregos e a plataforma europeia contra a pobreza. Em Relatório Semestral publicado pela Comissão Europeia no ano de 2016 registrou-se que as políticas ativas do mercado de trabalho estavam obtendo avanços em reintegrar os desempregados ao mercado de trabalho, principalmente, a população jovem. Entretanto, a Comissão Europeia alertou para o fato de que “aunque se han registrado progresos en la reintegración de los desempleados en el mercado laboral, es preciso profundizar en la reforma de las políticas activas del mercado de trabajo” (CE, 2016, p.13).

Ao falar em reforma o que a Comissão Europeia propõe é a constante busca por aperfeiçoamento dessas políticas, indicando que, as políticas ativas são uma das principais estratégias de resposta da Europa às vicissitudes do capitalismo contemporâneo. No ano de 2016 a Comissão Europeia publicou a chamada *Nueva Agenda de Capacidades para a Europa*, que aponta dez medidas⁴³ a serem colocadas em prática pelos países europeus em

⁴³ As dez medidas podem ser consultadas em: http://europa.eu/rapid/press-release_IP-16-2039_es.htm.

prol do melhoramento das competências dos indivíduos. O “slogan” dessa *Nueva Agenda* é “Trabajar juntos para reforzar el capital humano, la empleabilidad y la competitividad”.

Já em 2017 os países europeus participaram da *Cumbre Social de Gotemburgo* (na Suécia) com o objetivo de discutir medidas de emprego justo e crescimento para reforçar a dimensão social da região europeia. A partir desse encontro se instituiu o *Pilar europeu de derechos sociales*, onde se definiram um pacote de 20 medidas a serem colocadas em prática pelos países nos próximos anos. As 20 medidas se dividem em torno de três grandes categorias: 1) igualdade de oportunidades e de acesso ao mercado de trabalho; 2) condições justas de trabalho e 3) proteção e inclusão social. O *Pilar europeu tem como objetivo* “servir de guía para alcanzar resultados sociales y de empleo eficientes para responder a los desafíos actuales y futuros con el fin de satisfacer las necesidades esenciales de la población, así como para garantizar una mejor regulación y aplicación de los derechos sociales” (CE et al, 2017, p.8). Além disso, “expresa los principios y derechos esenciales para el buen y justo funcionamiento de los mercados laborales y de los sistemas de bienestar de la Europa del siglo XXI” (CE et al, 2017, p.8).

O ponto central do *Pilar Europeu* é a forte associação entre o bem estar da população e o acesso ao mercado de trabalho. A preocupação da Europa com o amplo desemprego estrutural decorrente da crise de 1970 e, posteriormente, da crise dos *subprimes* em 2008 continua existindo para os próximos anos, tendo em vista que, questões como o envelhecimento populacional e os avanços tecnológicos modificam a dinâmica do mercado de trabalho e tencionam os países a darem novas respostas. O foco atual da União Europeia é agir para que mais pessoas tenham emprego e, conseqüentemente, dependam menos de políticas sociais de longa duração e de caráter compensatório. As políticas sociais de uma forma geral passam pelo menos em algumas de suas ações a promoverem a ativação para o trabalho dos usuários da política. É o caso das medidas de número 13 (sobre as prestações por desemprego) e 14 (sobre renda mínima) do *Pilar Europeu* que instituem que:

13. Los desempleados tienen derecho a **ayudas adecuadas a la activación por parte de los servicios públicos de empleo para (re) integrarse en el mercado laboral y a prestaciones de desempleo adecuadas de duración razonable**, en consonancia con sus propias contribuciones y los criterios de concesión nacionales. **Estas prestaciones no deberán desincentivar un retorno rápido al trabajo;**

14. Toda persona que carezca de recursos suficientes tiene derecho a unas prestaciones de renta mínima adecuadas que garanticen una vida digna a lo largo de todas las etapas de la vida, así como el acceso a bienes y servicios de capacitación. **Para las personas que pueden trabajar, las prestaciones de renta mínima deben combinarse con incentivos a la (re)integración en el mercado laboral.** (p. 19/20, grifo nosso). (CE et al, 2017, p.19/20, grifos nosso).

Por sua vez, a medida de número quatro do *Pilar Europeu* define os direitos e o papel dos Estados no “*Apoyo activo para el empleo*”:

- a. Toda persona tiene derecho a recibir asistencia personalizada y oportuna a fin de mejorar sus perspectivas de empleo o de trabajar por cuenta propia. Esto incluye el derecho a recibir ayuda para la búsqueda de empleo, la formación y el reciclaje. Toda persona tiene derecho a la transferencia de la protección social y el derecho a la formación durante las transiciones profesionales.
- b. Los jóvenes tienen derecho a educación continua, una formación como aprendices, un período de prácticas o una oferta de empleo de buena calidad en los cuatro meses siguientes a quedar desempleados o finalizar los estudios.
- c. Las personas desempleadas tienen derecho a recibir una ayuda personalizada, continuada y adecuada. Los desempleados de larga duración tienen derecho a una evaluación individual detallada a más tardar a los dieciocho meses de desempleo. (CE et al, 2017, p.12).

O grande ponto do *Pilar Europeu* como mencionado é a centralidade que ele confere à dimensão do trabalho para resolver os problemas sociais da Europa (sobretudo desemprego, pobreza e desigualdade social). Estar empregado ou trabalhar por conta própria parece ser a resposta que a Europa dá para esses problemas. O que ela esquece é que a dinâmica do modo de produção capitalista cria uma massa sempre crescente de população supérflua que exige soluções mais profundas e que dependem da articulação de interesses políticos e econômicos cada vez mais difíceis de driblar.

O *Pilar Europeu* reflete bem a amplitude assumida pelas políticas ativas no cenário global. Quando as políticas ativas começaram a ser resgatada como estratégias de resposta a crise estrutural do capital o foco inicial era, basicamente, a redução do desemprego. Porém, como ressalta a Organização Internacional do Trabalho – OIT em estudo publicado em 2016, intitulado: *Soluciones eficaces: Políticas activas del mercado de trabajo en América Latina y el Caribe*, ao longo dos anos, sobretudo no século XXI, essas políticas ativas passaram a ampliar o seu leque de objetivos. A OIT (2016) define que a adoção das políticas ativas em distintas regiões do globo passaram a ter como objetivos: aumentar o emprego, reduzir a desigualdade, melhorar a qualidade e a mobilidade do emprego e reduzir a pobreza. Essa ampliação de objetivos das políticas ativas é que conferem sua importância no âmbito das políticas sociais dos mais variados países. As políticas ativas passam, assim, a ser demandadas como uma das principais estratégias dos Estados neoliberais e neoconservadores no atendimento as demandas sociais e na promoção do bem-estar social na atual fase do capitalismo.

Os países que compõem a União Europeia⁴⁴ são os países em que as nomenclaturas ativa e passiva se estabeleceram e ganharam fama. Em outros países essa nomeação aparece de outras formas. Apesar de distintas nomenclaturas essa íntima relação entre política social e o mercado de trabalho sempre existiu, a exemplo dos sistemas de proteção social bismarckiano e beveridgiano. O que acontece é que agora ela se expressa de forma cada vez mais nítida e sistemática em função das necessidades do capital que atualmente além de atenuar os conflitos gerados pela exploração do trabalho tem de atuar naqueles conflitos pertinentes a força de trabalho que nem se quer está sendo explorada, uma vez que não está incluída no mercado de trabalho.

Eransus (2005) mostra que assim como as políticas ativas do mercado de trabalho da OCDE, inspiradas nas políticas de ativação suecas, duas outras iniciativas de mesma inspiração vão surgir no cenário global de resposta ao desemprego: o *workfare* norte-americano e a *insertion sociale* francesa. O *workfare* norte-americano designa “las políticas orientadas a acabar con la dependencia de la asistencia social a través de favorecer el acceso al empleo de los preceptores de la asistencia social” (ERANSUS, 2005, p. 120). A iniciativa do *workfare* norte-americano colocou em marcha políticas de caráter altamente punitivo com relação às populações pobres. Já no caso da *insertion sociale* francesa, segundo a autora, podem ser observadas pelo menos três dimensões dentro dessa estratégia. A primeira delas “designa una práctica profesional (de trabajadores sociales y educadores)” (ERANSUS, 2005, p. 121) que tinha como intuito preparar profissionalmente os jovens que haviam deixado os estudos, e também, estavam desempregados.

Atualmente os jovens que não estudam e nem trabalham são um alvo forte de várias iniciativas ativadoras. Eles compõem o grupo do que no Brasil vem sendo chamado de jovens nem-nem (jovens que nem estudam e nem trabalham)⁴⁵. A segunda dimensão da *insertion sociale* francesa diz respeito aos “programas financiados y organizados desde diferentes niveles del ámbito público (municipal, departamental y nacional) como resposta al fenómeno

⁴⁴ Atualmente são 28 países a compor a União Europeia que, passarão a ser 27 quando o processo que vem sendo denominado de *Brexit* for concluído, consolidando a saída do Reino Unido. Assim comporão a União Europeia: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos (Holanda), Polônia, Portugal, República Tcheca, Romênia e Suécia.

⁴⁵ Em espanhol usa-se a nomenclatura *ninis* (ni estudian y ni trabajan) ou *triple ni* (no estudian, no trabajan y no procuran empleo). Os termos em espanhol e português derivam da sigla em inglês NEETS (not in employment, education or training) que surgiu no Reino Unido para designar o imenso contingente de jovens considerados socialmente inativos que passavam a demandar atenção especial dos organismos internacionais como a OCDE e a OIT, bem como dos governos de cada país. Atualmente, os jovens que não exercem nenhum tipo de atividade - seja no âmbito da educação ou do mercado de trabalho - constituem o desafio social mais urgente das distintas regiões do globo. E é justamente em função disso que muitas políticas de ativação para o trabalho têm estes jovens como grupo-alvo.

de la exclusión” (ERANSUS, 2005, p. 121), o foco dessa estratégia estava nas populações de baixa renda e visava a inserção dessas no mercado. Por fim a terceira estratégia “hace referencia a los procesos individuales seguidos por personas en situación de exclusión que incrementan su participación en la sociedad” (ERANSUS, 2005, p. 121). Essas ações seriam as de formação e capacitação.

Dada às distintas realidades que os termos *workfare*, *insertion sociale* e políticas ativas para o mercado de trabalho caracterizam, Eransus fundamentada em Barbier (2005) reconhece a necessidade de utilização de um termo genérico que permita analisar os distintos contextos de uma “única tendência” que vem ocupando o cenário global após a crise, que é a crescente relação entre as políticas sociais e as políticas de trabalho e emprego. Assim, a autora passa utilizar o termo ativação, escolhido como referência nessa dissertação, para representar a “vinculación explícita (a menudo regulamentaria) entre la protección social y las políticas de empleo y del mercado de trabajo” (BARBIER *apud* ERANSUS, 2005, p.122). A ativação nos termos expostos acima vem se tornando uma importante estratégia capitalista de resposta à crise estrutural e, conseqüentemente, as demandas da classe trabalhadora, que impõem até mesmo na periferia do capital sua lógica de funcionamento que, de um lado, diminui o papel do Estado da sua função de promotor do bem-estar social, e do outro, responsabiliza os indivíduos por sua inserção/inclusão social. A ativação tornou-se uma das principais estratégias do Estado neoliberal e neoconservador, justamente, em função do seu papel ideológico-político. A ativação, em função de suas bases conceituais e de seu propósito, é extremamente funcional aos anseios do capital. Ela incentiva, ou obriga como é o caso das experiências estadunidenses e inglesa, uma massa de trabalhadores a aceitarem formas de trabalhos precárias, ao mesmo tempo em que permite que se criem consensos em matéria de proteção social, dando a ideia de que o Estado faz sua parte, e se não está dando certo, é porque o indivíduo não se esforçou ao máximo.

E quais seriam as bases conceituais que orientam a ativação das políticas sociais que permite que ela seja tão funcional aos objetivos do capital e do Estado neoliberal-neoconservador? A estratégia de ativação das políticas sociais funda-se em uma miríade de conceitos, ideologias e teorias. Muitos desses conceitos, ideologias e teorias são emprestados do universo empresarial e adquiriram no cenário global uma imagem positiva. Além de serem vistas de modo positivo, acabaram sendo naturalizadas e absorvidos nos discursos cotidianos dos sujeitos. Antes de aprofundar nesses conceitos e ideias é preciso retornar ao fato de que a crise estrutural levou o capital a buscar “saídas” para voltar a crescer e também para recuperar sua hegemonia. A escolha para lograr tais resultados foi pela adoção do neoliberalismo, que

passou a ditar o funcionamento do capitalismo em sua nova fase, o “novo” imperialismo. Segundo Alves (2007, p.250):

As políticas neoliberais e o complexo midiático-cultural que sustenta a hegemonia neoliberal instituíram um poderoso mecanismo de produção da consciência e de construção de um novo consentimento social às necessidades da produção orgânica do capital centradas no toyotismo, que atinge e seduz ganhadores e perdedores, incluídos e excluídos. As novas habilidades cognitivas e comportamentais possuem significação contraditória. Por um lado, expressam a exigência orgânica da produção de mercadorias, com suas novas qualificações adequadas à lógica do toyotismo, com suas novas exigências de subsunção real do trabalho ao capital. Por outro lado, expressam habilidades humanas exigidas pela nova base técnica de produção do sistema orgânico do capital, buscando ser compatíveis com um novo sistema de máquinas complexas, produto do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social.

Na medida em que, nessa nova fase do capitalismo se efetuou uma reestruturação da esfera produtiva que se funda agora no toyotismo e não mais no fordismo/taylorismo, as exigências para o trabalhador são ressignificadas. O neoliberalismo é quem aciona um aparato de ideias, conceitos e ideologias para fazer com que, o trabalhador e toda a população, sejam moldados às novas requisições produtivas. Esse aparato conceitual é construído baseado, principalmente, na teoria do capital humano, na ideologia da empregabilidade, do empreendedorismo, nos conceitos de flexibilidade, adaptabilidade, protagonismo, motivação, capacitação, inovação, participação, competência, não acomodação, multifuncionalidade e polivalência. E vai ser justamente esse mesmo aparato que fundamentará o Estado neoliberal-neoconservador na ativação da política social.

O primeiro e mais relevante componente desse aparato conceitual que leva a compreensão da ativação é a **teoria do capital humano**. O conceito de capital humano ganhou espaço a partir da crise estrutural de 1970, quem melhor o desenvolveu foi o economista estadunidense Theodore Schultz na década de 1960. Schultz (1973) se propôs em seus estudos a “tratar a educação como um investimento e tratar suas conseqüências como uma forma de capital” (SCHULTZ, 1973, p. 79). Para ele “a principal hipótese que está subjacente a este tratamento da educação é a de que alguns aumentos importantes na renda nacional são uma conseqüência de adições a esta forma de capital” (SCHULTZ, 1973, p.79). Na perspectiva de Schultz (1973), os amplos ganhos de produtividade no trabalho e o conseqüente aumento da renda, estavam ligados ao investimento nos sujeitos, ou seja, ao incremento do capital humano. Para ele esse investimento deveria se efetivar prioritariamente em matéria de educação (sobretudo a primária) e, também, no incentivo à pesquisa.

Desde finais da década de 1970, os organismos internacionais se tornaram os principais promotores da teoria do capital humano. Para esses organismos problemas como desigualdade social, pobreza e desemprego de longa duração seriam dirimidos com o incremento da educação dos sujeitos. Fomentou-se, a partir daí, que a educação deveria concentrar-se na aquisição de novas capacidades para o mercado de trabalho, acreditando que à medida que os sujeitos alcançassem um determinado patamar de qualificação, se tornariam **empregáveis**, ou seja, garantiriam sua inserção laboral e, conseqüentemente, uma inversão na sua renda. Em consonância com a defesa dessas ideias é que a OIT, firmou em 1977, o Convênio 142 (Sobre orientação e formação profissional para o desenvolvimento dos recursos humanos), que definiu que:

Art 1º Todo Miembro deberá adoptar y llevar a la práctica políticas y programas completos y coordinados en el campo de la orientación y formación profesionales, estableciendo una estrecha relación entre este campo y el empleo, en particular mediante los servicios públicos del empleo. (OIT, 1977, Convenio 142).

O investimento em políticas e programas como esses já era uma realidade para os países do centro, por isso, na perspectiva de Schultz (1973), os países ricos são economicamente desenvolvidos em função da quantidade de capital humano. Em contrapartida, as regiões pobres por apresentarem uma lacuna na educação, possuem sérias travas ao desenvolvimento econômico e social, aumentando problemas como a desigualdade e o desemprego. Para tanto, tal região deveria ter como uma de suas metas, permitir o acesso de todos a um sistema educacional capaz de preparar para o mundo do trabalho, não por menos, uma das condicionalidades dos programas de transferência condicionada de renda - comuns à região - é a manutenção das crianças na escola. A crença é de que tendo acesso à educação essas crianças podem alcançar futuramente a inserção laboral e a inversão de renda que seus pais não lograram. A teoria do capital humano vem adquirindo assim importância central nas políticas e programas sociais tanto do centro quanto da periferia. Nesta, as políticas vão ganhando forma lentamente, e no centro onde já eram motivo de investimento são ainda mais reforçadas.

Em estreita relação com a teoria do capital humano está a ideologia da empregabilidade. A empregabilidade parte do entendimento de que a não inserção dos sujeitos no mercado de trabalho advém prioritariamente de uma falta de **capacitação** e qualificação (desses sujeitos), que pode ser resolvida com cursos, orientações laborais, readequação de funções, dentre outras práticas. E mais do que isso, a empregabilidade na fase da produção

flexível exige que um rol de outras características ligadas à subjetividade dos sujeitos sejam desenvolvidas para que estes possam lograr um posto no mercado de trabalho. Essas novas características comporiam a chamada **competência**. Hirata (1997), ao falar da utilização do conceito de empregabilidade no cenário francês, berço dos estudos sobre trabalho, aponta que:

(...) a noção de empregabilidade está associada a uma política de seleção de empresa e implica em transferir a responsabilidade de não-contratação (ou da demissão, no caso dos *plans sociaux*) ao trabalhador. Um trabalhador “não-empregável” é um trabalhador não formado para o emprego, não competente, etc. O acesso ou não ao emprego aparece como dependendo da estrita vontade individual de formação, quando se sabe que fatores de ordem macro e mesmo econômicas contribuem decisivamente para essa situação individual. (HIRATA, 1997, p.33).

O trabalhador, portanto, só pode ter um emprego se ele tiver uma qualificação e se ele for competente. Para Bergamini (2012) a competência deve ser entendida como a chave do desempenho no universo do trabalho, para a autora, trata-se de “uma qualidade que faz com que cada pessoa esteja disposta a ir cada vez mais longe. (...) a competência exige **predisposição interior, bem como motivação consciente**” (BERGAMINI, 2012, p. 17, grifo nosso). Já para Zarifian (2008) a definição de competência se dá em três níveis: no primeiro trata-se de pensar que a competência é “tomar a iniciativa e assumir a responsabilidade diante das situações profissionais com as quais se depara” (ZARIFIAN, 2008, p.68). Em um segundo nível ela é “um entendimento prático de situações que se apóia em conhecimentos adquiridos e os transforma na medida em que aumenta a diversidade das situações” (ZARIFIAN, 2008, p.72). E por último a competência “é a faculdade de mobilizar redes de atores em torno das mesmas situações, é a faculdade de fazer com que os atores compartilhem as implicações de suas ações, é fazê-los assumir áreas de co-responsabilidade” (ZARIFIAN, 2008, p.74).

Dentro do universo empresarial e da esfera da organização produtiva fala-se muito sobre a substituição do modelo de qualificação para o modelo de competências. Zarifian (2003) aponta que de fato vive-se na esfera produtiva sob a gerência do modelo de competência, isso, no entanto, não pressupõe uma oposição entre a qualificação e a competência. Para o autor “a competência é uma nova forma de qualificação, ainda emergente. É uma maneira de qualificar” (ZARIFIAN, 2003, p.37). E essa maneira de qualificar traz um rol de características que passam a ser demandadas ao trabalhador. E daí a importância da definição de competência em três níveis feitas por Zarifian (2008) para identificar que características são essas. No primeiro nível a exigência de um trabalhador competente implica em pensar em um trabalhador que tome a iniciativa e assuma responsabilidades. Tomar a iniciativa no sentido de iniciar algo, de modificar ou criar. E nesse

processo em que o trabalhador é o criador ele é na mesma medida o responsável direto por sua iniciativa e as consequências que dela resultam.

Já no segundo nível da definição de Zarifian (2008) a competência visa o entendimento prático com base nos conhecimentos adquiridos pelos indivíduos. Na visão do autor só pode existir competência se existe uma ampla gama de conhecimentos que podem ser acionados quando o trabalhador se defronta com distintas situações em seu universo de trabalho. Esses conhecimentos por sua vez devem ser sempre incrementados ou modificados de acordo com as situações. No terceiro nível, Zarifian (2008) aponta a competência como a faculdade do trabalhador de mobilizar outros trabalhadores, bem como de dividir as responsabilidades das situações enfrentadas no universo do trabalho. A definição de Zarifian (2008) se complementa como a perspectiva de competência de Bergamini (2012), para quem a competência se explica por meio da disposição, motivação e predisposição do trabalhador.

Tanto a definição de Bergamini (2012) como a de Zarifian (2008) permitem entender a competência como dependendo exclusivamente dos sujeitos e de suas atitudes individuais em relação aos seus trabalhos. Mobilizam-se as dimensões subjetivas do trabalhador para que esse possa enfrentar os inúmeros desafios que a realidade do trabalho lhe impõe. A esfera produtiva na nova fase do capital não exige apenas qualificação e formação, mas exige também que o trabalhador mobilize atitudes que deem validade as suas capacidades, ou seja, que o torne competente. A reestruturação produtiva instituída a partir da crise estrutural significou a instituição das mais variadas formas de flexibilização do trabalho. Segundo Antunes (2009, p.234)

(...) a flexibilização pode ser entendida como “liberdade da empresa”: para desempregar trabalhadores, sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; para reduzir o horário de trabalho ou para recorrer a mais horas de trabalho; para ter a possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho exige; possibilidade de subdividir a jornada de trabalho em dia e semana segundo as conveniências das empresas, mudando os horários e as características do trabalho (por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.), dentre tantas outras formas de precarização da força de trabalho.

Essa mesma flexibilização que para o capitalista se expressa como uma liberdade é para o trabalhador a exigência ainda mais aprisionadora, alienante e incerta de que “sejam ágeis, estejam abertos a mudanças a curto prazo, assumam riscos continuamente, dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais” (SENNET, 2009, p.8). O que é liberdade para um é o aprisionamento de outro à dinâmica cada vez mais cruel do capitalismo. É da flexibilidade imposta ao trabalhador que derivam a **adaptabilidade, a polivalência, a**

multifuncionalidade e a não acomodação. A adaptabilidade é uma requisição à força de trabalho na atual fase do capitalismo. Como as mudanças se dão de modo cada vez mais rápido na atualidade o trabalhador deve ser capaz de se adaptar a elas.

Esse trabalhador, além de se adaptar facilmente, necessita ser capaz de desempenhar várias tarefas, o que corresponde a polivalência, bem como de exercer o que seria função de outros cargos, multifuncionalidade (HIRATA,1994). E se esse trabalhador quiser continuar trabalhando, além de manter essas características apontadas ele não pode permitir-se acomodar-se no seu trabalho, portanto, deve buscar, constantemente, novas tarefas e inclusive novas qualificações. E se ele se acomodar, uma coisa é certa, sempre existe alguém mais motivado e preparado esperando para ocupar o seu lugar. Além de todo esse aparato conceitual que a reestruturação produtiva coloca em curso, outra importante ideologia será absorvida no universo da política de ativação, qual seja: a ideologia do empreendedorismo.

Os neoliberais entendem que “o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais” (HARVEY, 2011, p.12). As ideias que vêm sendo utilizadas em matéria de empreendedorismo advêm de fontes muito diversas, principalmente em função do papel que o empreendedorismo ocupa na administração, na economia e no chamado mundo dos negócios. Todavia, pode-se indicar como teórico fundamental na análise do empreendedorismo como ideologia, o economista austríaco Joseph Schumpeter. Para os neoliberais a principal contribuição schumpeteriana está na visão do sujeito empreendedor defendida pelo economista, qual seja, um sujeito que se destaca pela **motivação, vontade de mudar e pela capacidade de inovar.**

No capitalismo contemporâneo a inserção formal no mercado de trabalho tem se tornando cada vez mais difícil, em função disso cria-se o discurso de que todos que quiserem, podem e devem empreender, partindo da ideia de que todo ser humano é naturalmente empreendedor. Para Barbosa (2007) trata-se de pensar na instituição de uma cultura do autoemprego que emerge como uma das formas de responder a crise estrutural e às transformações que dela derivam, nessa cultura “se produzem e disseminam ideias e valores que atuam no convencimento do trabalho informal como alternativa social” (BARBOSA, 2007, p.66). Pode-se dividir a cultura do autoemprego em dois eixos fundadores:

- 1) defesa do trabalho por conta própria como uma realidade concreta intangível e como mobilizadora das virtudes empreendedoras de “empresariamento de pequeno porte”; 2) difusão da “sociedade por conta própria”, como alternativa para a diminuição da intervenção estatal na promoção do emprego assalariado e na garantia de direitos sociais tendentes à universalização.(BARBOSA, 2007, p.66/67, grifo da autora).

É justamente essa cultura que irá mobilizar parte importante das políticas de ativação para o trabalho. Tais políticas passam a incitar que os sujeitos sendo portadores das mais diversas “habilidades” e até mesmo “dons” empreendam seu próprio negócio, gerando assim seu próprio emprego (autoemprego) e se possível, emprego para outros. As chamadas virtudes empreendedoras mobilizam e incutem na sociedade a ideia de que é possível empreender e ser bem sucedido financeiramente, porém, como ressalta Bohoslavsky (2017):

A história dos empreendedores que é difundida é a de quem se saiu bem, que criaram uma ponto.com e se tornaram milionários. Mas, não contam a história dos milhares que criaram ponto.coms e se afundaram. Essa é uma primeira questão estrutural: o empreendedorismo pode ser pensado como um culto à vulnerabilidade.

Existe certa perversidade no empreendedorismo como resposta aos efeitos da crise, principalmente ao desemprego e a pobreza, porque as probabilidades de um empreendimento ser bem sucedido dependem de condições que não são exclusivas dos sujeitos. Na América Latina, por exemplo, o empreendedorismo vem crescendo de modo significativo. Em uma região historicamente marcada por um mercado de trabalho altamente excludente e informal, o empreendedorismo não é uma novidade. A novidade situa-se justamente na utopia criada sob a ideia de que o empreendedorismo é a melhor resposta a qualquer mazela social. Autores do campo administrativo apontam que o empreendedorismo, em regiões como a América Latina, onde os impactos da crise se somam à pobreza e à desigualdade social de cunho estrutural, configura-se como um empreendedorismo por necessidade⁴⁶, em que não tendo meios pelos quais se manter a população encontra na via empreendedora seu sustento. Todavia, até mesmo para os mais otimistas, o empreendedorismo por necessidade não tem muitas chances de seguir em frente.

Quando Bohoslavsky (2017) fala no empreendedorismo como culto a vulnerabilidade ele alerta para o fato de que o empreendedorismo afasta a concepção de trabalho formal e os direitos que dele derivam, funcionando assim como uma das tantas formas de precarização da força de trabalho. Uma vez que ele precariza e retira direitos, condiciona as pessoas a continuarem vivendo as mesmas mazelas: pobreza, desigualdade social e desemprego, só que ressignificadas pelo fantasma do sucesso que nunca é alcançado. E um dos pontos mais importantes a se destacar da ideologia imposta pelo empreendedorismo é o conveniente ocultamento das classes sociais que ele gera. Nesse ocultamento, o trabalhador deixa seu

⁴⁶ Ver como exemplo recente do debate sobre empreendedorismo por necessidade Kautonen e Palmroos (2010). Em relação à América Latina ver relatório do Banco Interamericano do Desenvolvimento – BID (2006) sobre empreendedorismo por necessidade versus oportunidade na América Latina.

posto para virar o empresário, e o empresário a sua vez está em condição de igualdade em relação ao capitalista o que gera a falsa impressão de que os conflitos entre capital e trabalho já não existem mais (PERUZZO;VALENTIM, 2017).

Todos esses conceitos e ideologias explicitados até aqui são utilizados, em maior ou menor grau, pelo Estado neoliberal-neoconservador para fundamentar as políticas de ativação para o trabalho. O grande problema desse aparato de ideias e, conseqüentemente, das políticas sociais implantadas com base nelas é a ilusão que elas criam: de que são capazes de responder a um problema inerente ao modo de produção capitalista, qual seja, o fato de que não há trabalho para todo mundo. Castel (1998) ao empreender uma análise a respeito dos processos de transformação após a crise estrutural apontou para a existência de políticas que tomavam a qualificação como solução para o desemprego, segundo o autor “é uma visão otimista da “crise” e que levou a pensar que, melhorando e multiplicando as qualificações, seria possível precaver-se contra a “não empregabilidade” (CASTEL, 1998, p.520). Em seu entendimento:

(...) é legítimo e até necessário do ponto de vista da democracia, atacar o problema das baixas qualificações (...). Mas é ilusório deduzir daí que os não empregados possam encontrar um emprego simplesmente pelo fato de uma elevação do nível de escolaridade. (CASTEL,1998, p. 521).

Castel (1998) está correto quando fala que o fato de se qualificar não garante um emprego. Nisso reside a perversidade por trás da ideia da empregabilidade de que qualquer pessoa adquirindo as capacidades demandadas torna-se “facilmente” empregável. A lógica capitalista pelo seu próprio modo de funcionar é incapaz de absorver todos no mercado de trabalho, sejam eles qualificados ou não. Para Alves (2007) o que o capital consegue com a ideologia da empregabilidade “é frustrar a promessa de inclusão social dos indivíduos à vida moderna” (ALVES, 2007, p. 254). Essa frustração não é criada apenas pela ideologia da empregabilidade, mas também por todo esse aparato de ideias e conceitos explicitados que são exaltados como possibilidade concreta de solução para o desemprego e a pobreza. Na nova fase do capitalismo a inclusão de todos no mercado é uma realidade ainda mais distante. Segundo Alves (2007, p.251):

A mundialização do capital impõe uma lógica de exclusão social que limita a capacidade do sistema de produção de mercadorias integrar indivíduos numa vida produtiva. É um limite estrutural intrínseco à nova forma de acumulação capitalista. Mesmo que todos pudessem adquirir as novas qualificações, o sistema orgânico do capital seria incapaz de absorvê-los. O mercado não é para todos.

Para Alves (2007) nessa fase da mundialização ou do “novo” imperialismo como vem sendo chamado aqui, o sistema capitalista implodiu o que possuía em termos de possibilidade integradora dos sujeitos à vida produtiva e social que havia sido construída nos países de capitalismo central durante os “anos dourados”, principalmente pela via do trabalho assalariado. No “novo” imperialismo o Estado neoliberal-neoconservador e a burguesia, apontam o trabalho, subvertido em emprego, como aquele que é capaz de gerar tanto a proteção social, quanto a inclusão social. Nessa nova fase do capital acentuassem as contradições do sistema capitalista, assim, tem-se que, esse sistema carece do trabalho (ou exploração da força de trabalho) para seguir funcionando, mas ao mesmo tempo em função dos avanços ele exige cada vez menos trabalho vivo, o que conseqüentemente, aumenta a massa da população que é supérflua, essa massa supérflua aumenta o contingente empobrecido que é capaz de trabalhar, mas que não encontra trabalho.

O fato de que não existe trabalho para todos no sistema capitalista não inibe que esse mesmo sistema aponte o trabalho como possibilidade de inclusão e de proteção social por meio das políticas de ativação. É uma utopia que nasce como resposta a própria crise do capital e que funciona muito mais por seu papel ideológico do que de alterador do problema real que são o desemprego e a pobreza. Essa utopia constrói-se sobre a ideia de que algo está sendo feito para mudar essa cruel realidade. O que na verdade não é dito é que o sistema capitalista está cada dia mais distante de permitir uma vida digna a maioria da população e onde esta possa ter acesso aos bens e serviços produzidos nesse sistema. E uma vez que nada é dito sobre como funciona esse sistema, embora os sujeitos saibam e vivenciem no cotidiano, impõem-se uma lógica desumana de fazê-los acreditar que se existe algo de errado é com eles, e é justamente por meio dessa ideia que os sujeitos são condicionados a sempre buscar trabalho (emprego). Como bem aponta Forrester (1997, p.14)

Não se sabe se é cômico ou sinistro, por ocasião de uma perpétua, irremovível e crescente penúria de empregos, impor a cada um dos milhões de desempregados - e isso a cada dia útil de cada semana, de cada mês, de cada ano - a procura “efetiva e permanente” desse trabalho que não existe. Obrigá-lo a passar horas, durante dias, semanas, meses e, às vezes, anos se oferecendo todo dia, toda semana, todo mês, todo ano, em vão, barrado previamente pelas estatísticas.

O sistema capitalista ao se apresentar como um sistema que se funda na exploração e superexploração fez supor que o pior dos mundos era a condição de explorado, mas não, nesse sistema há algo ainda pior, a condição de supérfluo, ou como aponta Forrester (1997) existe algo pior para além da exploração que é a ausência da exploração. E nessa vivência perversa que a ausência de exploração coloca milhões de pessoas se ressignificam: os vagabundos, os

preguiçosos, os acomodados, os dependentes e outras tantas adjetivações corriqueiras ao mundo dos capazes para trabalhar que não trabalham e que por não trabalharem carecem de proteção.

Uma vez que a população supérflua não possui meios para se manter passa a necessitar de redes de proteção, uma dessas redes é a assistência social pública. A origem da assistência social na forma da experiência inglesa das primeiras *Leis dos pobres* funda-se em contraposição a dimensão do trabalho (PEREIRA-PEREIRA, 2013b). Para o Estado, a assistência à população que estava fora do trabalho, porém “perfeitamente” apta para trabalhar, deveria ser sempre motivo de desconfiança, impor obrigações e não poderia jamais induzir tais indivíduos a verem na assistência uma forma de sustento. A assistência social direcionar-se-ia então para as pessoas ditas incapazes para o trabalho. Aqueles indivíduos considerados capazes deveriam, o mais rápido possível, adentrar o mundo do trabalho.

Durante muito tempo a lógica em torno da assistência era a de obrigação para o trabalho, à população necessitada deveria aceitar qualquer trabalho imposto. Essa lógica é justamente a que se resgata atualmente, quando o Estado neoliberal e neoconservador busca mecanismos de ativação para o trabalho dos beneficiários da assistência social. As políticas de ativação para o trabalho, apesar de apresentarem diferenças regionais e entre os distintos países do globo, têm assumido uma tendência comum, que é a “creciente vinculación de estas políticas con las prestaciones asistenciales destinadas a pobres capaces en situación de pobreza con el objetivo de favorecer su inserción laboral” (ERANSUS, 2005, p. 123).

A política de ativação que se liga as prestações assistências reconfigura aos moldes neoliberais o discurso de que para os aptos ao trabalho, só no trabalho haverá inserção social. Entretanto nessa denominada “tensão contemporânea entre assistência social e trabalho” (BOSCHETTI, 2016, p. 138) os indivíduos são os responsáveis por sua inserção, estes devem ter um comportamento proativo de busca de trabalho, capacitação e formação. E se não lograrem êxito a culpa pertence apenas a eles, mesmo sabendo que o mercado não absorve todo mundo. A ativação para o trabalho seja dos beneficiários da assistência social ou não é uma tendência das políticas sociais na fase do “novo” imperialismo, porém, ela assume particularidades de acordo com o país, a região, as intenções políticas e as de governo, os anseios econômicos, os problemas histórico-estruturais inerentes a cada região, o objetivo almejado, e outros tantos fatores.

Apesar de apresentar tais diferenças, a ativação tornou-se uma das prioridades do Estado neoliberal e neoconservador principalmente por seu papel ideológico-político. O Estado faz o mínimo em matéria social, e dentro desse mínimo o sujeito é responsabilizado

por sua inserção no mercado de trabalho e de modo mais amplo por seu próprio bem-estar. Ao transferir para o indivíduo a capacidade de inserção no mercado, o Estado se vale de um discurso unilateral que pulveriza e fragmenta a “questão social” (IAMAMOTO, 2001) gerando um enfraquecimento da capacidade de organização coletiva dos indivíduos. Esse enfraquecimento favorece o grande capital em sua busca desenfreada por acumulação o que implica por sua vez em uma “radicalização” da “questão social” no sentido mesmo de que crescem as expressões da contradição fundante do modo de produção capitalista. Pesquisar e compreender as tendências das políticas de ativação seja em que contexto for é, portanto, extremamente necessário, pois essas políticas gestadas sob bases neoliberais carregam um poder ideológico amplamente capaz, de fazer recrudescer a consciência de classe e coletividade tão necessária à ação política dos sujeitos frente ao capitalismo, sobretudo nas regiões periféricas-dependentes em que o poder do capital é amplificado.

3.2. Tendências contemporâneas da ativação para o trabalho na região latino-americana: uma aproximação inicial

Pensar, estudar e analisar a ativação para o trabalho das políticas sociais na América Latina não é uma tarefa fácil. Em um primeiro momento exige do pesquisador o afastamento de uma ampla produção teórica que analisa as experiências nos países de capitalismo central, sobretudo, a Europa. As experiências particulares ao contexto europeu, bem como a forma institucionalizada e organizada em que esse processo de ativação ganha força no continente, colocam uma névoa sobre como a ativação da política social se institui em um universo totalmente distinto que é o da América Latina. Hoje, se qualquer pessoa quiser estudar a ativação das políticas sociais no contexto europeu, vai se deparar, em função, sobretudo, da união econômica e política entre os países que constitui a União Europeia, com uma quantidade significativa de produções teóricas sobre a temática a nível regional, e também de pesquisas sobre tais políticas sociais e os programas que as materializam.

Já no âmbito da América Latina esse estudo é uma tarefa mais complexa, tendo em vista que os dados se encontram muito dispersos por país, isso acaba exigindo uma busca nos sites e publicações dos órgãos públicos de cada país para encontrar as políticas e programas sociais em vigor, e a partir daí, interpretar suas características e seus objetivos. Contribuem também para o estudo da ativação na América Latina as publicações e bases de dados da

CEPAL e da OIT que, realizam análises mais aprofundadas sobre o que eles denominam de políticas ativas para o mercado de trabalho. A CEPAL utiliza também, em algumas de suas análises a terminologia políticas de inclusão laboral e produtiva.

Uma vez imersos na realidade da região latino-americana é preciso delimitar de modo mais completo o que se entende aqui como políticas de ativação para o trabalho. Para Eransus (2005, p.122, grifos da autora) tratam-se de políticas que:

(...) tienen como objetivo favorecer la inserción laboral de las personas que se encuentran al margen del mercado. Teniendo en cuenta que bajo esta denominación pueden incluirse tanto políticas de índole macroeconómico como son la creación de empleo, hasta programas orientados a mejorar las capacidades de los individuos. El término *activación* abarca programas destinados a perceptores de prestaciones asistenciales, a desempleados en general e incluso, en algunos países, han sido orientados también al conjunto de la población activa. Por último, *activación* hace referencia al ámbito laboral aunque en algunos países existen formas de activación que incluyen otros elementos de participación social a través de las relaciones sociales, la educación, el desarrollo personal o la vivienda.

Partindo dessa definição, dos vinte países que compõem a América Latina mapearam-se nesse trabalho os programas de ativação para o trabalho em quinze deles. Ficaram de fora dessa análise: Belize, Guiana, Nicarágua, Suriname e Venezuela. Os quatro primeiros países citados ficaram de fora em função de informações escassas ou ausentes sobre as políticas e programas de ativação implantados em cada um deles. Mesmo quando as políticas ou programas eram referenciados em algum site governamental ou em algum relatório de alguma entidade ou organismo internacional, não havia informações suficientes para embasar e substanciar uma análise de tais políticas e programas. Já no caso da Venezuela optou-se desde o momento do projeto deixá-la de fora, entendendo que, a situação de crise social, política e econômica vivenciada pelo país demandaria uma análise diferenciada, principalmente porque os problemas enfrentados pela Venezuela colocam em xeque a dinâmica e a operacionalização das políticas sociais.

Desses quinze países latino-americanos, que são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai, buscou-se dar ênfase aos programas sociais vinculados à diferentes políticas sociais, entendendo-os como a principal forma de expressão das políticas sociais. Os programas mapeados e que constam nesse trabalho são aqueles que, na falta de uma denominação mais apropriada, entende-se aqui como programas de ativação de maior destaque, seja nos sites governamentais ou nos relatórios anuais de gestão de cada Ministério ou Secretária correspondente. Esse trabalho não tinha como objetivo compilar todos os

programas de caráter ativador desses quinze países, ainda que de certa forma, possa-se dizer que a maioria deles foi contemplada.

A quase totalidade dos programas aqui analisados são aqueles em que a ativação para o trabalho é o objetivo central do programa. Um grande desafio dentro da temática da ativação é o fato de que a inserção laboral vem sendo resgatada como uma importante estratégia dentro das políticas sociais, essa tendência a laborização da política social, que já foi explicitada, acaba impondo às distintas áreas de atuação da política social a utilização da estratégia ativadora, com isso, muitas políticas e programas incorporam no seu rol de ações, a ativação para o trabalho. Só que nesses casos pode-se dizer que a ativação não é o objetivo central a que tais programas se propõem.

É o caso, por exemplo, dos programas de seguro-desemprego presentes nos mais variados países. Esses programas têm como objetivo central a proteção ao trabalhador desempregado em determinadas situações, a ativação para o trabalho que muitas vezes aparece na oferta de qualificação ou até mesmo na imposição de entrevistas e vagas de emprego, aparece ali como um complemento desse programa. Assim, esse trabalho se centra nos programas em que a ativação para o trabalho é o foco principal. Uma vez mapeados esses programas, um trabalho futuro que analise os outros programas em que a ativação é subsidiária seria extremamente profícuo para ampliar a compreensão da tendência de ativação das políticas sociais na atual fase do capitalismo. Por ora, detém-se aqui a manifestação mais direta da ativação, sob a alcunha de programas de ativação para o trabalho.

Para analisar esses programas fez-se uso de quatro quadros-resumo para facilitar a compilação das informações coletadas. No Quadro-Resumo 1, que pode ser visualizado a partir da página seguinte buscou-se compreender a institucionalidade dos programas de ativação para o trabalho. Para alcançar esse objetivo os critérios analisados nesse primeiro quadro foram: ano de criação do programa, órgão responsável, órgão executor, fonte de financiamento e o marco legal do programa. Do total de 15 países pesquisados, mapeou-se 53 programas de ativação. O país que mais apresentou programas foi o Chile com 10. E os países com menor número de programas foram Bolívia e Paraguai com apenas um programa cada. A média de programas de ativação foi de três para cada país.

O primeiro ponto a se analisar dentro do Quadro-Resumo 1 diz respeito ao ano de criação dos programas de ativação para o trabalho. A ideia dessa dissertação foi contemplar os programas que estavam em vigor entre 2017 e 2018, que corresponde ao período da pesquisa. A seguir, pode-se conhecer os programas que estão em vigor na atualidade.

QUADRO RESUMO 1: INSTITUCIONALIDADE DAS POLÍTICAS/PROGRAMAS DE ATIVAÇÃO PARA O TRABALHO

País	Programas de ativação para o trabalho	Ano de início	Órgão Responsável	Órgão Executor	Fonte de Financiamento	Marco legal do programa
Argentina	Hacemos Futuro* *Junção de três programas de ativação anteriores (Ellas Hacen, Argentina Trabaja e Desde el Barrio)	2018	Ministerio de Salud y Desarrollo Social	Ministerio de Salud y Desarrollo Social	Governo da Argentina	Resolución 151/2018 da SES - Secretaria de Economía Social
	BECAS PROGRESAR Programa de Respaldo a Estudiantes de Argentina	2014	Administración Nacional de la Seguridad Social (ANSES) agora(2018) passa para o Ministerio de Educación	Comité Ejecutivo de PROGRESAR (Ministerio de Economía y Finanzas Públicas, Jefatura del Gabinete de Ministros) y Ministerio de Educación	Governo da Argentina	Decreto 84/2014 Alterado pelo Decreto 90/2018.
	Programa de Empleo Independiente y Entramados Productivos Locales (PEI)	2009	Ministerio de Producción y Trabajo	Ministerio de Producción y Trabajo	Governo da Argentina	Resolución 1094/2009 MTEySS. Resolución 650/2011.

	Jóvenes con Más y Mejor Trabajo	2008	Ministerio de Producción y Trabajo	Subsecretaría de Trabajo y Promoción de Empleo	Governo da Argentina e Birf - Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento	Resolución 497/2008 MTEySS (antigo Ministério del Trabajo Empleo y Seguridad Social); Resolución 708/2010 MTEySS.
	Seguro de Capacitación y Empleo (SCyE)	2006	Ministerio de Producción y Trabajo	Ministerio de Producción y Trabajo	Governo da Argentina	Decreto 336/2006 del Poder Ejecutivo Nacional. Resolución 1100/2012 de la Secretaria de Empleo.
Bolivia	Programa de Apoyo al Empleo II	2012	Ministerio de Trabajo, Empleo y Previsión Social Direccion General de Empleo	Servicio Plurinacional de Empleo	Banco Interamericano de Desarrollo - BID	Decreto Supremo N° 0695 (2010). Ley N° 092 (2011)
Brasil	Plano Progridir	2017	Ministério do Desenvolvimento Social / Secretaria de Inclusão Social e Produtiva (SISP)	Ministério do Desenvolvimento Social Secretaria de Inclusão Social e Produtiva (SISP) e grupos parceiros na esfera pública e privada	Governo do Brasil	Decreto nº 9.160/2017
	Programa Nacional	2012	Ministério do	Ministério do	Governo do Brasil	Resolução CNAS

	de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho "Acessuas Trabalho"		Desenvolvimento Social e outros órgãos públicos	Desenvolvimento Social		nº 25 de 15 de dezembro de 2016
	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC	2011	Ministério da Educação	Ministério da Educação por meio das instituições de ensino; Parceria com o Sistema S (Sesi, Senai, Senac) Ministério do Desenvolvimento Social	Governo do Brasil	Lei 12.513/2011
Chile	+ Capaz Línea Regular	2014	Servicio Nacional de Capacitación y Empleo (SENCE)	Servicio Nacional de Capacitación y Empleo (SENCE)	Governo do Chile	Decreto Supremo 101/2014 e Decreto Supremo 17/2016.
	+ Capaz Mujeres Emprendedoras	2014	Servicio Nacional de Capacitación y Empleo (SENCE)	Servicio Nacional de Capacitación y Empleo (SENCE)	Governo do Chile	Decreto Supremo 101/2014 e Decreto Supremo 17/2016.
	+ Capaz Línea Discapacidad	2014	Servicio Nacional de Capacitación y Empleo (SENCE)	Servicio Nacional de Capacitación y Empleo (SENCE)	Governo do Chile	Decreto Supremo 101/2014 e Decreto Supremo 17/2016.
	Apoyo a tu Plan Laboral	2013	Ministerio del Desarrollo Social /Fondo de Solidaridad y Inversión Social (FOSIS)	Fondo de Solidaridad y Inversión Social (FOSIS)	Governo do Chile	-
	Yo Trabajo	2009	Ministerio del Desarrollo Social /Fondo de Solidaridad	Fondo de Solidaridad y Inversión Social (FOSIS)	Governo do Chile	-

			y Inversión Social (FOSIS)			
Yo Trabajo Jóvenes	2008	Ministerio del Desarrollo Social /Fondo de Solidaridad y Inversión Social (FOSIS)	Fondo de Solidaridad y Inversión Social (FOSIS)	Governo do Chile	-	
Becas del Fondo de Cesantía Solidario	2007	Servicio Nacional de Capacitación y Empleo (SENCE)	Servicio Nacional de Capacitación y Empleo (SENCE)	Governo do Chile	Ley n° 20.328 que regula el Fondo de Cesantía Solidario.	
Yo Emprendo	2003	Ministerio del Desarrollo Social /Fondo de Solidaridad y Inversión Social (FOSIS)	Fondo de Solidaridad y Inversión Social (FOSIS)	Governo do Chile	-	
Yo Emprendo Semilla	2002	Ministerio del Desarrollo Social /Fondo de Solidaridad y Inversión Social (FOSIS)	Fondo de Solidaridad y Inversión Social (FOSIS)	Governo do Chile	-	
Becas Laborales (Ex Becas Franquicias Tributárias)	1999	Servicio Nacional de Capacitación y Empleo (SENCE)	Organismos Técnicos de Capacitación (OTEC) Executam por meio de licitações	O programa é financiado com os montantes não utilizados (remanescentes) das empresas usuárias da Franquicia Tributária* de Capacitación aderidos a	Decreto Supremo N° 122, de 1998, del Ministerio de Trabajo y Previsión Social Resolución Exenta 01013/2015	

					Organismos Técnicos de Capacitación (OTEC). *“Incentivo fiscal que permite às empresas contribuintes enquadradas na 1ª Categoria da Lei do Imposto de Renda, deduzir do pagamento de tributos, as despesas relativas à formação e/ou avaliação e certificação de competências trabalhistas, no montante de até 1% da declaração anual de imposto sobre os salários” (SENCE)	
Colômbia	Ingreso para la prosperidad	2011	Departamento de Prosperidad Social	Departamento de Prosperidad Social	Governo da Colômbia	-
	Mi negócio	-	Departamento de Prosperidad Social	Departamento de Prosperidad Social	Governo da Colômbia	-
	Empleo para la prosperidad	-	Departamento de Prosperidad Social	Departamento de Prosperidad Social	Governo da Colômbia	-
	Jóvenes em Acción	2001	Departamento de	Departamento de	Governo da	-

			Prosperidad Social	Prosperidad Social	Colômbia	
Costa Rica	Empléate	2012	Ministerio de Trabajo y Seguridad Social - Dirección Nacional de Empleo	Ministerio de Trabajo y Seguridad Social executa em parceria com organizações e empresas do setor produtivo, bem como com centros de formação públicos e privados.	Governo da Costa Rica	Decreto Ejecutivo n° 37143/2012
	PRONAE – Programa Nacional de Empleo (atualmente PRONAE 4x4)	2000	Ministerio de Trabajo y Seguridad Social - Dirección Nacional de Empleo	Ministerio de Trabajo y Seguridad Social	Fondo de Desarrollo Social y Asignaciones Familiares	<ul style="list-style-type: none"> Decreto Ejecutivo n° 29044/2000
	PRONAMYPE - Programa Nacional de Apoyo a la Microempresa y la Movilidad Social	1992	Ministerio de Trabajo y Seguridad Social - Dirección de Economía Social Solidaria	Ministerio de Trabajo y Seguridad Social	Fondo de Desarrollo Social y Asignaciones Familiares	Decreto Ejecutivo n° 21455/1992 e sua reforma Decreto Ejecutivo n° 33057/2006 – MTSS
El Salvador	Jóvenes com Todo	2016	INJUVE- Instituto Nacional de la Juventud	INJUVE- Instituto Nacional de la Juventud, Ministerio de Trabajo y Previsión Social, Instituto Salvadoreño de Formación Profesional, Ministerio de Educación, Comisión Nacional de la Micro y Pequeña Empresa (CONAMYPE) dentre órgãos públicos.	União Europeia, Banco Mundial e Fondos Fantel (Fondo Especial de los Recursos Provenientes de la Privatización de la Administración Nacional de Telecomunicaciones)	-

	PATI - Programa de Apoyo Temporal al Ingreso	2009	FISDL - Fondo de Inversión Social para el Desarrollo Local /Presidencia de la República /Secretaría Técnica de la Presidencia	FISDL - Fondo de Inversión Social para el Desarrollo Local /Presidencia de la República /Secretaría Técnica de la Presidencia	Banco Mundial	
Ecuador	Impulso Joven	2017	Secretaria Técnica de Juventudes	Secretaria Técnica de Juventudes articulada a outros órgãos públicos. (Ministerio de Inclusión Económica y Social, la Secretaría de Cualificaciones y Capacitación Profesional, el Servicio Ecuatoriano de Capacitación Profesional, entre outros).	Governo do Equador	Decreto Ejecutivo nº. 11/2017
	Fortalece Empleo	-	Ministerio del Trabajo	Ministerio del Trabajo articulado com as esferas públicas e privadas, com ONGs e com instituições de educação.	Governo do Equador	-
	Crédito de Desarrollo Humano (Crédito Productivo Solidario) – SUBPROGRAMA	2001	Ministerio de Inclusión Económica y Social	Ministerio de Inclusión Económica y Social	Governo do Equador	Decreto Ejecutivo nº 1392/2001

Guatemala	Empleo Juvenil	2013-2018 Programa encerrado nesse ano	Ministerio de Economía (Mineco)	Ministerio de Economía (Mineco) em parceria com Ministerio de Trabajo y Ministerio de Eucación	União Europeia	-
	Mi Beca Segura – Beca Primer Empleo	2013	Ministerio de Desarrollo Social	Ministerio de Desarrollo Social em parceria com o setor público e privado.	Governo da Guatemala	Acuerdo Ministerial nº. 64/2012
Honduras	Com chamba vívis mejor Chamba= trabalho	2014	Presidencia de la República de Honduras	Presidencia de la República de Honduras	Governo de Honduras	Decreto Ejecutivo nº PCM 004-2014 Decreto Ejecutivo nº PCM 004- 2015
	ProJoven	2014	Agencia Suiza para el Desarrollo y la Cooperación - COSUDE	Agencia Suiza para el Desarrollo y la Cooperación - COSUDE	Agencia Suiza para el Desarrollo y la Cooperación – COSUDE em parceria com Instituto de Formación Profesional e entidades público- privadas	-
	Desarrollemos Honduras	2010	Secretaría de Desarrollo e Inclusión Social (SEDIS)	Secretaría de Desarrollo e Inclusión Social (SEDIS) Servicio Nacional de Empleo de Honduras (SENAEH)	Governo de Honduras em parceria com instituições privadas e ONGs.	Decreto 107/2010 – Ley de Ingresos complementários zonas rurales y urbano marginales.
México	Jóvenes	2018	Secretaría de	Secretaría de Educación	Governo do México	-

	Contruyendo el Futuro		Educación Pública (SEP) e Secretaría del Trabajo y Previsión Social	Pública (SEP) e Secretaría del Trabajo y Previsión Social em parceria com instituição de ensino privadas e empresas.		
	Capacita T: El futuro en tus manos	-	Subsecretaría de Educación Media Superior	Subsecretaría de Educación Media Superior	Governo do México	-
	Programa de Empleo Temporal (PET)	2000	Secretaría de Bienestar / Secretaría de Comunicaciones y Transportes/ Secretaria de Medio Ambiente y Recursos Naturales e Secretaría del Trabajo y Previsión Social	Secretaría de Bienestar/ Secretaría de Comunicaciones y Transportes/ Secretaria de Medio Ambiente y Recursos Naturales e Secretaría del Trabajo y Previsión Social	Governo do México	-
	Programa de Apoyo al Empleo	1998	Secretaría del Trabajo y Previsión Social	Secretaría del Trabajo y Previsión Social	Governo do México	-
Panamá	Pro Joven	2014	Ministerio de Trabajo y Desarrollo Laboral	Ministerio de Trabajo y Desarrollo Laboral/ Direccion de Empleo em parceria com o setor privado	Governo do Panamá	Resolución N° DM-502 de 2014
	Programa de Apoyo a la Inserción Laboral – PAIL	2007	Ministerio de Trabajo y Desarrollo Laboral (MITRADEL)	Ministerio de Trabajo y Desarrollo Laboral (MITRADEL)	Governo do Panamá e empresas privadas participantes	Decreto Ejecutivo n° 150 de 2007 Decreto Ejecutivo n° 120 de 2012

	Programa de Mejoramiento a la Empleabilidad de las Personas con Discapacit	-	Ministerio de Trabajo y Desarrollo Laboral	Ministerio de Trabajo y Desarrollo Laboral	Governo do Panamá	-
	Programa Padrino Empresario	2000	Ministerio de Desarrollo Social e Ministerio de Trabajo y Desarrollo Laboral	Ministerio de Desarrollo Social e setor privado	Setor privado	Resolución N° 228 S.G. de 18 de septiembre de 1989.
Paraguay	Tenonderã “para avançar”	2014	Presidencia de la República de Paraguay	Secretaría de Acción Social (SAS)	Governo do Paraguai	-
Peru	Impulsa Perú Programa Nacional para la Promoción de Oportunidades Laborales	2011	Ministerio de Trabajo y Promoción del Empleo	Ministerio de Trabajo y Promoción del Empleo	Governo do Peru	Decreto Supremo n° 016-2011-TR Decreto Supremo n° 003-2015-TR Resolución Ministerial n° 175-2015-TR
	Jovenes productivos	2011	Ministerio de Trabajo y Promoción del Empleo	Ministerio de Trabajo y Promoción del Empleo	Governo do Peru	Decreto Supremo N°013-2011-TRABAJO
	Trabaja Perú	2011	Ministerio de Trabajo y Promoción del Empleo	Ministerio de Trabajo y Promoción del Empleo	Governo do Peru	Decreto Supremo 012-2011-TR Decreto Supremo 004-2012-TR
Uruguai	Primera Experiencia	2013	Ministerio de Desarrollo Social	Ministerio de Desarrollo Social (MIDES)	Governo do Uruguai	Ley n°19.133 de 2013

	Laboral (PEL)		(MIDES)			
	Yo estudio y trabajo	2012	Ministerio de Trabajo y Seguridad Social (MTSS)	Ministerio de Trabajo y Seguridad Social (MTSS) em parceria com o setor privado.	Governo do Uruguai	-
	Objetivo Empleo	2008	Ministerio de Desarrollo Social (MIDES)	Ministerio de Desarrollo Social (MIDES)	Governo do Uruguai	-
	Uruguay Trabaja	2007	Ministerio de Desarrollo Social (MIDES)	Ministerio de Desarrollo Social (MIDES)	Governo do Uruguai	Ley 18.240 de 2007
	Emprendimientos Productivos	2005	Ministerio de Desarrollo Social (MIDES)	Ministerio de Desarrollo Social (MIDES)	Governo do Uruguai	-

FONTE: Elaboração própria. Dados coletados a partir de sites governamentais e da base de dados da CEPAL (2018).

Na montagem do Quadro-Resumo 1 não foram estabelecidos outros critérios, além do referido recorte temporal, em relação às datas de criação e instituição dos programas. Ainda que fosse extremamente relevante apontar a instituição de políticas e programas de ativação para o trabalho como uma estratégia gestada após a virada neoliberal na América Latina, sobretudo a partir da década de 1990, essa análise histórica ficará para outro trabalho, uma vez que o objetivo desse são as tendências contemporâneas da ativação.

Os primeiros programas latino-americanos de ativação para o trabalho de caráter neoliberal não foram motivo de análise nessa dissertação em função de não serem, nesse momento, necessárias aos objetivos aqui propostos. É importante ressaltar que os programas sociais são muito impactados por cada novo governo eleito. Desde a década de 1990 até hoje vários programas de ativação foram substituídos por outros ou deixaram de existir, é o caso, por exemplo, do programa argentino *Apoyo a la reconversión productiva - Proyecto Joven* que foi instituído no governo neoliberal-neoconservador de Carlos Menem. Ele tinha como intuito aumentar a empregabilidade dos jovens em situação de pobreza e foi executado de 1994 a 1997. Um programa de características e objetivos semelhantes foi implantado por Cristina Kirchner em 2008 e segue em vigor até os dias de hoje qual seja, o *Programa Jóvenes con Más y Mejor Trabajo*.

A maioria dos programas de ativação implantada nos primeiros anos de gestão neoliberal na América Latina não está mais em vigor, por isso, não aparecem nesta análise. Exceção feita para os poucos casos em que os programas de ativação oriundos da década de 1990 ainda estão vigentes, como no Chile (*Becas Laborales*), Costa Rica (*PRONAMYPE*) e México (*Programa de Apoyo al Empleo*). Dois exemplos claros de como os governos ao assumirem seus mandatos impactam na instituição, criação, alteração ou permanência dos programas sociais, são os casos da Argentina e do Brasil. No caso argentino, o governo de Macri fundiu três programas de ativação de muito destaque no país, que eram *Ellas Hacen*, *Argentina Trabaja* e *Desde el Barrio*, em apenas um que passou a ser denominado de *Hacemos Futuro*. Já no caso brasileiro no “governo” Temer, como parte das estratégias golpistas de implementação de amplas contrarreformas, a política de ativação representada pelo PRONATEC, sobretudo na modalidade Brasil Sem Miséria, perdeu força e ganhou ares de novidade sobre a instituição em 2017 do Plano Progridir. Nesses dois casos o papel das mudanças gestadas pelos novos governos possuiu um caráter muito mais político-ideológico do que efetivamente prático. É como se esses novos governos buscassem imprimir a sua

“cara” aos programas sociais⁴⁷. Apesar do forte papel que os governos exercem não se pode esquecer também do papel das classes sociais na materialização das políticas e programas sociais.

O aumento do desemprego a partir da crise estrutural, sobretudo entre os jovens, fez com que a resposta a essa questão se tornasse uma das principais demandas sociais. A população desempregada, que chegou a níveis nunca antes vistos, passou a pressionar o Estado por respostas. E essas respostas acabaram vindo das políticas de ativação para o trabalho. O Chile, como já mencionado, é o país com a maior quantidade de programas de ativação para o trabalho em vigor. Um dos caminhos que levam o Chile a ter esse universo maior é a sua história de antecipada e pioneira adesão à ideologia neoliberal, e conseqüentemente, da centralidade do discurso em prol do trabalho como principal forma de proteção social.

Desde o período em que o neoliberalismo-neoconservadorismo foi instituído pelas mãos da ditadura de Pinochet, os caminhos da ativação para o trabalho começaram a ganhar relevância no Chile. Já no ano de 1976 institui-se o *Estatuto de Capacitación y Empleo* por meio do decreto nº 1.446. Esse estatuto voltava-se para as empresas privadas e tinha como objetivo “procurar un adecuado nivel de empleo, con el fin de hacer posible tanto el progreso de los trabajadores como la mejor organización y productividad de las empresa” (Decreto nº 1.446/1976). Através desse estatuto ficou instituída a criação do *Servicio Nacional de Capacitación y Empleo (SENCE)* que tinha como uma de suas principais atribuições, subsidiar os processos de orientação e capacitação de trabalhadores promovidos pelas empresas.

O *SENCE* continua em vigor no Chile até os dias de hoje e a sua criação dentro do período ditatorial e neoliberal é relevante porque demarca um primeiro movimento em direção à ativação das políticas sociais chilenas que vão ganhando força nos governos pós-ditadura: Patricio Aylwin (1990-1994), Eduardo Frei Ruiz-Tagle (1994-2000), Ricardo Lagos (2000-2006), Michelle Bachelet (2006-2010/2014-2018) e Sebastián Piñera (2010-2014/2018-). O *SENCE* é um dos principais promotores da ativação no país, só que atualmente suas ações não se dirigem apenas aos trabalhadores ativos como era no período de

⁴⁷ Um aspecto importante a se mencionar no caso brasileiro é que vem ocorrendo uma reorientação dos programas sociais desde a implementação do governo “ilegítimo” de Michel Temer, isso prejudicou até mesmo o acesso à dados referentes aos programas do governo anterior.

Pinochet, mas principalmente aos que não estão trabalhando e aqueles que se encontram em situação de pobreza.

O segundo ponto a ser analisado no Quadro-Resumo 1 são os Órgãos Responsáveis e os Órgãos Executores dos programas de ativação para o trabalho. O principal objetivo que se buscou lograr a partir dessa informação foi a compreensão de qual política social os programas se originavam, e conseqüentemente, entender a partir daí o direcionamento dado pelos distintos governos aos seus programas. Dos 53 programas analisados, 22 deles estavam sob a responsabilidade de órgãos ligados à dimensão social, mais especificamente a política de assistência social, outros 21 estavam sob responsabilidade de órgãos ligados as políticas de trabalho e emprego e em alguns casos previdência social (que na maior parte da América Latina é o que se entende por Seguridade Social). Os outros programas estavam sob responsabilidade direta da Presidência da República ou de órgãos promotores da política de educação e política de juventude. E no caso de um dos programas hondurenhos a responsabilidade estava a cargo da *Agencia Suíza para el Desarrollo y la Cooperación – COSUDE*.

Essa divisão quase igual dos órgãos responsáveis e executores entre duas políticas: trabalho e assistência social indicam o direcionamento dado pela maioria dos países latino-americanos à ativação para o trabalho. Os programas que estão fundamentados sob a dimensão do trabalho demonstram que a ativação vem se consolidando como uma importante estratégia dentro da política de trabalho e emprego de alguns países. Aquilo que a OCDE proclamava como a necessidade de efetuar a passagem de políticas passivas para ativas tem ganhado força em alguns países da América Latina. Já naqueles programas que se vinculam mais expressamente à política de assistência social se observa o direcionamento à redução da pobreza, e por vezes a desigualdade social, por meio da inserção laboral. No caso do Chile, por exemplo, os programas de ativação se dividem meio a meio, há tanto uma priorização da ativação dentro da política de trabalho e emprego⁴⁸ como dentro da política de assistência social. Isso indica em parte, um espraiamento da ativação dentro do sistema de proteção social chileno. Assim, dos dez programas mapeados cinco se vinculam à política de trabalho ao

⁴⁸ Hoje grande parte da política de trabalho e emprego no Chile é representada por programas de ativação para o trabalho. Na própria previsão orçamentária do Chile se indica que dentro das políticas de trabalho se dará prioridade as políticas de caráter ativador. O governo chileno projetou no *Folleto de Prioridades Presupuestarias Ley de Presupuestos* que “para 2018 un presupuesto de \$ 90.577 millones destinados a programas de capacitación, certificación de competencias laborales e intermediación laboral” (DIPRES, 2018, p.41).

passo que os outros cinco se ligam à política de assistência social. Já no caso brasileiro os programas de ativação estão mais vinculados à política de assistência social.

No caso da Colômbia, Costa Rica e Peru, todos os programas estão sob responsabilidade de um mesmo órgão. No caso da Colômbia todos os programas são de responsabilidade do *Departamiento de Prosperidad Social*, que fica a cargo das políticas de assistência social. Já na Costa Rica e no Peru todos os programas de ativação para o trabalho são de responsabilidade, respectivamente, do *Ministerio de Trabajo y Seguridad Social* e do *Ministerio de Trabajo y Promoción del Empleo*. Em relação à Colômbia essa vinculação com a assistência social deixa claro que o foco da ativação é responder a questão da pobreza por meio da inserção laboral. Já no caso da Costa Rica e do Peru a vinculação dos programas de ativação à política de trabalho indicam a centralidade dada ao trabalho como promotor da proteção social. Nos programas peruanos há uma preocupação especial com a geração de empregos diretos, ainda que sejam de caráter temporário eles são vistos como possibilidade de reduzir a pobreza e o desemprego.

O terceiro ponto a ser analisado do Quadro-Resumo 1 diz respeito a fonte de financiamento dos programas de ativação. Em período anterior ao processo de pesquisa se pressupunha que a presença de organismos estrangeiros e de países de capitalismo central no financiamento desses programas fosse mais significativa. Acreditava-se que dada à situação de dependência e a forte influência dos organismos internacionais na região estes teriam uma maior participação, o que acabou não se confirmando. Os poucos casos em que essa presença se confirmou foi no programa argentino *Jóvenes con Más y Mejor Trabajo* em que parte do financiamento está a cargo do Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento – BIRF. O BIRF é parte do Banco Mundial e promove ajuda financeira e de assessoria para que os países do globo possam reduzir a pobreza⁴⁹. Na Bolívia, o único programa de ativação mapeado, que é o *Programa de Apoyo al Empleo II*, é financiado exclusivamente pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Em El Salvador, dos dois programas existentes *Jóvenes con Todo* e *Programa de Apoyo Temporal al Ingreso* o financiamento é de procedência estrangeira. Nesse último programa o financiamento é concedido pelo Banco Mundial, já no programa *Jóvenes con Todo* o financiamento provém da União Europeia em conjunto com o Banco Mundial e

⁴⁹ A partir de 2019 outros programas argentinos terão financiamento estrangeiro como é o caso dos programas *Hacemos Futuro* e *Becas Progresar*, isso se dá em função da aprovação recente em novembro de 2018 de um financiamento de USD 900 milhões provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

recursos de fundos privatizados. Na Guatemala em um dos dois programas mapeados, o financiamento provém da União Europeia. No caso de Honduras, dos três programas de ativação destacados, um deles, o *ProJoven* é financiado pela *Agencia Suiza para el Desarrollo y la Cooperación – COSUDE*.

Um fato a se destacar é a presença estrangeira no financiamento de programas nos países da chamada América Central. Como mostrado anteriormente, essa região da América Latina padece de uma dependência econômica muito mais aguda, ela é composta por países em que o desenvolvimento econômico e social é muito reduzido, o que acaba agravando os problemas sociais da região. Em muitos casos, dado esse baixo desenvolvimento os recursos para investir em políticas e programas sociais acaba vindo de financiamentos externos, o que ocasiona um contínuo reforço ao ciclo da dependência, em que as ajudas financeiras são acionadas pelos seus provedores para sancionar, advertir, relembrar e ameaçar os países que as receberam.

É o que vem sendo feito pelo presidente estadunidense Donald Trump com os países da América Central. Em função da situação econômica e social de alguns países centro-americanos, sobretudo de Honduras, uma forte onda migracional seguiu, principalmente a partir de outubro de 2018, em direção aos Estados Unidos em busca de melhores oportunidades e condições de vida. Os Estados Unidos na tentativa de conter o que vem sendo intitulado de caravana de centro-americanos tem colocado a ajuda financeira dada àqueles países sob constante ameaça. Como esses países necessitam dessa ajuda financeira ela é utilizada a título de ameaça para que esses países tomem alguma atitude para conter a imigração para Estados Unidos. Ainda que o financiamento dos programas de ativação por organismos internacionais não seja tão expressiva como se imaginava, não se pode diminuir a influência desses na condução e orientação das políticas sociais nos países de capitalismo periférico, sobretudo na América Latina.

O quarto e último ponto a se destacar do Quadro-Resumo 1 é o amparo da maior parte dos programas de ativação para o trabalho em algum instrumento legal: lei, decreto ou resolução. No entanto é importante destacar que a maioria dos programas se ampara em resoluções ou decretos, esses instrumentos legais são dotados de certa fragilidade, podendo ser derrubados a qualquer tempo por vontade política. O instrumento legal que possui maior rigidez e pode conferir maior estabilidade na continuidade e execução dos programas são as leis, porém o que se observou é que apenas quatro programas estão amparados em leis, são

eles: PRONATEC no Brasil, *Becas del Fondo de Cesantía Solidario* no Chile, *Primera Experiencia Laboral* e *Uruguay Trabaja* no Uruguai.

No Quadro-Resumo 2 (Apêndice A), buscou-se compreender o perfil dos beneficiários dos programas de ativação para o trabalho na América Latina. Para alcançar tal objetivo quatro critérios foram estabelecidos: público-alvo do programa, cobertura geográfica, abrangência e número de beneficiários. Desses quatro critérios apenas no último, o acesso às informações foi mais difícil e restrito, em muitos dos programas sociais analisados não foram encontradas informações sobre o número de beneficiários. Já em outros casos os dados sobre os beneficiários se restringiram a alguns anos específicos, principalmente aos anos mais recentes. Isso se dá, em parte, em função da informatização recente dos dados de órgãos governamentais bem como dos avanços no direito de acesso à informação pública nos países da América Latina, que em sua maioria já contam com legislações específicas que facilitam a obtenção de tais informações.

Para elaborar um perfil sobre os beneficiários dos programas de ativação é necessário entender que esses programas buscam responder a uma determinada questão ou demanda social, e que a partir daí criam-se critérios e características daqueles que serão os beneficiários. A informação que diz respeito aos objetivos (o que eles buscam responder) dos programas de ativação para o trabalho estão mais bem descritas no Quadro-Resumo 3 (Apêndice B). Nesse momento detém-se aqui aos critérios e características que definem a quem o programa se dirige.

Analisando os distintos programas de ativação para o trabalho descritos no Quadro-Resumo 2 (Apêndice A) pode-se afirmar a existência de uma ampla diversidade de critérios que determinam quem serão os beneficiários. Esses critérios assumem particularidades inerentes à realidade de cada país. A história da política social na América Latina após a instituição do ideário neoliberal e neoconservador é a história de uma política cada vez mais focalizada nos segmentos pauperizados. Ao analisar os programas de ativação pode-se observar que mais da metade deles têm como público-alvo a população em situação de pobreza e/ou vulnerabilidade socioeconômica.

O conceito de vulnerabilidade estará bastante presente nos diversos programas latino-americanos porque ele passa a ser utilizado a partir dos anos de 1990 na América Latina justamente para explicar questões que são trazidas por essa nova fase de acumulação do capital que implicará para a região latino-americana em uma nova fase da dependência, onde

se institui aquilo que outrora Valencia (2004) denominou de “patrón capitalista neoliberal dependiente”. A massa da população vai observar uma piora considerável na sua qualidade de vida que está associada a uma forte insegurança gerada por esse novo padrão de desenvolvimento. Esse novo padrão, como mostrado, requisita uma mão de obra cada vez mais flexibilizada e desvinculada de mecanismos protetivos ao mesmo tempo em que gera um desemprego que é cada vez mais crônico e que coloca uma enorme massa da população exposta aos mais variados riscos e que dificilmente encontra acesso amplo a bens e serviços. A classe trabalhadora nesse novo padrão torna-se cada vez mais fragilizada, suscetível aos efeitos perversos do modo de produção capitalista.

Assim a população considerada vulnerável para os países latino-americanos inclui aqueles coletivos que vivenciam uma precarização de suas condições de vida geradas pelas implicações desse novo padrão de desenvolvimento que a região passa a conhecer a partir, sobretudo, da década de 1990. No caso da Argentina, dos cinco programas de ativação para o trabalho mapeados, dois são focalizados na população considerada vulnerável, são eles: *Hacemos Futuro* e *Becas Progresar*. No caso do programa *Becas Progresar*, não são todas as pessoas em situação de vulnerabilidade que podem acessar o programa, apenas a população jovem. Programas dirigidos aos jovens em situação de pobreza e ou vulnerabilidade também foram encontrados na realidade da Guatemala, Peru e Panamá. Guatemala com o programa *Mi Beca Segura – Beca Primer Empleo* e Peru com o programa *Jóvenes Productivos* focam na população jovem em situação de pobreza ao passo que o Panamá com o programa *Padrino Empresario* foca nos jovens em situação de vulnerabilidade social.

Na Bolívia e em El Salvador os programas não focalizam nos indivíduos e famílias consideradas em situação de pobreza e ou vulnerabilidade socioeconômica, o conjunto da população pode acessá-los. No caso do Uruguai dos cinco programas de ativação mapeados, quatro se dirigem à população em situação de vulnerabilidade. Na Costa Rica todos os programas focam na população pobre. Já no Brasil dois dos três programas se dirigem à população pobre e vulnerável, o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho "Acessuas Trabalho" e o Plano Progredir. Um recurso utilizado para identificar a população considerada vulnerável no Brasil é o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) que identifica a população de baixa renda e coleta dados sobre as condições em que vive essa população. A partir dessa identificação a população é direcionada aos programas e serviços de acordo com suas necessidades. No Chile e na Colômbia existe um

recurso semelhante. No Chile a antiga *Ficha de Protección Social* foi substituída no ano de 2016 pelo denominado *Registro Social de Hogares*. Já na Colômbia tem-se o *Sistema de Identificación de Potenciales Beneficiarios de Programas Sociales – SISBÉN*.

Na realidade chilena dos 10 programas analisados, em oito deles a ativação está dirigida prioritariamente a população em situação de pobreza e ou vulnerabilidade. A identificação dessa população se dá por meio do *Registro Social de Hogares* que é um sistema de informação que permite identificar a situação socioeconômica das famílias/domicílios chilenos a fim de selecionar quem serão os beneficiários dos programas e serviços sociais do país. Para definir quem são as famílias mais vulneráveis é realizada a chamada *Calificación Socioeconómica* que mede a soma dos rendimentos de todas as pessoas da família. Por meio dessa soma se enquadra a família em uma das sete classificações (40%, 50%, 60%, 70%, 80%, 90% e 100%). A primeira classificação de 40 % corresponde ao grupo dos que são mais vulneráveis e possui menor renda familiar. Já a última classificação, dos 100%, é composta pelos grupos de menor vulnerabilidade e maior renda familiar. Para o governo chileno se considera como vulnerável aqueles indivíduos que se encontram “en un alto riesgo de estar en situación de pobreza” (Ministerio del Desarrollo Social - MDS, 2018, p.19).

Na realidade da Colômbia dos quatro programas em vigor, todos se dirigem a população considerada pobre e/ou vulnerável que é identificada principalmente por meio do *Sistema de Identificación de Potenciales Beneficiarios de Programas Sociales – SISBÉN*. Por intermédio desse sistema se classifica a população com valores de 0 a 100, em que zero corresponde a pior pontuação em termos de condições de vida das famílias e 100 como a melhor pontuação. No caso do sistema colombiano em sua nova versão, o *SISBÉN IV*, o enfoque para determinar a situação de pobreza e de vulnerabilidade centra-se na ideia de inclusão social e produtiva somada ao enfoque anterior que era a qualidade de vida. Assim consideram-se centrais para fins de cálculo as questões ligadas: a educação, saneamento básico, moradia, acesso aos serviços públicos, saúde, cuidado a crianças menores, ocupação dos membros da família, a renda obtida e a duração do desemprego.

Um fato importante a se mencionar dos sistemas de cadastramento utilizados pela política de assistência social de alguns países latino-americanos é a pressuposição, principalmente do conjunto da sociedade, de que todos os cadastrados são beneficiários de alguma transferência monetária. No Brasil, por exemplo, é comum a confusão de achar que o simples cadastramento no CadÚnico garante automaticamente o acesso ao Programa Bolsa

Família. É importante frisar que os programas de transferência condicionada de renda se tornaram o carro-chefe da política de assistência social em toda a América Latina, porém eles não são as únicas ações. Existem outros programas e ações que não necessariamente incluem uma transferência monetária. Além disso, é importante considerar que nem toda a população em situação de pobreza e vulnerabilidade é usuária da política de assistência social e/ou recebe alguma transferência monetária.

Essa distinção é importante para compreender a ativação para o trabalho executada em alguns países, a exemplo do Equador e do Paraguai. No programa equatoriano *Crédito de Desarrollo Humano* a ativação se volta exclusivamente para os destinatários da transferência monetária *Bono de Desarrollo Humano y Pensiones*. No caso do Paraguai a ativação por meio do Programa *Tenonderã* é exclusivamente direcionada aos beneficiários da transferência monetária *Tekoporã*. Essa associação direta entre as transferências monetárias e os programas de ativação para o trabalho pressupõe logo de início que existe uma intenção de desvincular a população pobre do que os governos entendem como dependência da população pobre das transferências monetárias.

No Brasil a expressão “portas de saída” ficou famosa para demarcar esse processo de desvinculação. No caso dos programas brasileiros: ProgreDir, "Acessuas Trabalho" e PRONATEC apesar de não ser exclusiva, a preferência dos programas de ativação é para os beneficiários das transferências monetárias. No caso colombiano do programa *Ingreso para la Prosperidad* a população a que se dirige o programa corresponde exclusivamente a incluída na *Red Unidos*, que é uma estratégia de intervenção integrada para reduzir a pobreza. A principal ação dentro dessa estratégia é o programa de transferência de renda *Más familias en acción*. Assim, pode-se dizer que nesse programa de ativação colombiano também se dá preferência para os destinatários das transferências de renda.

Como fica claro ao analisar os diferentes programas, a tendência que se apresenta é de que a ativação na América Latina está direcionada a população pobre e/ou vulnerável, porém é importante acrescentar que a condicionalidade que aparece mais vezes dentro desse público-alvo é a de estar desempregado, desocupado (como denominam alguns países) ou exercer alguma atividade por conta própria. Isso é distinto do que acontece com alguns programas latino-americanos em que o público-alvo é o conjunto da população desempregada ou subempregada, como é o caso dos programas: *Empleo Independiente y Entramados Productivos Locales*, *Jóvenes con Más y Mejor Trabajo* e *Seguro de Capacitación y Empleo* na

Argentina, *Programa de Apoyo al Empleo II* na Bolívia, *Becas del Fondo de Cesantía Solidário e Yo Trabajo Jóvenes* no Chile, *Jóvenes con Todo* em El Salvador, *Impulso Joven e Fortalece Empleo* no Equador, *Empleo Juvenil* na Guatemala, *Jóvenes Contruyendo el Futuro*, *Programa de Empleo Temporal e Programa de Apoyo al Empleo* no México, *Pro Joven e Programa de Apoyo a la Inserción Laboral* no Panamá, *Impulsa Perú e Yo estudio y trabajo* no Uruguai.

Os programas que visam o desempregado ou o subempregado representam o segundo tipo de programa de ativação mais comum na América Latina. Tanto nesses programas quanto nos que estão mais diretamente focados na questão da pobreza e/ou vulnerabilidade pode-se observar algumas iniciativas que visam dar conta de grupos específicos que num contexto geral, devido a questões estruturais ou conjunturais, se deparam com mais dificuldade de encontrar um emprego. Na maioria das vezes esses grupos são beneficiados dentro de um programa mais abrangente, em outros casos é possível ver a execução de programas focados apenas em atendê-los.

Interessante notar, dentro dos programas de ativação para os desempregados anteriormente citados, que há uma preocupação dos países em executar ações exclusivamente orientadas aos jovens, esse público constitui hoje um desafio mundial em matéria de desemprego. Segundo a OIT (2017) os jovens vivem uma situação globalmente desfavorável, sua participação no mercado de trabalho decaiu nos últimos 20 anos e se comparado aos adultos possuem três vezes mais chances de estarem desempregados. Para a OIT (2017) América Latina em conjunto com a Ásia e o Pacífico têm experimentado os piores índices nos últimos anos. No caso da América Latina, o Brasil é o país com maior influência nessa piora. Esse aumento do desemprego juvenil acaba por levar a juventude para o centro das preocupações em matéria de proteção social, principalmente por que há uma tendência cada vez maior de envelhecimento da população. Se a população em idade economicamente ativa não está ativa, dificilmente se sustentam aqueles que não mais trabalham.

Os jovens constituem assim um dos alvos das políticas sociais, sobretudo as de caráter ativador. Uma condicionalidade que muitas vezes tem acompanhado os programas de ativação para o público jovem é a dimensão educativa que se apresenta das mais variadas formas: em alguns programas exige-se do jovem a conclusão dos estudos, em outros casos é necessário estar estudando, já em outros programas é preciso que o jovem não tenha concluído os estudos básicos obrigatórios e por último também aparece a exigência de que o jovem não

esteja nem estudando e nem trabalhando. Nesse último caso o que se observa nesse tipo de programa é a tentativa de responder a uma questão, já mencionada, que tem se tornado problemática nos últimos anos: o aumento dos jovens nem-nem, que são aqueles jovens que nem estudam e nem trabalham⁵⁰, e também não procuram emprego. Essa preocupação dos governos com o que se poderia entender como uma inatividade dos jovens vem de um pensamento que é próprio do capitalismo e que vem se amplificando com o neoliberalismo e o neoconservadorismo. Como aponta Power (2017) “é uma coisa muito capitalista pensar: ‘Se não estás a trabalhar então não estás a fazer nada’”. Acrescentaria além do trabalho a educação, atualmente as principais atividades da sociedade capitalista são a educação e o trabalho, se as pessoas não estão fazendo nenhuma das duas ou as duas coisas então elas são socialmente vistas como pessoas que não querem nada com a vida ou que não se esforçam.

Falando em termos de opção dos jovens em não seguir por nenhum dos dois caminhos (educação ou trabalho, ou até mesmo um terceiro caminho que seria a busca constante por trabalho) deve-se considerar que, sobretudo, um tipo de jovem é extremamente problemático para o capital, o jovem pobre que não estuda e nem trabalha. Uma vez que esse jovem se torna inativo para o capital ele conseqüentemente não logrará superar a pobreza, o que o colocará mais cedo ou mais tarde como um usuário, ou na perspectiva capitalista neoliberal e neoconservadora como um dependente da assistência social. Para Power (2017) os jovens, principalmente por conta das baixas perspectivas sociais tem dado início a um movimento de rompimento com a redução capitalista da vida humana ao trabalho. Porém, como é sabido isso não “agrada” nenhum pouco o Estado capitalista. Por isso, esses jovens têm se tornado alvo de políticas e programas que visam ativá-los direta ou indiretamente (enquanto permanecem na educação) para o trabalho.

⁵⁰ É extremamente relevante refletir que apesar de serem considerados como inativos para o capital há uma parcela significativa desses jovens, sobretudo na América Latina, que estão envolvidos em atividades ilegais como é o caso do tráfico de drogas. Em uma sociedade em que as oportunidades de inclusão no mercado de trabalho formal são cada vez menores é a rentabilidade da ilicitude que “atrai”, sobretudo, os jovens. Essas atividades ilegais são altamente lucrativas para o capital e por isso dificilmente se executam ações efetivas para combatê-las. Seria importante que os governos pudessem mensurar em que espaços e atividades estão inseridos antes de qualificarem esses jovens. Em muitos casos, os jovens, principalmente as mulheres jovens estão atuando na esfera da reprodução da força de trabalho via trabalho doméstico. Na perspectiva de Seoane e Longobucco (2013, p.72) “en los años noventa, se dio en llamar NiNi a los jóvenes que ni estudian en el sistema educativo ni trabajan en el mercado de trabajo formal excluyendo de este modo la participación en otras redes de sociabilidad y socialización igual de importantes en la vida de los jóvenes. A partir de este indicador se ha etiquetado a un grupo de la población joven bajo la presunción de que quien no cumple con los itinerarios establecidos se convierte en un problema social”.

Existindo ou não esse movimento de rompimento do jovem com os ideais de vida impostos pelo capital, não se pode pressupor que o grande número de jovens ditos inativos que de acordo com dados da OIT (2017) corresponde a 21.8% da juventude de todo o mundo, permaneçam nessa situação por vontade própria. A dinâmica imposta na fase do “novo” imperialismo é extremamente cruel para a juventude, além de um mercado de trabalho cada vez mais excludente, os jovens são especialmente afetados pela pobreza e pela violência, o que reflete no abandono da educação e no acesso ao trabalho nas formas mais precárias. As mulheres têm ainda mais chances de estarem em uma situação de inatividade. Na América Latina “uno de cada cinco jóvenes del continente, representando más de 20 millones de personas entre 15 y 24 años de edad, vive en estas condiciones” (HOYOS et al, 2016, p.1) de não trabalhar e nem estudar. E mais da metade desses jovens são mulheres, representando 66% do total (HOYOS et al, 2016).

Dos países latino-americanos cujos dados são disponibilizados pelo Banco Mundial (2018)⁵¹ os que apresentam maior número de jovens nem-nem são: El Salvador com 28,4% do número total de jovens, Brasil com 24,3%, Colômbia com 21,8% e Argentina com 19,2%. Desses quatro países apenas a Argentina tem um programa de ativação que está mais diretamente preocupado com a juventude considerada totalmente inativa que é o *Programa Jóvenes con Más y Mejor Trabajo*. No caso de El Salvador o programa *Jóvenes con Todo* atende os nem-nem, mas também atende os jovens que estão estudando.

Além dos jovens, os programas de ativação também têm focado nas pessoas que tenham algum tipo de deficiência, no programa chileno + *Capaz Línea Discapacidad* e no *Programa de Mejoramiento de la Empleabilidad de las Personas con Discapacid* no Panamá o foco é exclusivo na população com alguma deficiência. Em outros programas essa população aparece como uma das beneficiárias. É o que acontece no *Programa de Apoyo al Empleo* no México que visa ativar grupos considerados em dificuldade para ter um emprego, que seriam jovens entre 16 e 29 anos, pessoas com deficiência, mulheres, idosos, vítimas ou infratores de crimes e pessoas em situação de extrema pobreza. No caso do programa *Uruguay Trabaja* reserva-se 4% das vagas aos deficientes. Outro caso de programa que se dirige a grupos específicos é o programa *Trabaja Perú* em que a atenção se volta para pessoas oriundas de algum conflito, guerra ou terrorismo.

⁵¹ Não constam dados dos jovens nem-nem do Chile, Guatemala e Honduras.

É significativo mencionar que dadas às condições econômicas, sociais e políticas da atual fase do capitalismo, os fluxos migratórios se tornaram cada vez mais intensos. Em grande parte a entrada de numerosos contingentes populacionais em determinadas regiões tem colocado o desafio da inserção laboral dos migrantes. Essas pessoas passam a ser uma preocupação para os distintos Estados em termos do grau de dependência da assistência social, uma vez que elas por não estarem em seu país de origem não possuem nenhuma outra rede de proteção que não seja a ofertada pelo país receptor. A ativação dessa população tem ganhado força no mundo. No caso da América Latina a situação mais expressiva atualmente se dá em função das ondas migracionais de venezuelanos, que em busca de melhores condições de vida partem para outros países da região, principalmente os fronteiriços.

Um principal direcionamento dado para os migrantes é a busca por inseri-los em algum trabalho. Por ser uma situação muito emergencial e mais localizada os programas efetuados pelos países receptores ainda são muito recentes. No caso da Colômbia a cidade de Bogotá é pioneira na execução de programas de ativação para os venezuelanos, na chamada *Ruta Diferencial Venezolanos*, a *Secretaría de Desarrollo Economico* e a *Agencia Pública de Empleo* visam facilitar o acesso dos venezuelanos a vagas de emprego e a formação e capacitação em competências diversas, até mesmo no âmbito do empreendedorismo. No caso do Brasil, a Organização dos Estados Americanos - OEA no ano de 2018 exerceu uma pressão para que o país incluísse os venezuelanos nas políticas do mercado de trabalho⁵².

Outro dado importante a se mencionar sobre o Quadro-Resumo 2 é o fato de que Argentina, Equador e Uruguai são os únicos países em que há um programa que tem como destinatária a população LGBT, o programa argentino *Seguro de Capacitación y Empleo* volta-se as pessoas cuja identidade de gênero não é coincidente com o sexo atribuído no momento de seu nascimento, ou seja, a população transgênera. O mesmo acontece no programa uruguaio *Uruguay Trabaja*. Já no caso do programa equatoriano *Impulso Joven* o alvo são os jovens LGBT. Atualmente a população LGBT tem logrado alguns avanços em matéria de reconhecimento de seus direitos, inclusive o direito ao trabalho. Porém, o avanço do neoconservadorismo na América Latina, sobretudo agora com o fim de uma era progressista, dificilmente colocará a população LGBT como público-alvo de políticas e programas, ainda mais quando se resgatam valores e padrões que não toleram o que é concebido como diferente e que buscam deslegitimar as distintas formas de existência.

⁵² Noticia publicada por PODER 360 (2018). Disponível em: < <https://www.poder360.com.br/governo/oea-pressiona-brasil-a-inserir-venezuelanos-no-mercado-de-trabalho/>>. Acesso em: janeiro de 2019.

É importante refletir que se as políticas de ativação voltadas a segmentos específicos visassem uma inserção real e efetiva desses grupos no mercado de trabalho elas poderiam funcionar como políticas afirmativas. Quando se fala em América Latina, e isso já foi trabalhado no Capítulo 1, entende-se que a herança colonial e a fundação de um capitalismo de bases dependentes fez com que a população negra e indígena formasse o contingente empobrecido da população e obtivesse acesso ao trabalho em suas formas mais precárias, sempre distantes da formalidade. Para esses indivíduos o não trabalho ou o trabalho informal e precário como conhecem é fruto de uma determinação histórica. Políticas que tivessem o intuito de diminuir a distância em que esses indivíduos estão do acesso ao trabalho como direito seriam extremamente profícuas. No entanto, pode-se observar que apenas dois programas mapeados buscam atender a população indígena é o caso do *Seguro de Capacitación y Empleo* na Argentina e do programa *Becas Laborales* no Chile.

Quanto à população negra, nenhum programa analisado está direcionado especificamente a essa população, embora ela constitua o contingente que possui maiores dificuldades em lograr inserção laboral. Segundo o Banco Mundial (2018, p. 78) “em geral, os afrodescendentes apresentam índices de desemprego mais altos em todos os países. Entre os que estão empregados, a maioria desempenha funções de baixa qualificação”. O que se observa na ausência ou quase ausência de indígenas e negros como destinatários dos programas de ativação é a negação da própria conformação da América Latina, ainda que isso seja distinto de um país para outro. O mercado de trabalho latino-americano não conseguiu ultrapassar as barreiras deixadas pelo período colonial e pela forma como o capitalismo se constituiu na região.

Embora essas duas populações sejam as mais afetadas pela pobreza⁵³, e a ativação na América Latina volte-se em sua maioria para os pobres, ao não considerar as distinções, generalizasse as mesmas formas de inserção no trabalho para todos. É como se um brasileiro negro e pobre ao participar de um curso determinado ofertado pelo programa tivesse as mesmas chances de se inserir laboralmente que um brasileiro branco e pobre, o que seria uma inverdade. Segundo o Banco Mundial (2015, p.11) “en países con grandes poblaciones

⁵³ Em relatório recente o Banco Mundial apontou que “os índices de pobreza entre afrodescendentes no Brasil são o dobro daqueles observados no resto da população; no Uruguai, três vezes maiores; e na Colômbia, no Equador e no Peru, 10 pontos percentuais acima da média nacional” (BANCO MUNDIAL, 2018, p.19). Quanto aos indígenas latino-americanos, o Banco Mundial destaca que “la pobreza afecta al 43% de los hogares indígenas de la región - más del doble de la proporción de no indígenas - y el 24% de todos los hogares indígenas vive en condiciones de pobreza extrema, es decir 2,7 veces más frecuentemente que la proporción de hogares no indígenas” (BANCO MUNDIAL, 2015, p.9)

indígenas, como Perú, Ecuador, Bolivia y México, el porcentaje de indígenas que tiene un empleo calificado y estable es entre dos y tres veces menor que el porcentaje de no indígenas”. Destarte, tanto negros quanto indígenas precisam ter suas particularidades consideradas, se não, esses grupos continuarão a padecer dos mesmos problemas.

Passando para os eixos do Quadro-Resumo 2 (Apêndice A) sobre Cobertura geográfica e Abrangência dos programas de ativação pode-se concluir que no caso da abrangência a maioria dos programas são executados a nível nacional o que indica de um lado que esses programas visam contemplar um universo extenso de pessoas. Por outro lado indica também que há uma padronização dos programas e das ações a serem executadas. Essa padronização se permitir certa flexibilidade na execução dos programas para que estes levem em conta as particularidades das distintas regiões do país tem maiores chances de conseguir alcançar os objetivos a que se propõem, caso não haja essa flexibilidade, o que teria que ser futuramente estudado para cada localidade, pode ser que em determinados locais o efeito desses programas seja pequeno ou até mesmo nulo. Um exemplo seria um curso de capacitação em uma determinada especialidade que fosse ofertado em todas as sedes executoras dos programas a nível nacional. Esse curso a depender do mercado de trabalho de cada localidade poderia ser altamente útil como incremento para inserção laboral ou totalmente inútil. O que se pressupõe é que essa flexibilização existe, caso contrário os programas seriam obsoletos.

Existem alguns programas que não possuem abrangência nacional e que são executados em apenas algumas regiões do país, é o caso de todos os programas colombianos, dos programas hondurenho e panamenho de mesmo nome (*ProJoven*) e dos programas uruguaios *Primera Experiencia Laboral* e *Objetivo Empleo*. No caso do programa panamenho e do programa uruguaio *Primera Experiencia Laboral* não ficam claros os critérios de escolha por determinados territórios, embora no caso do Panamá o *Ministerio de Trabajo y Desarrollo Laboral* deixe claro que o programa visa futuramente alcançar todo o território nacional, o que indica que está sendo implantado pouco a pouco. Já no caso do programa uruguaio *Objetivo Empleo* o critério de escolha considera as áreas de maior vulnerabilidade socioeconômica, na Colômbia os territórios considerados são aqueles com maiores níveis de pobreza e no caso do programa hondurenho são considerados os departamentos mais violentos do país.

Quanto à cobertura geográfica o que se observa é que dos 53 programas de ativação para o trabalho, 32 possuem uma cobertura tanto da população urbana quanto rural, ao passo que 21 deles se dirigem apenas a população urbana. Hoje, a América Latina é uma das regiões mais urbanizadas do mundo, conta com uma média de 80% da população vivendo em áreas urbanas (BANCO MUNDIAL, 2018). Em função dessa crescente urbanização a população acaba por se concentrar principalmente nas grandes cidades, onde se tende a ter melhores condições de vida, moradia, oportunidades de trabalho e acesso a serviços públicos. Uma vez que as grandes cidades se tornam atrativas elas também passam a concentrar um número maior de pessoas em situação de pobreza uma vez que ocorre um inchaço populacional que torna mais difícil e complexo o acesso da população a uma vida digna. Uma vez que a essa concentração nas cidades continua a crescer, inevitavelmente, se priorizam políticas e programas para as regiões urbanas.

Ainda que a cobertura da população urbana seja uma prioridade é notório mencionar que as áreas rurais estão também significativamente representadas no âmbito dos programas de ativação para o trabalho. Isso demonstra que há uma preocupação com a inserção laboral da população rural. Segundo Nota da OIT (2013) boa parte da pobreza no campo está relacionada às condições de trabalho da população rural, e é justamente no incentivo às políticas de trabalho em áreas rurais que se pode combater a pobreza nessas áreas. Os países latino-americanos que ainda possuem uma divisão bastante simétrica entre a população que vive em área rural e a população que vive em área urbana são: Belize, Guatemala, Honduras, Nicarágua, e em menor medida o Paraguai.

Em Belize segundo dados do Banco Mundial (2018) viviam no ano de 2017 em área rural 54% do total da população, na Guatemala 49%, em Honduras essa população alcançou 44%, na Nicarágua de 42% e no Paraguai a porcentagem da população em área rural é de 39%. Desses países em que quase metade ou mais da metade da população vive em área rural foram identificados programas de ativação apenas na Guatemala, Honduras e Paraguai. Tais programas consideraram a área rural para fins de cobertura geográfica somente em conjunto com a área urbana. Não foram encontrados programas exclusivamente direcionados a área rural, o que poderia indicar uma focalização na população rural.

O último eixo de análise do Quadro-Resumo 2 (Apêndice A) diz respeito ao número de beneficiários dos programas de ativação. Esse eixo é bastante significativo para observar dentro de um determinado universo projetado o quanto de fato foi alcançado. Nesse trabalho a

análise do número de beneficiários reduz-se a uma interpretação inicial tendo em vista que o rol de alcance da ativação é bastante complexo. Para se compreender de fato a capacidade de atendimento dos programas seria necessário um trabalho mais profundo com cada um dos programas, o que não é o objetivo aqui. Os programas em que o universo dos possíveis beneficiários estão fundamentados em questões como a pobreza e a vulnerabilidade são mais difíceis de analisar tendo em vista que cada país tem os seus próprios indicadores, por exemplo, a vulnerabilidade em um país nem sempre considera questões que outros países consideram. No caso dos programas que visam dar respostas ao desemprego, pode-se conhecer mais facilmente a capacidade de resposta dos programas uma vez que a medição do desemprego é mais equitativa para o conjunto da região.

Como visto anteriormente, 17 dos 53 programas de ativação dirigem-se mais diretamente a população desempregada ou subempregada. No caso da Argentina esses programas são *Empleo Independiente y Entramados Productivos Locales*, *Jóvenes con Más y Mejor Trabajo* e *Seguro de Capacitación y Empleo*. No caso do primeiro programa não foram encontrados dados sobre o número de beneficiários. No programa *Jóvenes con Más y Mejor Trabajo* como já mencionado o público alvo é o jovem que não trabalha e não estuda (mais especificamente o que não concluiu os estudos obrigatórios). Desde o período de implantação até o ano de 2017, esse programa havia beneficiado **1.756.930 milhão de jovens**, número bem maior do que o do programa *Seguro de Capacitación y Empleo* que se volta para o público adulto em geral, que do ano de 2003 até o ano de 2017 beneficiou **668.612 mil pessoas**.

Isso indica que dos programas de ativação em questão (voltados para o desemprego), os jovens foram os mais beneficiados, e são justamente eles os mais afetados pelo desemprego. Em 2017 a Argentina atingiu uma das maiores taxas de desemprego juvenil que foi de 19,86 %, no ano de início do programa – 2008 – essa taxa era de 16,52%. (BANCO MUNDIAL, 2018). Em parte essa situação se deve a forte crise vivenciada pela Argentina em função do contexto de contrarreforma imposto pelo presidente Macri desde 2015. No final ano de 2018 o país entrou oficialmente em recessão o que tende a aumentar o número de pessoas em situação de desemprego.

Na Bolívia o único programa identificado, o *Programa de Apoyo al Empleo II* beneficiou no período de setembro de 2012 a abril de 2017 apenas **19.580 mil pessoas**. É um número pequeno de pessoas atendidas se comparado ao universo de outros programas latino-

americanos como os implantados no México, *Programa de Empleo Temporal* e *Programa de Apoyo al Empleo*. No caso do *Programa de Empleo Temporal* em um único trimestre de 2018, somados as duas versões (*Normal e Inmediato*) foram beneficiados **308.665 mil pessoas**. Já no caso do *Programa de Apoyo al Empleo* no período de maior alcance (Setembro de 2015 a junho de 2016) foram beneficiadas **4.172.374 milhões de pessoas**.

É importante ressaltar que os países mencionados conformam universos muito distintos. O México possui não só o um dos maiores territórios como também um dos maiores valores populacionais da América Latina. A Bolívia não é um país tão pequeno, mas comparado ao México sim. Dados do Banco Mundial (2018) apontam que a população da Bolívia no ano de 2017 estava em aproximadamente 11 milhões de pessoas, e que o conjunto da população ativa era de 5 milhões. Já o México possuía uma população de aproximadamente 129 milhões em que 58 milhões representavam a população ativa. Dentro do conjunto da população ativa o nível de desemprego na Bolívia no ano de 2017 foi de 3,1% (aproximadamente 155.000 mil pessoas) e do México de 3,4% (quase 2 milhões de pessoas) (BANCO MUNDIAL, 2018). As taxas de desemprego dos dois países foram pequenas em relação à média da região que em 2017 foi a mais alta dos últimos anos chegando ao valor de 8,26% (BANCO MUNDIAL, 2018).

Um ponto a se destacar em relação ao motivo dessas baixas taxas foi o crescimento econômico equilibrado dos dois países nos últimos anos, porém, é importante compreender que os empregos que impactaram nessa taxa foram os empregos informais. No caso da Bolívia considerando o âmbito do trabalho não agrícola, o emprego informal representava em 2017, 79% do total de empregos (BANCO MUNDIAL, 2018). No México em dados do ano de 2018 do total de pessoas trabalhando mais de 53% estava em um emprego informal (OIT, 2018). O impacto dos programas de ativação para o trabalho nesses dois países como resposta ao desemprego é difícil de mensurar tendo em vista apenas o número de beneficiários. Entre ser beneficiário do programa e estar empregado existe um enorme hiato que implica em questões muito mais complexas do que a simples capacitação ou intermediação laboral.

No caso do programa boliviano, como observado, o número de beneficiários foi muito pequeno se tratando de um período longo (2012 a 2017) o que se justificaria em função do fato de que o “Ministerio de Trabajo Empleo y Previsión Social (MTEPS) ha iniciado un proceso de consolidación de sus políticas activas en el mercado laboral” (MTEPS, 2018). Olhando para os dados o grande problema da Bolívia atualmente não é precisaente o

desemprego, e sim a informalidade. A qualidade do trabalho a que a população boliviana tem acesso deveria ser priorizada e considerada como motivo de atenção do Estado em outro programa ou até mesmo dentro das ações do programa mencionado, o que não acontece, como poderá ser visto no Quadro-Resumo 3 (Apêndice B). O acesso a ocupações de baixa qualidade é capaz de elevar dados e passar a falsa sensação de que existe uma melhora social, porém, esse tipo de trabalho é incapaz de modificar as precárias condições de vida da classe trabalhadora, essa contínua vivenciando a pobreza que se soma a tantas outras questões, objetivas e subjetivas, que o trabalho informal traz.

No caso do México em análise disponibilizada na *Ficha de Monitoreo 2017-2018 do Programa de Apoyo al Empleo* indica-se que o subprograma *Bécate* tanto na modalidade *Capacitación Mixta* quanto na modalidade *Capacitación en la Práctica Laboral* logrou resultados positivos dentro do rol de objetivos. No caso da primeira modalidade o impacto positivo se deu “en el ingreso real de los beneficiarios después de haber terminado el curso de capacitación. A los tres meses, el efecto indica que existe una diferencia de 75.85 pesos en el ingreso semanal entre los beneficiarios y los no beneficiarios” (CONEVAL, 2018). No caso da segunda modalidade o efeito positivo impactou “en la probabilidad de contar con un empleo en el corto plazo (3 y 6 meses); así como en el ingreso semanal de los beneficiarios” (CONEVAL, 2018).

É interessante notar, como mostra o monitoramento do programa, o fato de que em função da capacitação adquirida no subprograma os beneficiários obtiveram um incremento em suas rendas e puderam ver aumentadas as suas chances de arrumar um emprego. Entretanto, é importante ressaltar que esse monitoramento deixa a desejar no sentido de que não busca identificar dentro do número de beneficiários aqueles que lograram realmente um emprego e que permaneceram nele. Dado o número até significativo de pessoas beneficiárias durante os anos de programa seria extremamente importante saber quantos deles realmente encontraram um emprego em função da capacitação ou de uma ação mais direta.

No caso dos programas chilenos voltados diretamente para os desempregados ou subempregados tanto no programa *Becas del Fondo de Cesantía Solidario e Yo Trabajo Jóvenes* o número de beneficiários é bastante semelhante. Porém, algo chama a atenção, o número reduzido de beneficiários nos dois programas em relação ao universo total dos possíveis elegíveis. Isso indica que pode existir uma rigorosa seleção para acessar os programas. Hespanha e Matos (2000) ao falarem dos programas de ativação na Europa,

apontam que, geralmente, a participação em programas desse tipo possui um “apertado critério de seleção que, muitas vezes, deixa margem à prática de discricionariedades clientelares” e isso implica no fato de que “grande parte do público-alvo desses programas acaba por ser duplamente marginalizada; primeiro, da esfera regular do mercado de trabalho; depois, do próprio processo de seleção” (HESPANHA; MATOS, 2000, p.100). É justamente isso que parece estar acontecendo no caso dos programas chilenos.

No âmbito do programa *Becas del Fondo de Cesantía Solidario* o público a que se dirige é bastante focalizado, qual seja, os beneficiários ativos do seguro-desemprego pago pelo *Fondo de Cesantía Solidario (FCS)*. No ano de 2017 receberam esse seguro **166.730 mil pessoas** (SUPERINTENDENCIA DE PENSIONES, 2018), desse valor total, participaram do programa *Becas del Fondo de Cesantía Solidario* apenas **3.087 mil pessoas**, um valor que corresponde a apenas 1,85% do total. No caso do programa *Yo Trabajo Jóvenes* o público a que se destina o programa são os jovens desempregados. No Chile atualmente dos aproximadamente 18 milhões de pessoas que vivem no país, 9 milhões conformam a população ativa. A taxa de desemprego juvenil no ano de 2017 foi de 17,2% (1,5 milhão de jovens desempregados) (BANCO MUNDIAL, 2018). Em 2017 o número de beneficiários foi de **2.080 mil**. Se comparado ao número de jovens em situação de desemprego esse valor seria irrisório, atendendo apenas 0,2 % do total.

Assim como no caso do Chile, os programas implantados no Panamá direcionados à população desempregada também apresentam valores irrisórios. Como só estavam disponíveis as informações de 2016 e/ou 2017 não foi possível saber se em outros anos o número de beneficiários foi maior, ou se também foi menor que **400 beneficiários** como mostrado no Quadro-Resumo 2 (Apêndice A). No caso dos programas de El Salvador (*Jóvenes con Todo*) e do Equador (*Impulso Joven e Fortalece Empleo*) não foram encontrados dados, nem mesmo nos anos recentes, sobre o número de beneficiários dos programas voltados à população desempregada ou subempregada.

No caso do programa peruano *Impulsa Perú* se observa que o número de beneficiários desde o ano de criação manteve uma constância. No segundo ano de execução (2012) o programa atingiu o seu maior número de beneficiários, chegando a **21.623 mil pessoas**. E o menor número de beneficiários foi no ano seguinte (2013) com **8.217 mil pessoas**. A população atual do Peru é de mais de 32 milhões, sendo que a parcela que corresponde a população ativa é de 17.902.590 milhões de pessoas. Dentro da população ativa a taxa de

desemprego correspondia em 2017 a 3,6% (644.493 mil pessoas). No ano de 2017 o número de beneficiários atendidos pelo programa *Impulsa Perú* foi de **8.729 mil**, o que representou 1,35% do público em potencial.

De todos os programas de ativação voltados para os desempregados ou subempregados o único caso em que é possível afirmar que o baixo número de beneficiários é estipulado previamente é no programa uruguaio *Yo Estudio y Trabajo*. Toda vez que se abre uma convocatória do programa são estipulados pelas empresas que recebem os jovens um número pré-determinado de vagas, essas por sua vez serão **sorteadas** (Quadro-Resumo 4) entre todos aqueles que se inscreveram. Na fase do “novo” imperialismo falar em política social é falar de ações em que “o mérito desbanca o direito, até mesmo entre os pobres, que se transformam em vítimas meritórias da proteção social por sua situação de penúria” (PEREIRA-PEREIRA; STEIN, 2010, p.107).

Nessa nova conjuntura imposta pelo capital, os indivíduos e famílias ao invés de sujeito de direitos tornam-se sujeitos de mérito, uma vez que esses indivíduos contemplem as características e cumpram as condições estabelecidas, só aí então terão acesso a proteção social ou a pseudo proteção social. Essa tendência é ainda mais forte na América Latina. Mais a frente isso se tornará visível quando da análise dos Quadros-Resumo 3 e 4 (Apêndice B e C respectivamente). Por agora é interessante averiguar a situação do programa uruguaio que traz um elemento ainda mais perverso para a política social. Os sujeitos além de possuírem o mérito para acessar o programa deverão contar também com a sorte, que é algo totalmente imprevisível e que implica para os sujeitos em uma total desconstrução do trabalho como direito. As vagas são rifadas e os que por algum motivo a conquistem terão sorte, já que o mercado não é para todos.

Além do *Yo Estudio y Trabajo*, outro programa, o *Uruguay Trabaja*, também funciona por meio de sorteio público das vagas, porém o *Ministerio do Desarrollo Social* faz questão de lembrar que o mérito é quem decide, assim afirma que “la inscripción no otorga la participación automática, sino que con aquellos que se inscriban se realizará un sorteo. Si la persona sorteada no cumple con alguno de los requisitos no podrá participar del programa” (MIDES, 2018). Os requisitos seriam: estar em situação de vulnerabilidade socioeconómica, desempregado por mais de dois anos e não ter concluído os estudos básicos.

Uma vez compreendida a abrangência e o público-alvo dos programas de ativação para o trabalho da América Latina, parte-se para o Quadro-Resumo 3 (Apêndice B). O

objetivo desse terceiro quadro é compreender qual o propósito dos programas de ativação para o trabalho e como eles são materializados, quais são as ações e serviços ofertados e se são pagos benefícios de caráter monetário, e quando da existência, como se efetuam essas transferências monetárias e quais são suas características. Para efetuar tal objetivo o Quadro-Resumo 3 (Apêndice B) foi dividido em quatro eixos de análise que são: Objetivos, Principais ações/Estratégias Ativadoras, Prestação Monetária e Prestação: Acesso/Valor/ Duração/ Condicionaliade. Todo esse aparato visa levar ao entendimento de que tipo de ativação está sendo executada na América Latina e se existe uma tendência comum entre os países da região.

O primeiro ponto a se destacar para analisar o Quadro-Resumo 3 (Apêndice B) é o que se entende aqui como **Tipo de ativação**. A OIT (2016) ao falar em políticas ativas para o mercado de trabalho na América Latina realiza uma classificação dos tipos de intervenção materializados por tais políticas, que seriam: 1) Capacitação; 2) Programas de Emprego Público; 3) Subsídios ao emprego; 4) Apoio ao trabalho por conta própria e ao Microempreendedorismo e 5) Serviços do mercado de trabalho. Partindo dessa classificação da OIT (2016) como eixo orientador, entende-se que o **Tipo de Ativação** é a forma como se busca “ativar” os indivíduos para o trabalho, pode ser por meio de um curso, de uma vaga em uma empresa, de uma ajuda financeira, etc. Dada a variedade de ações e serviços que os diferentes programas apresentam é imprescindível utilizar, com as devidas ressalvas, a classificação da OIT (2016) uma vez que ela permite enquadrar essas ações e serviços em grupo semelhantes ou próximos.

No âmbito da **Capacitação**, que é a primeira classificação, estão as ações e os serviços voltados à formação profissional dos indivíduos, à aquisição de competências, tudo aquilo que na perspectiva neoliberal e neoconservadora figura como investimento, melhoria de capital humano. Optou-se por incluir também nessa classificação a finalização dos estudos obrigatórios que é um direcionamento recorrente dentro dos programas latino-americanos. Na segunda classificação que são os **Programas de Emprego Público** as ações partem como o nome revela do poder público e visam criar empregos diretos no setor público ou semi-público e que geralmente geram benefícios a toda a sociedade (OIT, 2016).

Nesse caso se contemplam também aquelas ações em que o trabalho não se efetua necessariamente na esfera pública, mas que conta com o poder público em alguma das fases do processo, sobretudo no pagamento de prestações monetárias. Já os **Subsídios ao emprego**

compõe as “iniciativas cuyo objetivo es otorgar incentivos que faciliten la contratación o el mantenimiento de los empleos mediante una reducción de los costos del trabajo” (OIT, 2016, p.67). Exemplo de programas dentro dessa classificação são os incentivos pagos as empresas para que estas contratem trabalhadores com alguma “dificuldade” para entrar no mercado de trabalho. Nessa classificação os benefícios não são necessariamente para os indivíduos e sim para as empresas, embora o alvo final seja os indivíduos.

No caso do **Apoio ao trabalho por conta própria e ao Microempreendedorismo** estão as ações e serviços que visam “otorgar apoyo financiero y logístico a personas en situación de desempleo o inactividad que deseen empezar una actividad económica, ya sea como trabajadores independientes o con una microempresa” (OIT, 2016, p.67). Por último, o **Serviços do mercado de trabalho** “tienen como finalidad vincular a los solicitantes de empleo con los empleadores mediante una serie de servicios como, por ejemplo, la orientación profesional, el asesoramiento sobre el mercado de trabajo, la ayuda en la búsqueda de empleo y la remisión a otras medidas de reinserción como la capacitación” (OIT, 2016, p.68/69).

Em termos de tipo de ativação a América Latina conta com **11 programas** que poderiam ser classificados como sendo de Capacitação, seriam eles: *Hacemos Futuro e Becas Progressar* na Argentina, PRONATEC no Brasil, + *Capaz Línea Discapacidad e Becas del Fondo de Cesantía Solidario* no Chile, *Ingreso para la prosperidade, Empleo para la Prosperidad e Jóvenes em Acción* na Colômbia, *ProJoven* em Honduras, *Jóvenes Contruyendo el Futuro e Capacita T: El futuro en tus manos* no México. Aqueles classificados como **Programas de Emprego Público** representam **nove** no total, a saber: são o *Programa de Apoyo Temporal al Ingreso* em El Salvador, *Desarrollemos Honduras, Mi Beca Segura – Beca Primer Empleo* na Guatemala, *Programa de Empleo Temporal* no México, *Programa de Apoyo a la Inserción Laboral* no Panamá, *Trabaja Perú, Uruguay Trabaja e Primera Experiencia Laboral e Yo Estudio y Trabajo* no Uruguai.

Quanto aos programas de **Subsídio ao Emprego** apenas o programa *Padrino Empresario* no Panamá e o programa uruguaio *Objetivo Empleo* se enquadram nessa categoria. No âmbito do **Apoio ao trabalho por conta própria e ao Microempreendedorismo** são **nove** programas, quais sejam: o *Programa de Empleo Independiente y Entramados Productivos Locales* na Argentina, +*Capaz. Mujeres Emprendedoras, Yo Emprendo e Yo Emprendo Semilla* no Chile, *Mi Negocio* na Colômbia,

Programa Nacional de Apoyo a la Microempresa y la Movilidad Social na Costa Rica, *Credito de Desarrollo Humano – Credito Productivo Solidario* no Equador, *Tenonderã* no Paraguai e *Emprendimientos Productivos* no Uruguai. No caso dos programas classificados como **Serviços de Mercado de Trabalho** estão *Yo Trabajo* e *Yo Trabajo Jóvenes* no Chile

O restante dos programas de ativação para o trabalho na América Latina não foram enquadrados dentro de nenhum das classificações uma vez que executam ações e serviços em que há intervenções múltiplas e que acabam contemplando mais de uma classificação. No caso dos programas: *Seguro de Capacitación y Empleo* na Argentina, *Programa de Apoyo al Empleo II* na Bolívia, Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho no Brasil, *+Capaz Línea Regular* no Chile, *Empléate* na Costa Rica, *Fortalece Empleo* no Equador, *Pro Joven* e *Programa de Mejoramiento a la Empleabilidad de las Personas con Discapacid* no Panamá, a **Capacitação** se soma aos **Serviços do mercado de trabalho**. Em outros casos quem se soma a esses dois é o **Apoio ao trabalho por conta própria e ao microempreendedorismo** como nos programas: *Jóvenes con Más y Mejor Trabajo* na Argentina, Plano Progredir no Brasil, *Apoyo a tu Plan Laboral e Becas Laborales* no Chile, *Jóvenes con Todo* em El Salvador, *Empleo Juvenil* na Guatemala, *Programa de Apoyo al Empleo* no México, *Impulsa Perú* e *Jóvenes Productivos* no Peru. Em outros casos os beneficiários do programa podem contar também com um **Emprego Público** como no *Programa Nacional de Empleo* na Costa Rica, programa *Con chamba vivís mejor em Honduras* ou com um **Subsidio ao emprego** como no programa *Impulso Joven* no Equador.

Na análise realizada pela OIT (2016) sobre as políticas de ativação na América Latina, o tipo de intervenção considerado mais recorrente na região foi a Capacitação. Olhando a partir da pesquisa aqui realizada e do seu compilamento no Quadro-Resumo 3 (Apêndice B), poderia-se afirmar que realmente a Capacitação é o tipo de ativação mais comum na América Latina uma vez que entre os cinco tipos de ativação ela é a que aparece mais vezes, embora a diferença entre ela e as outras seja mínima. Agora, quando se consideram os programas de múltiplas intervenções em que a capacitação aparece com uma das intervenções dentro de um universo maior, ela realmente passa a ser a intervenção que aparece mais vezes do que as outras.

Esse entendimento sobre a recorrência da capacitação é extremamente relevante, na medida em que, demonstra o espraiamento da teoria do capital humano e da ideologia da empregabilidade na política de ativação latino-americana. As respostas à situação de não

inserção no mercado de trabalho levam sempre em consideração que falta algo na esfera educativa e formativa dos indivíduos que os impede de adentrar o mercado. Porém, a história do capitalismo tem mostrado que até mesmo para os mais capacitados e estudados o espectro do desemprego é real e amedrontador.

Outro ponto a se analisar dentro do Quadro-Resumo 3 (Apêndice B) diz respeito aos **Objetivos** da ativação para o trabalho na América Latina. Para a OIT (2016) as chamadas Políticas Ativas do Mercado de Trabalho – PATM possuem, nas economias emergentes e em desenvolvimento, múltiplos objetivos. Uma vez que possuem esses múltiplos objetivos, dificilmente “se puede encasillar las PAMT en categorías bien definidas, puesto que suelen estar compuestas de distintos tipos de medidas que buscan resolver problemas diversos” (OIT, 2016, p.62). Em uma perspectiva macro é possível apontar que a tendência que se observa na América Latina é de que o objetivo da ativação na região é responder a problemas que são estruturais aos países da região, ainda que em diferentes graus.

Esses problemas seriam: a pobreza (e a vulnerabilidade), o desemprego e em menor medida a desigualdade social. Como já dito anteriormente, a região da América Latina padece, em função da sua inserção periférico-dependente na dinâmica do modo de produção capitalista de estruturas que reforçam e intensificam ainda mais esses problemas que são inerentes ao capitalismo. Como pôde ser visto por meio do público-alvo, o foco geral dos programas de ativação da região é a redução da pobreza e da vulnerabilidade (entendida como a probabilidade aumentada, devido a diversos fatores, de viver em situação de pobreza).

Desde o ano de 2015, os países latino-americanos têm direcionado suas ações de combate à pobreza com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS que foram estabelecidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Esses objetivos, que ao todo são 17, estabelecem um conjunto de ações de combate à pobreza a serem desenvolvidos até o ano de 2030 pelos países que fazem parte da Organização das Nações Unidas – ONU. Dentro dessa agenda comum um importante objetivo é o de número 8, intitulado **Trabalho Decente e Crescimento Econômico** que visa “Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos” (ODS, 2015).

Na fase do “novo” imperialismo a dinâmica imposta ao mundo do trabalho é a do aumento das formas precárias de trabalho que, conseqüentemente, dificultam ainda mais as condições de vida da classe trabalhadora. Em função dessa lógica, os organismos

internacionais têm dado ênfase em propor políticas sociais em que umas das preocupações centrais tanto para redução, quanto para o combate da pobreza é o chamado trabalho decente. Esse conceito foi desenvolvido pela OIT e implica considerar em um “trabalho produtivo e de qualidade, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana” (OIT Brasília, 2018). Dos distintos programas de ativação para o trabalho analisados, sete demonstram preocupação em promover acesso ao trabalho decente/trabalho de qualidade, são eles: *Programa de Empleo Independiente y Entramados Productivos Locales e Seguro de Capacitación y Empleo* na Argentina, *Programa de Apoyo al Empleo II* na Bolívia, *Empleo Juvenil* na Guatemala, *Com chamabas vívis mejor* em Honduras e *Programa de Apoyo a la Inserción Laboral* no Panamá e *Trabaja Péru*.

A promoção do trabalho decente além de resposta à pobreza busca responder também a desigualdade social. Uma vez que a população pobre tivesse acesso ao trabalho considerado de qualidade ela poderia ter uma melhoria em seus níveis de renda e minimamente de proteção social, o que diminuiria a distância entre as classes. Porém, o que se pode inferir é que o trabalho decente apesar de ter sido assumido como um compromisso dos países da ONU, dentre eles os latino-americanos, é uma realidade difícil de ser cumprida em uma região que vive da supereexploração da força de trabalho, onde o direito de qualquer natureza em prol do trabalhador é um impeditivo claro aos anseios do capitalismo assentados em bases neoliberais e neoconservadoras. Assim, as políticas de ativação não têm se direcionado tanto a questão do trabalho de qualidade e na consequente melhoria de renda que ele gera, o foco como poderá ser visto ao analisar a intencionalidade de tais políticas é que o maior número de pessoas tenham formas de gerar sua própria renda, não importa sob que condições.

Dentro do Objetivo 8 dos ODS, duas metas são importantes para a compreensão das políticas de ativação para o trabalho, quais sejam, Meta 8.3 e a 8.6. A meta 8.3 visa “promover políticas orientadas para o desenvolvimento, que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros” (ODS, 2015). Já a meta 8.6 propõe “até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação” (ODS, 2015). Essas duas metas influenciam a direção das políticas de ativação na região latino-americana, essa influência é notória na atenção que essas políticas têm dado ao público jovem e a geração de renda por conta própria ao estimular o empreendedorismo (a cultura do autoemprego).

Como mostrados no Quadro-Resumo 3 (Apêndice B), na maioria dos países da América Latina existem, programas, ou ações dentro dos programas, voltadas tanto ao empreendedorismo quanto para a população jovem que é o foco da meta dos ODS. No caso da meta 8.6 (do Objetivo 8) que visava, principalmente, entre 2015 a 2020 reduzir o número de jovens sem emprego, pode-se deduzir que essa meta provavelmente não será alcançada, uma vez que o que tem se observado na realidade é o aumento do desemprego juvenil, sobretudo nas regiões periféricas. Em dados sobre a América Latina e o Caribe, a OIT (2) aponta que em 2015 a taxa de desemprego juvenil era de 15,2%, taxa que saltou para 18,8% no ano de 2017.

Outro objetivo importante dos ODS para pensar a ativação na América Latina é o Objetivo 4, que diz respeito a **Educação de Qualidade**. O que chama atenção nesse caso é a meta 4.4, que propõe “até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo” (ODS, 2015). Essa meta tem sustentado os programas de ativação, sobretudo os de Capacitação que visam melhorar a empregabilidade dos sujeitos, para que estes se tornem empregáveis.

Além de aparecerem como resposta à pobreza, e em alguns casos a desigualdade social, os programas de ativação para o trabalho também possuem como objetivo macro responder ao desemprego. Porém, a forma como esses programas se estruturam, e que pode ser observada no Quadro-Resumo 3 (Apêndice B), não busca soluções realmente eficazes ao desemprego. A grande questão das políticas de ativação é que elas transferem para a esfera individual a capacidade de resolver um problema que é intrínseco ao sistema capitalista, e que depende por tanto em atacar a raiz do problema, os seus pilares fundadores, o que não é o propósito da ativação. Como pode ser visto nas ações dos distintos programas latino-americanos, aquelas que possuem maior grau de intervenção do Estado são as que envolvem a criação direta de empregos, no restante, cabe aos indivíduos à busca por qualificação, a abertura de um negócio próprio, ou qualquer outra possibilidade que incremente as suas chances de inserção no mundo do trabalho. Segundo Siqueira (2011, p.220):

Qualquer proposta de “combate ao desemprego” mediante programas de qualificação, de autoajuda, de microcrédito etc, entando não o supõem como resultado estrutural do capitalismo, mas como déficit do trabalhador, é considerado nessa perspectiva um paliativo individual que em nada altera os fundamentos ou o efeito geral do problema: o desemprego e a pauperização absoluta. Não é, por

exemplo, a qualificação deste ou aquele desempregado, que vai ajudar a resolver o problema do desempregado em geral.

A política de ativação para o trabalho na América Latina não é tão estruturada quanto na Europa, mas tem ganhado força uma vez que os países da região continuam tendo que enfrentar os alarmantes índices de pobreza, desemprego e desigualdade social e, principalmente, porque o carro-chefe das políticas sociais na região desde a década de 1990, que são as políticas de transferência de renda condicionada direcionada à população pobre são sempre motivo de questionamento, uma vez que para os ditos “pobres capazes para o trabalho” qualquer ajuda é estímulo ao não-trabalho. Assim, a ativação para o trabalho ganha espaço e tende a crescer com o avanço de governos cada vez mais conservadores.

Por isso é importante compreender a intencionalidade por trás das políticas de ativação para o trabalho na América Latina, para tal objetivo segue-se agora para a análise do Quadro-Resumo 4 (Apêndice C). Esse quadro não deve ser analisado separadamente dos outros anteriormente explicitados, compreender as intenções que estruturam uma determinada política e/ou programa é algo extremamente complexo que exige articular o maior número de informações possíveis. Para compreender a intencionalidade da ativação na América Latina é necessário iniciar a reflexão com o seguinte questionamento: O que está por trás da utilização da política de ativação para o trabalho como instrumento de combate ao desemprego e a pobreza na América Latina? Ela busca reduzir a dependência das prestações assistenciais do Estado? Visa evitar o tão temido desestímulo ao trabalho? Busca a integração social da população considerada “excluída”? Ela procura proteger a classe trabalhadora ativa do desemprego? Trata-se de uma medida de redução do gasto com a proteção social? Pretende promover empregos formais e de qualidade ou possui como motivação a aceitação das formas incertas de trabalho e a consequente desmobilização da classe trabalhadora?

De certa forma, as digressões feitas até aqui dão um esboço sobre qual a intencionalidade que envolve a ativação na América Latina, porém, para que se possa afirmar de fato o rumo dessa política na região é preciso se debruçar nos seus componentes concretos. No Quadro-Resumo 4, como se pode observar no Apêndice C, existem dois eixos de análise, o primeiro diz respeito as: **Restrições ou condicionalidades exigidas nos distintos programas de ativação latino-americanos**, esse eixo surge da necessidade de compreender, sobretudo, o que restringe o acesso e a permanência dos beneficiários e se existe uma demanda de contrapartida a ser exercida pelos mesmos. Essas características são essenciais

para compreender a intencionalidade dos programas de ativação para o trabalho. É importante destacar que a construção desse eixo de análise esbarrou na falta de informações sobre o que de fato é dever ou não dos beneficiários dentro dos referidos programas de ativação, impossibilitando aprofundar algumas realidades.

No caso do segundo eixo intitulado **Discurso Governamental/Discurso Ativador** optou-se por, buscar, por meio das expressões escrita e oral dos órgãos dos governos e seus representantes, as intenções conformadoras dos programas de ativação para o trabalho na América Latina. Todas as falas ou textos utilizados no Quadro-Resumo 4 (Apêndice C) se localizam na esfera governamental, ou seja, foram falados ou escritos por representantes do governo no exercício de suas funções o que pressupõe, a supressão, em parte, de sua individualidade, e os coloca como promotores de um projeto de governo que confere um direcionamento a suas políticas e programas sociais. Embora se saiba que a ideologia política hegemônica no capitalismo atual seja a neoliberal-neoconservadora, é preciso considerar as especificidades trazidas pelos distintos governos, sobretudo, na geração e execução de políticas e programas sociais.

Dado o curto período que envolve a produção de uma dissertação e a quantidade de países e programas sociais selecionados para essa pesquisa, optou-se pela utilização de excertos que pudessem expressar a lógica que envolve os distintos programas de ativação. Uma ferramenta ainda controversa para os estudos acadêmicos que são as redes sociais mostrou-se durante a pesquisa extremamente profícua, na medida em que, atualmente os governos expressam boa parte de seus direcionamentos por meio delas. Porém, no caso do Quadro-Resumo 4 (Apêndice C), apenas em dois momentos, dada a ausência de outras fontes, optou-se por utilizá-la.

Para começar a deslindar a intencionalidade da ativação na América Latina é preciso primeiramente entender o papel que assume os indivíduos na esfera dos programas latino-americanos. Já está claro até aqui que a entrada na fase do “novo” imperialismo sob a hegemonia da ideologia neoliberal e neocconservadora tem levado a uma responsabilização cada vez maior dos indivíduos no provimento de seu próprio bem-estar social. Segundo B. S.Santos (1999, p.29/30):

Os indivíduos são convocados a serem responsáveis pelo seu destino, pela sua sobrevivência e pela sua segurança, gestores individuais das suas trajetórias sociais sem dependências nem planos predeterminados. No entanto, esta responsabilização

ocorre de par com a eliminação das condições que a poderiam transformar em energia de realização pessoal. O indivíduo é chamado a ser o senhor do seu destino quando tudo parece estar fora do seu controle. A sua responsabilização é a sua alienação; alienação que, ao contrário da alienação marxista, não resulta da exploração do trabalho assalariado, mas da ausência dela.

As políticas e programas sociais de ativação para o trabalho vêm justamente nessa lógica. Entretanto, a responsabilização dos indivíduos implica em uma redução da responsabilidade do Estado, que passa a prover apenas o necessário para impulsionar os sujeitos. As funções do Estado nos programas de ativação latino-americanos, além do repasse de uma prestação monetária ou da concessão de crédito, se localizam na esfera da mediação, orientação laboral, acessoria, assistência técnica no caso dos empreendimentos, oferta de cursos de capacitação, cursos universitários, treinamento, acompanhamento, aconselhamento, continuação dos estudos básicos e facilitação do acesso a informações sobre empregos.

Uma vez que essas ações são ofertadas, cabe ao indivíduo aproveitá-las em benefício próprio para melhorar as suas chances de conseguir se inserir no mercado de trabalho. Como apontou Siqueira (2011) em citação anterior é como se a questão da não inserção no mercado de trabalho fosse explicada por um “déficit do trabalhador”, conseqüentemente, uma vez que os empecilhos estão na esfera subjetiva, cabe aos trabalhadores empenhar-se para resolvê-los. Um primeiro ponto para entender o grau de responsabilização dos indivíduos pela sua ativação para o trabalho é questionar se eles participam do programa por vontade própria ou se essa participação deriva de uma imposição. No caso dos programas de ativação analisados nenhum deles é imposto obrigatoriamente aos indivíduos, todos são de adesão voluntária.

A adesão voluntária está representada em duas frentes: os indivíduos que em função de suas necessidades buscam por conta própria os programas de ativação para o trabalho e os indivíduos que são incentivados/incitados a participarem de tais programas. Nesse último caso, se localizam, principalmente, os programas que estão voltados aos beneficiários da assistência social, sobretudo, os destinatários das transferências de renda. Por exemplo, no caso do programa colombiano *Ingreso para la Prosperidad* o objetivo é a concessão de incentivos econômicos para que as famílias da *Red UNIDOS* adquiram habilidades e competências para a geração de renda. Já no caso do Equador se incentiva, por meio da concessão de créditos do programa *Crédito de Desarrollo Humano-Credito Productivo Solidário*, que os beneficiários da transferência de renda *Bono de Desarrollo Humano* empreendam um negócio.

No caso do Brasil, o incentivo para aderir aos programas de ativação para o trabalho volta-se preferencialmente para os beneficiários do Programa Bolsa Família. Esses são incentivados a participarem do Plano Progridir, do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho e do PRONATEC. No atendimento nos Centros de Referência em Assistência Social – CRAS’s os beneficiários são “informados” sobre as oportunidades de inclusão produtiva, geração de renda e capacitação. Com a introdução do Plano Progridir em 2017 o reforço as estratégias de inserção laboral se intensificaram, inclusive foi criado o Prêmio Progridir que premia as melhores iniciativas municipais voltadas a inclusão no mercado de trabalho e/ou geração de renda. O prêmio consiste em convênios de até um milhão de reais para o fortalecimento de tais iniciativas, essa premiação funciona como um incentivo para que os municípios do país centralizem suas ações na inclusão para o mercado de trabalho. Isso pode significar que os inscritos no CadÚnico, sobretudo os que recebem o Bolsa Família serão ainda mais incentivados a participarem desses programas, principalmente, quando o foco para o governo é: “dar autonomia para quem mais precisa” (ZERBONE, 2018).

No Paraguai, o programa *Tenonderã* incentiva que os beneficiários da transferência de renda *Tekoporã* empreendam algum negócio. O caso do Paraguai é muito particular, o programa de transferência de renda *Tekoporã* ao contrário do que acontece com os programas semelhantes da região latino-americana é o único que possui um limite de duração, se nos outros países as pessoas em situação de pobreza podem ser beneficiárias enquanto for necessário, no *Tekoporã* não, os beneficiários só podem permanecer por um período de 72 meses (6 anos).

A pobreza é vista como algo a ser superado em apenas 6 anos independentemente das distintas demandas que envolvam esse problema. Não existe possibilidade de estender o prazo de validade do programa, pensando nisso, o governo criou o programa *Tenonderã* que visa dar assistência financeira e técnica, bem como capacitação para que os beneficiários empreendam atividades produtivas. O programa possui duração de dois anos e é executado quando o beneficiário do *Tekoporã* está nos anos/etapas finais do programa. É importante ressaltar que apesar dessa íntima relação entre os dois programas a participação dos beneficiários é estimulada, porém, não é obrigatória. Não é por que participa do *Tekoporã* que necessariamente participará do *Tenonderã*.

Por sua vez o programa chileno *Apoyo a tu plan laboral* se dirige aos beneficiários do *Subsistema Chile Seguridades y Oportunidades*. Dentro desse subsistema os beneficiários dos programas *Familias* (população em situação de pobreza), *Abriendo Caminos* (jovens cujo um dos pais está privado de liberdade) e *Calle* (população em situação de rua) têm como uma das ações obrigatórias a ser executada o *Acompañamiento sociolaboral* que busca desenvolver habilidades e capacidades no público do programa para que melhorem sua empregabilidade. Os beneficiários são acompanhados por um período que varia de 12 a 24 meses por um profissional capacitado que desenvolve um *Plan de Inserción Laboral* de acordo com as necessidades de cada pessoa. Quando este plano é desenvolvido então os usuários passam para o programa específico que visa apoiá-lo que é o *Apoyo a tu plan laboral*. De certa forma o programa chileno é o que mais se aproxima de uma imposição da ativação. Uma vez que o profissional identifica “carências” em torno da dimensão do trabalho é ele quem direciona as ações de *Acompañamiento sociolaboral* e, conseqüentemente, a construção de um *Plan de Inserción Laboral*.

É importante mencionar que essa adesão voluntária pressupõe para os beneficiários a aceitação de um contrato que os vincula aos programas. Esse contrato pode ser tácito ou explícito (formalizado). Dentro da ativação para o trabalho a principal exigência dos contratos é a aquela que determina o comportamento dos beneficiários. E é justamente aí que reside o segundo ponto para compreender a responsabilização dos sujeitos. A ativação determina um comportamento a ser seguido pelos indivíduos para se tornarem beneficiários dos programas. Dentro dos distintos programas latino-americanos o que se observa é que na maioria deles cobra-se, nem sempre de modo explícito, uma postura de empenho e esforço individual. Esse comportamento cobrado vem da ideia compartilhada de que

Para que uma inclusão produtiva bem sucedida ocorra, não basta que existam oportunidades de boa qualidade e que estas sejam acessíveis aos mais pobres. É também imprescindível que, com seu esforço e tenacidade, as famílias pobres aproveitem plenamente essas oportunidades (efetiva utilização das portas de saída) De fato, oportunidades não são serviços dos quais podemos passivamente nos beneficiar. Ao contrário, para serem efetivas, as oportunidades requerem protagonismo, esforço e perseverança, sem o que não é possível alcançar sucesso na inclusão produtiva (BARROS; MENDONÇA E TSUKADA, 2011, p.5).

Entende-se a partir dessa visão que a “oportunidade” vem do Estado, o aproveitamento e o sucesso dessa “oportunidade” é responsabilidade dos indivíduos. Exemplo disso são as

falas do Intendente do Desenvolvimento Social chileno Pablo Milad e do ministro Alfredo Moreno que apontam que:

el Fosis ayuda a la gente con problemas sociales, vulnerables, que quieren salir adelante y un ejemplo de ello es la señora María Nelly Soto. Una mujer soltera con ocho hijos, que ha salido adelante en la vida, trabajó en la calle mucho tiempo vendiendo pasteles, sopapillas y empanadas, pero ella postuló al Fosis y pudo salir adelante (MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL, 2018, Fala Pablo Milad).

la base del crecimiento personal y del país es el emprendimiento de las personas, y de su fuerza para salir adelante. Aquí me han relatado las dificultades que han tenido que vencer, pero también han destacado cómo el Fosis les ha dado una nueva posibilidad para aprender y sacar el jugo a sus propios talentos. (MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL, 2018, Fala Alfredo Moreno).

E como os programas de ativação para o trabalho cobram o comportamento dos beneficiários, são exigências em nível de contrapartida ou os usuários são constrangidos por meio de sanções? No caso dos programas de ativação latino-americanos se observou durante a pesquisa que há uma falta de clareza quanto aos critérios a que os beneficiários devem seguir, mas pode-se dizer que se aproximam mais da ideia de contrapartida. O que se pode afirmar é que ao contrário do que possa parecer o pagamento de prestações monetárias dentro dos programas de ativação latino-americanos é utilizado muito mais como recompensa pelo comportamento individual do que como uma ajuda de custo temporária ou um incremento financeiro para os beneficiários. A recompensa pelo comportamento individual cria aos beneficiários o constrangimento de que se não forem respeitadas às obrigações/condições o benefício é cortado.

Dos 53 programas de ativação para o trabalho na América Latina 44 realizam o pagamento de alguma prestação monetária. Por sua vez, o repasse dessa prestação está condicionado a um determinado comportamento dos indivíduos. Os programas em que isso fica mais explícito são os implantados na Argentina. No caso do programa argentino *Seguro de Capacitación y Empleo* se entende que “si estás buscando trabajo en forma activa, el Seguro de Capacitación y Empleo (ScyE) te brinda capacitación, una suma en dinero y beneficios para que consigas un empleo de calidad” (MINISTERIO DE PRODUCCIÓN Y TRABAJO, 2018). Ou seja, as ações do programa são destinadas aqueles indivíduos que não estão acomodados, que estão fazendo sua parte e que seguem buscando trabalho. Além dessa postura exigida os beneficiários devem: participar duas vezes por mês da Oficina de Emprego para se informar sobre os avanços na sua busca por trabalho e atualizar sua história laboral;

participar das atividades disponíveis pelas Unidades de Emprego e aceitar as ofertas de trabalho disponibilizadas pela Unidade de Emprego. No caso do programa argentino Jóvenes con Más y Mejor Trabajo se estabelece que:

las y los jóvenes que, cumplida su participación en el proceso de orientación e inducción al mundo del trabajo, no se encuentren incluidos en otra prestación del Programa y se presenten, en respuesta a una citación o espontáneamente, ante la Oficina de Empleo en al menos DOS (2) oportunidades en un mismo mes, percibirán una ayuda económica mensual de PESOS DOCIENTOS VEINTICINCO (\$ 225) en concepto de asistencia a la búsqueda de empleo (RESOLUCION 497/08).

Essa é uma clara condição de recompensa pelo comportamento, pressupõe que se o jovem não está mais se capacitando ou participando de uma atividade do programa, basta que ele mantenha o seu comportamento de busca ativa e de comparecimento nas Oficinas para continuar recebendo ajuda para encontrar um emprego. O importante é que ele persevere nessa busca. No caso do programa *Becas Progresar* no âmbito da finalização da educação e da formação profissional que corresponde à capacitação em diferentes cursos, a ajuda financeira não é paga de uma única vez, 20% do total só é pago aos beneficiários em caso de êxito na conclusão dos cursos. Isso pressupõe que os gastos dos beneficiários sairão do próprio bolso, e só serão ressarcidos em caso de sucesso (conclusão). Ou seja, o benefício só é totalmente pago se ele comprovadamente for um bom aluno.

Naqueles programas que representam a maior parte das iniciativas de ativação, que são os programas de capacitação, se observa que, as exigências para os beneficiários estão em torno da permanência e continuidade na educação, formação, capacitação e na apresentação de resultados oriundos desses processos. Um bom exemplo é o programa colombiano *Jóvenes en Acción* que demanda dos jovens que estes para receberem a prestação monetária devem: se encontrar ativos em seu processo de formação e não perder a qualidade de aluno regular na instituição de ensino. Além dessas exigências o pagamento dentro do programa possui um forte caráter de vigilância dos beneficiários uma vez que ele só é realizado após a verificação, por parte do órgão governamental responsável, dos compromissos e informações sobre os resultados acadêmicos entregues pelas instituições de ensino em que o aluno está vinculado.

No programa hondurenho *Com chamba vívis mejor*, na modalidade *Chambita* voltada para a capacitação teórica e técnica dos desempregados a assistência financeira está condicionada a busca ativa, por parte dos indivíduos, de oportunidades de emprego nas oficinas do *Servicio Nacional de Empleo de Honduras (SENAEH)*. O mesmo acontece no programa boliviano

Apoyo al empleo II, em que o benefício está direcionado a “todo desempleado entendido como **buscador activo** de empleo” (PAE, 2018, grifo nosso) e no programa equatoriano que volta-se para as “personas en búsqueda de empleo”(MINISTERIO DE TRABAJO, 2018). No caso do Chile el “FOSIS apoya a las personas en situación de pobreza o vulnerabilidad **que buscan mejorar** su calidad de vida” (Site FOSIS, 2018).

É interessante observar como em muitos programas se utiliza a expressão pessoas em busca de emprego ao invés da expressão pessoas desempregadas. Essa tendência expressa em alguns programas demonstra a lógica moralizante da política de ativação para o trabalho. Os programas de ativação pressupõem um comportamento prévio para acessá-los, uma coisa é estar desempregado e ficar esperando por uma oportunidade, outra coisa é estar desempregado e buscar constantemente se inserir no mercado de trabalho. Essas duas pessoas são percebidas de modos distintos pelo Estado. As pessoas de comportamento passivo e taxadas de preguiçosas não tem vez para o neoliberalismo e o neoconservadorismo. Segundo Filgueiras e Souki (2017, p.111):

Na economia política dos programas de ativação, a questão moral ocupa lugar central. Os indivíduos que recebem apoio do Estado devem retribuir pelos benefícios recebidos, mostrando-se ativos e comprometidos. Há amplo questionamento se é justo que pessoas recebam apoio do Estado e difunde-se a ideia de que, para merecer os benefícios, elas devem demonstrar responsabilidade e aceitar as condições que lhes são impostas.

Além dessa moralização dos sujeitos que se origina da cobrança de um comportamento de proatividade é possível destacar que há uma preocupação em estimular os sujeitos a desenvolverem capacidades e habilidades que facilitariam a sua inserção no mercado de trabalho e que estariam ligados principalmente a essa conduta moral. A grande questão é o desenvolvimento de tais capacidades trata-se de mais uma estratégia dentro da política de ativação. Os sujeitos são levados a um universo cada vez mais individualizado e psicologizado onde se mobilizam para superar a pobreza e o desemprego dimensões cada vez mais subjetivas e inerentes à esfera psíquica dos indivíduos. Essa estratégia possui um forte conteúdo político uma vez que desconstrói a dimensão de pertencimento social dos sujeitos e os coloca como capazes de sozinhos resolverem problemas que não foram causados por eles.

No programa *Desarrollemos Honduras*, por exemplo, as capacitações giram em torno de três pilares: 1) autoestima e desenvolvimento pessoal; 2) visão empreendedora; 3) habilidades sociais para melhorar as condições de vida. No programa paraguaio *Tenonderã* as

capacitações seguem uma conduta semelhante e se baseiam em temas de formação empresarial (educação financeira e gestão de negócios) e desenvolvimento humano (autoestima, comunicação, negociação). No caso do Brasil o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho "Acessuas Trabalho" entende-se que:

O desenvolvimento de habilidades pessoais e orientação para o mundo do trabalho consistem na promoção de espaços de reflexão, conscientização e discussão sobre temas a ele relacionados. Nesses espaços, os participantes devem ter acesso a informações sobre oportunidades presentes no território, e momentos que possibilitem o reconhecimento de suas potencialidades, despertando o interesse em participar ativamente desse mundo (MDSA, 2017, p.24).

O programa não esclarece quais seriam essas habilidades pessoais, mas entende que cada indivíduo no processo de aproximação ao mundo do trabalho encontra as suas potencialidades. É interessante ver como o referido programa entende o trabalho como algo distante dos indivíduos, fruto de uma visão de que as pessoas pobres não trabalham e não possuem ou já possuíram alguma ocupação. O trabalho é um fardo conhecido pelos pobres, porém o tipo que eles conhecem, sobretudo na periferia do capital, não é o trabalho formal (supostamente garantidor de proteção social), e sim o trabalho informal e precário. Para o programa brasileiro o que parece faltar para que os beneficiários “façam parte” do mundo do trabalho é o conhecimento desse mundo “novo” bem como de suas potencialidades enquanto indivíduos. Com essa visão o indivíduo é mais uma vez responsabilizado por uma realidade que não foi causada por ele (desemprego e pobreza), mas que cabe a ele resolver.

No programa hondurenho *Com chamba vívis mejor*, nos programas colombianos *Mi Negócio* e *Jóvenes en Acción*, no *Jóvenes con Todo* de El Salvador e no programa panamenho *Pro Joven* fala-se em aquisição de habilidades para a vida. Essas habilidades foram definidas pela Organização Mundial da Saúde - OMS no ano de 1999 e tratam-se de dez habilidades psicossociais que geram bem-estar aos indivíduos, quais sejam: autoconhecimento, relacionamento interpessoal, empatia, lidar com os sentimentos, lidar com o estresse, comunicação eficaz, pensamento crítico, pensamento criativo, tomada de decisão e resolução de problemas.

Essas habilidades têm sido amplamente utilizadas no contexto juvenil, por isso uma maior presença delas em programas de ativação voltados ao público jovem. Os programas citados anteriormente entendem que essas habilidades transversais são essenciais para a inserção laboral dos indivíduos. Na realidade, o que essas novas habilidades fazem além

das questões já citadas é preparar os indivíduos para as novas necessidades do mercado de trabalho que é cada vez mais flexível e que afasta dia após dia a possibilidade de inclusão pela via do trabalho formal. Não é por menos que o empreendedorismo aparece na maioria dos programas de ativação ou como ação principal ou como uma das ações. Os sujeitos devem adquirir capacidades e competências para mobilizarem comportamentos, bem como o empreendedor que existe em cada um.

Se o primeiro ponto para compreender a ativação na América Latina era jogar luz à relação estabelecida com os indivíduos, um segundo e último ponto é entender a relação construída com a dimensão do trabalho. Como o trabalho é percebido dentro dos programas de ativação? E como ele é entendido em relação aos sujeitos? Ao analisar o contexto das políticas sociais na América Latina se observa que a região participa da tendência global de resgate da centralidade do trabalho (inclusive o autoemprego) como resposta aos problemas sociais. Isso é visível nos trechos extraídos do Quadro-Resumo 4:

(...) pensamos que el trabajo y la educación son los pilares básicos para salir de la pobreza”. (STANLEY, Carolina– Ministerio del Desarrollo Social, 2018).

Que la mejor política social de promoción e integración es el trabajo (...). (MTEYSS, Decreto nº 84/2014).

(...) en una sola palabra el modelo político, económico y social, que se puso en marcha el 25 de mayo de 2003, no dudaría, un sólo instante, en elegir una palabra, esa palabra es trabajo (...). Estamos hablando del instrumento que dignifica y creo realocaliza al hombre en su verdadero rol en la sociedad.” (KIRCHNER, C. 2008).

El emprendimiento es factor indiscutible en materia de superación de pobreza (PROSPERIDAD SOCIAL, Fala Jaime Barrero Director de Inclusión Productiva, 2018).

El empleo en el corazón del desarrollo (GOBIERNO DE LA REPUBLICA DE COSTA RICA, 2014, p.5).

La única cura de la pobreza es el empleo. (GOBIERNO DE HONDURAS).

“(...) la principal ayuda, la principal bendición es el empleo. El empleo digno. (HERNANDEZ, Juan Orlando, 2015).

En este Gobierno, estamos convencidos que fomentar la ocupación productiva y el empleo constituye la mejor vía para superar las desigualdades y para abatir la pobreza. (GOBIERNO DE MÉXICO, Fala Secretário del Trabajo Roberto Campa, 2018).

Consideramos que la vía para erradicar la pobreza es facilitando espacios de capacitación y propiciando la inclusión productiva (MIDES- Memoria Anual- 2016, p.16).

Entretanto, é necessário compreender que o trabalho que adquire centralidade não é entendido dentro desses programas como um direito humano universal. Segundo a Declaração

Universal dos Direitos Humanos no seu **Artigo 23** “todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego” (UNICEF, 2018). Diferente dessa perspectiva as políticas e programas de ativação latino-americanas colocam o trabalho como um mérito, algo que os indivíduos acessam em forma de recompensa por seu esforço e dedicação. As políticas de ativação segundo Pereira-Pereira (2015, p.468) “convertem, pela via moral, a transmutação da ideia de pertencimento social ao retirar da cidadania a primazia dessa inserção para transferi-la à esfera do merecimento ditado pela lógica mercantil”. O trabalho como mérito passa assim a ter dentro dessas políticas e programas a função principal de evitar que se forme uma massa de dependentes das prestações do Estado. As pessoas pobres e os desempregados são vistos dentro da lógica ativadora latino-americana como pessoas que não possuem autonomia e que podem ao receber prestações assistenciais se tornarem cada vez mais dependentes do Estado e por vezes desestimuladas ao trabalho.

Quando se analisa os objetivos dos programas de ativação latino-americanos se observa o uso de expressões como: empoderar para a promoção de progressiva autonomia econômica (*Hacemos Futuro* – Argentina), geração de emprego e renda para promover a autonomia (Plano Progridir - Brasil), promover a autonomia das famílias usuárias da política de assistência (Acessuas Trabalho - Brasil), geração de renda autônoma (Chile), geração de renda (Colômbia), sustentar um capital familiar estável (*PRONAMYPE* – Costa Rica), proteger temporariamente a renda das pessoas mais vulneráveis (*PATI* – El Salvador), inclusão econômica da população vulnerável (*Crédito Productivo Solidario* – Equador), melhorar as condições de vida (*Empleo Juvenil* – Guatemala), promover a geração de renda complementar (*Desarrollemos Honduras*) e fazer com que as famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade se tornem economicamente estáveis (*Tenonderã* - Paraguai).

Essas expressões demonstram que há uma concepção de que os desempregados e principalmente a população em situação de pobreza não possui autonomia e que sua renda não é provida por eles mesmos. E a partir disso seria necessário promover cada vez mais a autossuficiência dessas pessoas. Nos programas de ativação dirigidos aos destinatários das transferências de renda condicionada essa ideia dos pobres como dependentes é ainda mais forte como pode ser visto nas falas do Quadro-Resumo 4 expostas a seguir:

A proposta estava sendo apenas a da transferência de renda, mas as pessoas que estão no Bolsa Família querem e precisam progredir. Não é perspectiva de vida de

uma família achar que vai ficar vivendo do Bolsa Família para sempre, temos que oportunizar que essas famílias tenham uma renda melhor para si e suas famílias”, (PLANALTO CENTRAL, Fala do Ministro do Desenvolvimento Social Osmar Terra, 2017).

(...) Como conversaban ahí, el alcalde lo decía, “dame un apoyo y yo cambiaré el mundo” – ésa es la frase - y hay otra, los chinos decían “no me des el pez, enséñame a pescar”. En el fondo, “dame los apoyos, las herramientas para que yo me pare solito y siga caminando (...). Porque hay algo que es claro: con más empleo, hay mejores perspectivas para todos, o con más posibilidades de ingreso, sea por un empleo, por un emprendimiento. (BACHELET, 2016).

Queremos que logren independencia laboral y económica. Les ayudaremos a impulsar sus ideas para el bienestar suyo y la tranquilidad de sus familias. (MORENO, 2017).

A través del CDH se promueven actividades productivas, que contribuyen a la estrategia de superación de la pobreza de los destinatarios del Bono de Desarrollo Humano y Pensiones. Permitiendo así que este segmento de la población, tradicionalmente excluido del mercado financiero, inicie emprendimientos productivos que les permitan mejorar sus ingresos, disminuir la dependencia de las transferencias monetarias; y, consecuentemente la movilidad ascendente. (Site Ministerio de Inclusión Económica y Social, 2018).

Esses excertos demonstram como há uma preocupação em que os destinatários das prestações adquiram independência, porém como fala Pereira-Pereira (2015) essa independência se daria apenas na esfera econômica, e não na forma de uma autonomia política ou cidadã. Uma perspectiva diferente da observada em todos os programas foi aquela explicitada nas falas dos representantes do governo uruguaio. São perspectivas que se distanciam, não totalmente, até da forma como os programas uruguaio se estruturam. Em um país em que os programas selecionam pessoas contando com a sorte é de se admirar as falas da Ministra e da Subsecretaria do *Ministerio de Desarrollo Social* que apontam que:

Se ha instalado con fuerza el discurso de “ya basta de los pobres”, y se impuso la idea de que se les ha entregado plata y nada más. Se habla despectivamente de “la plata que les da el Mides”, se maneja un imaginario de montos que son inexactos, hasta que ponés los números arriba de la mesa y tratás de razonar. Un ejemplo: alguien con cuatro hijos o más lo máximo que puede recibir por asignación y por la tarjeta Uruguay Social son 8.000 pesos. ¿Por esa plata alguien decide no trabajar y vivir sólo con eso? Sin embargo, convivimos con el discurso de “ustedes en el Mides fomentan vagos”, cosa que no es verdad; acá hacés una convocatoria para trabajo transitorio y tenés 20.000 personas que se inscriben para 3.000 lugares, de nueve meses de trabajo y con salarios de tres BPC. (MIDES, La Diaria, 2018).

Mucho se ha escrito acerca de la innegable afirmación del papel del trabajo en el desarrollo humano. Pero, para llegar a él, todavía hay un duro camino a transitar para miles de personas. Otras, necesitarán del acompañamiento y cuidado permanente durante toda su vida” (Ministra de MIDES Arismendi, Logros 2015–MIDES, 2015, p.5).

A Subsecretária tenta por meio de sua fala desmistificar os juízos feitos em torno das transferências de renda. Ela aponta que tais transferências são incapazes de gerar qualquer desestímulo ao trabalho uma vez que, não conseguem funcionar como uma renda satisfatória. Também aponta para o fato de que sempre que se abre uma convocatória de emprego temporário ficam várias pessoas sem conseguir acesso, uma vez que a procura é ampla. Isso demonstra que não há um desestímulo ao trabalho em função das prestações do Estado, essas pessoas querem trabalhar, elas carecem é de maiores oportunidades, daí a necessidade de investir em mais políticas de ativação que visam à inserção desses indivíduos.

Na fala da ministra o que se observa é que o trabalho possui centralidade para o desenvolvimento dos indivíduos, porém, entende-se também que a inserção laboral é algo que não se pode efetivar em um curto prazo e que exige considerar as particularidades das situações que envolvem cada indivíduo. Essas concepções acreditam na política de ativação, porém destoam da concepção geral que pôde ser observada na América Latina ao longo desse capítulo. Como mostrado, a intencionalidade da ativação para o trabalho na região gira em torno de uma amplificada responsabilização dos indivíduos, responsabilização essa que se assenta na moralização, individualização e psicologização dos mesmos que têm por objetivos principais combater a dependência das prestações do Estado e o que se considera como o desestímulo ao trabalho. Como consequência dessa responsabilização e da promoção da “independência econômica” dos sujeitos, esses se tornam cada vez menos politizados e continuam a aceitar, como já fazem a muito tempo na América Latina, qualquer tipo de trabalho que lhes permita (sobre)viver.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ativação para o trabalho ainda é um universo de estudo pouco explorado na América Latina. A presente pesquisa partindo da carência de estudos mais amplos sobre uma das regiões periférico-dependentes mais importantes dentro da conjuntura mundial teve por objetivo caracterizar as tendências contemporâneas das políticas de ativação para o trabalho na região latino-americana.

A hipótese que norteou esse trabalho pressupunha que as políticas de ativação na região apresentariam mais similitudes do que dissensos, o que permitiria traçar um panorama da ativação em âmbito regional. Além disso, se estabeleceu como hipóteses acessórias que: I) as tendências comuns na política de ativação latino-americana decorrem dos problemas sociais histórico-estruturais que esses países compartilham entre si e que tais políticas se dispõem a “resolver”; II) e que as políticas de ativação dos países latino-americanos convergem em três eixos principais: população-alvo, intencionalidade e tipo de ativação.

Por meio da pesquisa bibliográfica, documental, em bases de dados e sites governamentais nos países latino-americanos selecionados pôde-se observar a confirmação das hipóteses de pesquisa. Desde o Capítulo 1 foi possível compreender que a América Latina funda-se como região, unindo distintos países, em função do processo de colonização e da posterior adesão ao capitalismo sob as bases de uma dependência econômica e por vezes política das economias capitalistas centrais. Os países que compõem a América Latina em função da constituição periférico-dependente compartilham os mesmos problemas histórico-estruturais, ainda que sob graus distintos.

Como foi mostrado anteriormente, problemas como a pobreza, a desigualdade social e o desemprego são muito mais agudos na região latino-americana. Nessa região tais problemas envolvem a perversidade da fundação da América Latina assentada na categoria de raça e na consequente exclusão ou inclusão social precária dos categorizados como índios e negros. Nessa região onde o capitalismo emerge sob bases periférico-dependentes há uma contínua superexploração da força de trabalho que condena cotidianamente uma massa da população a péssimas condições de vida. Na América Latina há também uma profunda concentração da propriedade privada em poucas mãos que alimenta e é alimentada por uma profunda concentração de poder político onde os “donos do poder” seguem fazendo suas próprias leis e trabalhando em benefício próprio.

No decorrer do tempo histórico dentro da realidade de subordinação da América Latina aos centros essas marcas fundacionais da região seguem sendo um desafio. A pobreza, a desigualdade social e o desemprego como expressões mais imediatas dessa sociedade de história forjada ainda não obteve soluções de sucesso. E desde o final do século XX esses problemas que aparentavam estar em sua forma mais grave mostraram uma face ainda mais impiedosa com a entrada do capitalismo na fase do “novo” imperialismo, onde vigora: uma crise de caráter estrutural, o constante ajuste fiscal das periferias e o aumento do grau de dependência econômica sob a forma de uma “nova” dependência.

Uma das respostas recentes que partem como orientação das economias capitalistas centrais e de seus organismos internacionais para tais problemas é a ativação para o trabalho. Renova-se o papel do trabalho (subvertido em emprego e autoemprego) como instância primordial da “proteção social”. A grande questão é que as orientações que partem do centro para a periferia como parte dessa lógica de subordinação não necessariamente possuem serventia. Ainda que os problemas gerados ou intensificados pelo modo de produção capitalista sejam uma realidade em todos aquelas formações sociais em que esse é o modo de produção hegemônico, a realidade das formações periférico-dependentes é muito distinta da dos centros-imperialistas.

Apesar das distinções entre as formações sociais a ativação resgatada pelas economias centrais em decorrência da crise de caráter estrutural passou a ser utilizada também nas economias periféricas, como é o caso da América Latina. Dada à relevância que essas políticas adquiriram na atualidade é de fundamental importância compreendê-las. No caso dessa pesquisa os programas de ativação para o trabalho implantadas na região latino-americana foram o objeto de análise. Assim, pode-se responder diversos questionamentos: Como essas políticas/programas se estruturam atualmente na região latino-americana? Quais as tendências contemporâneas da ativação na periferia do capital? Sob que aspectos tais políticas convergem, quais os pontos em comum que os países compartilham entre si?

Analisando 15 países da região e 53 programas de ativação para o trabalho pôde-se chegar à afirmação de que é possível falar em tendências da ativação para o trabalho na América Latina. Assim, a ativação na América Latina:

- 1) Institui-se a partir de um rol de ideologias e conceitos comuns que resgatam a centralidade do trabalho (subvertido em emprego e autoemprego) como principal forma de inclusão social e proteção social;

- 2) Está especialmente direcionada à população em situação de pobreza e ou vulnerabilidade, o que indica uma forte focalização nos segmentos populacionais mais pauperizados da região latino-americana;
- 3) Coloca o Estado como ente gestor da população sobrando, supérflua. O Estado no papel de gestão sai de uma intervenção mais direta junto à população para um papel de mediador, “facilitador” das oportunidades dessa população; (O braço social do Estado se torna menos interventivo, mas continua atuando diretamente junto à população com seu braço coercitivo, exemplo é a força policial);
- 4) Responsabiliza os indivíduos pela sua “condição”/situação, e os coloca como os únicos capazes de resolvê-la;
- 5) Funda-se em contratos tácitos ou explícitos entre os sujeitos e o Estado que envolve a contrapartida dos usuários, ligada principalmente a dimensão subjetiva dos sujeitos que devem ter uma postura ativa frente a sua situação;
- 6) Combate à ideia de uma população passiva;
- 7) Não possui caráter de obrigação ao trabalho e sim de incentivo ao trabalho;
- 8) Conta com o pagamento de prestações monetárias desvinculadas da lógica protetiva, atuando simplesmente como incentivo ao trabalho;
- 9) Tem baixo alcance e durabilidade, o que marca o seu forte caráter residual;
- 10) Possui como principal estratégia ativadora nos distintos países e programas a Capacitação dos indivíduos, que está ligada a uma forte crença nas teorias do capital humano e da empregabilidade, onde os problemas são tratados como resultados de alguma carência ou “déficit” individual;
- 11) Possui como motivação ou intencionalidade política evitar a dependência das populações pobres das prestações do Estado ao mesmo tempo em que visa combater o desestímulo ao trabalho que supostamente essas prestações geram;
- 12) Funciona como um claro mecanismo de despolitização da classe trabalhadora.

Essas são as tendências contemporâneas da ativação para o trabalho na América Latina que puderam ser identificadas no decorrer desse longo processo de pesquisa em uma região tão cheia de particularidades. Trata-se de um estudo de caráter inicial que visa permitir e estimular a compreensão desse crescente direcionamento que tem sido dado às políticas

sociais em todo o mundo que é aquilo que outrora Perereira-Pereira (2012) denominou de laborização da política social. Além disso, essa dissertação visa contribuir para um contínuo desafio que se apresenta na produção do conhecimento sobre as regiões periférico-dependentes que é o de produzir análises que considerem as particularidades dessas regiões e que não simplesmente apliquem de modo direto e imediato as epistemologias construídas para explicar as realidades dos centros da economia mundial.

Assim, torna-se imprescindível que as temáticas aqui abordadas encontrem continuidade e ressonância em novos estudos e pesquisas. Em meio a uma conjuntura histórica em que o neoliberalismo e o neoconservadorismo ganham um fôlego de renovação em todo o mundo é de se esperar que as utopias que envolvem a ativação para o trabalho se fortaleçam. É de se esperar também que o capitalismo em benefício próprio continue a sustentar que é capaz de incluir todos pela via do trabalho, mas que isso só será possível se os indivíduos se esforçarem.

Portanto, sugere-se como continuidade dessa dissertação o aprofundamento da análise em relação aos programas mapeados. Como esse trabalho se voltou para um contexto mais geral torna-se essencial que as particularidades dos distintos programas sejam detalhadas em uma análise futura. Questões que não puderam ser trabalhadas como: o gasto social com a ativação e quanto do orçamento é destinado às políticas sociais de caráter ativador podem aclarar a importância dessas políticas na agenda governamental dos países. Outro ponto de análise a ser detalhado seria o tempo de duração dos programas e os efeitos deles em realmente “ativar” os indivíduos para o trabalho: se conseguem alterar a renda dos beneficiários, se a renda gerada é satisfatória, que tipo de empregos gera, qual a durabilidade do emprego, quantas pessoas deixaram de receber as transferências de renda, dentre outras questões.

Além disso, seria interessante compreender como se desdobram os mecanismos de incentivo ao trabalho, que profissionais atuam junto aos usuários, em que órgãos se realizam as atividades, etc. Como mencionado anteriormente, seria relevante também analisar o contexto histórico de instituição das primeiras iniciativas ativadoras da região, sobretudo nos anos de 1990, articuladas à instituição do neoliberalismo na região. Destarte, tendo em vista que os programas analisados nessa pesquisa possuíram um recorte temporal é importante continuar monitorando os programas para os anos seguintes, sobretudo nos países em que novos governos assumirão. Por fim, também seria extremamente profícuo em função da

mesma constituição histórico-social da América Latina ampliar a pesquisa para o conjunto de países que constituem o Caribe. Assim seria possível identificar se esses países possuem políticas de ativação para o trabalho, e se possuem como elas se estruturam, se são semelhantes ou distintas das encontradas na região latino-americana. Esses são apenas alguns dos inúmeros direcionamentos que podem ser dados à temática da ativação para o trabalho na periferia do capital. Enquanto prevalecer a hegemonia da ideologia neoliberal e neoconservadora a ativação tende a permanecer como um importante objeto de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Sobre o Trabalho teórico**. Tradução Joaquim José Moura Ramos. Lisboa: Presença, 1967.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2ª edição– Londrina: Práxis; Bauru: Canal 6, 2007.

AMARAL, Marisa Silva. **Neoliberalismo na América Latina e a nova fase da dependência**. 5º Colóquio Internacional Marx e Engels. UNICAMP, 2007.

_____. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. Tese (Doutorado em Economia). Universidade de São Paulo, 2012.

_____. DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. **Para uma crítica à utilização da categoria “superexploração da força de trabalho” como manifestação da globalização nos países centrais**. Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ, 2013.

_____. CARCANHOLO, Marcelo. **A superexploração do trabalho em economias periféricas dependentes**. In: Revista. Katálysis. Florianópolis v. 12 n. 2 p. 216-225 jul./dez. 2009.

ARELLANO, José Pablo. **Políticas Sociales y Desarrollo 1924-1984**. Chile: CIEPLAN, 1985.

ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 3ª ed. 1991.

ANTUNES, Ricardo. **Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho?** In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. (Org.) *Infoproletários: Degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.

APTHEKER, Hebert. **Historia de la revolución norteamericana**. Buenos Aires: Editorial Futuro, 1965.

BAGÚ, Sergio. **Economía de la sociedade colonial**. In: Colección Socialismo y Libertad nº38. 1949.

BAMBIRRA, Vânia. **El capitalismo dependiente latinoamericano**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1987. 22ª Ed.

BANCO MUNDIAL. **Datos de libre acceso del Banco Mundial**. 2017. Disponível em: <[HTTPS://datos.bancomundial.org/?year_high_desc=true](https://datos.bancomundial.org/?year_high_desc=true)>. Acesso em: dezembro de 2018.

_____. 2015. **Latinoamérica Indígena en el Siglo XXI - Primera década**. Washington, D.C.: Banco Mundial. Licencia: Creative Commons de Reconocimiento CC BY 3.0 IGO. Disponível em:<<http://documents.worldbank.org/curated/en/541651467999959129/pdf/98544-WP-P148348-Box394854B-PUBLIC-Latinoamerica-indigena-SPANISH.pdf>>. Acesso em: dezembro de 2018.

_____. 2018. **Afrodescendentes na América Latina: Rumo a um marco de inclusão**. Washington, DC: World Bank. Licença: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO. Disponível em:< https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/30201?cid= ECR_TT_worldbank_EN_EXT>. Acesso em: dezembro de 2018.

BARBOSA, Rosângela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil.** São Paulo, 2007.

BARROS, Ricardo; MENDONÇA, Rosane; TSUKADA, Raquel. **Portas de saída, inclusão produtiva e erradicação da extrema pobreza no Brasil.** In: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA- Chamada para Debate, 2011,

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história.** 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Competência a chave do desempenho.** São Paulo: Atlas, 2012.

BETHEL, Leslie. **História da América Latina: América Latina Colonial, Volume II.** Tradução Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. 1ª edição. 1ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Brasília – DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.

BID. **Is youth entrepreneurship a necessity or an opportunity? A first exploration of household and new enterprise surveys in Latin America.** 2006. Disponível em: < [HTTPS://publications.iadb.org/Handel/11319/5184](https://publications.iadb.org/Handel/11319/5184) >. Acesso em novembro de 2018.

BLACKBURN, Robin. **A construção do escravismo no novo mundo: do barroco ao moderno 1492-1800.** Rio de Janeiro: Record, 2003.

BOHOSLAVSKY, Ernesto. **As direitas contemporâneas latino-americanas.** Entrevista concedida Julia Goldenberg. Instituto Humanistas Tunisinos – IHU, 2017. Disponível em: <<http://revistas.up.edu.pe/index.php/apuntes/article/view/228>>. Acesso em: junho 2018.

BONFIGLIO, Giovanni. **Introducción al estudio de la inmigración europea en el Perú. Apuntes.** Revista De Ciencias Sociales, (18), 93-127. 1986. Disponível em: <<http://revistas.up.edu.pe/index.php/apuntes/article/view/228>>. Acesso em: junho 2018.

BORÓN, Atílio. **Estado, capitalismo y democracia en América Latina.** Buenos Aires: CLACSO, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. **A Insidiosa Corrosão dos Sistemas de Proteção Social Europeus.** In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 754-803, out./dez. 2012.

_____. **Assistência Social e Trabalho no capitalismo.** São Paulo: Cortez, 2016.

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista.** São Paulo: Zahar, 2012.

BURNS, Bradford E. **La pobreza del progreso: América Latina en el siglo XIX.** México: Siglo Veintiuno, 1990.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência.** In: Trabalho Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 191-205, jan./abr. 2013.

_____. **(Im)precisões sobre a categoria de superexploração da força de trabalho.** In: Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013.

_____. **Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora.** In: Revista Aurora, ano IV número 6 – Agosto de 2010.

_____. PASCHOA, Juan Pablo Paineira. **Crise alimentar e financeira - A lógica especulativa atual do capital fictício.** XXVII Congresso da ALAS, Associação Latino-americana de Sociologia, Buenos Aires. 2009.

_____. **Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica.** In: Revista Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 247-272, maio/ago. 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **História Econômica da América Latina.** Tradução de Fernando Antonio Faria. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2ªed. 1984.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário.** Tradução Iraci Poleti. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal.** São Paulo: Expressão Popular, 2013a.

_____. **O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente.** Revista EM PAUTA, Rio de Janeiro, v. 11. 2013b.

_____. **As Encruzilhadas da América Latina e a militarização da “questão social”.** In: Revista Temporalis, ano 9, n.18, jul.dez./ 2009, p. 17-33. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

CE. COMISIÓN EUROPEIA. **Comunicación de la Comisión al parlamento europeo, al Consejo, al Banco Central y al Eurogrupo.** COM(2016) 95 final/2. Disponível em:< [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/ES/TXT/?uri=CELEX:52016DC0095R\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/ES/TXT/?uri=CELEX:52016DC0095R(01))>. Acesso em: novembro de 2018.

_____. PARLAMENTO EUROPEO; CONSEJO EUROPEU. **Pilar europeo de derechos sociales. 2017.** Disponível em:< https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/social-summit-european-pillar-social-rights-booklet_es.pdf>. Acesso em: novembro de 2018.

CEPAL. **Panorama laboral de América Latina 2017.**

_____. **Base de datos de programas de protección social no contributiva en América Latina y el Caribe.** 2018. Disponível em: < <http://dds.cepal.org/bdilp/#es>>. Acesso em: dezembro de 2018.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CUEVA, Agustín. **El desarrollo del capitalismo en América Latina.** México: Siglo Veintiuno Editores, 19ªed. 2004.

_____. **La política económica del fascismo.** In: Autoritarismo y fascismo en América Latina. Ecuador: Centro de Pensamiento Crítico, 2013.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais Trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea.** São Paulo: Boitempo, 2008.

DELGADO, Daniel García. **La reforma del Estado en la Argentina: de la hiperinflación al desempleo estructural.** In: Revista del CLAD Reforma y Democracia. No. 8, Caracas, 1997.

DORE, Elizabeth. **La producción cafetalera nicaragüense -1860-1960: transformaciones estructurales.** In : BRIGNOLI, Héctor. SAMPER, Mario. (Org). Tierra, café e sociedade: Ensayos sobre historia agraria centroamericana. Costa Rica: FLACSO, 1994.

DURAND, Cèdric. **Fictitious capital: how finance is appropriating our future.** London - New York: Verso, 2017.

DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro - as origens do mito da modernidade.** Conferências de Frankfurt. Tradução Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes, 1993.

EHRMAN, John. **Neoconservantism.** In: First Principles - ISI Web Journal, 2011. Disponível em: < <http://www.firstprinciplesjournal.com/articles.aspx?article=601&theme=home&page=1&loc=b&type=cttf> >. Acesso em: setembro de 2018.

ELLIOT, J. H. **A Espanha e a América no século XVI e XVII.** In: História da América Latina: América Latina Colonial, Volume I. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

ERANSUS, Begoña Pérez. **Políticas de Activación y Rentas Mínimas.** Madrid: Cáritas, 2005.

EVANGELISTA, Olinda; SHIROMA, Eneida. **O combate à pobreza nas políticas educativas do século XXI.** In: VIII Congresso Luso Afro-brasileiro de Ciências Sociais, Portugal: Universidade de Coimbra, 2004.

FALS BORDA, ORLANDO. **Historia de la cuestión agraria en Colombia.** Bogotá: Fundación ROSCA de Investigación y Acción Social, 1975.

FEDERICI, Silvia. **O calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva.** Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FILGUEIRA, Fernando. **Tipos de welfare y reformas sociales en América Latina: Eficiencia, residualismo y ciudadanía estratificada.** Guadalajara, 1997.

_____. **Cohesión, riesgo y arquitectura de protección social en América Latina.** Chile: CEPAL - División de Desarrollo Social, 2007.

FILGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha; SOUKI, Léa Guimarães. **Individualização da incerteza: direito condicionado e ativação da proteção social.** In: Revista Sociedade e Estado – Volume 32, Número 1, Janeiro/Abril 2017.

FLÓREZ N., Carmen Elisa; MEDINA D, Carlos; URREA G, Fernando. **Los costos de la exclusión social por raza o etnia en América Latina y el Caribe**. In: Coyuntura Social, Colômbia, 2003.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Desemprego e informalidade crescem na América Latina, segundo OIT. 2018**. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/10/desemprego-e-informalidade-crescem-na-america-latina-segundo-oit.shtml>>. Acesso em: outubro de 2018.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

FOURQUIN, Guy. **Historia Econômica do Ocidente Medieval**. Tradução Fernanda Barão. Lisboa: Edições 70, 1981.

FOXLEY, Alejandro. **Experimentos neoliberales en América Latina**. Chile: Coléccion Estudios CIEPLAN nº 7, 1982. Disponível em: < http://www.cieplan.org/acuerdo_fiscal/biblioteca/detalle.tpl?id=125 >. Acesso em: novembro de 2018.

FRANK, André Gunder. **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina**. In: Colección Socialismo y Libertad nº39, 1965.

_____. **Acumulação dependente e subdesenvolvimento – repensando a teoria da dependência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

FREITAS, Ruben Correa. **El centenario de la constitución mexicana de Querétaro de 1917**. In: Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, n. 51. Brasil, 2017.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 34ª Ed.

_____. **Formação econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Lia, 1970. 2ª Ed.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Galeno de Freitas. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sergio Faraco. São Paulo: L&PM, 2010.

GARGARELLA, Roberto; PÁDUA, Thiago; GUEDES, Jefferson. **Constitucionalismo latino-americano: direitos sociais e a “sala de máquinas” da Constituição**. In: Universitas Jus, v.27, n. 2, UNICEUB, Brasília, 2016.

GATES JR, Henry Louis. **Os negros na América Latina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GOLBERT, Laura; ROCA, Emilia. **De la sociedad de beneficencia a los derechos sociales**. Revista de Trabajo, Nº 8, 2010.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 3ªed. São Paulo: Ática, 1980.

_____. **Apresentação de O Capital: crítica da economia política**. Volume 1, Tomo I. In: Os Economistas. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

GRANADOS, Juan Jose Fierro. **El fenómeno migratorio asiático a ecuador - El caso chino**. Tese (Maestría en Ciencias Sociales con Mención en Relaciones Internacionales). FLACSO - Ecuador, 2010.

GUDYNAS, Eduardo. **“El progresismo se alejó de las ideas iniciales de la izquierda”**. Página Siete, La Paz, 2017. Entrevista concedida a Juan Carlos Véliz M. Disponível em: <<https://www.paginasiete.bo/nacional/2017/2/28/progresismo-alejo-ideas-iniciales-izquierda-128890.html#!>>. Acesso em: outubro de 2018.

HAMILTON, Earl J. **American treasure and the price revolution in Spain 1501-1650**. New York: Octagon Books, 1970.

HARVEY, David. **Los límites del capitalismo y la teoria marxista**. México: Fondo de Cultura Econômica. 1990.

_____. **O novo-imperialismo**. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2ªed. 2005a.

_____. **O “novo imperialismo”**: ajustes espaço-temporais e acumulação por desapossamento. In: Revista Lutas Sociais. nº13/14, PUC: São Paulo, 2005b.

_____. **O neoliberalismo: história e implicações**. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola. 2ª ed. 2011.

HERNÁNDEZ, Tanya Katerí. **Subordinação racial no Brasil e na América Latina: o papel do Estado, o Direito Costumeiro e a Nova Resposta dos Direitos Civis**. Tradução Arivaldo Santos de Souza, Luciana Carvalho Fonseca. – Salvador: EDUFBA, 2017.

HERRERA, Zaida Fonseca. **Las migraciones chinas a Costa Rica en el siglo XIX**. In: Historia comparada de las migraciones en las Américas. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Jurídicas, 2016.

HESPANHA, Pedro; MATOS, Ana Raquel. **Compulsão ao trabalho ou emancipação pelo trabalho? Para um debate sobre as políticas activas de emprego**. In: Revista Sociologias. Porto Alegre, ano 2, nº 4, jul/dez 2000.

HIRATA, Helena. **Os mundos do trabalho**. In: CASALI, Alipio et al (Org) Empregabilidade e Educação: novos caminhos no mundo do trabalho. São Paulo: EDUC, 1997.

_____. **Da polarização das qualificações ao modelo de competência**. In: FERRET, C.J et al. Novas tecnologias, trabalho e educação: um trabalho multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 1994.

HOYOS, Rafael de; ROGERS, Halsey; SZÉKELY, Miguel. 2016. “**Ninis en América Latina: 20 millones de jóvenes en busca de oportunidades.**” Banco Mundial, Washington, DC. Licencia: Creative Commons de Reconocimiento CC BY 3.0 IGO. Disponível em: <<http://repositorio.minedu.gob.pe/bitstream/handle/123456789/3921/Ninis%20en%20América%20Latina%2020%20millones%20de%20>. Acesso em: dezembro de 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação teórico-metodológica.** 19 ed. São Paulo: Cortez, [Lima: Peru], CELATS, 2006.

_____. **A questão social no capitalismo.** In: Temporáris, nº 3, Ano II. ABEPSS, 2001.

IANNI, Octavio. **Escravidão e racismo.** São Paulo: HUCITEC, 1978.

_____. **A questão nacional na América Latina.** In: Revista de Estudos Avançados. Vol.2, nº1, Jan/Mar, São Paulo. 1988.

JURADO, Juan Carlos Jurado. **Pobreza y nación en Colombia, siglo XIX.** In: Revista de Historia Iberoamericana. Medellín, 2010.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo e socialismo.** São Paulo: Expressão Popular – Perseu Abramo, 2016.

KAUTONEN, Teemu; PALMROOS, Jenni. The impact of a necessity-based start-up on subsequent entrepreneurial satisfaction. In: **International Entrepreneurship and Management Journal**, 6(3), 2010.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem – A origem do trabalho livre no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

LANGE, Oskar. **Economía Política: problemas generales.** Volume I, 2ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1966.

LARRAÑGA, Osvaldo. **El Estado Bienestar en Chile: 1910 - 2010.** Documento de Trabajo. Chile: PNUD, 2010.

LÊNIN, Vladimir. **O imperialismo etapa superior do capitalismo.** 1977. Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs/oimperialismo.pdf>>. Acesso em: setembro de 2018.

LO VUOLO, Ramón; BARBEITO, Alberto. **La nueva oscuridad de la política social. Del Estado populista al neoconservador.** Buenos Aires/Madrid: CIEPP/Miño y Dávila.1998.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II.** Tradução Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

MANDEL, Ernest. **La acumulación originaria y la industrialización del tercer mundo.** In: Ensayos sobre el neocolonialismo. México: ERA, 1971. Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=51090>. Acesso em: Julho de 2018.

_____. **O Capitalismo Tardio.** Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. 7. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Col. Os Economistas).

MARICHAL, Carlos. **Historia mínima de la deuda externa de Latinoamérica: 1820-2010.** 1ª ed. México: El Colegio de México, 2014.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** Volume 1, Tomo I. In: Os Economistas. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. **O Capital: crítica da economia política.** Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia alemã.** Tradução Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2ª ed. 2ª tiragem, 2001.

_____. **Contribuição à crítica da economia política.** Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2ª ed. 2008.

_____. **Carta ao Diretor da Revista Otechestvenniye Zapisky.** 1877. Disponível em: < <https://www.marxists.org/portugues/marx/1877/11/revista.htm> >. Acesso em: abril de 2018.

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas.** São Paulo: Paz e Terra, 4ª ed. 1985.

_____. **Características essenciais do sistema capitalista.** In: IANNI, Octavio (Org). MARX. Coleção Grandes Cientistas. São Paulo: Ática, 1988.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência.** In: Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325-356, dez. 2017.

MARLI, Mônica. **Pretos ou pardos são 63,7% dos desocupados.** 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agenciadenoticias/noticias/18013-pretos-ou-pardos-sao-63-7-dos-desocupados.html>>. Acesso em: julho de 2018.

MARSHALL, Theodore. **Cidadania, classe social e status.** Tradução Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MESA-LAGO, Carmelo. **Seguridad social y desarrollo en América Latina.** In: REVISTA DE LA CEPAL N° 28, Abril de 1986.

MÈSZÁROS, István. **Para Além do Capital - Rumo a uma teoria da transição.** Tradução Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Produção destrutiva e Estado capitalista.** 2ª ed. São Paulo: Ensaio, 1996.

MIDEPLAN. Ministerio de Planificación y Cooperación. **Evolución de las políticas sociales en Chile 1920-1991**. 1991. Disponível em: <<http://www.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/btca/txtcompleto/mideplan/evol.pol.soc.1920-91.pdf>>. Acesso em: novembro de 2018.

MORENO, Nahuel. **Cuatro tesis sobre la colonización española y portuguesa**. In: NOVACK, George. Para comprender la historia. Argentina: Ediciones Pluma, 1975.

NAKATANI, Paulo; CARCANHOLO, Reinaldo. **O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização**. In: Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 20, n. 1. 1999.

NETTO, José Paulo. **A questão social na América Latina**. In: GARCIA, Maria Lúcia; RAIZER, Eugênia Célia(Org.). A questão social e as políticas sociais no contexto latino-americano. Espírito Santo: Editora da Universidade Federal do Espírito Santo (Edufes), 2013.

_____. BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

NOVACK, George. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade**. Valdemir Lisboa dos Santos. Impresso no Brasil, 1988.

_____. **Para comprender la historia**. Argentina: Ediciones Pluma, 1975.

OCHOA, William Mejía. **Colômbia y las migraciones internacionales: evolución y panorama actual de las cifras**. In: Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana. Brasília, Ano XX, Nº 39, p. 185-210, jul./dez. 2012.

OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro Vol. 1, 1989.

OIT. **Compendio de Políticas de Mercado de trabajo**. 2016. Disponível em : < [http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/multimedia/maps-andcharts/enhanced/WCMS_614175/lang -- es/index.htm](http://www.ilo.org/global/about-the-ilo/multimedia/maps-andcharts/enhanced/WCMS_614175/lang-es/index.htm)>. Acesso em: dezembro 2018.

_____. **Global Employment Trends for Youth 2017 Paths to a better working future**. International Labour Office - Geneva: ILO, 2017. Disponível em:< [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/ publication/wcms_598669.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_598669.pdf)>. Acesso em: dezembro 2018.

_____. **Notas sobre trabajo rural. Políticas de mercado de trabajo y pobreza rural**. Nº 1. 2013. Disponível em: < https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/--sro-santiago/documents/genericdocument/wcms_222135.pdf>. Acesso em: dezembro 2018.

_____. **Convênio 142**. Disponível em: < http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_ILO_CODE:C142>. Acesso em: setembro 2018.

_____. **Panorama Laboral 2018. América Latina y Caribe**. Disponível em: < [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/--rolima/documents/publication/wcms _ 654969.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/--rolima/documents/publication/wcms_654969.pdf)>. Acesso em: janeiro de 2019.

OIT-Brasília. Temas- Trabalho Decente. 2018. Disponível em: < <https://www.ilo.org/brasilia/temas/trabalho-decente/lang--pt/index.htm>>. Acesso em: dezembro 2018.

OSÓRIO, Jaime. **Fundamentos da Superexploração**. In: Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013.

_____. **América Latina bajo el fuego de las grandes transformaciones económicas y políticas**. In: Política y Cultura, núm. 37, pp. 65-84, México, 2012.

_____. **Crítica de la Economía Vulgar – Reproducción del Capital y Dependencia**. México: Grupo Editorial Miguel Angel Porrúa, julho, 2004.

OXFAM. **Desterrados: tierra, poder y desigualdad en América Latina**. 2016. Disponível em:< http://209.177.156.169/libreria_cm/archivos/pdf_1485.pdf > Acesso em: agosto de 2018.

_____. **Privilegios que Niegan Derechos: Desigualdad extrema y secuestro de la democracia en América Latina y el Caribe**, Oxford, Reino Unido: Oxfam Internacional. 2015. Disponível em:< http://209.177.156.169/libreria_cm/archivos/pdf_1485.pdf >. Acesso em: setembro de 2018.

OZANIRA, Maria. **A pobreza enquanto categoria teórica de fundamentação e foco de intervenção dos Programas de Transferência de Renda na América Latina**. In: Revista Políticas. Públicas. São Luís, Número Especial, p. 193-200, novembro de 2016.

PASTOR, Rodolfo. **Reforma liberal, dictadura y modernización económica 1871-1944**. In: Historia mínima de Centroamerica. México: Colégio de México, 2011.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no Capitalismo: Contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes**. Tese (Doutorado em Política Social). Universidade de Brasília – UnB, 2013.

_____. **A Proteção Social em tempos sem brios**. In: Revista Argumentum. Vitória, v. 9, n. 3, p. 24-29, set./dez. 2017.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida. **Degradação do trabalho e políticas sociais “ativas” na ordem neoliberal: aproximações ao caso brasileiro**. In: SER Social, Brasília, v. 17, n. 37, p. 455-480, jul.-dez./2015.

_____. **Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania**. In: BOSCHETTI, Ivanete (Org.). Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Política Social: temas e questões**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 112, p. 729-753, out./dez. 2012.

_____. **Política Social contemporânea: concepções e configurações no contexto da crise capitalista**. In: DA COSTA, Lucia Cortes; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro; DA SILVA,

Vini Rabassa. *A política social na América do Sul: perspectivas e desafios no século XXI*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013a.

_____. **Proteção social contemporânea: *cui prodest?*** In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 116, p. 636-651, out./dez. 2013b.

_____. STEIN, Rosa Helena. **Política social: universalidade versus focalização: um olhar sobre a América Latina**. In: BOSCHETTI, Ivanete; et al. *Capitalismo em crise, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010.

PERUZZO, Juiana Feix; VALETIM, Erika Cordeiro do Rêgo Barros. **A ideologia empreendedora: ocultamento da questão de classe e sua funcionalidade ao capital**. In: *Temporalis*, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. Tradução de Francisco Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

POWER, Nina. **“É uma coisa muito capitalista pensar: ‘Se não estás a trabalhar então não estás a fazer nada’”**. Entrevista concedida a Mariana Duarte para a *Revista Público*. 2017. Disponível em: < <https://www.publico.pt/2017/09/10/sociedade/entrevista/e-uma-coisa-muito-capitalista-pensar-se-nao-estas-a-trabalhar-entao-nao-estas-a-fazer-nada-1783949> >. Acesso em: dezembro de 2018.

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Tradução de Edgar Valles. Lisboa: Seara Nova, 1975.

ROSALES, Osvaldo. **Plan Baker, deuda externa latinoamericana y reordenamiento en la economía mundial**. ILPES – Instituto Latinoamericano de Planificación e Economía Social, CEPAL, 1986.

ROUQUIÉ, Alain. **A la sombra de las dictaduras: la democracia en América Latina**. 1ª ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2011.

_____. **El Estado militar en América Latina**. México: Siglo Veintiuno, 1984.

SALAS VÍQUEZ, J. **La privatización de los baldíos nacionales en Costa Rica durante el siglo XIX: Legislación y procedimientos utilizados para su adjudicación**. In: *Revista De Historia*, (15). Recuperado a partir de <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/historia/article/view/3212>. Costa Rica, 2002.

SAFORCADA, Fernanda. **Alambrando el bien común: conocimiento, educación y derechos sociales en los procesos de privatización y mercantilización de las últimas décadas**. In: *Políticas de privatización, espacio público y educación en América Latina*. 1a ed. - Rosario: **Homo Sapiens** Ediciones, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais - Oficina do CES nº 135, 1999.

SANTOS, Elaine. **Socialismo do século XXI um conceito perdido em brumas**. Entrevista concedida a Instituto Humanistas Unisinos – IHU, 2017. Disponível em: <

<http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/564128-socialismo-do-seculo-xxi-um-conceito-perdido-nas-brumas-entrevista-especial-com-elaine-santos>>. Acesso em: outubro de 2018.

SANTOS, Milton. **Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método**. In: Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, n. 54, p. 81-100, junho de 1977.

SEMO, Enrique. **História del capitalismo em México: Los Orígenes 1521/1763**. México: Ediciones Era, 1980.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Tradução Marcos Santarrita. – 14ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2009.

SEOANE, Viviana; LONGOBUCCO, Hernán. **Trabajo juvenil: entre la producción cultural y la reproducción económica**. In: Propuesta Educativa, Año 22 N°. 40, pág. 64 a 78, Noviembre 2013.

SERENI, Emilio. **De Marx a Lênin: a categoria de "formação econômico-social"**. Tradução de Nathan Belcavello de Oliveira. In: Meridiano - Revista de Geografía, Buenos Aires: Centro de Estudios Alexander von Humboldt, n. 2, p. 297-346, 2013. Disponível em:<<http://www.revistameridiano.org/n2/17/>>. Acesso em: maio de 2018.

SCHULTZ, Theodore. **O Capital humano: Investimentos em Educação e Pesquisa**. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar. 1973.

_____. **O valor econômico da educação**. Trad. P. S. Werneck. Rio de Janeiro: Zahar. 1973.

SCHUMPETER, Joseph. **A teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. Tradução de Maria Sílvia Possas. In: **Os Economistas**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCHWARZ, Tobias. **Políticas de inmigración en América Latina: el extranjero indeseable en las normas nacionales, de la Independencia hasta los años de 1930**. In: Revista Procesos 36, II Semestre. Quito, 2012.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial – 1550-1835**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEITENFUS, Ricardo Silva. **Haiti: a soberania dos ditadores**. Porto Alegre: Solivros, 1994.

SENNET, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Tradução Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos**. Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. 2011.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas.** Tradução de Luiz João Baraúna. Volume II. In: Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SPOSATI, Aldaíza. **Tendências latino-americanas da política social pública no século 21.** In: Revista Katálysis, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 104-115, jan./jun. 2011.

STEIN, Stanley; STEIN, Bárbara. **La herencia colonial de América Latina.** México: Siglo Veintiuno, 1974.

THEODORO, Mario. **A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil.** In: **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição.** Brasília: Ipea, 2008.

TODORV, Tzvetan. **A conquista da América: a questão do outro.** Tradução de Beatriz Perroni Moi. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

TOUSSAINT, Eric. **Como o Sul tem pago pelas crises geradas pelo Norte e ampliado sua submissão.** Disponível em: < <http://www.cadtm.org/Como-o-Sul-tem-pago-pelas-crises>>. Acesso em: outubro de 2018.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas.** Tese (Doutorado em Conhecimento e Inclusão Social em Educação). Universidade Federal de Minas Gerais, 2016. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-ADQHWL>>. Acesso em: agosto de 2018.

TRECE, Carlos Parodi. **La Crisis de la Deuda en América Latina de la década de los ochenta.** Conferencia Internacional: “Deuda, Inflación y Empresas en América Latina en las décadas de 1970 y 1980”, Peru, 2015.

TRINDADE, José Raimundo Barreto. **Dívida pública e teoria do crédito em Marx: elementos para a análise das finanças do estado capitalista.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Federal do Paraná, 2006.

TROTSKY, Leon. **História da Revolução Russa.** Tradução de E. Huggins. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

UNICEF. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 2018. Disponível em:< https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.html>. Acesso em: janeiro de 2019.

VAKIS, Renos; RIGOLINI, Jamele; LUCCHETTI, Leonardo. 2015. **Los Olvidados, Pobreza crónica en América Latina y el Caribe.** Washington, DC: Banco Mundial. Licencia: Creative Commons de Reconocimiento CC BY 3.0. Disponível em:< <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/21552/Left%20Behind%20Overview%20SPANISH.pdf>>. Acesso em: setembro de 2018.

VALENCIA, Adrián Sotelo. **Desindustrialización y crisis del neoliberalismo – Maquilladoras y telecomunicaciones**. México: Plaza y Valdez, 2004.

VILAR, Pierre. **Ouro e Moeda na história, 1450-1920**. Tradução de Philomena Gebran. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

VILAS, Carlos María. **Mercado, estados y revoluciones: Centroamérica, 1950-1990**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1994.

VITALE, Luis. **Historia Social Comparada de los Pueblos de América Latina: Pueblos originários y colonia, Tomo I**. Punta Arenas: Ediciones ATELI, 1998. Disponível em: <https://www.archivochile.com/Ideas_Autores/html/vitale_1.html>. Acesso em: maio de 2018.

_____. **Historia Social Comparada de los Pueblos de América Latina: Independencia y formación social republicana-siglo XIX. Tomo II**. Punta Arenas: Ediciones ATELI, 1998. Disponível em: <https://www.archivochile.com/Ideas_Autores/html/vitale_1.html>. Acesso em: maio de 2018.

WASSERMAN, Claudia. **História Contemporânea da América Latina (1900-1930)**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.

_____. **História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas)**. 3ªed. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2003, p. 177-214.

_____. **A manutenção das oligarquias no poder: as transformações econômico-políticas e a permanência dos privilégios sociais**. In: Estudos Ibéricos, PUCRS, volume XIV, n.2. 1998.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo y esclavitud**. Madrid: Traficante de Sueños. 2011.

WILLIAMSON, John. **What Washington Means by Policy Reform?** In: Latin American Adjustment: How Much Has Happened? Washington: Institute for International Economics, 1990. Disponível em: <<https://piie.com/commentary/speeches-papers/what-washington-means-policy-reform?ResearchID=486>>. Acesso em: novembro de 2018.

YANG, Alexander Chung Yuan. **O comércio dos “coolie” [1819-1920]**. In: Revista de História, São Paulo: USP. 1977.

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo Competência: Por uma nova lógica**. Tradução Maria Helena C.V. Trylisnki. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2008.

_____. **O modelo de competência: trajetória histórica, desafios atuais e propostas**. Tradução Eric Roland René Heneault. São Paulo: SENAC. 2003.

ZERBONE, Rodrigo. **Prêmio Progredir: lista provisória dos classificados é divulgada. Reportagem por Carolina Graziadei**. MDS. 2018. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2018/fevereiro/premio-progredir-lista-provisoria-dos-classificados-e-divulgada>>. Acesso em: novembro de 2018.

ARGENTINA

CASA ROSADA. **Becas Progresar**. Disponible em: < <https://www.casarosada.gob.ar/informacion/que-estamos-diciendo/41805-becas-progresar> >. Acceso em: noviembre de 2018.

INDEC. **Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2010: Censo del Bicentenario. Pueblos originarios: región Metropolitana**. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos - INDEC, 2015.

KIRCHNER, Cristina. **Palabras de la Presidenta en la presentación de Plan de capacitación y empleo de jóvenes trabajadores**. Argentina: Casa Rosada, 2008. Disponible em: < <https://www.casarosada.gob.ar/informacion/archivo/16553-blank-61023143> >. Acceso em : noviembre de 2018.

KIRCHNER, Néstor. **Discurso del presidente de la nación, Néstor Kirchner, en la presentación de Programa Nacional Familias por la Inclusión y del Nuevo Seguro de Capacitación y Empleo**. Argentina: Casa Rosada, 2006. Disponible em: < <https://www.casarosada.gob.ar/informacion/archivo/24876-blank-58491284> >. Acceso em: noviembre de 2018.

MIRADOR PROVINCIAL. **Programas de Nación para emprendedores ya benefician a más de 17.500 santafesinos**. 2018. Disponible em:<http://www.miradorprovincial.com/?m=interior&id_um=180878-programas-de-nacion-para-emprendedores-ya-benefician-a-mas-de-17500-santafesinos-desarrollo-productivo>. Acceso em: dezembro de 2018.

MTEYSS. Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social. **Acciones de la Secretaría de Empleo - Beneficiarios según programa y según tipo de prestación**. Disponible em: <<http://trabajo.gob.ar/estadisticas/Bel/programas.asp> >. Acceso em: noviembre de 2018.

_____. **Resolución 497/2008**. Disponible em: < <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/140000-144999/140611/texact.htm> >. Acceso em: noviembre de 2018.

_____. **Resolución 1094/2009**. Disponible em: < <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/160000-164999/160543/norma.htm> >. Acceso em: noviembre de 2018.

_____. **Resolución 708/2010**. Disponible em: < <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/165000-169999/169637/texact.htm>>. Acceso em: noviembre de 2018.

_____. **Resolución 622/2014**. Disponible em: <<http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/230000-234999/231874/norma.htm>>. Acceso em: noviembre de 2018.

_____. **Resolución 650/2011**. Disponible em: <<https://www.argentina.gob.ar/normativa/resoluci%C3%B3n-650-2011-183007/texto>>. Acceso em: noviembre de 2018.

_____. **Decreto 336/2006**. Disponible em:< <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/115000-119999/115089/norma.htm> >. Acceso em: noviembre de 2018.

_____. **Decreto DNU 84/2014**. Disponível em: < <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/verNorma.do;jsessionid=14E3AE1FD94CC64BDE8CDEE5078A6665?id=225728> >. Acesso em: novembro de 2018.

PODER EJECUTIVO NACIONAL (P.E.N.). **Decreto DNU 90 / 2018**. Disponível em:< <https://www.argentina.gob.ar/normativa/decreto-90-2018-306422>>. Acesso em: novembro de 2018.

STANLEY, Carolina. "**Tenemos que trabajar para desterrar la extorsión en la calle, que son los piquetes**". Perfil, Argentina. Entrevista concedida a Ezequiel Spillman. Disponível em:< <https://www.perfil.com/noticias/politica/tenemos-que-trabajar-para-desterrar-la-extorsion-en-la-calle-que-son-los-piquetes.phtml>>. Acesso em: novembro de 2018.

SES. Secretaria de Economía Social. **Resolución nº151/2018**. Disponível em:< <http://digesto.desarrollosocial.gob.ar/normaTexto.php?Id=1276&organismo=Secretar%EDa%20de%20Econom%EDa%20Social> >. Acesso em: novembro de 2018.

_____. **Resolución nº 1298/2010**. Disponível em:< <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/175000-179999/175524/norma.htm> >. Acesso em: novembro de 2018.

BOLÍVIA

DERECHOTECA. **Decreto Supremo nº 0695 de 2010**. Disponível em:<<http://www.derechoteca.com/gacetabolivia/decreto-supremo-0695-del-11-noviembre-2010/>>. Acesso em: dezembro de 2018.

_____. **Ley nº 092 de 2011**. Disponível em:<<http://www.derechoteca.com/gacetabolivia/ley-092-del-17-marzo-2011/>>. Acesso em: dezembro de 2018.

MTEPS. **Ministerio de Trabajo Empleo y Previsión Social**. 2018. Disponível em:< http://www.empleo.gob.bo/index.php?option=com_content&view=article&id=209&Itemid=130>. Acesso em: dezembro de 2018.

PAE. Programa de Apoyo al Empleo. **Programa de Apoyo al Empleo I**. Disponível em:< http://www.pae.gob.bo/index.php?option=com_content&view=article&id=595:resultados-programa-de-apoyo-al-empleo-i&catid=1:latest-news >. Acesso em: novembro de 2018.

PLATAFORMA DE EMPLEO. Disponível em:<http://www.empleo.gob.bo/index.php?option=com_content&view=article&id=209&Itemid=130>. Acesso em: dezembro de 2018.

BRASIL

MDS. MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Resolução CNAS nº 25 de 15 de dezembro de 2016**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/>>

resolucoes/arquivos-2016/cnas-2016-025-15-12-2016-altera-a-resolucao-no-18-de-24-de-maio-de-2012.pdf/download>. Acesso em: dezembro de 2018.

MDSA. MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO. **ACESSUAS trabalho: orientações técnicas. Programa Nacional de Promoção do Acesso do Mundo do Trabalho**. Brasília, DF, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017.

PLANALTO CENTRAL. **Entenda: programa incentiva o empreendedorismo e terá articulação com iniciativa privada** (Fala Ministro do Desenvolvimento Social Osmar Terra). 2017. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/governo/planalto/programa-incentiva-o-empendedorismo-e-tera-articulacao-com-iniciativa-privada-entenda>>. Acesso em: dezembro de 2018.

PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. **Decreto nº 9.160/2017**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9160.htm>. Acesso em: dezembro de 2018.

_____. **Lei 12.513/2011**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/12513.htm>. Acesso em: dezembro de 2018.

_____. **Lei no 11.290/ 2005**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6629.htm#art72 >. Acesso em: dezembro de 2018.

SENADO FEDERAL. **RELATÓRIO Nº 6 de 2017**. Relatório de Avaliação de Política Públicas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

CHILE

BACHELET, Michelle. **Discurso de S.E. la Presidenta de la República, Michelle Bachelet Jeria, tras sostener diálogo con alumnas del Programa +Capaz**, 2016. Disponível em: < <https://prensa.presidencia.cl/lfi-content/uploads/2016/01/ene072016crm-dialogo-alumnas-capaz.pdf>>. Acesso em: novembro 2018.

_____. **Discurso de S.E. la Presidenta de la República, Michelle Bachelet Jeria al anunciar ampliación de fase piloto del Programa “Mas Capaz”**, 2014. Disponível em: <http://archivospresidenciales.archivonacional.cl/uploads/r/archivo-presidencia-de-la-republica/c/a/e/caeebf2ddaf0890adca27157b2494bbfff7d10a113710b60692172d2cc1016/_home_aristoteles_documentos_DIS_0286.pdf>. Acesso em: novembro 2018.

CENTRO MICRO DATOS. **Evaluación de Impacto de los Programas de Empleabilidad del Fondo de Solidaridad Social (FOSIS) del Ministerio de Desarrollo Social Informe Final**. 2016. Disponível em:< http://www.programassociales.cl/pdf/otras_eval/2018/EV56207_1.pdf>. Acesso em: novembro de 2018.

DIPRES. DIRECCIÓN DE PRESUPUESTOS GOBIERNO DE CHILE. **Folleto de Prioridades Presupuestarias Ley de Presupuestos 2018**. Disponível em:<

<http://www.dipres.gob.cl/597/w3-multipropertyvalues-15199-24043.html>>. Acesso em: janeiro de 2019.

FOSIS. Fondo de Solidariedad y Inversión Social. **Descrição Programas Sociais**. 2018. Disponível em: <<http://www.fosis.gob.cl/Programas/Paginas/Programas.aspx>>. Acesso em: novembro de 2018.

FOSIS-BIPS – **Banco Integrado de Programas Sociales**. Disponível em:<<http://www.programassociales.cl/>>. Acesso em: novembro de 2018.

MINISTERIO DEL DESARROLLO SOCIAL. **Registro Social de Hogares de Chile**. 2018a. Disponível em: <http://www.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/storage/docs/RSH_paper_2.pdf>. Acesso em: novembro de 2018.

_____. **Fosis abre las postulaciones a sus programas 2018**. (Fala do Ministro do Desenvolvimento Social, Alfredo Moreno). 2018b. Disponível em:<<http://www.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/noticias/fosis-abre-las-postulaciones-a-sus-programas-2018>>. Acesso em: novembro de 2018.

_____. **Maule: Gobierno hace llamado a postular a programas de emprendimiento y empleabilidad del Fosis**. (Fala do Intendente Pablo Milad). 2018. Disponível em <<http://www.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/noticias/maule-gobierno-hace-llamado-a-postular-a-programas-de-emprendimiento-y-empleabilidad-del-fosis>>. Acesso em: novembro de 2018.

MINISTERIO DEL TRABAJO Y PREVISIÓN SOCIAL. **Decreto Supremo nº101/2014**. Disponível em: <<https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1074085>>. Acesso em: novembro 2018.

_____. **Decreto Supremo nº 1.446 de 1976**. Disponível em:< <https://digitalcommons.ilr.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com/&httpsredir=1&article=1060&c>>. Acesso em: novembro de 2018.

_____.**Decreto Supremo nº 17/2016**. Disponível em: < <https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=1097606&idParte=9751700&idVersion=2016-12-07>>. Acesso em: novembro 2018.

_____. **Ley nº 20.328 que regula el Fondo de Cesantía Solidario**. Disponível em: < <https://www.leychile.cl/Navegar?idNorma=286451>>. Acesso em: novembro 2018.

SENCE. Servicio Nacional de Capacitación y Empleo. **Balance de Gestión Integral Años 2015, 2016, 2017 e 2018**. Disponível em: <<http://www.sence.cl/portal/Estudios/Balance-de-Gestion-Integral-y-Comision-Mixta/>>. Acesso em: dezembro 2018.

_____. **Resolución Exenta n° 01013 de 2015.** Disponível em: < <http://www.sence.cl/portal/Docs/Normativa/Resoluciones/3615:Resolucion-Exenta-N-01013>>. Acesso em: dezembro 2018.

_____. **Decreto Supremo n° 122, de 1998.** Disponível em: < http://www.sence.cl/601/w3-article-3124.html?_noredirect=1>. Acesso em: novembro 2018.

_____. **Ficha de diseño Becas Laborales año 2018.** Disponível em: <http://www.sence.cl/601/articles-9560_archivo_04.pdf>. Acesso em: novembro 2018.

_____. **Ficha de diseño Becas Fondo Cesantía Solidario año 2018.** Disponível em: <http://www.sence.cl/601/articles-9560_archivo_03.pdf>. Acesso em: dezembro de 2018.

SUPERINTENDENCIA DE PENSIONES. **Informe anual del Seguro de Cesantía 2017.** 2018. Disponível em: <https://www.spensiones.cl/portal/institucional/594/articles-13142_recurso_1.pdf>. Acesso em: dezembro de 2018.

COLÔMBIA

DUQUE, Ivan. **Propuestas.** Disponível em: <<https://www.ivanduke.com/propuestas/6/148/empleo/nuestra-principal-meta-social-estara-centrada-en-la-generacion-de-empleos-formales>>. Acesso em: dezembro de 2018.

PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA. **Queremos un país de jóvenes emprendedores’, dijo el Presidente Duque al entregar sede del Sena en Barranquilla.** (Fala presidente Ivan Duque). 2108. Disponível: < <https://id.presidencia.gov.co/Paginas/prensa/2018/181120-Queremos-un-pais-de-jovenes-emprendedores-dijo-el-Presidente-Duque-al-entregar-sede-del-Sena-en-Barranquilla.aspx>>. Acesso em: dezembro de 2018.

PROSPERIDAD SOCIAL. **Informe de Gestión 2017.** Disponível em: <<http://www.dps.gov.co>>. Acesso em: dezembro de 2018.

_____. **Informe de Gestión 2016.** Disponível em: < <http://www.dps.gov.co/ent/gen/trs/Paginas/Transparencia-2016.aspx>>. Acesso em: dezembro de 2018.

_____. **Informe de Gestión 2015.** Disponível em: < <http://www.dps.gov.co>>. Acesso em: dezembro de 2018.

_____. **Gobierno Nacional reactiva programa Mi Negocio para capitalizar población vulnerable em Cúcuta.** (Fala Jaime Barrero Director de Inclusión Productiva).2018. Disponível em: < www.prosperidadsocial.gov.co/inf/not/Paginas/Gobierno-Nacional-reactiva-programa-Mi-Negocio-para-capitalizar-población-vulnerable-en-Cúcuta.aspx>. Acesso em: dezembro de 2018.

COSTA RICA

CGR - Contraloría General de la República. División de Fiscalización Operativa y Evaluativa - Área de Fiscalización de Servicios Sociales - **Informe n°. DFOE-SOC-IF-23-2017**. Auditoría de carácter especial acerca de los mecanismos de capacitación, selección de beneficiarios y centros de formación, y seguimiento, del Programa Empléate, desarrollado por el ministerio de trabajo y seguridad social. 2017. Disponible em: <https://cgrfiles.cgr.go.cr/publico/jaguar/Documentos/informes_rec/DFOE-SOC-IF-23-2017.pdf>. Acceso em: dezembro de 2018.

Gobierno de la República de Costa Rica. **Estrategia Nacional de Empleo y Producción**. Disponible em: <<http://www.mtss.go.cr/elministerio/despacho/Estrategia%20Nacional%20de%20Empleo%20y%20Produccion.pdf>>. Acceso em: noviembre de 2018.

MORA, Víctor Marales. **Informe de Gestión Ministro de Trabajo y Seguridad Social. 2016**. Disponible em: <http://www.mtss.go.cr/elministerio/transparencia/informes_institucionales/informes/informes-gestion/informes-gestion/Victor_MoralesMora.pdf>. Acceso em: noviembre de 2018.

MTSS. Ministerio de Trabajo y Seguridad Social. **Anuario Estadístico 2012**. Disponible em: <<http://barometrolaboralcr.com/file/128/download?token=ee2d-S>>. Acceso em: noviembre de 2018.

_____. **Decreto Ejecutivo n° 37143**. Disponible em: <<http://www.mtss.go.cr/elministerio/marco-legal/marco-legal.html>>. Acceso em: noviembre de 2018.

_____. **Decreto Ejecutivo n° 21455/1992**. Disponible em: <<https://cgrfiles.cgr.go.cr/publico/jaguar/USI/normativa/Decretos/DE-21455.doc>>. Acceso em: noviembre de 2018.

_____. **Decreto Ejecutivo n° 29044/2000**. Disponible em: <<http://www.mtss.go.cr/elministerio/marco-legal/marco-legal.html>>. Acceso em: noviembre de 2018.

_____. **Decreto Ejecutivo 33057/2006**. Disponible em: <<https://cgrfiles.cgr.go.cr/publico/jaguar/USI/normativa/Decretos/DE-33057.doc>>. Acceso em: noviembre de 2018.

_____. **Informe de personas beneficiarias de los Programas administrados por la Dirección Nacional de Empleo**. Disponible em: <http://www.mtss.go.cr/elministerio/transparencia/presupuestos/subsidios_empleo/Beneficiarios%20de%20programas.html>. Acceso em: noviembre de 2018.

_____. **Ficha Programa Nacional de Apoyo a la Microempresa y la Movilidad Social (PRONAMYPE) 2016**. Disponible em: <https://fodesaf.go.cr/prog_soc_selectivos/programacion_anual/fichas_cronogramas/2016/fichas/Ficha%20descriptiva%20MTSS-PRONAMYPE%202016.pdf>. Acceso em: dezembro de 2018.

QUESADA, Carlos Alvarado (@Carlos AlvQ.) “Asociaremos con mayor vigor la estrategia de reducción de la pobreza, con la estrategia socio-laboral y el sistema nacional de empleo e

impulsaremos el proyecto de ley para fortalecer la inspección de trabajo en el @MTSS_CR". 3 DE DEZEMBRO DE 2018, 18:33, Twiter. Disponível em: < <https://twitter.com/CarlosAlvQ/status/1069781595983360005> > Acesso em: 7 de dezembro de 2018.

EQUADOR

GOBIERNO DE EQUADOR. **Decreto Ejecutivo nº. 11/2017**. Disponível em:< http://gobiernoabierto.quito.gob.ec/Archivos/Transparencia/2017/05mayo/A2/ANEXOS/PROCU_DECRETO_11.pdf. Acesso em: dezembro de 2018.

MINISTERIO DE INCLUSIÓN ECONÓMICA Y SOCIAL. 2018. Disponível em:< <https://www.inclusion.gob.ec/acceso-a-capital/>>. Acesso em: dezembro de 2018.

MINISTERIO DE TRABAJO. **Perfil Beneficiario Fortalece Empleo**. 2018. Disponível em:< <http://www.trabajo.gob.ec/perfil-beneficiario-fortalece-empleo/>>. Acesso em: dezembro de 2018.

MORENO, Lenin. **Presidencia de República del Ecuador**. Lanzamiento del proyecto "IMPULSO JOVEN", Quito, agosto 14 del 2017.

SENPALDES. Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo. **Plan Nacional de Desarrollo (2017-2021) Toda una Vida**. 2017, Quito – Ecuador.

Registro Oficial nº 299. **Decreto Ejecutivo nº 1392/2001**. Disponível em:< <https://www.derechoecuador.com/registro-oficial/2001/04/registro-oficial-24-de-abril-del-2001-suplemento>>. Acesso em: dezembro de 2018.

SICES. Sistema Integrado de Conocimiento y Estadística Social del Ecuador. Secretaria Nacional de Planificación y Desarrollo. Disponível em:< <http://www.conocimientosocial.gob.ec/pages/ProgramasSociales/herramientasProgramas.jsf>>. Acesso em: dezembro de 2018.

SORIA, Eduardo; RAMOS, Manuel; ROSEROS, Luis. **El Estado del Buen Vivir.Credito del Desarrollo Humano**. Ministerio de Inclusión Económica y Social. Quito, Ecuador. Disponível em: < <https://pt.slideshare.net/EduardoSoriaCceres/crdito-de-desarrollo-humano-cdh-el-estado-del-buen-vivir-ministerio-de-inclusin-econmica-y-social-mies>>. Acesso em: dezembro de 2018.

EL SALVADOR

CERÉN, Salvador Sánchez. Gobierno de El Salvador. **Palabras del señor Presidente Salvador Sánchez Cerén durante inauguración de Programa de Empleo y Empleabilidad Jóvenes con Todo**. Disponível em: < <http://www.presidencia.gob.sv/palabras-del-senor-presidente-sanchez-ceren-durante-inauguracion-de-programa-de-empleo-y-empleabilidad-jovenes-con-todo/>>. Acesso em: dezembro de 2018.

FISDL. Fondo de Inversión Social para el Desarrollo Local. **Reporte ejecutivo PATI - agosto de 2013**. Disponível em:< <http://www.fisdل.gob.sv/temas-543/programas-sociales/pati/avances> >.Acesso em: dezembro de 2018.

GOBIERNO DE EL SALVADOR. **Perfil Programa de Empleo y Empleabilidad Joven “Jóvenes Con Todo” 2014-2019.** Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/Perfil%20Programa%20de%20Empleo%20y%20Empleabilidad%20Joven%20marzo%202016.pdf >. Acesso em: dezembro de 2018.

SANFELIÚ, Margarita Beneke de. **Evaluación de Impacto del Programa de Apoyo Temporal al Ingreso (PATI) Resumen Ejecutivo.** 2014. Disponível em: <http://www.fisd.l.gob.sv/novedades/ciudadano/item/10634-#.XA6yQItKjMx >. Acesso em: dezembro de 2018.

GUATEMALA

GOBIERNO DE GUATEMALA. **A más empleos, menos migración.** (Publicado por Jéssica Osório), 2017. Disponível em:< https://www.presidencia.gob.gt/a-mas-empleos-menos-migracion/ >. Acesso em: dezembro de 2018.

MIDES. **Acuerdo Ministerial 64 /2012.** Disponível em:<http://mides.gob.gt/images/uip/ipublica/6/manualbecaempleoac.pdf>. Acesso em: dezembro de 2018.

_____. **Informes cuatrimestrales de política social de política social y programas sociales.** Disponível em:<http://www.mides.gob.gt/webtwo/informes-cuatrimetrales-politica-social-y-programas/>. Acesso em: dezembro de 2018.

PROGRAMA EMPLEO JUVENIL. **Importancia del Programa Empleo Juvenil.** Disponível em:< http://empleojuvenil.info/importancia-del-programa-empleo-juvenil/>. Acesso em: dezembro de 2018.

UNIÓN EUROPEA. **Más de 12 mil jóvenes fueron beneficiados por el Programa Empleo Juvenil.** Disponível em:< https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/51167/m%C3%A1s-de-12-mil-j%C3%B3venes-fueron-beneficiados-por-el-programa-empleo-juvenil_pt/>. Acesso em: dezembro de 2018.

HONDURAS

FOSDEH. **Foro Social de la Deuda Externa y Desarrollo de Honduras.** Disponível em: < http://www.fosdeh.com/2017/10/los-ultimos-cinco-anos-la-reduccion-la-pobreza-nohatanreal/ >. Acesso em: setembro de 2018.

GOBIERNO DE HONDURAS. **Decreto Ejecutivo nº PCM-004-2014.** Disponível em: < http://ceniss.gob.hn/Descarga/sts/PCM-04-2014_con%20chamba%20civis%20mejor.pdf>. Acesso em: setembro de 2018.

_____. **Decreto Ejecutivo nº PCM-004-2015.** Disponível em: < http://transparencia.scgg.gob.hn/descargas/temp_files/decretos/Decreto-Ejecutivo-PCM-04-2015.pdf>. Acesso em: setembro de 2018.

_____. **Con chamba vívis mejor.** Disponível em: <<http://www.estrategiaycomunicaciones.gob.hn/chamba>>. Acesso em: setembro de 2018.

_____. **Decreto 107/2010 – Ley de Ingresos complementários zonas rurales y urbano marginales.** Disponível em: <<http://www.poderjudicial.gob.hn/CEDIJ/Leyes/Documents/Reglamento%20Ley%20de%20Ingresos%20Complementarios%20en%20Zonas.PDF>>. Acesso em: setembro de 2018.

HERNANDÉZ, Juan Orlando. **Discurso Presidente Juan Orlando Hernandez, Informe de Primer año de Gobierno, Congreso Nacional.** Disponível em: <<http://www.estrategiaycomunicaciones.gob.hn/node/35>>. Acesso em: dezembro de 2018.

SEDIS. Secretaria de Desarrollo y Inclusión Social. **Informe Anual 2016.** Disponível em: <<https://sedis.gob.hn/portal/sites/default/files/INFORME%20ANUAL%20SEDIS%202017.pdf>>. Acesso em: dezembro de 2018.

_____. **Informe Anual 2017.** Disponível em: <<https://sedis.gob.hn/portal/sites/default/files/INFORME%20ANUAL%20CONSOLIDADO%202016.pdf>>. Acesso em: dezembro de 2018.

SWISSCONTACT MUNDIAL. **Formación profesional para jóvenes en riesgo de exclusión social (Projovent).** 2018. Disponível em: <<https://www.swisscontact.org/nc/es/country/america-central/proyectos/proyectos/project/-/show/formacion-profesional-para-jovenes-en-riesgo-de-exclusion-social-projovent.html>>. Acesso em: dezembro de 2018.

MÉXICO

CAPACITA T. Disponível em: <http://www.capacita-t.sems.gob.mx/idx-informacion-a.php>>. Acesso em: dezembro de 2018.

CONEVAL. Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social. **Ficha de Monitoreo 2017-2018 Programa de Apoyo al Empleo (PAE).** Disponível em: <https://www.coneval.org.mx/Evaluacion/Documents/EVALUACIONES/FMyE_2017_2018/FMyE_14_S043.pdf> Acesso em: janeiro de 2018.

GOBIERNO DE MÉXICO. **Arranca en Zacatecas el Programa Nacional de Apoyo al Empleo 2018.** (Fala Secretário del Trabajo Roberto Campa), 2018. Disponível em: <<https://www.gob.mx/stps/prensa/arranca-en-zacatecas-el-programa-nacional-de-apoyo-al-empleo-2018>>. Acesso em: dezembro de 2018.

JÓVENES CONSTRUYENDO EL FUTURO. **Ficha del Programa.** 2018. Disponível em: <<https://jovenesconstruyendoelfuturo.stps.gob.mx/>>. Acesso em: dezembro de 2018.

SEDESOL. Secretaría de Desarrollo Social. **Informes Presupuesto Ejercido 3º trimestre de 2018.** Disponível em: <http://www.sedesol.gob.mx/work/models/SEDESOL/Transparencia/InformesPresupuestoEjercido/Tercer_Informe_Trimestral_2018.pdf>. Acesso em: dezembro de 2018.

STPS. Secretaría de Trabajo y Previsión Social. Informe de Labores 2014-2015. Disponível em: < https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/40780/Tercer_Informe_de_Labores_de_la_STPS_2014-2015.pdf>. Acesso em: dezembro de 2018.

_____. **Informe de Labores 2015-2016.** Disponível em: <https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/131371/4to_informe_STPS.pdf>. Acesso em: dezembro de 2018.

_____. **Informe de Labores 2016-2017.** Disponível em: <https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/266503/Quinto_Informe_de_Labores_STPS_2016-2017.pdf>. Acesso em: dezembro de 2018.

_____. **Informe de Labores 2017-2018.** Disponível em: <https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/385402/6o_Informe_de_Labores_de_la_STPS_2017-2018.pdf>. Acesso em: dezembro de 2018.

PANAMÁ

GACETA OFICIAL. Decreto Ejecutivo nº 120 de 2012. Disponível em: < https://www.gacetaoficial.gob.pa/pdfTemp/27033/GacetaNo_27033_20120514.pdf>. Acesso em: dezembro de 2018.

MIDES. Ministerio de Desarrollo Social. Memória Anual 2014.

_____. **Memória Anual 2015.** Disponível em: < <http://www.mides.gub.uy/4312/memorias-anales>>. Acesso em: dezembro de 2018.

_____. **Memória Anual 2016.** Disponível em: < <http://www.mides.gub.uy/4312/memorias-anales>>. Acesso em: dezembro de 2018.

_____. **Memória Anual 2017.** Disponível em: < <http://www.mides.gub.uy/4312/memorias-anales>>. Acesso em: dezembro de 2018.

MITRADEL. Ministerio de Trabajo y Desarrollo Laboral. Memoria Institucional 2016 e 2017. Disponível em: < <https://www.mitradel.gob.pa/memoria-2016/>>. Acesso em: dezembro de 2018.

_____. **Panamá apuesta a la formación de su talento humano.** Fala Ministro de Trabajo y Desarrollo Laboral Luis Ernesto Carles, 2018. Disponível em: < <https://www.mitradel.gob.pa/mitradel-ha-reforzado-sus-programas-para-mejorar-la-insercion-laboral-juvenil/https://www.mitradel.gob.pa/memoria-2016/>>. Acesso em: dezembro de 2018.

_____. **En Panamá necesitamos de un talento humano formado de manera pertinente.** Fala Ministro de Trabajo y Desarrollo Laboral Luis Ernesto Carles, 2018. Disponível em: < <https://www.mitradel.gob.pa/panama-apuesta-la-formacion-talento-humano-luis-ernesto-carles/>>. Acesso em: dezembro de 2018.

_____. **Notícia. Panamá Pro Joven inserta más de cien jóvenes graduados en los dos primeros meses de 2018.** Disponível em: < <https://www.mitradel.gob.pa/panama-pro-joven-inserta-mas-cien-jovenes-graduados-los-dos-primeros-meses-2018/>>. Acesso em: dezembro de 2018.

VLEX PANAMÁ – Información jurídica inteligente. **Decreto Ejecutivo nº 150 de 2007.** Disponível em: < <https://vlex.com.pa/vid/dmysc-titulado-apoyo-insercion-laboral-30562494>>. Acesso em: dezembro de 2018.

PARAGUAY

AGÊNCIA DE INFORMACIÓN PARAGUAYA. **Cobertura de la SAS se duplica y apunta a la autosustentabilidad de las familias.** (Fala do Ministro da Secretaría de Acción Social Héctor Cárdenas). Disponível em: <<https://www.ip.gov.py/ip/cobertura-de-la-sas-se-duplica-y-apunta-a-la-autosustentabilidad-de-las-familias/>>. Acesso em: dezembro de 2018.

SAS. Secretaría de Acción Social. **Gestión Institucional 2017.** Disponível em: < http://www.mds.gov.py/archivos/documentos/Informe_de_Gestion_de_la_SAS_2013_2017_12xdidhn.pdf>. Acesso em: dezembro de 2018.

PERU

IMPULSA PERÚ. **Decreto Supremo nº 016-2011-TR.** Disponível em: <<http://www.impulsa.peru.gob.pe/portal/el-programa/marco-legal>>. Acesso em: dezembro de 2018.

_____. **Decreto Supremo nº 003-2015-TR .** Disponível em: <<http://www.impulsaperu.gob.pe/portal/el-programa/marco-legal>>. Acesso em: dezembro de 2018.

_____. **Resolución Ministerial nº 175-2015-TR .** Disponível em: <<http://www.impulsaperu.gob.pe/portal/el-programa/marco-legal>>. Acesso em: dezembro de 2018.

GOBIERNO DE PERÚ. **Mensaje a la nación del presidente de la República,** Lima 28 de julio de 2016. Disponível em: < <https://www.presidencia.gob.pe/docs/mensajes/MENSAJE-NACION-28-07-2016.pdf>>. Acesso em: novembro de 2018.

_____. **Mensaje a la nación del presidente de la República,** Lima, 28 de julio de 2017. Disponível em: < <https://www.presidencia.gob.pe/docs/mensajes/MENSAJE-NACION-28-07-2017.pdf>>. Acesso em: novembro de 2018.

JÓVENES PRODUCTIVOS. **Decreto Supremo nº 013-2011-TRABAJO.** Disponível em: < <https://www.ilo.org/dyn/natlex/docs/ELECTRONIC/88633/101433/F2090330172/PER88633.pdf>>. Acesso em: dezembro de 2018.

MTEPE. Ministerio de Trabajo y Promoción de Empleo. **Anuário Estadístico 2011.** Disponível em: < http://www.trabajo.gob.pe/archivos/file/estadisticas/anuario/ANUARIO_ESTADISTICO_2011.pdf>. Acesso em: dezembro de 2018.

_____. **Anuário Estadístico 2012.** Disponível em: <http://www.trabajo.gob.pe/archivos/file/estadisticas/anuario/ANUARIO_ESTADISTICO_2012.pdf>. Acesso em: dezembro de 2018.

_____. **Anuário Estadístico 2013.** Disponível em: <http://www.trabajo.gob.pe/archivos/file/estadisticas/anuario/ANUARIO_ESTADISTICO_2013.pdf>. Acesso em: dezembro de 2018.

_____. **Anuário Estadístico 2014.** Disponível em: <http://www.trabajo.gob.pe/archivos/file/estadisticas/anuario/ANUARIO_ESTADISTICO_2014.pdf>. Acesso em: dezembro de 2018.

_____. **Anuário Estadístico 2015.** Disponível em: <http://www2.trabajo.gob.pe/archivos/estadisticas/anuario/Anuario_2015_280616.pdf>. Acesso em: dezembro de 2018.

_____. **Anuário Estadístico 2016.** Disponível em: <http://www2.trabajo.gob.pe/archivos/estadisticas/anuario/Anuario_2016_020717.pdf>. Acesso em: dezembro de 2018.

_____. **Anuário Estadístico 2017.** Disponível em: <https://gobpe-production.s3.amazonaws.com/uploads/document/file/229919/Anuario_2017_opt.pdf>. Acesso em: dezembro de 2018.

TRABAJO PERÚ. **Decreto Supremo 012-2011-TR.** Disponível em: <https://www.ilo.org/dyn/natlex/natlex4.detail?p_lang=en&p_isn=91335&p_country=PER&p_count=1435>. Acesso em: dezembro de 2018.

_____. **Decreto Supremo 004-2012-TR.** Disponível em: <https://www.trabajo.gob.pe/archivos/file/peru_responsable/normativa/DS_04-2012-TR.pdf>. Acesso em: dezembro de 2018.

URUGUAI

GOBIERNO DE URUGUAY. **Ley 18.240 de 2007.** Disponível em: <<https://legislativo.parlamento.gub.uy/temporales/leytemp8452960.htm>>. Acesso em: dezembro de 2018.

LA DIARIA. **¿Una batalla perdida?** Ana Oliveira e Maria Arismendi. Disponível em: <<https://findesemana.ladiaria.com.uy/articulo/2018/7/una-batalla-perdida/>>. Acesso em: dezembro de 2018.

MIDES. MINISTERIO DE DESARROLLO SOCIAL. **Logros 2015. Metas 2016. Desafios 2015-2019. Informes narrativos.** Prólogo Marina Arismendi. Disponível em: <<http://mides.fic.edu.uy:8080/xmlui/handle/123456789/670>>. Acesso em: dezembro de 2018.

_____. **Uruguay Trabaja - Edición 2018. 2018.** Disponível em: <<http://www.mides.gub.uy/uruguay-trabaja>>. Acesso em: dezembro de 2018.

_____. **Memorias Anuales.** Disponible em: <<http://www.mides.gub.uy/4312/memorias-anuales>>. Acceso em: dezembro de 2018.

MIDES URUGUAY (@midesuy) "PEL es un paso de entrada al mundo del trabajo y a la sociedad para los jóvenes.", @MarinadeFrente, ministra del MIDES. 27 DE JULIO DE 2018, 6:04. Twiter. Disponible em:< <https://twitter.com/midesuy/status/1022830132376088577> > Acceso em: dezembro de 2018.

MTSS. Ministerio de Trabajo y Seguridad Social. **Bases y Condiciones del Programa Yo Estudio y Trabajo Séptima Edición – 2018.** Disponible em: <https://www.mtss.gub.uy/c/document_library/get_file?uuid=bcad385b-c9fe-49d4-82ab-984299c4424f&groupId=11515>. Acceso em: dezembro de 2018.

_____. **Memorias Anuales.** Disponible em: <<https://www.mtss.gub.uy/web/mtss/memoria-anual>>. Acceso em: dezembro de 2018.

APÊNDICE A - QUADRO-RESUMO 2: PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DAS POLÍTICAS/PROGRAMAS DE ATIVAÇÃO PARA O TRABALHO

PAÍS	PROGRAMAS DE ATIVAÇÃO	PÚBLICO-ALVO	COBERTURA GEOGRÁFICA (Rural /Urbana)	ABRANGÊNCIA (Nacional/Municipal/Provincial)	NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS (período de vigência)
Argentina	Hacemos Futuro	<ul style="list-style-type: none"> - Argentinos ou estrangeiros com residência permanente; - Estejam em situação de vulnerabilidade socioeconômica. - Ter entre 18 e 65 anos de idade. - Que possuam até um bem durável; 	Urbana	Nacional	261.000 (2018)
	BECAS PROGRESAR- Programa de Respaldo a Estudantes de Argentina	<ul style="list-style-type: none"> - Jovens de 18 a 24 anos de idade em situação de vulnerabilidade que: 1) Estejam desocupados; 2) Sejam trabalhadores assalariados; 3) Trabalhadores estacionais; 4) Trabalhem na economia informal; 5) Trabalhadores domésticos; 6) 	Urbana	Nacional	

		<p>Recebam pensões ou pensões não contributivas; 7) Beneficiários do programas : Asignación Universal por Hijo ou Embarazo para Protección Social.</p> <p>- Em todos esses casos os valores recebidos devem ser menores ou iguais o valor de 3 salários mínimos*.</p> <p>*Valor de 2018: ARS\$ 10,000.</p>			-
	<p>Programa de Empleo Independiente y Entramados Productivos Locales - PEI</p>	<p>No caso da Linha de Promoção do Emprego Independente podem participar: 1) Trabalhadores desempregados que optem por receber as prestações monetárias pelo desemprego na modalidade de pagamento único; 2) trabalhadores que aderiram ao Seguro de Formación y Empleo, ou ao Jóvenes com Más y Mejor Trabajo; 3) trabalhadores sazonais incluídos em ações ou programas do Ministério durante o período de recesso.</p>	Urbana e rural	Nacional	-

	Jóvenes con Más y Mejor Trabajo	Jovens de 18 a 24 anos de idade, com residência permanente no país, que não tenham concluído seus estudos primários ou secundários e estejam desempregados.	Urbana	Nacional	1.756.930 (2008-2017)
	Seguro de Capacitación y Empleo (SCyE)	<p>Trabalhadoras e trabalhadores desocupados que reúnem as seguintes condições: 1) ser maior de 18 anos; 2) no caso de ser menor de 25 anos ter concluído os estudos obrigatórios; 3) residência permanente no país; 4) Encontra-se em busca ativa de emprego; 5) integrar algum grupo de trabalhadores desocupados previsto no Decreto N° 336/06 e normas complementares.</p> <p>Dirige-se também a: 1) Vítimas de exploração sexual ou vulnerabilidade derivada da prostituição; 2) Pessoas em situação de desemprego cuja identidade de gênero não é coincidente com o sexo atribuído no momento de seu nascimento;</p>	Urbana	Nacional	668.612 (2003-2017)

		3) Mulheres vítimas de violência doméstica; 4) Pessoas oficialmente reconhecidas como refugiados; 5) Trabalhadores que estão em processo de tratamento para o consumo de substâncias psicoativas, na fase de reintegração laboral; 6) Pessoas vítimas de tráfico; 7) Pessoas privadas de liberdade; 8) Pessoas transplantadas ou esperando por um transplante que esteja desempregada; 9) Pessoas pertencentes a povos indígenas;			
Bolívia	Programa de Apoyo al Empleo II	População a partir de 18 anos de idade e que se encontra em busca de emprego.	Urbana e rural	Nacional	19.580 (setembro 2012 a abril de 2017) (PAE – Resultados)
Brasil	Plano Progredir	Destina-se à população incluída no Cadastro Único, sobretudo os beneficiários do Programa Bolsa Família, prioritariamente com renda de até meio salário mínimo per capita. Salário mínimo Brasil (2018): R\$	Urbana e rural	Nacional	-

		954,00			
	Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho "Acessuas Trabalho"	Destina-se a população em situação de vulnerabilidade e risco social com idade entre 14 e 59 anos, com prioridade para usuários dos programas de transferência de renda. O programa finaliza em 2018.	Urbana e rural	Nacional	-
	PRONATEC	O programa possui como público-alvo: 1) estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos; 2) trabalhadores; 3) beneficiários dos programas federais de transferência de renda.	Urbana e rural	Nacional	Pronatec-MDS Nº de matrículas -1.851.294 (2012-2015) (SENADO FEDERAL Relatório nº 6 , DE 2017)
Chile	+ Capaz Línea Regular	O público-alvo deve pertencer aos 60% mais vulneráveis da população segundo o Registo Social das Famílias, não ter nenhuma ou quase nenhuma participação laboral (6 ou menos contribuições durante o último	Urbana e rural	Nacional	2015- 78.930 2016- 96.925* 2017- 18.449

		ano) e pertencer a alguma das seguintes faixas etárias: 1) Mulheres entre 18 e 64 anos. 2) Homens entre 18 e 29 anos; 3) Homens e mulheres em situação de incapacidade ou afetados em sua condição física ou mental, entre 18 e 50 anos, para os quais não é considerado um percentual de vulnerabilidade. 4) Homens e mulheres com responsabilidade parental de 16 e 17 anos. 5) Homens e mulheres que são infratores da lei, entre 14 e 64 anos de idade.			2018(3° Tri)- 7.483 *Não separou a cobertura dos Programas +Capaz Mujeres Emprendedoras e Línea Discapacidad (SENCE)
	+ Capaz Mujeres Emprendedoras	Mulheres de 18 e 64 anos de idade, que desenvolvem ou pretendem desenvolver um empreendimento econômico ou que trabalham de forma independente e que pertença aos 60% mais vulneráveis.	Urbana e rural	Nacional	2015- 14.144 2016- Sem dado 2017 - 5.324 2018 (3° Tri)-1.065 (SENCE)
	+ Capaz Línea Discapacidad	Mulheres e homens entre 18 e 50 anos de idade com alguma deficiência que não tenha	Urbana e rural	Nacional	2015- 1.495 2016- Sem dado

		nenhuma ou quase nenhuma participação trabalhista, o que se traduz em uma densidade de contribuições igual ou inferior a 50% nos últimos 12 meses.			2017 - 2.968 2018 (3° Tri)-1.500 (SENCE)
	Apoyo a tu Plan Laboral	São destinatários desse programa as pessoas com idade igual ou superior a 18 anos em situação de pobreza e /ou vulnerabilidade, pertencentes ao Subsistema Chile Seguridades y Oportunidades (esse subsistema compõem junto com Chile Cuida e Chile Crece o sistema de Proteção Social do Ministério de Desenvolvimento Social chileno).	Urbana e rural	Nacional	2014 - 2.349 2015- 4.190 2016 – 4.203 2017 – 5.036 (FOSIS)
	Yo Trabajo	São destinatários do programa as pessoas com idade superior a 18 anos que estejam entre os 40% mais vulneráveis segundo o Registro Social de Hogares e também que se encontrem desempregadas.	Urbana e rural	Nacional	2016 - 486 2017 - 651

					(FOSIS)
	Yo Trabajo Jóvenes	Destinado a jovens, de preferência entre os 18 e os 24 anos, que pertençam ao Subsistema Chile Seguridades y Oportunidades ou que estejam desocupados (desempregados e à procura de emprego pela primeira vez), inativos ou que estejam em um trabalho precário.	Urbana e rural	Nacional	2015- 2.337 2016- 2.040 2017-2.080 (FOSIS)
	Becas del Fondo de Cesantía Solidario	Beneficiários do Seguro desemprego pago por meio do Fondo de Cesantía Solidario*. *Fondo de Cesantía Solidario é um fundo de distribuição comum, composto de contribuições do empregador e do Estado, que é usado para suplementar o benefício individual ao desempregado. Ele só pode ser recebido se o trabalhador foi demitido por necessidade da empresa ou desistiram do trabalho. O seguro	Urbana e rural	Nacional	2014- 1.305 2015 - 3.503 2016- 2.956 2017 - 3.087

		dura até que ele arranje outro trabalho.			(SENCE)
	Yo Emprendo	Programa tem como público-alvo as pessoas em situação de pobreza ou vulnerabilidade, que desenvolvem atividades econômicas autônomas.	Urbana e rural	Nacional	2015 - 8.777 2016 - 7.906 2017- 10.073 (FOSIS)
	Yo Emprendo Semilla	Destinado às pessoas pobres com mais de 18 anos que estejam desocupadas, ou seja, desempregada e procurando trabalho pela primeira vez, ou ter uma ocupação precária ao se candidatar.	Urbana e rural	Nacional	2015- 22.004 2016-21.744 2017- 25.322 (FOSIS)
	Becas Laborales	1)Homens e mulheres com mais de 17 anos, que pertencem aos 80% mais vulneráveis da população. (Antes de 2018 era 60%).; 2)Desempregados entre 18 e 64 anos; 3) Microempreendedores e trabalhadores autônomos formais ou informais, com 18 anos de idade ou mais; 4) Pessoas com mais de 64 anos de idade; 5) Pessoas com 17 anos de idade ou	Urbana e rural	Nacional	2014 - 14.282 2015 - 44.685 2016 - 34.962 2017- 62.934 (SENCE)

		<p>mais, infratores da lei e seus familiares diretos; 6) Pessoas com deficiência e sua família direta (cuidadores da pessoa e responsável legal); 7) Pessoas de 18 anos de idade ou mais, com vícios e sua família direta; 8) Pessoas de 18 anos ou mais pertencentes a povos indígenas.9) Conscritos e soldados, com 18 anos ou mais, provenientes das Forças Armadas, pertencentes aos 60% da população mais vulnerável; 10) Pequenos agricultores com 18 anos de idade ou mais; 11) Trabalhadores ativos (homens e mulheres), com 18 anos de idade ou mais, cuja média de remuneração tributável não ultrapasse CLP\$ 600.000 mensalmente, com 12 contribuições pagas contínua ou descontinuamente nos últimos 24 meses.</p>			
Colômbia	Ingreso para la prosperidad	<p>O programa se destina as famílias da Red UNIDOS*. A idade para acessar o programa é de 18 a 35 anos.</p> <p>(* Constitui-se como uma</p>	Urbana	Alguns municípios.	<p>2015- 3.576</p> <p>2016 - 1.069</p> <p>(Prosperidad Social – Informe de</p>

		Estratégia Nacional de intervenção integral e coordenada, que busca contribuir para a melhoria das condições de vida das famílias e a redução de os níveis de pobreza e pobreza extrema na Colômbia).			Gestión)
	Mi negocio	O programa se destina a pessoas entre 18 e 65 anos de idade em situação de vulnerabilidade, pobreza ou pobreza extrema. Os beneficiários devem estar inscritos no RUV (Registro Único de Víctimas) Ver vítimas no artigo três da Ley 1.448 de 2011.	Urbana	Munícipios mais afetados pela pobreza.	2016-27.972 2017-32.310 (Prosperidad Social – Informe de Gestión)
	Empleo para a prosperidad	Destina-se aos participantes da Red UNIDOS que estejam em situação de vulnerabilidade, pobreza ou pobreza extrema e desempregados.	Urbana	Munícipios mais afetados pela pobreza.	2016 -13.989 2017- 11.512 (Prosperidad Social – Informe de Gestión)
	Jóvenes em Acción	O programa se destina a jovens entre 16 e 24 anos de idade que vivem em situação de pobreza e	Urbana e rural	Munícipios mais afetados pela pobreza.	Receberam Transferência Monetária 2015 - 250.931

		vulnerabilidade.			2016 -187.516 2017 - 428.758 (Prosperidad Social – Informe de Gestión)
Costa Rica	Empléate	O programa se destina aos jovens de 17 a 24 anos, que não estudam ou trabalham e que também se encontram em condição socioeconômica desfavorável (pobreza e pobreza extrema). Para a modalidade das pessoas com deficiência a idade é de até 35 anos.	Urbana e rural	Nacional	2012 – 1.061 2013 - 3.673 2014 - 3.345 2015 - 5.268 2016 - 7.944 2017 - 4.448 2018-3.564 (1º Quadrimestre) (MTSS)
	PRONAE – Programa Nacional de Empleo (atualmente PRONAE 4x4)	O programa se destina a pessoas em situação socioeconômica desfavorável (pobreza e pobreza extrema) que se encontram desempregadas ou subempregadas.	Urbana e rural	Nacional	2012 - 3.958 2013 – 2.857 2014 – 5.556 2015 – 13.199

					2016 – 9.735 2017 – 803 2018 – 1.019 2018-3.564 (1ºQuadrimestre) (MTSS)																						
	PRONAMYPE - Programa Nacional de Apoyo a la Microempresa y la Movilidad Social	A população-alvo do programa é formada por homens ou mulheres costa-ricenses a partir de 18 anos, ou estrangeiros naturalizados, ou estrangeiros em condições regularizadas, em situação de pobreza, com microempresas em andamento ou com uma ideia de negócio para colocar em prática.	Urbana e rural	Nacional	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Créditos Concedidos</th> <th>Beneficiários de Capacitações</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>2006 - 486</td> <td>2006 - 1 109</td> </tr> <tr> <td>2007 -1.263</td> <td>2007 - 1 433</td> </tr> <tr> <td>2008 -1.011</td> <td>2008 - 381</td> </tr> <tr> <td>2009 -1.327</td> <td>2009 - 1 983</td> </tr> <tr> <td>2010 -1.166</td> <td>2010 - 1 296</td> </tr> <tr> <td>2011- 718</td> <td>2011 - 1 703</td> </tr> <tr> <td>2012- 731</td> <td>2012 - 2 520</td> </tr> <tr> <td>2013-545</td> <td>2013-2 609 2014- 2</td> </tr> <tr> <td>2014-603</td> <td>643</td> </tr> <tr> <td>2015-1.038</td> <td>2015- 1 279</td> </tr> </tbody> </table> (MTSS – 2012)	Créditos Concedidos	Beneficiários de Capacitações	2006 - 486	2006 - 1 109	2007 -1.263	2007 - 1 433	2008 -1.011	2008 - 381	2009 -1.327	2009 - 1 983	2010 -1.166	2010 - 1 296	2011- 718	2011 - 1 703	2012- 731	2012 - 2 520	2013-545	2013-2 609 2014- 2	2014-603	643	2015-1.038	2015- 1 279
Créditos Concedidos	Beneficiários de Capacitações																										
2006 - 486	2006 - 1 109																										
2007 -1.263	2007 - 1 433																										
2008 -1.011	2008 - 381																										
2009 -1.327	2009 - 1 983																										
2010 -1.166	2010 - 1 296																										
2011- 718	2011 - 1 703																										
2012- 731	2012 - 2 520																										
2013-545	2013-2 609 2014- 2																										
2014-603	643																										
2015-1.038	2015- 1 279																										

						/MORA, 2016)
El Salvador	Jóvenes con Todo	O programa destina-se à população jovem de 15 a 29 anos de idade que esteja desempregada, subempregada, deixado o sistema educacional ou que se encontre finalizando o Ensino Médio.	Urbana e rural	Nacional	-	
	PATI - Programa de Apoyo Temporal al Ingreso (PATI)	O programa destina-se a pessoas maiores de 16 anos que não possuem emprego formal e que não estejam estudando.	Urbana	Nacional	61.055 (novembro de 2010 a dezembro de 2013)	(FISDL)
Equador	Impulso Joven	Esse programa se dirige a jovens entre 18 e 29 anos, que não estudem, e que estejam desempregados ou em uma situação de subemprego com foco nas: 1) mães jovens e solteiras; 2) Jovens LGBT; 3)	Urbana e Rural	Nacional	Dados sobre os beneficiários não foram disponibilizados.	

		Jovens afetados pelos terremotos das províncias de Esmeraldas e Manabí; 4) Jovens beneficiários do Bono de Desarrollo Humano; e 5) Jovens migrantes;			
	Fortalece Empleo	Tem como público-alvo as pessoas que se encontram desempregadas, que possuam experiência de trabalho prévia e que estejam em busca de um emprego.	Urbana	Nacional	-
	Crédito de Desarrollo Humano (Crédito Productivo Solidario) – SUBPROGRAMA	Esse subprograma se dirige aos beneficiários dos programas de assistência social: Bono de Desarrollo Humano, Bono Variable, Pensión para Adultos Mayores e ou a Pensión para Personas con Discapacidad.	Urbana e Rural	Nacional	2011- 84.124 2012- 220.278 2013- 193.125 2014- 126.873 2015- 117.596 2016 - 113.872 (SICES)
Guatemala	Empleo Juvenil	O programa possui como público alvo os jovens de 14 a 29 anos.	Urbana e Rural	Nacional	12.000 (2013-2018) (Unión Europea)

	Mi Beca Segura – Beca Primer Empleo	Esse programa se dirige a jovens guatemaltecas entre 16 e 25 anos que estão em situação de pobreza, pobreza extrema e desemprego.	Urbana e Rural	Nacional	2014- 299 2015-163 2016- 353 2017- 704 (Dados das bolsas concedidas no terceiro quadrimestre de cada ano – MIDES)
Honduras	Con chamba vivís mejor	Programa se destina a população em situação de pobreza e desemprego, sobretudo jovens que não estudam e nem trabalham, chefes de família e pessoas com alguma deficiência.	Urbana e rural	Nacional	-
	Projovent	Programa tem como público alvo os jovens em situação de risco de exclusão social que moram em bairros violentos de Honduras.	Urbana	Departamentos mais violentos do país	Impacto del proyecto Projovent Fase I (2013-2017) -3466 jóvenes laborando de manera temporal como permanente; -3500 jóvenes fortalecidos con competencias sociolaborales; -1036 jóvenes desarrollan sus emprendimientos -895 jóvenes formados en emprendimiento

					-56% de inserción laboral de jóvenes formados en Centros de Formación Profesional (Fonte: Swisscontact Mundial, 2018)
	Desarrollemos Honduras	Esse programa é de participação voluntária e está dirigido à população desempregada e em situação de pobreza e pobreza extrema com prioridade as mães solteiras, pais ou mães de famílias, pessoas com deficiência, idosos e jovens maiores de 14.	Urbana e rural	Nacional	2014- 3.230 2015 – Não encontrado 2016- 6.631 2017- 1.108 (Corresponde a três departamentos hondurenhos). (SEDIS)
México	Jóvenes Contruyendo el Futuro	Programa voltado par aos jovens entre 18 e 29 anos que não estão trabalhando ou estudando.	Urbana	Nacional	Programa lançado em 2018, ainda não consta número de beneficiários. Porém a meta é de 2.6 milhões de beneficiários
	Capacita T: El futuro en tus manos	Programa possui como público-alvo os jovens de 15 a 29 anos, principalmente de baixa renda.	Urbana	Nacional	-

	Programa de Empleo Temporal (PET)	Programa voltado a homens e mulheres de 16 anos ou mais subempregados ou desempregados que tiveram sua renda diminuída por situações econômica ou sociais adversas.	Urbana e rural	Nacional	2018 (3 ° trimestre) PET Normal – 258.786 PET Inmediato – 49.879 (SEDESOL - Informes Presupuesto Ejercido 2018)
	Programa de Apoyo al Empleo	Esse programa se dirige as pessoas desempregadas e consideradas em desvantagem para ter um emprego: jovens entre 16 e 29 anos, pessoas com deficiência, mulheres, idosos, vítimas ou infratores de crimes, pessoas em situação de extrema pobreza e que fazem parte do Sistema Nacional para la Cruzada contra el Hambre, beneficiários do Programa de Inclusión Social e a atendida na Estrategia Nacional para la Prevención del Embarazo en Adolescentes.	Urbana	Nacional	Setembro de 2014 a junho de 2015 - 352.423 Setembro de 2015 a junho de 2016 - 4.172.374 Setembro de 2016 a junho de 2017 - 225.701 Setembro de 2017 a junho de 2018 - 176.832 (STPS - Informe de Labores)
	Pro Joven	O público-alvo desse programa são os jovens entre 17 e 29 anos	Urbana	Por enquanto só nas provincias de	2017 – 365

Panamá		que tenham concluído seus estudos no ensino médio ou técnico e que não estejam trabalhando.		Chiriquí, Colón, Herrera, Los Santos, Panamá Oeste, Veraguas, Coclé e Panamá.	(MITRADEL – Notícia , 2018)
	Programa de Apoyo a la Inserción Laboral – PAIL	O público alvo é a população desempregada, principalmente as pessoas que possuem menos chances de competir no mercado de trabalho.	Urbana	Nacional	2016- 366 2017- 374 (MITRADEL- Memoria Institucional)
	Programa de Mejoramiento a la Empleabilidad de las Personas con Discapacid	O programa se destina a pessoas com algum tipo de deficiência.	Urbana	Nacional	-
	Programa Padrino Empresario	O programa se destina aos jovens entre 15 e 17 anos expostos a situação de risco social.	Urbana	Nacional	2013 – 1.057 2015- 723 (MIDES – Memoria Anual)
Paraguai	Tenonderã	Destina-se preferencialmente às famílias participantes do Programa Tekoporã a partir da	Urbana e Rural	Nacional	18.428 (2014-2017) (SAS)

		<p>terceira etapa (36 parcelas= 3 anos de benefício) em diante e eventualmente outras famílias em condição de vulnerabilidade.</p> <p>Tekoporã é um programa de transferência condicionada de renda voltada para famílias em condição de pobreza e pobreza extrema. Visa melhorar o acesso a bens e serviços e direitos sociais.</p>			
Peru	Impulsa Peru	<p>O programa terá como público-alvo a população desempregada, sobretudo: 1) Ex-trabalhadores dependentes do setor privado que perderam seus empregos a partir de 01.04.2010. 2) Trabalhadores dependentes do setor privado que perderam seus empregos (última ocupação há cinco anos). 3) Ex-trabalhadores dependentes ou independentes que prestaram seus serviços fora do país e que retornaram ao Peru a partir de 01.04.2010. 4) Trabalhadores em risco de desemprego que requerem habilidades de acordo com os novos empregos. 5)</p>	Urbana	Nacional	<p>2011- 9.261</p> <p>2012- 21.623</p> <p>2013 – 8.217</p> <p>2014 – 9.436</p> <p>2015- 10.138</p> <p>2016- 10.886</p> <p>2017- 8.729</p> <p>(MTEPE- Anuario Estadístico)</p>

							Estadístico)
Uruguai	Primera Experiencia Laboral (PEL)	O programa está voltado para jovens entre 18 e 24 anos em situação de vulnerabilidade econômica, social ou laboral.	Urbana	Montevideo y Canelones	2015 –180 2016 – 200 2017- 220 (MIDES –Memorias Anuales)		
	Yo estudio y trabajo	Programa se destina aos jovens de 16 a 20 anos de idade que estejam estudando e que não possuam experiência trabalhista maior que 90 dias.	Urbana	Nacional	Bolsas 2012- 643 2013-732 2014- * 2015- 537 2016 – 622 2017- 714 (MTSS – Memorias Anuales).		
	Objetivo Empleo	O programa tem como público-alvo a população desempregada a mais de um ano, em idade entre 18 e 64 anos e que resida em regiões em situação de vulnerabilidade socioeconômica	Urbana	Algumas regiões: Montevideo, Artigas, Canelones, Cerro Largo, Colonia, Durazno, Flores, Florida, Lavalleja, Maldonado, Paysandú	Pessoas Contratadas 2009- 343 2010 – 308 2011- 317 2012- 157 2013-* 2014- * 2015-96 2016-* 2017 - 72 pessoas. (MTSS – Memorias Anuales).		

	Uruguay Trabaja	O programa tem como público-alvo a população entre 18 e 64 anos de idade que esteja desempregada por mais de dois anos, com educação básica incompleta e que esteja em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Reserva-se cotas de 8% para pessoas afrodescendentes, 4% para pessoas com deficiência e 2% para pessoas trans.	Urbana e rural	Nacional	2015 – 2.900 2016 – 3.000 2017- 3.100 (MIDES –Memorias Anuales)
	Emprendimientos Productivos	O programa tem como público-alvo pessoas maiores de 18 anos, famílias ou grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica que estão produzindo e / ou comercializando algum tipo de produto (bem ou serviço) ou que entendem que estão em condições de fazê-lo.	Urbana e rural	Nacional	Empreendimentos formalizados 2015 – 540 2016 – 1.800 2017- 1800 (MIDES –Memorias Anuales)

FONTE: Elaboração própria. Dados coletados a partir de sites governamentais e da base de dados da CEPAL (2018).

APÊNDICE B - QUADRO-RESUMO 3: PROPÓSITO E MATERIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS/PROGRAMAS DE ATIVAÇÃO PARA O TRABALHO

PAÍS	PROGRAMAS DE ATIVAÇÃO	OBJETIVOS	PRINCIPAIS AÇÕES/ ESTRATÉGIAS ATIVADORAS	PRESTAÇÃO MONETÁRIA	PRESTAÇÃO ACESSO/VALOR/DURAÇÃO /CONDICIONALIDADES
Argentina	Hacemos Futuro	Empoderar as pessoas ou populações em risco ou em situação de vulnerabilidade social, promovendo sua progressiva autonomia econômica.	1) Educação formal obrigatória Finalização dos estudos primários e secundários; 2) Formação integral: Oferta de cursos de capacitação que ficam a critério do beneficiário quanto a sua preferência;	SIM	Valor: ARS\$ 4,430 Duração: Indeterminado (Mas pressupõe que encontrando um trabalho formal a pessoas deixe de receber).
	BECAS PROGRESAR Programa de Respaldo a Estudantes de Argentina	Gerar oportunidades de inclusão social e laboral a jovens em situação de vulnerabilidade por meio de ações integradas que permitam capacitar os jovens inclusive com objetivo de finalizar a escolaridade obrigatória, iniciar ou facilitar a continuidade de uma educação superior e realizar experiências de formação e ou práticas de trabalho.	Oferta de Bolsas em três níveis: 1)Educação secundária 2) Educação Superior 3) Formação profissional com capacitação em cursos. Para acessar a bolsa deve-se inscrever no período correspondente e ser aprovado em duas etapas: avaliação socioeconômica e acadêmica. Esse programa até 2017 tinha uma preocupação explícita em	SIM	Valor/Duração: O valor varia de acordo com a modalidade: na Formação profissional paga-se ARS\$ 1250 pesos por mês, o beneficiário recebe 80% dos gastos e os outros 20% retroativamente, se no final do ano letivo cumprir os requisitos de aprovação do curso; Na modalidade Finalização da Educação primária e secundária o valor é de ARS\$ 1250 pesos por mês, onde recebe 80% em mãos e os outros 20% retroativamente se passar de ano. Na modalidade

			ativar para o trabalho, porém a partir de 2018 o presidente Macri têm enfatizado na possibilidade de melhorar as oportunidades de acesso educacional, o trabalho surgiria como consequência. A ativação seria no longo prazo.		ensino superior recebe de ARS\$1600 a 2300 pesos por mês. Quem está estudando uma carreira considerada estratégica, recebe uma bolsa entre ARS\$ 1800 a 4900 pesos por mês. Bolsas de estudo para cursos de formação de professores variam de ARS\$ 5300 a 7400 pesos por mês. A duração corresponde a período de estudo do beneficiário.
	Programa de Empleo Independiente y Entramados Productivos Locales - PEI	O objetivo desse programa é ajudar os trabalhadores afetados por problemas de emprego no desenvolvimento de empreendimentos produtivos independentes e aumentar a capacidade produtiva e comercial de pequenos produtores e microempresários através do fortalecimento de redes associativas locais.	Implementado por meio de duas linhas: 1) a Linha de Promoção do Emprego Independente, visando contribuir para a geração de empregos de qualidade a partir do desenvolvimento de pequenas unidades econômicas sustentáveis; Nessa linha do programa é fornecida assistência técnica e econômica aos empreendedores para a formulação e execução de seu plano de negócios. Além de fornecer treinamento em gerenciamento de negócios e realizar o acompanhamento do desenvolvimento do empreendimento através de aulas mensais. (Essa linha é que possui caráter ativador); 2) Linha de Desenvolvimento de Produtos Locais , que visa	SIM	Valor/Duração: Os beneficiários da Linha de Promoção de Emprego Independente receberão: 1) Um capital inicial não reembolsável de até US \$ 42.550 por participante para a compra de ferramentas, máquinas, suprimentos, habilitações e condicionamento do local de elementos de trabalho e segurança. 2) Uma ajuda financeira mensal de \$ 1.050 para cada participante durante os meses de formação no curso de gestão de negócios e nos primeiros nove meses desde o início do seu empreendimento. 3) Um refinanciamento de até US \$ 19.550 - por membro - um ano após o início do empreendimento a fim de fortalecê-lo ou consolidá-lo.

			melhorar a qualidade do emprego por meio do apoio e fortalecimento de redes associativas de pequenos produtores e / ou microempresários.		
	Jóvenes con Más y Mejor Trabajo	Gerar oportunidades de inclusão social e laboral das e dos jovens por meio de ações integradas que lhes permitam identificar o perfil profissional que desejam seguir, finalizar a educação obrigatória, realizar experiências de formação e/ou de práticas de qualificação em ambientes de trabalho, iniciar uma atividade produtiva de maneira independente ou inserir-se em um emprego.	<ol style="list-style-type: none"> 1) Curso de introdução/indução ao trabalho;(Caráter obrigatório). 2) Apoio a certificação de estudos formais primários e ou secundários; 3) Cursos de apoio a empregabilidade e a integração social; 4) Cursos de formação profissional; 5) Certificação de competências laborais; 6) Apoio a geração de empreendimentos independentes; 7) Ações de treinamento para o trabalho; 8) Oficinas de Apoio a busca por emprego; 9) Intermediação laboral; 10) Apoio a inserção laboral. 	SIM	Valor/ Duração: Variável. O valor e a duração dependem de qual das ações o jovem está participando. O menor valor pago é de ARS\$150 e o maior ARS\$450; O período de duração das atividades vai de 2 meses a 18 meses.

	<p>Seguro de Capacitación y Empleo (SCyE)</p>	<p>Seguro de base não contributiva que tem por objetivo fornecer apoio aos trabalhadores e as trabalhadoras desocupadas na busca ativa de emprego, na atualização de suas competências laborais, na sua inserção em emprego de qualidade e no desenvolvimento de empreendimentos produtivos.</p>	<p>Articula prestação monetária com ações de formação profissional, treinamento laboral, orientação e apoio a busca por emprego e inserção laboral.</p>	<p>SIM</p>	<p>Valor/Duração: O período máximo de duração do benefício monetário é de 24 meses (2 anos). Nos primeiros 18 meses o valor mensal é de ARS\$ 225. Durante os outros 6 meses o valor mensal é de ARS\$ 200. Esse valor é fixo, e dependendo das atividades realizadas pelos beneficiários soma-se a outras prestações. 1) suplemento de ARS\$ 225 para os que participarem de oficinas de orientação, cursos de formação e certificação;2) estímulo de ARS\$ 300 por permanência na escola durante o período de certificação de estudos primários e secundários após o recesso de inverno e o de verão. 3) incentivo econômico de ARS\$ 600 para os alunos após conclusão de um grau, ano ou nível de escolaridade. 4) um incentivo econômico de ARS\$ 150 pela aprovação em um módulo de seus estudos primários ou secundários podendo receber até ARS\$ 900 por ano.5) um incentivo econômico de ARS\$ 150 pela aprovação em um curso de formação profissional para cada mês de duração e para cada 50 horas aula, o valor máximo é de ARS\$ 900.</p>
--	---	--	---	------------	--

Bolívia	Programa de Apoyo al Empleo II	O programa possui como objetivo melhorar a inserção laboral das pessoas que buscam emprego de qualidade no Servicio Plurinacional de Empleo (SPE). Visa, principalmente, fortalecer os serviços e aumentar a cobertura do SPE e apoiar o acesso dos grupos vulneráveis as oportunidades de emprego.	As ações ofertadas pelo Programa de Apoyo al Empleo são: facilitar o acesso dos usuários a informações, intermediação de mão-de-obra entre o candidato e o empregador e cursos de curta duração para capacitar os usuários quando for necessário a um vaga de emprego determinada.	SIM	Valor/Duração: Durante o curso de capacitação de três meses dentro de uma determinada empresa o Estado pagará um benefício que tem valor variável. Para o setor produtivo o valor é de BS 2.300, para aqueles que têm alguma formação técnica o benefício é de BS 2.600 e para aqueles que possuem nível superior o benefício chega até BS 3.000. Os beneficiários contam também com um seguro acidente.
Brasil	Plano Progredir	O programa possui como objetivo gerar emprego e renda e promover a autonomia das pessoas inscritas no Cadastro Único (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal)	O Plano Progredir se efetua através de três linhas de ação: 1) Qualificação profissional: ações voltadas a execução de cursos profissionalizantes, educação financeira da população usuária e inclusão digital 2) Intermediação de mão de obra: onde as ações se centram na intermediação entre o usuário e o empregador e no encaminhamento para o mercado de trabalho através da identificação do perfil profissional. 3) Empreendedorismo: oferta assistência técnica e financeira para ao investimento em negócios próprios.	SIM	Na linha de empreendedorismo o Plano Progredir oferece com bancos parceiros o Microcrédito Produtivo, que é um empréstimo, em dinheiro que visa contribuir para dar início ou fortalecer um negócio próprio da população de baixa renda. O valor e a taxa de juros são determinados pelo banco. Anteriormente o curso de Educação Financeira era obrigatório para ter acesso ao microcrédito. Essa obrigatoriedade não é mais exigida, mas sugere-se que se faça algum dos cursos ofertados.

	Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho "Acessuas Trabalho"	O programa tem como objetivo a autonomia das famílias usuárias da Política de Assistência Social, por meio da integração ao mundo do trabalho.	O programa desenvolve ações de articulação, identificação, sensibilização, desenvolvimento de habilidades e orientação para o mundo do trabalho.	NÃO	-
	PRONATEC	O Pronatec tem como finalidade ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica.	As ações do programa se centram na ampliação de vagas na educação profissional e tecnológica, oferta de cursos de qualificação profissional de acordo com as demandas do mercado e a oferta da chamada Bolsa Formação, que visa que as instituições de ensino do país ofertem vagas gratuitas em distintos cursos.	SIM	O Pronatec não oferece subsídio a todos os participantes. No caso daqueles que estão inscritos na ação de Bolsa Formação nos cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional e para os cursos técnicos presenciais ofertados na forma concomitante está previsto assistência estudantil para alimentação e transporte. Porém, o valor não é taxativo, fica a cargo das instituições.
Chile	+Capaz Línea Regular	O objetivo do programa é apoiar o acesso e a permanência no mercado de trabalho por meio de capacitação técnica, habilidades transversais e intermediação de trabalho para promover a empregabilidade.	Oferta ações como: 1) Formação profissional: oferta cursos de formação com uma gama de 180 a 300 horas de formação, que considerem uma fase de ensino destinada ao desenvolvimento de competências técnicas e transversais; 2) Intermediação de mão de obra: este componente inclui ações tendentes a conseguir empregos formais; 3) Certificação de Competências Trabalhistas; 4)	SIM	VALOR/DURAÇÃO: São três tipos de benefícios: 1) Subsídio Diário: Considera a entrega de CLP\$ \$ 3.000 ao usuário, para cada dia de treinamento. O dinheiro é entregue em espécie semanalmente; 2) Cuidado infantil: Este benefício no valor de CLP\$ 4.000 é fornecido pela Sence, aos participantes que tenham filhos entre 0 e 6 anos. No caso de crianças menores de 3 e menores de 6 anos, o órgão

			Subsídios e Contribuições; 5) Apoio pessoal ao emprego: Considera atividades destinadas a assegurar a permanência dos participantes no programa, evitando deserções não comprovadas e fortalecendo habilidades e capacidades para o trabalho; 6) Nivelamento de estudos; 7) Continuação dos estudos, com ajuda de uma bolsa;		executor poderá fornecer uma creche somente durante a fase de grupos e assistência técnica;3) Seguro Acidente : Este benefício cobre despesas médicas de acidentes ocorridos no caminho ou no local onde o curso estava sendo realizado. Também opera em caso de acidentes sofridos por crianças no caminho para ou na creche;
	+Capaz Mujeres Emprendedoras	Promover o acesso e permanência no mercado de trabalho de mulheres que desenvolvem ou pretendem desenvolver um empreendimento econômico, ou trabalhar de forma independente.	Ações de melhoria da capacidade de gestão das mulheres, dentro das suas pequenas unidades econômicas ou empresas, tudo isto, através do Plano de Formação, denominado "Gestión de Emprendimientos".	SIM	Valor/Duração: As mulheres receberão como apoio ao seu empreendimento equivalente a um subsídio de CLP\$ 300.000 bruto. Transporte e subsídio alimentar. Também receberá o subsídio de Cuidado Infantil e o Seguro contra acidentes citados no item anterior.
	+Capaz Línea Discapacidad	Promover inclusão laboral das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, através de um processo de formação que permita a cada participante obter conhecimento técnico, habilidades práticas em um ofício e desenvolver habilidades pessoais para o mundo do trabalho. Além disso, considera a inclusão do emprego na modalidade de emprego	Nessa modalidade do programa a pessoa com deficiência poderá ter acesso a dois modelos de ação. 1) Modelo inclusivo em que a pessoa com deficiência desenvolverá seu processo de formação em cursos regulares com pessoas que tenham ou não uma alguma deficiência; 2) No modelo especializado a pessoa com deficiência participa de um processo de formação em cursos	SIM	Valor/Duração: As pessoas com algum tipo de deficiência receberão um subsídio diário por pessoa para cobrir as despesas associadas ao treinamento durante a fase de ensino, correspondendo a CLP\$ 5.000 por cada dia frequentado. E também receberão o subsídio de Cuidado Infantil e o Seguro contra acidentes citados.

		apoiado.	com pessoas com situação semelhante. Em ambos os modelos os beneficiários possuem acesso a um componente chamado Empleo com Apoyo que poderá contratar os participantes.		
	Apoyo a tu Plan Laboral	Tem como objetivo financiar a entrega ou acesso a bens e/ou serviços, que facilitem a inserção laboral dos usuários, contribuindo desta forma para a geração de renda autônoma por parte desses.	O programa oferece financiamento em áreas voltadas ao desenvolvimento do capital humano, recursos de mobilização para a inserção do trabalho, recursos para procedimentos e certificações, assistência técnica básica (como atenção a serviços médicos), apoio a processos de solicitação de emprego, serviços de cuidados infantis e promoção do autoemprego.	SIM	Valor/Duração: Das áreas citadas na terceira coluna cada usuário pode ter acesso a até três linhas de financiamento. O valor e a duração não são fixos, tendo em vista que, as necessidades de cada um são diferentes, dependerá das prioridades estabelecidas no Plan Laboral de cada um. Em termos de valores o teto por pessoa é de CLP\$ 300,000.
	Yo Trabajo	Visa contribuir para melhorar a empregabilidade, facilitar o acesso ao mercado de trabalho e para a geração de renda autônoma dos usuários.	Este programa oferece preparação para: 1) candidatar-se a uma entrevista de emprego; 2) fazer um currículo; 3) Apoio para encontrar um emprego; 4) treinamento para encontrar um emprego;	NÃO IDENTIFICADO	-
	Yo Trabajo Jóvens	Esse programa busca melhorar as condições de empregabilidade dos jovens em situação de pobreza e ou vulnerabilidade.	Este programa oferece as mesmas ações de preparação para: 1) candidatar-se a uma entrevista de emprego; 2) fazer um currículo; 3) Apoio para	SIM	Valor/Duração: O programa inclui o fornecimento de apoio econômico não reembolsável, para a compra de bens ou serviços que favoreçam o emprego de

			encontrar um emprego; 4) treinamento para encontrar um emprego; 5) financiamento para quando um Plano de Inserção de Trabalho é elaborado.		beneficiários, entre os quais incluem: roupas pessoais, formação específica e uma implementação básica para sua iniciativa de autoemprego, entre outros. O valor da prestação monetária é de até 4 UTM (Unidad Tributaria Mensual), que equivalem menos de CLP\$ 200,000 (2018). A duração do programa é de 8 meses, consequentemente, do benefício também.
	Becas del Fondo de Cesantía Solidario	O objetivo do programa é aumentar a empregabilidade, a mobilidade laboral e promover a inserção laboral dos desempregados beneficiários ativos do Fondo de Cesantía Solidario (FCS)	O programa visa conceder uma bolsa para financiar cursos de capacitação. Os beneficiários poderão escolher o quê, e onde querem estudar de acordo com suas preferências e os requisitos do programa. Em caso do curso escolhido ultrapassar o valor estipulado pelo programa quem arca com o restante é o beneficiário.	SIM	Valor/Duração: Os beneficiários receberão um subsídio de CLP\$ 3.000, por dia de curso. Também receberão um seguro acidente e um bônus consistindo no pagamento da capacitação. O financiamento total de algum curso de capacitação pode ser de até CLP\$ 400.000, em caso de excepcionalidade poderá ser de até CLP \$ 500.000.
	Yo Emprendo	O programa visa apoiar as pessoas em situação de pobreza que desenvolvem atividades econômicas em condições precárias e com pouca possibilidade de financiamento.	O programa oferece financiamento, treinamento e assessoria técnica individual ou de grupo.	SIM	Valor/Duração: O apoio financeiro vai depender das atividades econômicas exercidas e não há um valor fixo ainda que exista um teto de gastos de até CLP\$ 350,000. O direcionamento para o financiamento se divide em duas frentes: 1) Básico: negócios precários com 7 a 16 meses de

					implementação com uma média de vendas de nos últimos três meses de mais de CLP\$ 130.000 e menos de CLP\$ 300,000, cuja a dedicação ao negócio seja entre 16 e 30 horas por semana. 2) Avançado: negócios em atividade a mais de 16 meses e com faturamento superior a CLP\$ 300,000 e no qual haja dedicação de mais de 30 horas semanais por parte do beneficiário.
	Yo Emprendo Semilla	Tem como objetivo melhorar as condições de vida dos usuários da população vulnerável, principalmente daqueles que estão inseridos no subsistema Chile Seguridades y Oportunidades, através da geração de renda autônoma.	Esse programa oferece: 1) Oficinas de capacitação para melhorar o negócio. 2) Suporte para preparar um plano de negócios.3) Financiamento do plano de negócios. 4) Acompanhamento na implantação do negócio.	SIM	Não foram encontradas informações sobre o valor e a duração do referido programa.
	Becas Laborales	Tem por objetivo aumentar a empregabilidade de pessoas em condição de vulnerabilidade por meio da capacitação em ofícios ou da formação continuada.	No ano de 2018 o programa passou a atuar em três linhas: 1) Empreendimento e Microempresa; 2) Trabalhador ativo e reconversão laboral; 3) Inclusão laboral. No primeiro caso as ações se dão em duas fases: uma fase de estudo onde os beneficiários realizam cursos de capacitação e outra fase de assistência técnica. No caso das linhas 2 e 3 existem duas fases de ações: uma fase de estudo	SIM	Valor/Duração: Os beneficiários recebem um subsídio diário de CLP\$ \$ 3.000. Para a linha de empreendimentos e microempresas se paga o valor de CLP\$ 220.000 para aquisição de instrumentos e ferramentas; Todas as linhas de ação também possuem um seguro de acidentes durante o período de treinamento; Tais benefícios cessam quando os cursos são finalizados;

			onde os beneficiários se capacitam e uma fase de prática laboral.		
Colômbia	Ingreso para la Prosperidad	Esse programa tem como objetivo a concessão de incentivos para que as famílias da Rede UNIDOS adquiram habilidades e competências para a geração de renda.	As ações do programa se sustentam na promoção de capacitação e desenvolvimento de habilidades necessárias para o mercado de trabalho. Além disso, realiza uma transferência monetária para auxiliar esse desenvolvimento.	SIM	Valor/Duração: Os beneficiários recebem 300.000 pesos colombianos mensalmente. O programa dura no mínimo dois anos e no máximo quatro.
	Mi Negócio	O objetivo desse programa é desenvolver capacidades e gerar oportunidades produtivas para a população de atenção do Departamento para Prosperidade	Esse programa promover várias ações: 1) Caracterizar a população e o território a serem atendidos pelo Departamento para Prosperidade Social; 2) Desenvolver competências laborais e transversais nos participantes do programa; 3) Apoiar os participantes no desenho de um plano de negócios; 4) Fornecer acompanhamento e assistência técnica aos participantes.	SIM	Nesse caso os participantes tem acesso a uma capitalização para compra de maquinas, ferramentas. Os programas melhores avaliados ganham vantagens com cesso a credito e a possibilidade de concorrer a um capital inicial.
	Empleo para la Prosperidad	Esse programa visa facilitar a inserção no mercado de trabalho da população de atenção do Ministério da Prosperidade Social, através de formação técnica ou complementar, reforço das competências transversais, acompanhamento	Esse programa funciona a partir de duas linhas de ação: 1) Formação Técnica: que visa atender a população interessada na oferta de formação profissional técnica para mais tarde acesso a uma vaga no mercado de trabalho. 2)	NÃO IDENTIFICADO	-

		psicossocial e acesso a oportunidades de emprego oferecidas pelo mercado trabalho.	Formação Complementar: que visa atender as necessidades daqueles que já estudaram, mas que precisam de uma formação específica para determinada ocupação no mercado de trabalho.		
	Jóvenes em Acción	Esse programa visa incentivar a formação do capital humano da população jovem em condição de pobreza e vulnerabilidade.	As ações desse programa se centram na realização de cursos de formação técnica, tecnológica e universitária de acordo com as demandas do mercado de trabalho. Além disso, visa promover nos jovens, habilidades de vida que fomentem a inserção laboral e social.	SIM	Valor/Duração: A transferência monetária depende do curso realizado pelo aluno. Para os que realizam cursos tecnológicos o benefício é pago a cada dois meses, enquanto durar o curso. Para os que estão em cursos universitários serão pagos três subsídios o primeiro que é um incentivo a matrícula no valor de 400.000 pesos colombianos, pago na metade do curso. O segundo também no valor de 400.000 pesos colombianos, como incentivo de permanência no início de todo semestre. E o último no valor de 200.000 pesos colombianos como incentivo pelo desempenho no semestre a ser pago junto com o incentivo de permanência.
Costa Rica	Empléate	Promover a inserção laboral de jovens em situação de pobreza e vulnerabilidade.	O programa possui três modalidades: 1) Avancemos Más: Destinado às pessoas com Ensino Médio Completo com foco na formação em carreiras	SIM	Valor/Duração: Segundo aponta a CGR - Contraloría General de la República (2017) da Costa Rica, o valor do benefício permanece o mesmo desde a instituição do

			de alta tecnologia; 2) Por mí: Dirigido a pessoas que tenham apenas o ensino fundamental; 3) Inclusivo: Destinado a pessoas com algum tipo de deficiência, na faixa de 17 a 35 anos. O programa visa proporcionar treinamento técnico para empregos em áreas de diferentes setores de acordo com a demanda. Depois de adquirir as competências e sejam certificados se oferece ações de intermediação laboral para que esses beneficiários encontrem um trabalho.		programa. Paga-se €100.000,00 no caso de instituições de formação pública e €200.000,00 em instituições privadas. O valor é pago mensalmente enquanto durar a capacitação e a formação. No caso do valor mensal nas instituições privadas 50% é utilizado pelos beneficiários para os gastos na realização do curso, o restante vai para pagar o Centro de Formação. A duração desse benefício é de até 6 meses.
	PRONAE – Programa Nacional de Empleo (atualmente PRONAE 4x4)	Esse programa tem como objetivo melhorar as condições de vida da população desempregada ou subempregada em condições de pobreza e extrema pobreza, através de assistência financeira temporária, para sua incorporação em projetos de interesse comunitário, processos de formação e apoio a grupos de pessoas com ideias ou projetos produtivos.	As ações do programa visam: 1) Promover a capacitação de trabalhadores desempregados e subempregados 2) Incentivar o desenvolvimento de projetos sócio produtivos; 3) Promover a formação para o emprego em empresas, instaladas em áreas de menor desenvolvimento relativo. 4) Cooperar no desenvolvimento de alternativas de empregos temporários e permanentes para grupos que apresentam problemas específicos de emprego, tais como: mulheres chefes de família, jovens em risco social, idosos. O programa se divide em quatro modalidades	SIM	Valor/Duração: Para a modalidades de Obras Comunitárias, Ideias Produtivas e Capacitação o valor do benefício é de € 185.000,00 com duração de 2 meses, esse período pode ser prorrogado dependendo da necessidade. Na modalidade de Obras Indígenas o valor também é de € 185.000,00 porém a duração é de 3 meses, podendo ser prorrogado.

			de ação: 1)Obras Comunitárias e Obras Indígenas 2)Ideias Produtivas; 3)Capacitação e 4) EMPLEATE (que é o programa citado anteriormente, que dada a proporção e o foco nos jovens ganhou autonomia e passou a ser executado separadamente).		
	PRONAMYPE - Programa Nacional de Apoyo a la Microempresa y la Movilidad Social	Esse programa tem como objetivo executar componentes de microcrédito e treinamento para as pessoas que vivem na pobreza com o propósito de facilitar sua mobilidade social e melhorar a qualidade de vida para si e para suas famílias; promover o seu autoemprego via projetos produtivos que permitam sustentar um capital familiar estável, e/ou a geração de empregabilidade.	As ações do programa se fundamentam na oferta de capital inicial, crédito, capacitação e assistência técnica para que os beneficiários possam desenvolver seu negócio.	SIM	Valor/Duração: A ajuda financeira por parte do Estado se dá ou a forma de capital inicial ou créditos. Para os que recebem o capital inicial o valor é de no máximo ₡2.000.000, esse valor tem por objetivo permitir que os beneficiários iniciem um projeto produtivo. A duração desse recurso financeiro é de dois anos para que o projeto se desenvolva. No caso do crédito o valor máximo é de 10.000.000 (10 milhões de colones). Com prazo máximo de 10 anos.
El Salvador	Jóvenes con Todo	O programa possuiu como objetivo proporcionar acesso aos jovens a um conjunto de oportunidades de formação e de serviços para melhorar suas chances de entrar no mercado de trabalho do país.	O programa promove ações por meio de três pilares: 1) Empregabilidade : onde visa ofertar acompanhamento sócio laboral, aquisição de habilidades para a vida e o trabalho, formação profissional; estímulo a continuidade educacional e a oferta de estágios trabalhistas; 2) Emprego: que visa a oferta de	SIM	Valor/Duração: A quantidade de capital inicial para os participantes dependem do tipo de empreendedorismo, mas em termos gerais está entre USD \$ 500.00 e USD \$ 1.200,00. A duração do capital para empreendimentos é de 9 meses.

			empregos no mercado de trabalho local e nacional e a orientação laboral para melhorar as chances dos jovens conseguirem um emprego. 3)Empreendimento: nesse pilar promove-se o treinamento, acompanhamento, aconselhamento para o desenvolvimento de iniciativas empreendedoras. E também oferta capital para que os jovens deem prosseguimento aos seus empreendimentos produtivos. Cada uma dessas ações possuem tempos de duração específicos.		
	PATI - Programa de Apoyo Temporal al Ingreso (PATI)	Essa iniciativa compõe o Programa Comunidades Solidarias Urbanas. Seu objetivo é proteger temporariamente a renda das pessoas mais vulneráveis, fornecendo apoio financeiro e capacitação para a participação dessas em projetos comunitários. Além disso, pretende melhorar a empregabilidade dos participantes, para que eles possam acessar ou gerar autoemprego.	O programa oferece um benefício para que a população participe em um projeto comunitário. E fornece capacitação em cursos de até 80 horas para melhorar as possibilidades de inserção laboral. As pessoas que tiverem interesse são inseridas na Rede Nacional de Oportunidades de Emprego do Ministério do Trabalho.	SIM	Valor/Duração: O benefício é de USD \$ 100,00 e têm duração de 6 meses que corresponde ao tempo de participação no projeto comunitário.
Equador	Impulso Joven	O Impulso Joven faz parte de uma das metas do Plan Nacional de Desarrollo (2017-2021)	O programa está fundamentado em três pilares: 1)Educação; 2) Emprego e 3)Empreendimentos;	SIM	Valor/Duração: O governo do Equador através do BanEcuador fornece créditos para que os

		equatoriano. Esse programa tem como objetivo impulsionar a geração de oportunidades para a inclusão dos jovens ao sistema produtivo do país.	A maior parte do orçamento é destinada ao financiamento das ações de empreendimento dos jovens e o restante tem como foco o estímulo para que as empresas contratem jovens para ocupar postos de trabalho, gerando assim mais oportunidades de emprego.		jovens deem início a um empreendimento produtivo. Os créditos vão de USD 50 a USD 15.000, 00. A duração do financiamento é de 5 anos com taxa de interesse de 11%.
Estratégia Fortalece Empleo		Esse programa visa propor alternativas para a reinserção no mercado de trabalho das pessoas com experiência anterior e que estejam procurando um emprego.	Apresenta uma oferta articulada de serviços de reinserção e reconversão profissional, orientando as alternativas para aqueles que não conseguem acessar um trabalho com o seu perfil de trabalho atual. Oferta-se: Oficinas de orientação sobre alternativas de busca de emprego, atualização de conhecimentos em habilidades sociais e técnicas, e orientação na geração de ideias de negócios para o trabalho independente.	NÃO	-
Crédito de Desarrollo Humano (Crédito Productivo Solidario) – SUBPROGRAMA		Esse programa tem como objetivo a inclusão econômica da população vulnerável por meio do acesso ao sistema financeiro.	As ações do programa voltam-se para a oferta de crédito a ser utilizado no desenvolvimento produtivo dos beneficiários da assistência social, a oferta de curso de capacitação e o acompanhamento dos usuários. Os curso de formação empreendedora são realizados antes da entrega do crédito ,	SIM	Valor/Duração: Esse programa se efetiva em duas modalidades: Tipo individual voltado para financiar atividades produtivas o valor pago é de USD 600 e possui duração de 12 meses. Já no caso da modalidade de Tipo Associativo, voltada para organizações produtivas com pelo menos 10 pessoas, o valor do

			nesse curso se oferece treinamento e apoio à elaboração do perfil de negócios.		benefício é de USD 1200 e a sua duração é de 24 meses.
Guatemala	Empleo Juvenil	O programa possui como objetivo melhorar as condições de vida dos jovens da Guatemala, proporcionando-lhes oportunidades de trabalho de qualidade.	<p>O programa foca em ações de identificação e geração de oportunidades de trabalho decente incluindo o autoemprego por meio das micro e pequenas empresas. Além disso, promove a capacitação e o aperfeiçoamento de habilidades técnicas dos jovens para o trabalho.</p> <p>Esse programa foi financiado pela União Europeia e encerrado em agosto de 2018. A União Europeia pretende apoiar a criação de outro programa.</p>	SIM	Valor/Duração: Existe a oferta de bolsas para capacitação e empreendimentos produtivos, porém, os dados quanto a valores e duração não foram encontrados.
	Mi Beca Segura – Beca Primer Empleo	Esse programa visa promover a inserção dos jovens em situação de pobreza no mercado formal de trabalho, mediante contratação temporária na condição de aprendizes.	O programa promove a expansão e abertura de espaços de trabalho para facilitar a intermediação entre os jovens em busca de emprego e as empresas. Oferece como principal ação o pagamento de uma transferência monetária para que o jovem possa exercer a função de aprendiz em alguma empresa determinada.	SIM	<p>Valor/Duração: o programa paga como transferência monetária Q 2.000,00 aos beneficiários do programa e o empregador por sua vez paga uma bolsa equivalente a 40 % do salário mínimo vigente mais uma bonificação de incentivo de Q 250. O pagamento dura cinco meses.</p> <p>Salário mínimo (valor 2018): Q 2.992,00.</p>

Honduras	Con chamba vivís mejor	O programa tem como objetivo gerar empregos decentes no país, forjando competências profissionais e desenvolvendo habilidades dentro das empresas.	O programa promove financiamento e capacitação para que a população em situação de pobreza possa lograr inserção no mercado de trabalho por meio de um emprego formal. As capacitações visam desenvolver competências e habilidades para a vida. Em 2015 se somaram dentro desse programa os projetos Chamba Comunitária e Chambita. No primeiro o foco é promover o acesso ao emprego através de obras nas comunidades dos próprios usuários. No caso do projeto Chambita o foco é promover ações de formação e capacitação da população desempregadas. Os usuários terão acesso a assistência psicológica, orientação para o emprego e o autoemprego e financiamento para se capacitar.	SIM	<p>Valor/Duração: O governo hondurenho paga um benefício equivalente a 40% do salário mínimo vigente para que a população possa se inserir no mercado de trabalho, essa transferência monetária tem duração de 2 meses.</p> <p>No caso do projeto Chambita o beneficiário receberá HNL 2.210,00. Por um período de 2 meses.</p> <p>Salário Mínimo (valor 2018 - média): HNL 8,910.71.</p>
	ProJoven	Esse programa visa facilitar a inserção laboral, a promoção do autoemprego e a geração de renda da população-alvo.	Oferece capacitação e formação em cursos variados. A principal área de formação é a de Turismo, visa aproveitar o potencial turístico do país para promover a aquisição de competências e a inserção laboral desses jovens que, vivem em situação de risco em regiões	NÃO INFORMADO	-

			extremamente violentas do país.		
	Desarrollemos Honduras	Esse programa possui como objetivo promover a geração de renda complementar e a capacitação da população desempregada.	O programa oferece capacitação e a promoção de obras e serviços em parceria com outros órgãos e entidades para que a população trabalhe durante determinando período. As capacitações giram em torno de três pilares: 1) autoestima e desenvolvimento pessoal; 2) visão empreendedora; 3) habilidades sociais para melhorar as condições de vida. Já as obras e serviços são realizados em diversos setores: construção civil, infraestrutura, área hospitalar, meio ambiente dentre outras. Como a prestação dos serviços e a execução de determinadas obras é temporários prevê-se que pelos menos em um período determinado essas pessoas possam adquirir uma renda extra.	SIM	Valor/Duração: O usuário do programa receberá por participar em um projeto de prestação de serviço ou execução de alguma obra o equivalente a 40% do salário mínimo vigente. Salário Mínimo (valor 2018 - média): 8,910.71 lempiras hondurenhas.
México	Jóvenes Contruyendo el Futuro	O programa tem como objetivo dar oportunidades de estudo e trabalho para a juventude mexicana.	Programa funciona por meio de duas linhas: 1) Educativa: dirigido aos jovens que já concluíram o Ensino Médio e que queiram fazer um curso universitário. 2) Capacitação para o trabalho: nessa outra linha de ação os jovens serão	SIM	Valor/Duração: Para a linha educativa o valor do benefício monetário é de 2.400 pesos mensais até que o curso universitário seja finalizado. Para a linha de capacitação, o benefício é de 3.600 pesos mensais por um período de até um ano.

			vinculados a centros de trabalho para receber tutorias e capacitação.		
	Capacita T: El futuro en tus manos	O programa possui como meta contribuir para o desenvolvimento de competências integrais nos jovens por meio de cursos específicos para que estes logrem um espaço no mercado de trabalho.	O programa oferece cursos em áreas de grande demanda como hotelaria, turismo, gastronomia e concede um apoio financeiro através de uma bolsa para que se conclua o curso.	SIM	Valor/Duração: O apoio financeiro tem duração máxima de quatro meses e varia de 1.000 a 1.500 pesos.
	Programa de Empleo Temporal (PET)	O programa visa contribuir para fornecer ações de seguridade social que protejam o bem-estar socioeconômico da população em situação de pobreza, mitigando o impacto econômico e social sobre as pessoas cujos rendimentos ou ativos são reduzidos devido a situações econômicas e sociais adversas, emergências ou de desastres.	O programa possui duas linhas de ação: Empleo Temporal Inmediato: que implementa ações para atender emergências naturais, sociais e econômicas. E Empleo Temporal em que as ações não estão ligadas a situações emergenciais. As pessoas podem ser incorporadas a uma vaga de emprego em um projeto já existente ou criar um projeto novo para contribuir com ações voltadas a comunidade.	SIM	Valor/Duração: Os beneficiários receberão um valor diário de 87 pesos por dia. Chegando a um valor de até 5.220 pesos tendo em vista que o tempo máximo de um projeto é de 60 dias. Além disso, se contempla os projetos com 25% do valor total do orçamento destinado a cada projeto para que possam adquirir ferramentas, maquinários e outros materiais.
	Programa de Apoyo al Empleo	O programa tem como objetivo gerar condições que facilitem a colocação, em um emprego ou atividade produtiva, da população desempregada ou subempregada.	O programa se subdivide em cinco subprogramas: 1) Servicios de Vinculación Laboral: esse subprograma busca mediar a relação entre os que buscam trabalho e os que	SIM	Nos subprogramas Bécate , Fomento al Autempleo, Movilidad Laboral e Repatriados Trabajando existe o apoio financeiro. Para o subprograma Bécate o valor varia de 1 a 3 salários mínimos pagos por dia de

			<p>ofertam. 2) Bécate: esse subprograma oferece uma bolsa de capacitação de duração de um a três meses que tem como foco apoiar a formação dos desempregados para lograr um emprego. 3) Fomento al Autoempleo: nesse subprograma busca-se dar apoio as pessoas ou grupos de pessoas que demonstrem interesse em desenvolver uma atividade por conta própria. 4) Movilidad Laboral: é um subprograma voltado para as pessoas que necessitam se mudar para outras localidades, distantes da sua residência por motivo de trabalho ou para ocupar uma vaga em um determinado local. 5) Repatriados Trabajando: nesse subprograma apoia-se a população repatriada que demonstre que não quer emigrar novamente para o exterior e que se interessa em encontrar um emprego em seu lugar de origem.</p>		<p>curso assistido. Além disso, os beneficiários recebem 20 pesos mexicanos por dia para o uso com transporte. Os beneficiários também terão direito a um seguro acidente enquanto assistirem o curso. Para o subprograma de Fomento ao Autoempleo paga-se até 25,000.00 pesos para uma pessoa e até 125.000,00 pesos para grupos de pessoas que querem começar ou estruturar um negócio. O tempo de duração é de até 12 meses.</p> <p>Para o subprograma de Movilidad Laboral paga-se o valor máximo de 1.800 pesos para cobrir os custos com a mudança de residência da pessoa que busca emprego. Já para o subprograma Repatriados Trabajando paga-se para ajudar no retorno ao lugar de origem 2.500 pesos mais um salário mínimo, pago em duas parcelas, para subsidiar a busca por emprego.</p> <p>Salário mínimo mexicano (2018): \$ 2.686,14.</p>
Panamá	Pro Joven	Possui como objetivo a intermediação laboral entre o empregador e o jovem em busca de emprego.	Programa promove oficinas de orientação laboral e a capacitação em habilidades para o trabalho e a vida por meio de	SIM	Valor/Duração: Durante o período em que o jovem estiver estagiando receberá de USD 300,00 mensais.

			uma equipe multidisciplinar com psicólogos, assistentes sociais, sociólogos e outros profissionais. Além disso, o jovem realizará um estágio de trabalho com duração de (3 meses) em uma empresa reconhecida, em uma área onde possa aplicar os conhecimentos adquiridos.		
Programa de Apoyo a la Inserción Laboral – PAIL	Esse programa possui como objetivo a inserção no mercado de trabalho da população com menos oportunidades de obter trabalho decente. O foco central é promover a capacitação, aquisição de conhecimentos e habilidades que permitam melhorar as chances dessa população. A aquisição de conhecimentos é teórica e prática.	Os conhecimentos teóricos e práticos são adquiridos dentro das empresas parceiras do governo. Tanto o governo quanto a empresa financiam a permanência dos usuários por meio de uma bolsa. O objetivo final é de que os beneficiários sejam contratados pelas empresas.	SIM	<p>Valor/Duração: A bolsa é reponsabilidade partilhada entre o Ministério do Trabalho e a empresa participante. Cada um paga 50% do valor. Em caso de pessoas com deficiência o Ministério pagará 100% do valor. O valor é o equivalente a um salário mínimo vigente, que varia por atividade e região. A duração dessa bolsa é de no mínimo 1 mês e no máximo 3. Os beneficiários também contam com um seguro contra intercorrências no período de adaptação para o trabalho.</p> <p>Salario mínimo (dezembro de 2018): USD 592,00. (valor varia por região e profissão pra mais ou pra menos).</p>	
Programa de Mejoramiento a la	O programa possui como objetivo selecionar e fornecer	O programa promove assessoramento para as pessoas	NÃO	-	

	Empleabilidad de las Personas con Discapacid	serviços de orientação, formação técnica e colocação no mercado de trabalho.	com deficiência e para as empresas. Busca consolidar ações que visem incrementar o capital humano e a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. E também realiza e participa de campanhas de conscientização da comunidade e dos empregadores.		
	Padrino Empresario	O objetivo desse programa é promover o desenvolvimento biopsicossocial do adolescente por meio de um trabalho remunerado através de uma bolsa. A inserção laboral visa minimizar a vulnerabilidade dos jovens aos problemas econômicos e psicossociais do seu meio ambiente e núcleo familiar, para que possam continuar a estudar.	Os jovens recebem treinamento profissional para um possível futuro trabalho na empresa patrocinadora. A jornada mínima de treinamento na empresa é de 4 horas por dia, de segunda a sexta-feira, nos turnos da manhã ou da tarde, dependendo do horário em que o jovem frequenta a escola.	SIM	<p>Valor/Duração: As empresas fazem o pagamento da bolsa ao Programa e este, por sua vez, paga aos jovens quinzenalmente. O valor varia pela quantidade de horas dedicadas a empresa:</p> <p>4 horas – USD 150,00</p> <p>5 horas – USD 187, 50</p> <p>6 horas – USD 225, 00</p> <p>O governo sugere as empresas que estas deem um valor extra para os gastos com transporte, o valor geralmente é entre USD 20,00 e USD 50,00. Esse critério é opcional a empresa.</p> <p>Os jovens contam também com um seguro acidente.</p>
Paraguai	Tenonderã	O programa possui como objetivo garantir que as famílias	Programa oferece assistência financeira às famílias para que	SIM	<p>Valor/Duração: O governo fornece capital inicial para que os</p>

		em situação de pobreza e vulnerabilidade, preferencialmente do Programa Tekoporã, se tornem economicamente estáveis, aumentem sua resiliência e continuem por si sós em um caminho de desenvolvimento, aumentando os ativos financeiros humanos e sociais produtivos, a fim de reduzir as possibilidades de transmissão intergeracional da pobreza.	essas possam adquirir ativos necessários, iniciar ou fortalecer sua atividade produtiva. Conta também com capacitações, acompanhamento e assistência técnica as empresas familiares. As capacitações ofertadas são nos temas de formação empresarial (educação financeira e gestão de negócios) e desenvolvimento humano (autoestima, comunicação, negociação, entre outros).		beneficiários possam levar algum empreendimento adiante. Os valores não são fixos , mas estão na média de PYG 2.400.000.
Peru	Impulsa Perú	O programa visa promover o emprego, melhorar as habilidades profissionais e aumentar os níveis de empregabilidade no país.	As ações ofertadas pelo programa são: 1) Capacitação Laboral: especialização dos trabalhadores de acordo com as necessidades do mercado; 2) Assistência Técnica para Empreendedores: este serviço promove o empreendedorismo com base em ideias de negócios tecnicamente viáveis, para contribuir para geração de emprego formal; 3) Intermediação Laboral: serviço que media a relação entre a pessoa em busca de emprego e o empregador;	-	Em casos excepcionais de concursos para empreendedores ocorre a premiação com uma determinada quantia de capital inicial. Os melhores projetos recebem uma quantia para dar continuidade ao seu negócio.

	Jóvenes Productivos	O objetivo desse programa é facilitar o acesso dos jovens ao mercado formal de trabalho por meio da capacitação profissional, assistência técnica ao empreendedorismo e a intermediação laboral.	As ações desse programa são as mesmas do Impulsa Perú, porém, com foco nos jovens. Oferece intermediação entre as empresas e os jovens desempregados, apoia os empreendimentos criados por jovens, oferece capacitação gratuita em cursos demandados pelo mercado de trabalho,	-	Nesse programa os jovens empreendedores também podem participar de concursos onde poderão receber um capital inicial. Para as outras ações do programa não foram identificados subsídios monetários.
	Trabaja Perú	O objetivo do programa é gerar emprego e promover o emprego de qualidade para população desempregada e subempregada e em condições de pobreza e pobreza extrema.	A principal ação do programa é a criação de empregos temporários por meio do financiamento de projetos básicos de infraestrutura básica, social e econômica em todo o país.	-	Valor/Duração: Nesse caso específico o repasse monetário é feito pelo Estado para as instituições públicas que requisitaram a execução de algum projeto de infraestrutura. A população a sua vez se beneficiará com o pagamento de um salário referente aquele emprego temporal gerado pelo referido projeto.
Uruguai	Primera Experiencia Laboral (PEL)	Objetivo desse programa é selecionar e apoiar os jovens em situação de vulnerabilidade para que eles possam acessar contratos para uma primeira experiência de trabalho no setor público.	As ações do programa são: Intermediação entre o órgão de trabalho e aquele que busca o emprego. Realiza entrevistas e seleciona os jovens participantes; Acompanha os jovens durante sua primeira experiência; Apoia os organismos públicos que receberão esses jovens.	SIM	Valor/Duração: O jovem receberá uma bolsa de trabalho. Se trabalhar 30 horas semanais o pagamento mensal será de 4 BPC* *Base de Prestaciones y Contribuciones. O BPC é um índice utilizado no pagamento dos programas sociais uruguaios e para o ano de 2018 está valendo

					UYU 3.848.
Yo Estudio y Trabajo	O objetivo é oferecer uma primeira experiência formal de trabalho para os jovens sem experiência de trabalho formal.	O programa intermedia a relação entre o jovem e as empresas.	SIM	Valor/Duração: O jovem receberá uma bolsa de trabalho. Se trabalhar 30 horas semanais o pagamento mensal será de 4 BPC*. As mulheres grávidas ou que tenham filhos menores de 4 anos receberão por 30 horas semanais a compensação mensal de 6 BPC.	
Objetivo Empleo	Procura apoiar a inserção laboral de trabalhadores desempregados de longa duração em empresas privadas e, assim, aumentar a probabilidade de o trabalhador ter acesso a ocupações produtivas.	As ações são de inserção laboral dos desempregados em empresas, orientações sobre o mundo do trabalho e subsidiar a capacitação dos usuários do programa. As empresas recebem incentivo para a contratação.	SIM	Valor/Duração: O programa beneficia empresas que contratam trabalhadores, com um subsídio, que é efetivado por meio de um crédito. Como o tempo de trabalho é de até 12 meses, esse é o tempo que dura o subsídio. Para as mulheres contratadas o subsídio cobre 80% dos custos do empregador, para os homens 60%. O valor é de 60 e 80% de um salário mínimo e meio. Se a empresa solicitar capacitação para os trabalhadores o subsídio é de dois salários-mínimos. Salário Mínimo Uruguai (2018): UYU 13.430.	
Uruguay Trabaja	Esse programa possui como objetivo orientar a inserção	O programa busca dar apoio social para o desenvolvimento	SIM	Valor/Duração: O valor do benefício é de até BPC 2,35	

		laboral de desempregados de longa duração, pertencentes a domicílios em situação de vulnerabilidade socioeconômica.	dos processos de integração ao mercado de trabalho, e inclui a realização de trabalhos temporários por 30 horas semanais por até nove meses. Além disso, o governo concede um benefício monetário denominado "Apoio à Inserção Laboral" para subsidiar o período de trabalho.		(UYU 7.415 líquidos) mensais. Esse benefício dura até nove meses. *Base de Prestaciones y Contribuciones.O BPC é um índice utilizado no pagamento dos programas sociais uruguaios e para o ano de 2018 está valendo UYU 3.848.
	Emprendimientos Productivos	Programa voltado ao fortalecimento da gestão, produção, comercialização, redes e acesso a recursos (financeiros, materiais, tecnológicos) daqueles empreendimentos produtivos individuais ou coletivos que estão em funcionamento, ou em processo de criação, realizados por pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.	Programa fornece apoio econômico para os empreendimentos, assistência técnica e capacitação para os empreendedores e também apoia a formalização dos empreendimentos.	SIM	Valor/Duração: O valor pago aos empreendimentos produtivos é de USD 2.000 a USD 3.000, e é realizado através do Republica Microfinanza que é um projeto do Banco República Oriental del Uruguay que visa ofertar microcrédito. O valor emprestado para o programa deve ser invertido em máquinas, ferramentas, ou seja, necessidades relativas ao empreendimento. A ajuda econômica deverá ser devolvida no prazo de um ano.

FONTE: Elaboração própria. Dados coletados a partir de sites governamentais e da base de dados da CEPAL (2018).

APÊNDICE C - QUADRO-RESUMO 4: INTENCIONALIDADE DAS POLÍTICAS/PROGRAMAS DE ATIVAÇÃO PARA O TRABALHO

PAÍS	PROGRAMAS DE ATIVAÇÃO	CRITÉRIOS DE ACESSO E PERMANÊNCIA/ CONTRAPARTIDA/SAÍDA DO PROGRAMA/PROIBIÇÕES	DISCURSO GOVERNAMENTAL/ DISCURSO ATIVADOR
Argentina	Hacemos Futuro	<p>É condição obrigatória para permanecer no programa e receber o benefício:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Atualizar os dados e apresentar os certificados toda vez que for solicitado; 2- Finalizar os estudos primários e secundários; 3- Se capacitar em um dos cursos ofertados; 4- Se apresentar anualmente nas dependências designadas para informar sobre suas condições sócio-demográficas, educativas e de saúde. 	<p>EMPODERAR - PARA A ATONOMIA ECONÔMICA</p> <p>OBRIGATORIEDADE/COMPETÊNCIAS</p> <p>“(…) pensamos que el trabajo y la educación son los pilares básicos para salir de la pobreza”. (STANLEY, Carolina– Ministerio del Desarrollo Social, 2018).</p>
	<p>BECAS PROGRESAR</p> <p>Programa de Respaldo a Estudiantes de Argentina</p>	<p>A permanência das condições que justificaram a concessão da bolsa será condição indispensável para a manutenção da bolsa de estudos;</p> <p>Os bolsistas devem informar ao programa qualquer variação que considerem relevante para fins de permanência no mesmo, relacionado à sua situação pessoal, familiar, patrimonial, trabalhista, econômico e acadêmico, incluindo possíveis mudanças de endereço em um prazo menor que 30 dias úteis;</p> <p>Os bolsistas devem manter condições de rendimento satisfatórias independente do nível educacional;</p>	<p>Que la mejor política social de promoción e integración es el trabajo y una formación plena de los jóvenes permitirá que los mismos sean los futuros protagonistas del desarrollo de nuestro país (MTEYSS, Decreto nº 84/2014).</p> <p>Que es indispensable seguir construyendo un sistema educativo integrado con el mundo del trabajo, cuyo principal objetivo sea el desarrollo de las capacidades de los individuos, potenciar esas capacidades, y brindar posibilidades reales junto con la igualdad de oportunidades”(PEN-Poder Ejecutivo Nacional, Decreto 90/2018).</p> <p>Los objetivos de Becas Progresar son promover el mérito, lograr una mayor inclusión, fomentar carreras de áreas</p>

		estratégicas para el desarrollo del país y estimular a los jóvenes para que avancen en sus estudios y se gradúen (Casa Rosada, 2018).
Programa de Empleo Independiente y Entramados Productivos Locales - PEI	Não foram descritos critérios de permanência/contrapartida/saída para esse programa.	“este gobierno nacional viene fomentando desde hace tiempo la actividad emprendedora porque entiende que muchos de los que hoy inician sus propios proyectos, con el entusiasmo y pasión que caracteriza a los santafesinos, mañana pueden transformarse en pymes que generen puestos de trabajo en la provincia”(Fala do deputado argentino Federico Angeliene – partido Cambiemos do presidente Macri- MIRADOR PROVINCIAL, 2018)
Jóvenes con Más y Mejor Trabajo	É condição obrigatória para permanecer no programa: Finalizar os estudos formais e se capacitar. - Ao superar o limite máximo da idade do programa (24 anos) o beneficiário poderá seguir no mesmo por até 24 meses. - Para os beneficiários que terminarem os estudos formais o prazo é de até 12 meses. O beneficiário deve solicitar a suspensão do benefício caso encontre um emprego não instrumentado pelo programa; O beneficiário não poderá continuar no programa caso: 1) não participe de ações por um ano; 2) em caso de abandono de um empreendimento independente e da não prestação de contas da forma correta; (MTEYSS, Resolución N° 622/2014)	“Programa implementará un conjunto de acciones de orientación e inducción al mundo del trabajo” (MTEYSS, Resolución 497/2008). “(…) en una sola palabra el modelo político, económico y social, que se puso en marcha el 25 de mayo de 2003, no dudaría, un sólo instante, en elegir una palabra, esa palabra es trabajo. Tal vez alguien podría decirme: "pero que injusta, porque no producción, porque no educación, porque no la acción social, que también son cosas muy importantes". Pero es que la concepción que tenemos nosotros del trabajo engloba todo eso. Porque no estamos hablando de changas, de lo que se acostumbraron a ver durante la década de los años 90, no estamos hablando de empleo. Estamos hablando del instrumento que dignifica y creo relocaliza al hombre en su verdadero rol en la sociedad.” (KIRCHNER, C. 2008).
Seguro de Capacitación y Empleo (SCyE)	Os beneficiários devem: 1) Participar duas vezes por mês da Oficina de Emprego para se informar sobre os avanços na sua busca por trabalho e	“los Planes de Familias, el Seguro de Capacitación y Formación Laboral y el Seguro de Empleo, medidas claras y concretas que tienden a ayudar a la pirámide hacia arriba. Esto tiene que tener la solidaridad de los que más tienen, de los que

		<p>atualizar sua história laboral;</p> <p>2) Participar das atividades disponíveis pelas Unidades de Emprego</p> <p>3) Aceitar as ofertas de trabalho disponibilizadas pela Unidade de Emprego;</p> <p>SAÍDA: Os trabalhadores beneficiários do programa que obtiverem um emprego no setor privado ou público através do PROGRAMA DE INSERÇÃO DO TRABALHO podem continuar a receber o benefício monetário por um período de 6 ou 12 meses, respectivamente, como subsídio à contratação.</p> <p>Quando os trabalhadores contratados por um empregador do setor privado tiverem mais de 45 anos, o prazo de 6 meses será estendido para 9.</p>	<p>más ganan, esto es fundamental porque cuando una sociedad recupera sus cadenas de solidarida (...) mucho más rápido va encontrando los caminos y las respuestas que se merecen.” (KIRCHNER, N, 2006).</p> <p>Si estás buscando trabajo en forma activa, el Seguro de Capacitación y Empleo (ScyE) te brinda capacitación, una suma en dinero y beneficios para que consigas un empleo de calidad.(Ministerio de Producción y Trabajo)</p> <p>Parte de una estrategia más inclusiva que atienda la contingencia del desempleo, fortaleciendo las políticas activas de promoción del empleo y formación profesional. (PEN,Decreto 336/2006).</p>
Bolivia	Programa Apoyo al Empleo	-	<p>El Ministerio de Trabajo Empleo y Previsión Social (MTEPS) ha iniciado un proceso de consolidación de sus políticas activas en el mercado laboral con particular énfasis en sus acciones de intermediación laboral, y el desarrollo de programas que incrementen la empleabilidad de grupos con dificultades de inserción laboral. (Plataforma de Empleo –site)</p> <p>Slogan do Programa : “ Bolivia es joven, Bolivia Trabaja”</p>
Brasil	Plano Progredir	<p>O recebimento de outros programas sociais como o Bolsa Família não é cortado automaticamente quando o beneficiário consegue um emprego. O pagamento continua por até dois anos para aqueles que receberem até dois salários mínimos.</p>	<p>“A proposta estava sendo apenas a da transferência de renda, mas as pessoas que estão no Bolsa Família querem e precisam progredir. Não é perspectiva de vida de uma família achar que vai ficar vivendo do Bolsa Família para sempre, temos que oportunizar que essas famílias tenham uma renda melhor para si e suas famílias”, (PLANALTO CENTRAL, Fala do Ministro do Desenvolvimento Social Osmar Terra, 2017).</p>

	Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho "Acessuas Trabalho"	-	Este Programa, proposto, estabelece, conforme a Resolução nº 33, de 2011, do CNAS, que a promoção da integração ao mundo do trabalho dar-se-á por meio da integração de ações das diversas políticas públicas, cabendo a assistência social viabilizar a promoção do protagonismo, a participação cidadã e a mediação do acesso ao mundo do trabalho. (MDS, Resolução CNAS nº 25/2016).
	PRONATEC	-	Em relação aos impactos na empregabilidade, por exemplo, pensamos que o Pronatec atinge não somente pessoas em empregos formais, mas também outras, que estão num “vácuo de formalidade”, mas que nem por isso deixaram de ser atingidas e de melhorar suas condições de vida (SENADO FEDERAL Relatório nº 6, DE 2017,p.88).
Chile	+ Capaz Línea Regular	A permanência do beneficiário no programa está condicionada a duração dos cursos de capacitação. Uma vez inserido no curso e cumprindo os requisitos o beneficio cotinua sendo pago.	EMPREGABILIDADE-COMPETÊNCIAS-CAPACIDADES Slogan do Programa: “La Capacitación te abre Oportunidades” Más Capaz se ha focalizado en las personas laboralmente inactivas (Balance de Gestión, 2017).
	+ Capaz Mujeres Emprendedoras	A permanência do beneficiário no programa está condicionada a duração dos cursos de capacitação.	“Porque para mí siempre es una maravillosa experiencia poder mirar y estar con mujeres, en este caso, que tienen empuje, que tienen ganas, pero que no siempre en la vida han tenido todas las oportunidades para salir adelante (...) Como conversaban ahí, el alcalde lo decía, “dame un apoyo y yo cambiaré el mundo” –ésa es la frase- y hay otro, los chinos decían “no me des el pez, enséñame a pescar”. En el fondo, “dame los apoyos, las herramientas para que yo me pare solito y siga caminando (...) Porque hay algo que es claro: con más empleo, hay mejores perspectivas para todos, o con más posibilidades de ingreso, sea por un empleo, por un emprendimiento. (BACHELET,2016).

+Capaz Línea Discapacidad	A permanência do beneficiário no programa está condicionada a duração dos cursos de capacitação.	“cuando uno visita los distintos lugares de Chile, una de las grandes preocupaciones de las familias es “qué va a pasar cuando yo ya no esté, mi hijo tiene una discapacidad, quién va a quedar a cargo, cómo va a ser”. Hay personas con discapacidad que no son autovalentes y, por tanto, no va a ser posible, pero hay una cantidad importante de personas que son autovalentes y con un apoyo van a poder luego desempeñar un oficio, una función, y tener ingresos y poder tener un futuro” (BACHELET,2014).
Apoyo a tu Plan Laboral	-	La idea es que quienes ingresan al programa mejoren sus condiciones de empleabilidad, es decir, todo aquello que podría aumentar la probabilidad de encontrar un empleo de forma dependiente, o bien de auto emplearse o generar un emprendimiento y de mantenerse en dicho empleo (CENTRO MICRO DATOS, 2016, p.9).
Becas del Fondo de Cesantía Solidario	O beneficiário está proibido de realizar mais de um curso por ano com o mesmo bônus e de transferir o benefício de treinamento para outra pessoa. O beneficiário deve se apresentar uma vez ao mês diante da Oficina Municipal de Informação Laboral (OMIL) para comprovar sua situação de desemprego.	“Problemática o necesidad principal que el programa intenta resolver: Baja empleabilidad de personas que acceden al Fondo de Cesantía Solidario que no cuentan con los recursos para acceder a capacitación.” (SENCE, Ficha de Diseño, 2018).
Yo Trabajo	-	En su esfuerzo por construir un país sin pobreza, más justo e igualitario, el FOSIS apoya a las personas en situación de pobreza o vulnerabilidad que buscan mejorar su calidad de vida. Según sus necesidades, implementa programas en tres ejes de acción: expansión de capacidades, bienestar comunitario e inversión para las oportunidades. (Site FOSIS, 2018)

Yo Trabajo Jóvenes	-	Dirigido a jóvenes que viven en situación de pobreza y/o vulnerabilidad social que presentan dificultades para desarrollar sus capacidades productivas. Debido a factores como deserción escolar, educación de baja calidad, precariedad de hábitos laborales, falta de especialización y de redes, dichos jóvenes ven limitadas sus posibilidades de insertarse en el mercado laboral (FOSIS, 2015, p.1)
Yo Emprendo	Para ter acesso ao programa é necessário que os beneficiários já possuam algum negócio funcionando.	“el Fosis ayuda a la gente con problemas sociales, vulnerables, que quieren salir adelante y un ejemplo de ello es la señora María Nelly Soto. Una mujer soltera con ocho hijos, que ha salido adelante en la vida, trabajó en la calle mucho tiempo vendiendo pasteles, sopaipillas y empanadas, pero ella postuló al Fosis y pudo salir adelante. Hoy estamos anunciando la apertura de las postulaciones a programas de emprendimiento y empleabilidad, donde el Presidente Sebastián Piñera ha dispuesto más de 26 mil millones de pesos en todo el país para beneficiar a nuestras familias más vulnerables”. (Fala de Pablo Milad, Ministerio do Desarrollo Social, 2018).
Yo Emprendo Semilla	<p>No caso desse programa são usados alguns critérios de seletividade: Terão preferência para entrar no programa aqueles candidatos que já se encontram a mais tempo dentro do subsistema Chile Seguridades y Oportunidades. Que seja membro de uma família que necessite de um emprego para sua manutenção. Pessoas de menor escolaridade em comparação as outras. E por fim é necessário que os usuários já tenham participado dos outros programas ofertados: Yo Trabajo, Yo Trabajo Jóvenes, Apoyo a Tu Plan Laboral e Mujer Jefa e Hogar.</p> <p>Porém, fica proibido aos candidatos</p>	“la base del crecimiento personal y del país es el emprendimiento de las personas, y de su fuerza para salir adelante. Aquí me han relatado las dificultades que han tenido que vencer, pero también han destacado cómo el Fosis les ha dado una nueva posibilidad para aprender y sacar el jugo a sus propios talentos”. (Fala do Ministro do Desenvolvimento Social Alfredo Moreno no lançamento das inscrições para ano de 2018, Ministerio do Desarrollo Social, 2018).

		participarem caso tenham participado das modalidades Yo Emprendo Semilla e Yo Emprendo pelo menos nos dois anos anteriores à sua inscrição.	
	Becas Laborales	A permanência do beneficiário no programa está condicionada a duração dos cursos de capacitação. A única condição imposta é a de realização da fase de estudo e capacitação dos usuários. As fases de assistência técnica para os microempreendedores e a fase de prática laboral para os trabalhadores são opcionais.	EMPREGABILIDADE-COMPETÊNCIAS-CAPACIDADES “eliminar las barreras e inhabilitaciones laborales para acceder al mundo del trabajo” (SENCE, Ficha de diseño, 2018)
Colômbia	Ingreso para la prosperidad	A transferência monetárias desse programa implica nas seguintes condicionalidades aos beneficiários: 1) Se inscrever, participar e aprovar cursos formais para o nivelamento dos estudos; 2) Cumprir as tarefas confiadas aos beneficiários; 3) Participar de reuniões; 4) Manter contato permanente com sua rede de apoio: co-gerente social, líder comunitário e conselheiro de trabalho. Apenas uma única pessoa da família receberá o benefício monetário desse programa.	Con el esquema de Transferencias Monetarias Condicionadas se busca contribuir a la superación y prevención de la pobreza, a la formación de capital humano y al mejoramiento de las condiciones de vida de los beneficiarios. (PROSPERIDAD SOCIAL - Informe de Gestión , 2016).
	Mi negocio	-	"El emprendimiento es factor indiscutible en materia de superación de pobreza, y este tipo de programas le apuestan al progreso económico y social de la población más vulnerable del país" (PROSPERIDAD SOCIAL, Fala Jaime Barrero Director de Inclusión Productiva, 2018).
	Empleo para la prosperidad	-	“Nuestra principal meta social estará centrada en la generación de empleos formales” (DUQUE, 2018).

	Jóvenes em Acción	<p>As transferências monetárias desse programa implicam nas seguintes condicionalidades aos beneficiários:</p> <p>1) Encontre-se ativo em seu processo de formação; 2) Não deve perder a qualidade de aluno regular na instituição de ensino; 3) Não incorrer em qualquer tipo de suspensão preventiva pelo Departamento de Prosperidade Social; 4) Antes de qualquer pagamento será realizada a verificação dos compromissos e informações sobre os resultados acadêmicos entregues pelas instituições de ensino em que o aluno está vinculado.</p>	<p>“Muchos de ustedes van a graduarse y van a ir a trabajar para ser empleados en el sector, pero veo la mirada de muchos de ustedes, los veo queriendo tener su propio negocio en la construcción; los quiero ver teniendo sus propias interventorías, su manejo de costos, su manejo de suelos y su propia capacidad para transformarse. Y esa es la Colombia que nosotros también queremos, donde todos los jóvenes con talento se conviertan en emprendedores” (PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA, Fala presidente Ivan Duque, 2018).</p>
Costa Rica	Empléate	<p>1) Nenhuma pessoa pode cumprir as horas ou receber o benefício em nome do verdadeiro beneficiário. 2) As pessoas que não participarem durante o período completo do programa terão o benefício cancelado.</p>	<p style="text-align: center;">CAPACITAÇÃO</p> <p>- El 27 de mayo del 2014 el Consejo de Gobierno de la República de Costa Rica tomó un acuerdo para “colocar la política de empleo como objetivo estratégico institucional del Estado costarricense para combatir la pobreza y la desigualdad”(Gobierno de la República de Costa Rica, 2014, p.5).</p> <p>“el empleo en el corazón del desarrollo”(Gobierno de la República de Costa Rica, 2014, p.5).</p> <p>Slogan do programa: “EL BRETE PAGA” – (O TRABALHO PAGA)</p>

	PRONAE – PRONAE 4x4	O “Decreto Ejecutivo 29044-MTSS” estabelece os compromissos dos beneficiários para o programa: 1) Nenhuma pessoa pode cumprir as horas ou receber o benefício em nome do verdadeiro beneficiário. 2) As pessoas que não participarem durante o período completo do programa terão o benefício cancelado.	<p>4º (...) con el propósito de favorecer la generación de empleo e ingresos, el desarrollo social y la democratización de la economía, el Estado debe desarrollar acciones como: capacitar y proteger los recursos humanos del país, ampliar las oportunidades laborales de las personas en condición de pobreza del sector agrícola, del sector informal urbano y aquellas que se encuentran en riesgo social, apoyar la autogestión comunitaria y las iniciativas socioproductivas (MTSS, Decreto Ejecutivo nº 29044).</p> <p>QUESADA, Carlos Alvarado. (@Carlos AlvQ)“Asociaremos con mayor vigor la estrategia de reducción de la pobreza, con la estrategia socio-laboral y el sistema nacional de empleo e impulsaremos el proyecto de ley para fortalecer la inspección de trabajo en el @MTSS_CR”. 3 DE DEZEMBRO DE 2018, 18:33, Twiter. Disponível em:<https://twitter.com/CarlosAlvQ/status/1069781595983360005> Acesso em: dezembro de 2018.</p>
	PRONAMYPE - Programa Nacional de Apoyo a la Microempresa y la Movilidad Social	-	La estrategia (es de inclusión) es decir, hace parte a esta población meta del sector productivo del país, caracterizado por la plena informalidad a la cual no llega la Banca tradicional. (Ficha PRONAMYPE, 2016, p.3)
El Salvador	Jóvenes con Todo	Um dos critérios de focalização desse programa para a escolha dos usuários diz respeito aos territórios. Os territórios devem ser escolhidos a partir de quatro critérios. O primeiro deles diz respeito às vantagens produtivas e os outros três estão ligados às dificuldades que o país enfrenta com uma abordagem transversal de equidade territorial, são eles: 1)oportunidades de	“Como gobierno creemos en la fuerza creativa y emprendedora de nuestra juventud. Vamos a continuar apoyándolos, acompañándoles en sus demandas y aspiraciones, construyendo juntos nuevas y mejores oportunidades que mejoren significativamente sus condiciones de vida. La participación y trabajo de las y los jóvenes consolida la democracia, cuenten con el apoyo de nuestro gobierno para potenciar sus capacidades creadoras en

		<p>crescimento; 2) Violência e criminalidade; 3) altas taxas de migração e 4) Pobreza em função da renda.</p> <p>(GOBIERO DE EL SALVADOR- PERFIL DO PROGRAMA, 2014).</p>	<p>beneficio del país” (CÉREN, 2016).</p> <p>Slogans utilizados : “ Jóvenes con Todo – Depende de mí” “Jóvenes con Todo – Actívate con Todo”.</p>
	PATI - Programa de Apoyo Temporal al Ingreso (PATI)	<p>O pagamento do benefício está condicionado à participação nos projetos comunitários.</p> <p>A preferência de acesso ao programa é para mulheres que chefiam famílias.</p> <p>Uma das condições para acessar o programa é residir a pelo menos 6 meses em uma das áreas de focalização territorial seja município ou AUP (Asentamientos Urbanos Precários).</p>	<p>Los objetivos del PATI son varios, y probablemente cada uno corresponda a un perfil diferente de beneficiarios. Por un lado, se busca proteger el ingreso de los hogares vulnerables ante crisis; es decir, dar una respuesta a una situación coyuntural. Por otro lado, se busca favorecer a los jóvenes para que puedan insertarse en el mercado laboral; es decir, dar una respuesta a una situación más estructural. (SANFELIÚ, 2014, p.9).</p>
Equador	Impulso Joven	<p>Para acessar ao financiamento de seu empreendimento é obrigatória a apresentação por parte do jovem de um Plano de negócios com fluxo de caixa projetado e que tenha sido avaliado pela instituição promotora.</p>	<p>“Esta intervención busca a atender, motivar, fortalecer, empoderar e proteger, así como mejorar las capacidades y generar mayores oportunidades para los jóvenes ecuatorianos en su inserción en el sistema productivo del país” (Plan Nacional de Desarrollo, 2017, p.67).</p> <p>“Confiamos en la juventud, queremos financiar sus ideas para que se conviertan en emprendedores, en generadores de empleo. Porque ese es el propósito, que el empresario joven genere con su emprendimiento más y más trabajo, que se consuma productos ecuatorianos (...) Queremos que logren independencia laboral y económica. Les ayudaremos a impulsar sus ideas para el bienestar suyo y la tranquilidad de sus familias.” (MORENO, 2017).</p>
	Fortalece Empleo	<p>Serão beneficiárias as pessoas em busca de emprego</p>	<p>Slogan: ¡Creemos en tus habilidades!</p>

	Crédito de Desarrollo Humano -CDH (Crédito Productivo Solidario) – SUBPROGRAMA	-	<p>A través del CDH se promueven actividades productivas, que contribuyen a la estrategia de superación de la pobreza de los destinatarios del Bono de Desarrollo Humano y Pensiones. Permitiendo así que este segmento de la población, tradicionalmente excluido del mercado financiero, inicie emprendimientos productivos que les permitan mejorar sus ingresos, disminuir la dependencia de las transferencias monetarias; y, consecuentemente la movilidad ascendente. (Site Ministerio de Inclusión Económica y Social, 2018)</p> <p>“El CDH concibe a los usuarios como agentes con potencial para el desarrollo tanto a nivel individual como nacional, y propone el emprendimiento como una forma de superación de la pobreza a corto, medio y largo plazo” (Soria et al. 2016, p.4)</p>
Guatemala	Empleo Juvenil	-	La empleabilidad de jóvenes se verá fortalecida si se invierte oportunamente en ella. De no ser así, a mediano plazo aumentaría la pobreza, generaría protestas ante la falta de oportunidades laborales y se tendría mayores presiones fiscales para atender la creciente cantidad de población que ahora es joven y productiva.(Site do Programa)
	Mi Beca Segura – Beca Primer Empleo	Para ter acesso ao programa o usuário não pode ser beneficiário de outra bolsa ou programa social concedido pelo Estado da Guatemala.	“En la vida laboral hay dos rutas: un empleo o generar una empresa. Qué tenemos que hacer nosotros, tratar de generar las condiciones para generar esta realidade” (Fala do presidente Jimmy Morales, Gobierno de Guatemala, 2017).
Honduras	Con chamba vivís mejor	Para os beneficiários do projeto Chambita a assistência financeira está condicionada a busca ativa por oportunidades nas oficinas do Servicio Nacional de Empleo de Honduras (SENAEH)	La única cura de la pobreza es el empleo, es por esta razón que el presidente Juan Orlando Hernández tiene entre sus principales ejes de gobierno programas enfocados en incentivar la inversión y la generación de empleo que contribuyan al desarrollo de la nación y una mejor calidad de vida de los hondureños. (GOBIERNO DE HONDURAS).

	ProJoven	-	Tomando en cuenta las lecciones aprendidas durante la primera fase del proyecto ProJóven (2013 - 2017), Swisscontact implementa una segunda fase con el objetivo general de mejorar la efectividad y cobertura del sistema de capacitación para jóvenes vulnerables, por medio de una capacitación de calidad que responda a las necesidades del mercado laboral y que facilite la empleabilidad de los jóvenes beneficiarios (<u>SWISSCONTACT MUNDIAL</u> , 2018).
	Desarrollemos Honduras	-	“(…) la principal ayuda, la principal bendición es el empleo. El empleo digno. El que tiene que generar la economía con su propio crecimiento y el que también estamos creando por acción del Gobierno y sus programas” (HERNÁNDEZ, Juan Orlando, 2015).
México	Jóvenes Construyendo el Futuro	O beneficiário só pode ter acesso a uma modalidade – educativa ou de capacitação – além de só poder participar do programa uma única vez. Na modalidade de capacitação quando passado um ano o beneficiário será acompanhado afim de que logre sua inserção no mercado de trabalho.	Los programas de capacitación laboral parten de la premisa de que la entrega de habilidades claves incrementan la probabilidad de que jóvenes obtengan un trabajo estable y contribuyen a reducir la brecha de competencias entre los generadores y los buscadores de empleo (JÓVENES CONSTRUYENDO EL FUTURO, Ficha do Programa, 2018).
	Capacita T: El futuro en tus manos	-	Este programa pone a tu disposición una variedad de cursos que podrás estudiar de manera fácil y práctica para incorporarte al campo laboral en un futuro próximo, ser emprendedor, mejorar tu relación con la comunidad y/o retomar tus estudios. (Capacita T – Site)

	Program de Empleo Temporal (PET)	O beneficiário do programa tem o direito de indicar uma pessoa para receber o apoio econômico em sue lugar em caso de: morte, impossibilidade física ou doença.	Las fluctuaciones en los ingresos de los hogares son uno de los principales factores de riesgo para que éstos caigan en –o empeoren su– condición de pobreza (GOBIERNO DE MÉXICO, Diagnóstico del Programa, 2008, p.7)
	Programa de Apoyo al Empleo	Os beneficiários vinculados a modalidade Bécate têm como obrigatoriedade: participar do curso presencial designado nos dias e horários estabelecidos no programa de treinamento ou acessar o curso on-line de acordo com o calendário estabelecido na plataforma de informática correspondente. Devendo realizar todas as atividades teóricas e práticas de aprendizagem indicadas pelo instrutor do curso ou aquelas levantadas nos módulos de treinamento online. Os beneficiários devem respeitar os regulamentos internos do empregador ou do centro de treinamento e informar sobre a colocação em um emprego, durante ou após o término do curso.	“En este Gobierno, estamos convencidos que fomentar la ocupación productiva y el empleo constituye la mejor vía para superar las desigualdades y para abatir la pobreza, por ello, el objetivo planteado por el Presidente de la República, Enrique Peña Nieto, fue alcanzar un México más próspero a través de la generación de empleos formales y dignos” (GOBIERNO DE MÉXICO, Fala Secretario del Trabajo Roberto Campa, 2018).
Panamá	Pro Joven	-	“ Debemos adoptar formas innovadoras de gestión que permitan optimizar el aprovechamiento del talento joven propiciando espacios de capacitación y formación pertinente como única fórmula para minimizar el desempleo en el país”(Fala Ministro de Trabajo y Desarrollo Laboral, MITRADEL, 2018).
	Programa de Apoyo a la Inserción Laboral – PAIL	Compromisso dos beneficiários: cumprir com as regras da empresa em que o programa está sendo efetivado, zelar pelos equipamentos e pelo local. Não podem ser beneficiários do programa ex-empregados da empresa ou familiares. Compromissos das empresas: 1) Inserir na força de trabalho da empresa 80% dos bolsistas	“Es importante formar al talento humano que no ha tenido la oportunidad de ir a la universidad para que puedan así aplicar a las vacantes del mercado laboral”(Fala do Ministro de Trabajo y Desarrollo Laboral, MITRADEL, 2018).

		que forem aprovados com sucesso na adaptação a empresa; 2) O contrato de trabalho com essas pessoas deve ser de no mínimo de (6) meses; 3) A empresa não deverá discriminar por idade, sexo, raça, deficiência ou qualquer outra motivação.	
	Programa de Mejoramiento a la Empleabilidad de las Personas con Discapacidad	-	Se hacen esfuerzos centrados en ampliar la contratación de personas con discapacidad y su capacitación para que sean más competitivos en el mercado laboral. La ruta está trazada, unidos podemos hacer de nuestro país un ejemplo de crecimiento justo, sostenible e inclusivo. (MITRADEL, Memoria, 2016, p.17)
	Padrino Empresario	A doação da empresa é dedutível em 100% do imposto de renda. O convênio é entre empresas e Ministérios não havendo portanto vínculo empregatício com o adolescente.	“Consideramos que la vía para erradicar la pobreza es facilitando espacios de capacitación y propiciando la inclusión productiva” (MIDES- Memoria Anual- 2016, p.16)
Paraguai	Tenonderã	Para acessar o programa Tenonderã o usuário deve aderir voluntariamente por meio da assinatura de um certificado de compromisso. Para ter acesso ao capital inicial o usuário deverá participar das oficinas de treinamento nas temáticas de gestão de negócios, educação financeira e desenvolvimento humano. E também deverá elaborar um plano de negócios.	RESILIÊNCIA “Nadie quiere ser pobre. Necesita un programa de asistencia como es Tekoporã y programas de promoción y generación de ingresos” Tenonderã : “nace porque existe una visión muy clara: la gente tiene que generar sus propios ingresos para que de esa forma la salida de la pobreza sea permanente; con transferencias solamente y si se mantiene por mucho tiempo puede ser peligroso” (Fala do Ministro da SAS, Agencia de Información Paraguaya, 2017)
Peru	Impulsa Perú	-	Somos el programa del poder ejecutivo conformado por un equipo de personas comprometidas con el desarrollo de

			recursos humanos a través de servicios de alta calidad destinados a mejorar la empleabilidad y productividad en el país, implementando e impulsando programas de capacitación, intermediación y certificación de competencias laborales.(Site Impulsa Perú)
	Jóvenes Productivos	-	“Reiteramos nuestro compromiso de brindar empleo adecuado para un número creciente de peruanos, especialmente para nuestros jóvenes, quienes nos piden oportunidades para demostrar su valía”(Discurso do presidente PPK, Gobierno de Perú, 2017)
	Trabaja Perú	-	“Nuestros programas sociales son importantes y van a continuar, pero necesitan mejoras y ampliación. Debemos, por consiguiente, implementar programas de desarrollo productivo para asegurarnos de que ningún peruano o peruana vuelva atrás, a la pobreza que ya dejó” (Discurso do presidente PPK, Gobierno de Perú, 2016).
Uruguai	Primera Experiencia Laboral (PEL)	Para ter acesso ao programa os jovens não podem ter contribuído para a previdência social por mais de 90 dias, têm de ter passado por uma oficina de orientação laboral e terão prioridade aqueles que tenham participado de algum programa do MIDES.	MIDES URUGUAY (@midesuy) "PEL es un paso de entrada al mundo del trabajo y a la sociedad para los jóvenes.", @MarinadeFrente , ministra del MIDES. 27 DE JULIO DE 2018, 6:04. Twiter. Disponível em:< https://twitter.com/midesuy/status/1022830132376088577 > Acesso em: dezembro de 2018.
	Yo Estudio y Trabajo	São condições para permanecer no programa: 1) O beneficiário deve permanecer estudando durante todo o período do programa; 2) Deve participar de todas as instâncias de avaliação que o programa estabelecer; 3) Respeitar os regulamentos da empresa onde trabalha. 4) Desenvolver as tarefas que lhe forem demandadas; 5) Apresentar o comprovante de	El objetivo es ofrecer una primera experiencia laboral formal a jóvenes estudiantes de entre 16 y 20 años, que no cuenten con experiencia laboral formal previa, y que les permita desempeñarse en el mercado de trabajo y asegurar la continuidad en el estudio, y desarrollar competencias transversales (compromiso, trabajo en equipo y adaptación al cambio/flexibilidad) . (MTSS, Bases y Condiciones del

		estudo original emitida pelo centro educacional; 6) Participar de todas as reuniões e oficinas que acontecerão durante o período de trabalho (é obrigatório comparecer a todas as instâncias). - O acesso ao programa é por meio de sorteio;	Programa Yo Estudio y Trabajo Séptima Edición – 2018).
	Objetivo Empleo	As empresas não poderão contratar mais do que 20% do total de trabalhadores da empresa.	Instalar en la sociedad uruguaya la importancia de la Cultura del Trabajo para el desarrollo como valor social integrador y promotor de la igualdad. (MTSS, Memorias Anuales)
	Uruguay Trabaja	Os beneficiários só poderão participar do programa uma única vez. Exceto se a participação não tenha durado mais de três meses. A participação no programa é por meio de sorteio daqueles que se inscreveram. A prestação monetária está condicionada a realização de um trabalho temporário.	“Se ha instalado con fuerza el discurso de “ya basta de los pobres”, y se impuso la idea de que se les ha entregado plata y nada más. Se habla despectivamente de “la plata que les da el Mides”, se maneja un imaginario de montos que son inexactos, hasta que ponés los números arriba de la mesa y tratás de razonar. Un ejemplo: alguien con cuatro hijos o más lo máximo que puede recibir por asignación y por la tarjeta Uruguay Social son 8.000 pesos. ¿Por esa plata alguien decide no trabajar y vivir sólo con eso? Sin embargo, convivimos con el discurso de “ustedes en el Mides fomentan vagos”, cosa que no es verdad; acá hacés una convocatoria para trabajo transitorio y tenés 20.000 personas que se inscriben para 3.000 lugares, de nueve meses de trabajo y con salarios de tres BPC. (Subsecretaría de MIDES Ana Oliveira, La Diaria, 2018)
	Emprendimientos productivos	-	Mucho se ha escrito acerca de la innegable afirmación del papel del trabajo en el desarrollo humano. Pero, para llegar a él, todavía hay un duro camino a transitar para miles de personas. Otras, necesitarán del acompañamiento y cuidado permanente durante toda su vida”(Ministra de MIDES Arismendi , Logros 2015– MIDES, 2015, p.5).

FONTE: Elaboração própria.